

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Fernanda Rocha Vandanezi Alvim

Quando um Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico se une:
educabilidades nos discursos de produtores/as e consumidores/as

JUIZ DE FORA

2023

Fernanda Rocha Vandanezi Alvim

Quando um Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico se une:
educabilidades nos discursos de produtores/as e consumidores/as

Defesa de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação Ambiental.

Orientadora: Dra. Angélica Cosenza Rodrigues

JUIZ DE FORA

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Alvim, Fernanda Rocha Vandanezi.

Quando um Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico se une : Educabilidades nos discursos de produtores/as e consumidores/as / Fernanda Rocha Vandanezi Alvim. -- 2023. 247 p. : il.

Orientadora: Angélica Cosenza Rodrigues

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023.

1. Feiras Agroecológicas. 2. Agroecologia. 3. Educação Ambiental. 4. Ecologia Política. 5. Análise Crítica do Discurso. I. Rodrigues, Angélica Cosenza, orient. II. Título.

Fernanda Rocha Vandanezi Alvim

Quando um Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico se une: educabilidades nos discursos de produtores/as e consumidores/as

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação. Área de concentração: Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas.

Aprovada em 1 de setembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Angélica Cosenza Rodrigues - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. Vicente Paulo dos Santos Pinto
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dra. Maria Jacqueline Girão Soares de Lima
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dr. Philippe Pomier Layrargues
Universidade de Brasília

Juiz de Fora, 06/09/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Angelica Cosenza Rodrigues, Professor(a)**, em 06/09/2023, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vicente Paulo dos Santos Pinto, Professor(a)**, em 06/09/2023, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Philippe Pomier Layrargues, Usuário Externo**, em 06/09/2023, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA JACQUELINE GIRAO SOARES DE LIMA, Usuário Externo**, em 15/09/2023, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uffj (www2.ufff.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1457016** e o código CRC **727CFAFA**.

À minha querida mãe, minha rainha suprema, Rose; ao meu maravilhoso e amado pai, Paulo;
e ao grande amor da minha vida, minha irmã Carla. Cada passo que dou nesta jornada é
profundamente inspirado por vocês, pois o amor que sinto transcende todas as palavras e é a
mais pura forma de expressão.

AGRADECIMENTOS

É impossível não iniciar agradecendo à minha mãe. Obrigada, mãe, não só pelo apoio nessa jornada acadêmica, mas também pelo incentivo, força e amor imensurável. Você é sinônimo da maior força e a maior fonte de inspiração que existe – é o que eu sempre vou querer ser quando crescer.

Ao meu pai por toda a preocupação e, mesmo sem entender muito bem minhas angústias acadêmicas, sempre ofereceu seu amor e carinho, muitas vezes através de um abraço apertado como forma de proteção. Todos os pais do mundo deviam ser como você, que sorte a minha!

À minha irmã Carla, por toda a compreensão, acolhimento, amor, e paciência para aguentar meus desabafos nessa trajetória. Só a gente se entende nessa loucura toda, né? Ter você ao meu lado certamente tornou as coisas muito mais leves. Ter seu respaldo me deixa tão confiante, você é tão maravilhosa. Eu te amo tanto!

Ao Thiago, por todo seu abrigo e compreensão durante minhas angústias, por entender meus medos e sempre tentar me deixar melhor. Desculpa eu fazer você exercer a psicologia antes mesmo de ter se formado, bem.

À minha orientadora queen Angélica! Nossa, mil vezes obrigada! Não só pela orientação, mas também pelo amparo e paciência. Entrar nessa jornada não foi uma tarefa fácil pra mim, mas toda sua gentileza para me deixar confortável nesse processo foi muito importante.

Ao GEA, esse grupo cheio de pessoas maravilhosas, apaixonadas e potentes! Obrigada por terem me acolhido e por terem me ensinado tanto! Meu crescimento junto ao GEA é algo que me orgulho muito

Ao MOGICO e, principalmente, ao Waltencir, por ter me recebido desde meu primeiro contato. Sempre disposto a me ajudar e contribuir para minha pesquisa. Sem você, Waltencir, eu estaria perdida na minha timidez! Obrigada demais!

Aos meus amigos, pelo companheirismo, compreensão e força! Por todas as vezes que me instigaram a sair de frente do computador para relaxar e não enlouquecer com a escrita. Por todas as conversas e conselhos. A leveza da amizade de vocês, com certeza, foi crucial nessa trajetória.

E por último, mas não menos importante, agradeço a mim mesma! Pode parecer estranho, mas olho para trás e agradeço por ter continuado e hoje provar para mim mesma que eu sou capaz, que eu consigo e que eu posso acreditar em mim!

RESUMO

A pesquisa tem como motivação a conexão entre Educação Ambiental Crítica e Agroecologia, possibilitada por feiras agroecológicas. No entanto, identifica-se um problema social relevante: a possibilidade de que a crítica social passe despercebida nos espaços das feiras agroecológicas devido à influência dominante do discurso agrícola moderno que se apoia em conceitos de ciência para sustentar o sistema capitalista, levando à naturalização das injustiças ambientais e à diminuição do potencial educativo dos territórios de resistência. Para abordar essa questão, empregou-se o método de pesquisa qualitativa aliado ao arcabouço teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough e à observação participante. Neste contexto, foi realizada uma análise das dinâmicas e práticas da associação MOGICO (Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico) para construir o contexto social da pesquisa e os discursos dos produtores/as e consumidores/as da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO em Juiz de Fora, Minas Gerais, foram examinados com o propósito de compreender o potencial dos significados atribuídos a esses discursos para a produção de educabilidades críticas acerca da conjuntura agrícola nacional. Em outras palavras, buscamos entender se esses discursos compreendem as críticas possibilitadas pela prática agroecológica e pelas lutas dos/as produtores/as agroecológicos por Justiça Ambiental, tornando esses espaços propícios para a efetivação da Educação Ambiental Crítica. A pesquisa parte do pressuposto de que a lógica agrícola brasileira e as questões socioambientais inerentes a ela têm origem nas imposições modernas/coloniais de um modo de existência baseado na lógica de dominação e exploração. Para destacar essa questão, adota-se a perspectiva da Ecologia Política, com ênfase na visão latino-americana, permitindo compreender melhor as relações entre o agronegócio, a educação ambiental e a Agroecologia, destacando como as estruturas de poder e exploração influenciam a configuração atual do sistema agrícola brasileiro. De modo geral, os resultados revelaram influências e perspectivas contra hegemônicas que questionam a lógica dominante do mercado, valorizando a autonomia dos/as agricultores/as, a cooperação e a produção familiar. A conclusão destaca o potencial educativo emancipador das feiras agroecológicas ao promover a reflexão crítica sobre o sistema agrícola de produção e fortalecer a compreensão ampla e transformadora da agroecologia, capacitando os/as participantes ao pensamento crítico.

Palavras-chave: Feiras Agroecológicas. Agroecologia. Educação Ambiental. Ecologia Política. Análise Crítica do Discurso.

ABSTRACT

The research is motivated by the connection between Critical Environmental Education and Agroecology, facilitated through agroecological fairs. However, it identifies a relevant social problem: the possibility that social criticism may go unnoticed within the spaces of agroecological fairs due to the dominant influence of modern agricultural discourse that relies on scientific concepts to support the capitalist system, leading to the normalization of environmental injustices and the reduction of the educational potential of resistance territories. To address this issue, qualitative research methods were employed in conjunction with the theoretical-methodological framework of Norman Fairclough's Critical Discourse Analysis and participant observation. In this context, an analysis of the dynamics and practices of the MOGICO association (Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico) was conducted to construct the social context of the research, and the discourses of producers and consumers of the Organic and Agroecological Fair of MOGICO in Juiz de Fora, Minas Gerais, were examined to understand the potential of the meanings attributed to these discourses for the production of critical educabilities regarding the national agricultural situation. In other words, the aim was to understand whether these discourses encompass the criticisms made possible by agroecological practice and the struggles of agroecological producers for Environmental Justice, thereby making these spaces conducive to the realization of Critical Environmental Education. The research is premised on the assumption that the Brazilian agricultural logic and the inherent socio-environmental issues stem from modern/colonial impositions of a way of existence based on the logic of domination and exploitation. To highlight this issue, the perspective of Political Ecology, with an emphasis on the Latin American view, is adopted, allowing for a better understanding of the relationships between agribusiness, environmental education, and Agroecology, emphasizing how power structures and exploitation influence the current configuration of the Brazilian agricultural system. Overall, the results revealed counter-hegemonic influences and perspectives that challenge the dominant market logic, valuing the autonomy of farmers, cooperation, and family production. The conclusion highlights the emancipatory educational potential of agroecological fairs in promoting critical reflection on the agricultural production system and strengthening a broad and transformative understanding of agroecology, empowering participants towards critical thinking.

Keywords: Agroecological Markets. Agroecology. Environmental Education. Political Ecology. Critical Discourse Analysis.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 – Logo MOGICO	116
Figura 2 – Divulgação do 1º Dia Agroecológico	117
Figura 3 – Divulgação do 2º Dia Agroecológico	119
Figura 4 – Feira MOGICO no Centro Comercial Alameda	119
Figura 5 – Divulgação da Feira MOGICO no Centro Comercial Alameda	119
Figura 6 – Divulgação do 3º Dia Agroecológico	122
Figura 7 – Divulgação da Feira MOGICO na UFJF	125
Figura 8 – Divulgação da Feira MOGICO na Praça Bom Pastor	125
Figura 9 – Fórum Regional da Economia Popular e Solidária	127
Figura 10 – Fórum Regional da Economia Popular e Solidária	127
Figura 11 – Divulgação do 4º Dia Agroecológico	128
Figura 12 – Programação do 4º Dia Agroecológico	128
Figura 13 – Divulgação do 5º Dia Agroecológico	128
Figura 14 – 5º Dia Agroecológico	128
Figura 15 – Divulgação Cesta Coletiva MOGICO	129
Figura 16 – Divulgação 7º Dia Agroecológico	134
Figura 17 – 7º Dia Agroecológico	134
Figura 18 – Sede MOGICO	136
Figura 19 – Reunião MOGICO	140
Figura 20 – Reunião MOGICO	140
Figura 21 – Técnicas agroecológica	152
Figura 22 – Técnicas agroecológicas	152
Figura 23 – Técnicas agroecológicas	153
Figura 24 – Técnicas agroecológicas	153
Figura 25 – Variedade produtiva	154
Figura 26 – Técnicas agroecológicas	154
Figura 27 – Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO	162

Figura 28 – Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO	163
Figura 29 – Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO	163
Figura 30 – Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO	165

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Arcabouço teórico-metodológico da ACD	39
Tabela 2 – Relação de produtores/as entrevistados/as	144
Tabela 3 – Relação de consumidores/as entrevistados/as	157

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ABAG	Associação Brasileira do Agronegócio
ABIO-RJ	Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
ABRAS	Associação Brasileira de Supermercados
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ACD	Análise Crítica do Discurso
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAIs	Complexos Agroindustriais
CAMPONESA	Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiros
CCC	Circuitos Curtos de Comercialização
CEASA	Centro Estadual de Abastecimento
EA	Educação Ambiental
ECD	Estudos Críticos do Discurso
EDS	Educação para o Desenvolvimento Sustentável
EMATER-MG	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais
FACED-UFJF	Faculdade de Educação da UFJF
FPA	Frentes Parlamentares da Agropecuária
GEA-UFJF	Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental
IBD	Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural
IFOAM	Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica
Intcoop	Incubadora tecnológica de Cooperativas Populares
JB-UFJF	Jardim Botânico da UFJF
LBC	Laboratório de Biologia Celular
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MOGICO	Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OGMs	Organismos Geneticamente Modificados
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas

OPAC	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
PANCs	Plantas Alimentícias Não Convencionais
Pensa-USP	Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial
PIB	Produto Interno Bruto
PJF	Prefeitura de Juiz de Fora
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SisOrg	Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura
SPG	Sistema Participativo de Garantia
SRB	Sociedade Rural Brasileira
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
TSD	Teoria Social do Discurso
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WCED	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. A LINGUAGEM E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INVESTIGAÇÃO	32
3. ASPECTOS CONJUNTURAIS: da prática colonial do agronegócio às perspectivas agroecológicas e educação ambiental crítica nas feiras	41
3.1 Sistema/mundo colonial/moderno que culminou na dicotomia sociedade/natureza	42
3.2 Capitalismo, mercado na América e o valor da natureza: desvelando a colonialidade e a realidade agrícola brasileira	46
3.3 Discursos e estratégias hegemônicas do agronegócio brasileiro	55
3.4 As problemáticas socioambientais silenciadas pelo modelo agrário destruidor	62
3.5 Modernidade, capitalismo e a complexidade do discurso do desenvolvimento sustentável: revelando a falácia e suas implicações	68
3.6 O discurso dominante da sustentabilidade na Educação Ambiental brasileira	75
3.7 Agroecologia enquanto alternativa contra hegemônica	80
3.8 Agroecologia e Educação Ambiental Crítica	89
3.9 Feiras agroecológicas: fortalecimento da reprodução social de produtores/s, potência de insubordinação ao capital e educabilidades	95
4. CAMINHOS DE PESQUISA	106
4.1 Acessando os discursos da feira: estratégias para delineamento do contexto social de produção discursiva a partir do campo	108
4.2 Contexto social de produção de discursiva	115
4.2.1 Quando um “Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico” se une: percurso	116
4.2.2 Quando um “Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico” se une: dinâmicas e práticas	133
4.2.3 Quando um “Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico” produz e comercializa	146
5. UM MONTE DE GENTE INTERESSADA EM CULTIVO ORGÂNICO: discursos de produtores/as e consumidores/as	169
5.1 A prática agrícola hegemônica nos discursos de um “Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico”	169
5.2 A agroecologia dos discursos de um "Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico"	177
5.3 A associação MOGICO nos discursos de um "Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico"	193

5.4 A feira e suas educabilidades nos discursos de um “Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico”	209
6. AS POSSIBILIDADES EDUCATIVAS PERMITIDAS PELO MOGICO	227
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	237

1. INTRODUÇÃO

Estar aqui hoje é fruto de uma permissão ao processo de autoconhecimento e aprendizado oportunizado pelas vezes que encarei as incertezas e me deixei levar por aquilo que acreditava. E o que eu acredito muda o tempo todo. Nesta introdução, conto como me permiti mudar e chegar até aqui.

O cenário de hoje jamais fora uma opção de resposta quando me perguntavam o que eu queria ser quando crescesse. Influenciada pelo imaginário dos filmes, desenhos animados e brincadeiras, lembro-me da vontade de ser “cientista”. A figura sempre retratada com extrema inteligência, espírito investigativo e dotada de respostas me fascinava junto ao estereótipo generalizado do/a cientista de jaleco branco, imerso/a em seu laboratório realizando experimentos. Aos meus olhos, me imaginar neste lugar era encantador e alimentava a minha melhor versão adulta.

Não consigo mensurar muito bem as referências, mas com o passar dos anos a área da saúde foi me chamando à atenção pela possibilidade de salvar vidas. Segui toda a minha trajetória na escola básica construindo uma genuína afinidade com as disciplinas de ciências e biologia e, ainda inspirada pelos desejos de criança, optei pelo curso de Ciências Biológicas na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Ingressei-me no segundo semestre de 2013 com desejo de seguir meus passos no caminho da Genética para me tornar a “cientista” na área da saúde que eu tanto almejava.

O ingresso no ensino superior representou um marco crucial em minha jornada acadêmica. Adentrando um novo cenário de produção do conhecimento e desenvolvimento de saberes, deparei-me com inúmeras perspectivas de trajetórias que o curso poderia me proporcionar e, é claro, com as dúvidas que naturalmente surgiriam. Logo nos primeiros períodos, as disciplinas teóricas e práticas voltadas à Biologia Celular me despertaram interesse e a Genética deixou de ser uma área que eu seguiria. Não encaro muito bem as mudanças, mas consegui lidar bem com essa transformação, pois ainda estava seguindo o caminho que sempre rascunhei.

Assim sendo, durante o começo do segundo período do curso, decidi participar do processo seletivo para a bolsa de Iniciação Científica no Laboratório de Biologia Celular (LBC) da UFJF e, finalmente, estava chegando perto do sonho de me tornar uma “cientista”. Minha experiência no LBC UFJF foi marcada por quatro anos repletos de aprendizados, tanto profissionais quanto pessoais. Importantes encontros foram oportunizados pela investigação coletiva. Aprendi com os erros e acertos ao buscar respostas para nossas perguntas, e percebi

a importância das facilidades e dificuldades do trabalho em grupo. Até mesmo os entendimentos e desentendimentos foram enriquecedores para a compreensão de que cada movimento é importante no “fazer ciência”. Ainda através do LBC, tive a oportunidade de participar de vários congressos, onde apresentei diversos trabalhos e fui premiada na categoria "Saúde" da Semana de Iniciação Científica da UFJF por dois anos seguidos.

Concomitante a minha trajetória no LBC, meu caminho pelo curso foi sendo traçado e transformações permitidas pelos encontros com os diferentes sujeitos, professores/as, áreas e autores/as. Sendo assim, a cada disciplina ministrada, a afinidade pelas questões trazidas pela Educação Ambiental (EA), Agroecologia e Etnobotânica foram se manifestando e crescendo.

A fim de me aproximar da temática, cursei disciplinas eletivas ligadas à área. Ofertada pela Faculdade de Educação (FACED) da UFJF, a disciplina de “Instrumentação em Educação Ambiental” oportunizou minha participação no desenvolvimento de um projeto que abordava o desperdício de comida no Restaurante Universitário e permitiu um embasamento teórico relativo à temática. Também realizei as disciplinas de “Botânica Econômica” e “Plantas Tóxicas e Medicinais” oferecidas pelo Departamento de Botânica da UFJF e, a elas, devo um parágrafo inteiro.

As janelas do mundo se abriram. Através dessas disciplinas, comecei a construir dois pilares essenciais: a consciência política e a valorização dos homens e mulheres do campo. Isso fez com que eu descobrisse uma nova identificação pessoal e reavaliasse qual caminho seguir dentro das Ciências Biológicas. A partir da explanação da conjuntura política do país e dos movimentos de luta, resistência e existência das populações marginalizadas pelo capital, minha perspectiva mudou e eu me encantei. De alguma forma, eu precisava fazer parte disso.

Com o objetivo de estabelecer conexões com a temática, em 2017, decidi me voluntariar na organização do Encontro e Pesquisa em Educação Ambiental, realizado na UFJF. A experiência singular de participar de um evento latino-americano em Educação Ambiental permitiu-me estreitar laços com as produções da área e ter contato com autores/as importantes e suas reflexões. Embora tenha sido uma escolha despreziosa, a oportunidade ampliou meu entendimento e interesse pelas questões discutidas.

Nesta mesma época, concluí minha graduação em Licenciatura no curso de Ciências Biológicas e as cobranças pessoais para ingresso na pós-graduação começaram a surgir, desencadeando questionamentos e incertezas. Naquele momento, o cenário era marcado pelo aparte pessoal com o LBC, somado à um grande incômodo de seguir um projeto de pesquisa pré-estabelecido pelo programa de pós-graduação.

No entanto, no início de 2018, um hiato se fez necessário. Fui diagnosticada com ansiedade, anorexia nervosa e estava em estágio avançado de depressão. Logo, pensar na minha trajetória acadêmica se tornou algo imensurável. Foram necessários vários meses de muito trabalho para que eu conseguisse reconectar comigo mesma, e contei com o apoio inestimável da minha família e amigos/as somando forças nesta jornada. Minha trajetória de superação conta com movimentos importantes que influenciaram e ainda influenciam significativamente meu percurso acadêmico. Dois deles merecem destaque, pois se entrelaçam: a compreensão dos meus anseios em relação à vida profissional e minhas idas às feiras da cidade.

Com o apoio de profissionais e orientação adequada consegui organizar meus pensamentos de maneira clara e cautelosa, o que me permitiu encontrar novos caminhos e fazer descobertas significativas relacionadas à minha carreira e às minhas aspirações pessoais. Como resultado, em 2019, decidi me desvincular do LBC UFJF e me candidatar ao processo de seleção de educadores/as ambientais do Jardim Botânico (JB) da UFJF.

Assim, no segundo semestre de 2019 ingressei no JB UFJF como educadora ambiental. Antes de iniciar as atividades, participei de um curso de formação de monitores/as, que ofereceu o embasamento teórico necessário para a atuação neste espaço e elucidou questões relacionadas à história e temáticas ambientais do JB. No entanto, para além do que fora proposto, o curso e as vivências no JB me reconectaram com a Educação Ambiental, Agroecologia e Etnobotânica, reascendendo meu encantamento por essas temáticas.

Simultaneamente, enquanto buscava superar meu transtorno alimentar, uma nova relação com as feiras da cidade foi se configurando. Iniciada de maneira patológica e motivada pelo medo característico da anorexia nervosa, minha relação com os alimentos foi gradualmente se transformando em urgência de conhecimento. Nesse contexto, impulsionada pelo desejo de superar meus receios alimentares, comecei a frequentar feiras locais com o intuito de estabelecer uma conexão com os/as produtores/as e conhecer melhor os alimentos que eu viria a consumir.

Com o tempo, fui colhendo as conquistas dos tratamentos que me submeti. Assim, práticas que antes eram remediais foram incorporadas aos meus hábitos, permitindo novos olhares ao espaço da feira. A cada encontro, novas descobertas se tornavam possíveis com sujeitos diversos expondo cores, cheiros, sabores e produtos que eram resultado de luta, existência e resistência, retratando modos e condições de vida. A aproximação também me proporcionou uma compreensão mais profunda das dimensões de funcionamento, caracterização e movimentação das feiras.

À medida que a ida à feira se tornou habitual, gradativamente minhas relações foram se transformando. Para Santos (2005, p.159), “cada lugar se define tanto por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional” e, desta forma, comecei a enxergar a feira não apenas como um espaço para comprar alimentos, mas como um lugar para superar meu medo relacionado à comida, transformar percepções e oportunizar conhecimento crítico.

Influenciada pelo processo de conscientização da mudança na minha relação com a feira, pelas experiências adquiridas no trabalho semanal no JB e pela urgência da temática ambiental, comecei a me inquietar com perguntas e possibilidades. Essa inquietação acabou catalisando a decisão de voltar a considerar fazer uma pós-graduação.

A decisão de ingressar no mestrado em uma área completamente diferente daquela que tinha constituído minha trajetória na graduação foi mais um momento marcado por medo e inseguranças. No entanto, a possibilidade de estabelecer uma nova relação com as feiras, agora como pesquisadora, foi crucial para que eu me permitisse, mais uma vez, tentar mudar. A “cientista” que eu queria ser ainda estava viva, mas sob uma nova perspectiva.

A partir do meu processo de transformação no olhar sobre esses espaços, inquietações de maior escala começaram a surgir: seria a feira um espaço com potencial para transformar certezas e relações? E dentro do espaço urbano de Juiz de Fora (JF), a feira poderia ser um ambiente propício para a promoção da Educação Ambiental (EA)? Essas foram perguntas que inicialmente direcionaram a construção do meu projeto de mestrado, apresentado no processo seletivo de 2020 do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGE-UFJF).

Depois de ser aprovada, aguardei cerca de dez meses até começar o mestrado. Nesse período, atuei como analista ambiental em uma empresa de projetos elétricos que prestava serviços terceirizados à Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), em Juiz de Fora, Minas Gerais. Meu trabalho consistia em analisar as condições ambientais de áreas rurais que receberiam novas instalações elétricas e, com isso, produzi muitos relatórios quantitativos e objetivos para licenciamento. Essa experiência ampliou meus conhecimentos como bióloga, mas também me fez perceber o quanto desejava atuar como pesquisadora.

Durante esse mesmo período, a pandemia da Covid-19 se espalhou pelo mundo, gerando uma onda global de medo diante dos ainda precários conhecimentos relacionados ao SARS-CoV2 e dos crescentes números diários de mortes. A sensação de vulnerabilidade pessoal e familiar aumentou, assim como a pressão sobre cientistas em todo o mundo para descobrir ações profiláticas e desenvolver uma vacina que nos libertasse desse pavor. As exigências de conduta preventiva da Covid-19 significaram que todo o meu tempo de espera e

meu ingresso no mestrado fossem realizados dentro de casa, assistindo às notícias pela televisão, computador e celular enquanto o mundo enfrentava mais um fenômeno resultante do colapso ambiental.

Devido à estreita relação da pandemia da Covid-19 com a conjuntura agroprodutiva que envolve o delineamento da minha pesquisa, é fundamental destacar que ela representa mais um resultado da crise ambiental e do modelo de produção agrícola. Estudos apontam uma profunda articulação entre a causa da pandemia e a exploração desmedida da natureza, que resulta em danos socioambientais significativos, como a perda de diversidade biológica causada pelo desmatamento e práticas de monocultura predatória imposta pelo mercado. Desta forma, originam ambientes desequilibrados e facilitam o surgimento de vírus potencialmente pandêmicos (LAYRARGUES, 2020a).

Neste contexto, é importante salientar que a pandemia da Covid-19 não pode ser atribuída somente à degradação ambiental. Compreende-se que a causa central é resultado do modo de produção hegemônico global, baseado na obtenção de lucro à custa da exploração dos bens naturais (LAYRARGUES, 2020a). A utilização da alta tecnologia pelas práticas predatórias da agropecuária industrial e sua expansão ilimitada, imposta pelo capital intensivo, são também responsáveis pela emergência de doenças e pela deturpação da saúde e da vida. No entanto, como destaca Layrargues (2020a), os holofotes dos governos e da grande mídia são dados somente às consequências da pandemia, desconsiderando a causa estrutural responsável e impedindo que se interfira nela. Perde-se, assim, a oportunidade de aprender com a crise sanitária e de promover mudanças socioambientais urgentes.

Mas, voltando ao meu ingresso no mestrado, como já mencionado, este se deu de maneira remota. A coordenação e o corpo docente do PPGE-UFJF tiveram um papel fundamental em oferecer disciplinas virtualmente, utilizando plataformas como o Moodle e o GoogleMeet. Para mim, todos os cenários que se apresentavam academicamente eram completamente novos e desconhecidos: o mestrado em uma área diferente daquela que eu havia cursado na graduação, leituras e autores/as que empregavam uma linguagem específica com a qual eu ainda não estava familiarizada e aulas ministradas remotamente em meio a uma crise sanitária global. Além disso, tive que me adaptar a novas compreensões relacionadas ao processo de construção e delineamento da pesquisa.

Das inúmeras possibilidades que imaginei que o ingresso ao mestrado traria para mim, a principal foi, mais uma vez, me permitir aprender com o processo de mudanças exigido por um gigantesco e enriquecedor desafio incorporado à minha trajetória, proporcionando que novas descobertas e perspectivas fossem sendo esboçadas neste caminho. Desde o princípio,

em outubro de 2020, até os atuais momentos, foram muitos os instantes em que novas direções foram sendo delineadas e vários os momentos de desvios às ideias iniciais, modificando e (re)desenhando a minha pesquisa de alguma forma.

Sob as ideias iniciais contidas no projeto que submeti, a fim de elaborar uma estratégia de atuação, realizei buscas relacionadas às feiras livres de Juiz de Fora. Os resultados me apresentaram que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Agropecuária (SEDETA) da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora certificava a realização de dezoito feiras livres em dezesseis bairros da cidade. A partir dessa informação, fiquei entusiasmada com o potencial de alcance quantitativo¹ da população a esses locais, bem como com a forte resistência ao uso de espaços públicos da cidade, permitindo o acesso por diferentes classes sociais.

Durante a pesquisa realizada para a construção do projeto, pude compreender a força da lógica do uso de espaços como supermercados e mercearias, que terceirizam a venda de alimentos e, conseqüentemente, rompem com a possibilidade de trocas entre os sujeitos envolvidos. A comercialização direta entre o/a consumidor/a e o/a produtor/a é interrompida, contribuindo para a marginalização de saberes e modos de produção tradicionais. Foi a partir disso que pude perceber como relações hegemônicas são fundamentadas no desconhecimento da origem do alimento comercializado, fomentando a lógica do mercado e desconsidera a possibilidade de inserir a EA em tais contextos.

Logo, ao submeter meu projeto, propus investigar se/como os saberes vinculados à EA eram construídos em cada um dos dezoito locais onde as feiras livres ocorrem em Juiz de Fora. Para alcançar esse objetivo, a proposta envolvia a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas distintas sob o intuito de compreender se/como os saberes tradicionais e as práticas sustentáveis eram/são valorizados entre produtores/as e consumidores/as.

Iniciando o mestrado, comecei a participar das reuniões do Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental (GEA-UFJF), que se dedica a estudar a Educação Ambiental a partir de uma abordagem decolonial que, ao mesmo tempo, englobe reflexões para a da Justiça Ambiental², integrando conceitos da Ecologia Política³. No primeiro semestre, tive a

¹ No entanto, posteriormente e, a partir das orientações, percebi que essa abordagem quantitativa não seria suficiente para entender a complexidade das relações nas feiras (importantes ao processo educativo), e decidi incorporar metodologias qualitativas que permitiriam uma compreensão mais profunda e holística.

² De maneira geral, busca garantir que todas as pessoas, independentemente de sua identidade ou contexto socioeconômico, tenham igualdade de condições para desfrutar de um ambiente saudável e seguro, além de participar ativamente das decisões que impactam suas vidas e comunidades (WHITAKER, 2012).

oportunidade de cursar a disciplina de "Estudos Independentes", ministrada pela minha orientadora, a Professora Angélica Cosenza. Essas experiências permitiram que eu tivesse novas compreensões e estabelecesse uma aproximação com referências bibliográficas fundamentais em Educação Ambiental. Com isso, para aprimoramento do meu projeto, vi que era necessário fazer mudanças quanto à postura quantitativa inicialmente adotada. Assim, foi apresentado a mim um olhar qualitativo, que buscava respostas profundas às perguntas direcionadoras, por meio de uma imersão no campo. Logo, o campo de pesquisa composto por dezoito feiras configuraria um percurso muito amplo para o tempo de dois anos do mestrado.

Durante o processo, foi identificada outra questão relevante: nem todos os/as comerciantes das dezoito feiras da cidade são também produtores/as dos hortifrúteis que vendem. Embora as feiras sejam espaços historicamente tradicionais, nem sempre estão apartados da lógica da terceirização. Nesse sentido, descobri que apenas a feira orgânica e agroecológica da Associação Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico (MOGICO), que até então havia frequentado algumas vezes, possuía a característica de ter todos/as os/as produtores/as como aqueles que comercializam os hortifrúteis que produzem, trazendo perspectivas do cultivo orgânico, agroecológico e da agricultura familiar.

A partir dessa singularidade de extrema importância para minha pesquisa, a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO foi escolhida como meu campo de investigação. A necessidade de redução do escopo para conduzir uma pesquisa qualitativa levou-me a refletir e compreender que o processo de pesquisa em educação requeria uma mudança de perspectiva e de significados. Foi necessário que eu abandonasse a postura restritiva e “neutra” adotada nas pesquisas em imunologia no LBC.

Para isso, de modo geral, as disciplinas cursadas contribuíram significativamente na construção de um arcabouço teórico sólido, ampliando minhas concepções em relação à Educação Ambiental a partir de uma abordagem democrática que considera relações de poder, aspectos socioeconômicos e culturais fundamentais para a transformação social. Esse enfoque supera práticas tradicionais que privilegiam práticas hegemônicas de capacitação ecológica individual, com foco conservacionista, pragmático, ingênuo e romântico (LAYRARGUES, 2012), permitindo uma visão mais ampla e crítica das questões ambientais. Além disso, as

³ Entendendo o campo agrícola como espaço de manifestação de forças capitalistas, a corrente de pensamento da Ecologia Política debruça sobre as problemáticas ambientais para trazer à tona as relações desiguais de poder entre os atores sociais que os constitui, explicitando suas diferentes motivações, interesses e impactos sobre o meio natural (WHITAKER, 2012) sob uma linha de ruptura com o sistema político-econômico vigente e preocupação com os efeitos socioambientais consequentes às suas práticas.

disciplinas me proporcionaram uma nova visão para a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, permitindo observações dotadas de potencial educativo e resistência política.

Para adotar um olhar qualitativo sobre uma feira agroecológica, foi preciso compreender seu espaço para além das dimensões físicas, considerando as relações sociais e culturais que a atravessam. Assim, primeiramente recorri a Milton Santos, que em sua teoria geográfica⁴ apresenta o conceito de “lugar” como espaço vivido, ou seja, onde as relações sociais se concretizam no território⁵, no qual as pessoas estabelecem relações emocionais, afetivas e simbólicas.

No entanto, ainda no primeiro semestre, na disciplina "Seminário de Pesquisa" ministrada pela professora Sônia Miranda, foi estudado o livro "A Invenção do Cotidiano" do filósofo francês Michel de Certeau (1980), no qual é apresentado o conceito de "lugar praticado". Esse conceito se refere ao espaço onde as pessoas desenvolvem suas práticas cotidianas, que envolvem uma multiplicidade de ações e histórias que produzem subjetividade. Como o "lugar praticado" é uma dimensão fundamental do espaço urbano, Certeau destaca que muitas vezes é dominado pela ordem institucional, pelo poder político e econômico. Assim, argumenta que as práticas cotidianas nesses lugares representam formas de subversão e resistência contra as imposições da ordem institucional, e que é importante analisá-las e valorizá-las em termos de construção do espaço urbano.

Os conceitos de "lugar" de Milton Santos e "lugar praticado" de Michel de Certeau, embora distintos, apresentam complementaridade ao enfatizarem a importância crucial da dimensão social do espaço e das atividades diárias das pessoas na formação e experiência do local. Enquanto Santos destaca a relevância cultural e simbólica do lugar, Certeau ressalta sua dimensão prática e do dia a dia. Ambos convergem ao sublinhar a necessidade de considerar as interações sociais e culturais na configuração do lugar, assim como na criação de subjetividade e identidade a partir dele.

Desse modo, ao analisar a Feira Agroecológica e Orgânica do MOGICO, percebo-a como um "lugar" subjetivo, variando de acordo com a perspectiva individual de cada participante, moldada por suas práticas sociais. Entretanto, ao examinar suas características singulares e as atividades cotidianas ali realizadas, é possível defini-la objetivamente como

⁴ Milton Santos define o conceito de "lugar" em várias de suas obras, uma vez que este é um conceito fundamental em sua teoria. No entanto, a obra em que ele trata explicitamente do conceito de "lugar" é "Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica", publicado originalmente em 1978.

⁵ Na mesma obra de 1978, Milton Santos compreende território como um espaço apropriado e transformado por uma sociedade, onde são estabelecidas relações sociais, econômicas e políticas marcadas por relações de poder e conflitos. Desta forma, não se trata apenas de um espaço físico, mas um espaço social, dotado de significados e valores atribuídos pelas pessoas que nele habitam.

um "lugar praticado". Nesse contexto, as rotinas diárias das pessoas na feira representam formas de resistência e contribuem para a construção de um espaço urbano distintivo.

Durante o segundo semestre do curso, tive a oportunidade de cursar "Análise Crítica do Discurso - ACD" também ministrada pela minha orientadora Professora Angélica Cosenza. Nessa disciplina, pude acrescer minha compreensão da linguagem como prática social e campo em disputa de poder, a partir da Teoria Social do Discurso (TSD) de Norman Fairclough e das adaptações trazidas por autores/as brasileiros/as, tais como Viviane Resende e Viviane Ramalho. De acordo com Fairclough (2001), as disputas discursivas estão relacionadas ao processo de significação e semiose presentes no discurso, ou seja, o discurso não apenas retrata, mas também (res)significa uma determinada prática. Dessa forma, a Análise Crítica do Discurso (ACD) permite a compreensão das problemáticas sociais relacionadas aos aspectos semióticos por meio das disputas discursivas.

Logo, pensando nas possibilidades educativas que podem ser proporcionadas pelas feiras agroecológicas compreendi ser fundamental à minha pesquisa entender as reverberações dessas disputas, e como elas influenciam estes espaços de resistência. Dessa forma, a disciplina ACD proporcionou-me uma via de acesso para analisar as disputas discursivas presentes nesses espaços, auxiliando na compreensão das educabilidades possibilitadas pelas feiras agroecológicas.

Sabe-se que as sociedades industrializadas estão atualmente dominadas por uma hegemonia de consumo alimentar baseada em alimentos ultra processados e na lógica neoliberal do mercado, que favorece o agronegócio. Por outro lado, acredito firmemente que os movimentos políticos de resistência que promovem uma agricultura fundamentada na soberania alimentar das comunidades locais, em perfeita sintonia com o ecossistema, representam a única via capaz de proporcionar uma perspectiva genuína de desenvolvimento.

A palavra "feira" vem do latim *feria* que significa "dia de festa", um local de vendas, trocas, encontros e conversas (MINNAERT, 2008), envolvendo práticas sociais construídas por meio de relações interpessoais. Por esse ponto de vista, "fazer a feira" pode ser entendido como um grupo de pessoas, geralmente produtores/as e consumidores/as, que se relacionam entre si e tecem esse espaço como um lugar de prática e produção social. Assim, podem ser concebidas como articulações de potencial sociabilidade, nas quais é possível gerar um senso de permanência, identidades e aprendizagens, tanto pelo compartilhamento de informações, saberes, valores e identificações, quanto pela própria materialidade das práticas (CUERVO, HAMANN e PIZZINATO, 2019), ressaltando uma dimensão qualitativamente distintiva.

Quando se trata das feiras agroecológicas, a literatura as considera como formas de comércio e espaços fundamentados nos princípios da Agroecologia, com estratégias específicas para a produção e comercialização de alimentos. No entanto, a minha pesquisa se estrutura para além da comercialização dos produtos dos/as produtores/as que participam da feira, visto que meu foco é considerar a feira agroecológica como uma prática social potencialmente educativa e integrada à Agroecologia.

A prática agroecológica não se limita apenas às técnicas agrícolas, mas promove uma mudança paradigmática, podendo se debruçar na Ecologia Política para denunciar a insustentabilidade de uma agricultura excessivamente dependente de elementos externos. Por isso, os esforços se voltam para revelar interesses, evidenciar os sujeitos afetados pelos impactos negativos e denunciar as estratégias de manutenção da relação sociedade-natureza para obtenção de lucro. Caldart (2022) destaca que entender a dinâmica de transformações e as contradições sociais, ambientais e humanas movimentadas pela produção agrícola hegemônica é fundamental para compreender o essencial da Agroecologia.

Frente à histórica relação entre sociedade/natureza marcada por disputas de poder, o campo procura vislumbrar, enquanto práxis⁶, os apagamentos de saberes, modos de vida e luta política provocada pelos interesses do mercado (CALDART, 2022). Desta forma, busca o equilíbrio ecológico por meio de uma produção harmoniosa construída por diferentes atores sociais, defendendo o acesso à natureza aos menos privilegiados, contribuindo para a Justiça Ambiental (CAPORAL & COSTABEBER, 2003).

Ao tomar uma feira agroecológica como objeto de estudo, podemos compreendê-la como uma prática social que abrange dimensões de produção e consumo sob um contexto social que permite o acesso a uma nova perspectiva dos fenômenos sociais, políticos, econômicos e educacionais. Significa reconhecer a contra hegemonia presente no trabalho dos/as produtores/as em relação à produção agrícola de outros mercados, tomando-a como um espaço potencialmente pedagógico de grande importância emancipadora. Por isso, minha pesquisa direcionou-se para as práticas e ações agroecológicas, buscando compreender as lógicas envolvidas nesses processos e como elas contribuem para a apreensão de que alimentar-se é um ato profundamente político.

Sob a ótica de identificar espaços com potencial educativo para a transformação social, a feira agroecológica se mostrou um objeto de estudo privilegiado. Por estar vinculada

⁶ A Agroecologia se sustenta sob três pilares, que a conformam enquanto uma práxis construída por diferentes sujeitos sociais: o pilar da prática, da ciência e da luta. Estes três pilares podem ser entendidos como momentos dialéticos da sua realização histórica, que alcançam uma visão da realidade em totalidade (CALDART, 2022).

à Agroecologia, ela permite a manifestação de discursos entre produtores/as e consumidores/as que envolvem noções políticas, culturais e socioeconômicas relacionadas à questão agrícola, podendo ser um território potente à ação política e oferecendo um ambiente propício para educabilidades capazes de contribuir para a transformação social.

Paulo Freire (2000) argumenta que, no processo educativo, o anúncio e a denúncia devem ocorrer simultaneamente e de forma indissociável. Para a perspectiva freireana, no âmbito ambiental, é necessário que a promoção de modos de vida sustentáveis seja acompanhada pela denúncia dos modos de vida insustentáveis, ou seja, a defesa da sustentabilidade deve acontecer em conjunto com o combate à insustentabilidade. Layrargues (2020b) destaca que, diante do retrocesso e desmonte ambiental contemporâneo, não há espaço para saudar exemplos de sustentabilidade sem denunciar vigorosamente a insustentabilidade.

É importante destacar que espaços como a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, que têm potencial de resistência e educação, também são afetados pela vida cotidiana alienada, resultado das perspectivas da modernidade, da ciência e do capitalismo. De acordo com Lefebvre (2004), na sociedade moderna, o cotidiano perdeu sua subjetividade e tornou-se objeto, subordinado à valorização do capital, fragmentado e reduzido ao consumo programado, limitando outras possibilidades existentes. Isso caracteriza a cotidianidade moderna como um lugar de exploração refinada e passividade controlada.

Considerando as influências hegemônicas do discurso favorável ao capital na vida cotidiana moderna, as potencialidades educativas e críticas de uma feira agroecológica podem ser suprimidas. Layrargues (2020b) afirma que atualmente somos regidos pelo antiecológico⁷ e retrocesso ambiental, que alimentam o colapso ambiental vigente. Este, por sua vez, se coloca como um contexto favorável a limitar a feira ser apenas mais um espaço educacional com orientações hegemônicas sobre alimentação saudável e produção sem agrotóxicos, sem estimular uma reflexão crítica sobre os processos de produção agrícola e suas consequências socioambientais. Isso pode restringi-la ao universo do mercado, que ensina apenas a obedecer e cumprir ordens disciplinadamente, construindo um imaginário domesticado e hegemônico do sujeito ecológico⁸.

⁷ O antiecológico apresentado por Layrargues (2020a) uma postura que se opõe e nega às problemáticas ambientais, enfraquecendo o aparato institucional necessário para enfrentar os desafios ambientais e climáticos. O resultado é uma maior exploração predatória da natureza e um afastamento da busca por um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e as questões socioambientais.

⁸Aquele que, por práticas individualizantes e comportamentalistas são adestrados a se conformar com ambientalismo de mercado e atuar tolerante à atual conjuntura retrocesso do campo ambiental brasileiro e de agravamento do colapso climático (LAYRARGUES, 2020b).

Complementando o arcabouço teórico, a disciplina eletiva "Educação Ambiental inSurgente e interseccional", ministrada pelos professores Jaqueline Girão (Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense) e Celso Sánchez (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro) despertou em mim o interesse por investigar as denúncias à modernidade/colonialidade como fator contribuinte para a produção de discursos hegemônicos que envolvem a questão agrícola brasileira, baseados em uma relação dissociada entre o homem e a natureza e suas consequências na crise ambiental. Nesse sentido, também busquei compreender como essa relação influencia a construção do imaginário do sujeito ecológico, do antiecológismo (Layrargues, 2017) e da política do agronegócio, que naturalizam as relações socioambientalmente destrutivas, atuando como projeto de dominação passiva do imaginário na vida cotidiana moderna a serviço da manutenção do sistema hegemônico vigente, impedindo a formação do sujeito ecológico⁹.

No Sul global, o subdesenvolvimento é produzido ao alimentar o desenvolvimento do Norte, baseado em relações assimétricas de poder intensificadas pela exploração neoextrativista que remonta ao processo de colonização das Américas e à colonialidade de poder¹⁰ (QUIJANO, 2010). Esse processo histórico criou identidades geopolíticas hierarquicamente superiores e subalternizadas, gerando assimetrias e classes sociais que deram origem à lógica capitalista. Ademais, o processo encobriu o outro e criou o "mito da modernidade"¹¹ (DUSSEL, 1993).

A modernidade é produto da colonialidade, ou seja, das relações de poder impostas pelos processos de colonização e colonialidade, que geraram dominação geopolítica e intersubjetiva. A colonialidade é um conceito importante para entender como a violência colonial, também discursiva, persiste até hoje. Desde a colonização, diversas estratégias de dominação cultural e opressão simbólica foram utilizadas para controlar a subjetividade e impor a pedagogia da ordem e da obediência, com o objetivo de manter a ordem social capitalista estabelecida (QUIJANO, 2010).

⁹ Como sujeito ecológico, (LAYRARGUES, 2020b, p. 77) entende, perante o atual contexto de crise ambiental, ser aquele que por meio da denúncia e do anúncio, atua coletivamente a fim de "aprender a contestar, aprender a reivindicar, aprender a protestar, aprender a agir coletiva e politicamente para defender o ambiente: essas são as novas aprendizagens que emergem da libertação do espírito subversivo e do sentimento de indignação".

¹⁰ A colonialidade de poder refere-se ao legado persistente do poder colonial e das hierarquias que foram estabelecidas durante a era colonial. Isso inclui não apenas a exploração econômica, mas também as formas de opressão, discriminação e marginalização cultural e social (QUIJANO, 2010).

¹¹ O mito da modernidade é uma construção ideológica que, ao longo da história, serviu para justificar a exploração, a opressão e a dominação colonial por parte dos europeus sobre outras culturas e sociedades, ocultando os efeitos negativos desse processo e perpetuando a desigualdade entre diferentes povos e regiões do mundo (DUSSEL, 1993).

No contexto ambiental, esse movimento histórico resultou em um esforço ideológico violento que criou uma falsa imagem de submissão, tolerância e subserviência aos interesses do capital. Hoje, um olhar fragmentado e limitado da sustentabilidade é difundido, funcionando como um projeto de mercado que tem como finalidade ensinar a obedecer e cumprir ordens comportamentais e de adestramento (LAYRARGUES, 2020b).

Durante o processo de colonização, houve uma influência significativa na visão científica ocidental que permanece até hoje e que viola a integridade da natureza e suas culturas. Esse processo reduziu a diversidade à uniformidade e transformou a natureza em um recurso não renovável. Assim, a colonialidade também desempenhou um papel importante na crise ambiental atual, ligada à fragmentação do pensamento científico.

Sob a disciplina "Interdisciplinaridade e Complexidade na Pesquisa Educativa", ministrada pela professora Olga Alicia Gallardo Milanés, tive a oportunidade de me familiarizar com a crítica de Edgar Morin ao pensamento simplificador da ciência moderna. Em contra ponto, Morin propõe uma reforma de pensamento baseada na complexidade, que representa uma ruptura com o paradigma de simplificação e uma nova proposta epistemológica (MORIN, 2006).

Em seu trabalho, Morin (2006) critica o paradigma da simplificação difundido no Ocidente, que fundamenta a ciência moderna em uma lógica de eliminação da complexidade dos fenômenos, com o propósito de evidenciar a ordem simples e controlar o real. O pensamento simplificador produz um saber anônimo e cego sobre a complexidade conjuntural, produzindo um conhecimento específico que fraciona relação natureza/humanidade em partes não comunicantes e até mesmo inimigas, visto que a natureza é considerada um obstáculo ao desenvolvimento capitalista.

A ciência moderna e eurocêntrica se desvinculou das questões sociais e humanas e passou a ser vista apenas como técnica, contrapondo-se a outras racionalidades. O pensamento científico moderno, guiado pelo progresso científico e tecnológico em favor do capitalismo, impôs um modelo extrativista, utilitarista e consumista, acarretando em consequências complexas como degradação ambiental, pobreza, violência, crise energética, guerras e corrupção. Essas contradições refletem um sistema hegemônico excludente e explorador, que não se limita à produção de injustiças ambientais, mas também à exploração do homem pelo homem, resultando em injustiças sociais (LEFF, 2010).

No atual contexto agrícola, a ciência ocidental é aplicada à agricultura sob a perspectiva econômica e desenvolvimentista, que impõe a superioridade dos conhecimentos científicos em relação a todos os outros, sem considerar as questões ecológicas, sociais e

ambientais inerentes à produção. Ao analisarmos a prática agrícola baseada nos paradigmas do agronegócio, ou seja, na prática agrícola dominante, percebe-se que seus princípios epistemológicos negligenciam aspectos como biodiversidade, relações ecológicas, fatores socioeconômicos e culturais, deixando-os de fora do seu discurso (PAIVA, 2019).

Na perspectiva da América Latina, Gudynas (2012) repensa o desenvolvimento contemporâneo e compreende nosso ingresso no mercado neoliberal pela mercantilização dos bens naturais, através da produção de *commodities* agrícolas e minerais (neoextrativismo) para o mercado mundializado. Para tanto, é utilizado o modelo monoprodutor e cientificado, que concentra terras, expropria bens naturais, destrói a biodiversidade e, ao reconfigurar profundamente os territórios e modos de vida, ameaça à segurança alimentar e gera novas formas de dependência e dominação. No entanto, o discurso dominante o anuncia imerso aos aspectos “tech, pop e tudo” e o intitula como “Indústria Riqueza do Brasil”¹², ocultando as injustiças socioambientais provocadas.

A partir das reflexões trazidas pelas disciplinas oferecidas, compreendemos que espaços como a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO podem ser concebidos como locais propícios ao desenvolvimento de educabilidades emancipadoras, pela possibilidade de circulação de discursos contra hegemônicos, saberes e tradições vinculadas ao campo, bem como pela promoção de resistências e denúncias de práticas hegemônicas exploratórias, entre outros aspectos citados. No entanto, essa feira também pode ser afetada por discursos alienados, que resultam das perspectivas da modernidade/colonialidade, da ciência e do capitalismo. Inserida em um contexto urbano, a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO está localizada em um bairro nobre da cidade de Juiz de Fora, onde a influência de discursos mercadológicos hegemônicos, que se alimentam das premissas do agronegócio e do antiecológico, é também inerente a esse espaço e pode atuar como fonte de invisibilização de críticas sociais, luta, indignação, ações coletivas e da formação do sujeito ecológico.

Para adotar a Análise Crítica do Discurso, proposta por Norman Fairclough e outros/as autores/as brasileiros/as como estratégia teórico-metodológica, é fundamental considerar um problema social associado aspectos semióticos do discurso. Isso significa compreender o discurso como uma parte da prática social, que se manifesta por meio de expressões linguísticas (verbais e não verbais) relacionadas a questões de poder e hegemonia (RAMALHO; RESENDE, 2011).

¹² Campanha publicitária desenvolvida pela Rede Globo de Televisão desde junho de 2016 e, que faz referência positiva ao agronegócio brasileiro a fim de os interesses do setor (SANTOS; MATOS, 2018)

Dessa maneira, proponho-me, neste momento, a trabalhar com o seguinte problema social que faz sentido em minha trajetória: a possível invisibilidade da crítica social oportunizada pela dialética anúncio/denúncia nos espaços de uma feira agroecológica, frente ao poderoso discurso agrícola hegemônico. Esse discurso, baseado nas premissas da modernidade e ciência para a manutenção do capital, atua a fim de normalizar e naturalizar as injustiças ambientais, contribuindo na ocultação de possíveis potencialidades educativas dos territórios de resistência. Desta forma, a destituição da potencialidade educativa contra hegemônica em feiras agroecológicas é o problema social que motiva esta investigação. Isso porque essa destituição pode contribuir para a manutenção dos processos de injustiças e desigualdades ambientais inerentes ao modelo agroprodutivo hegemônico e dificultar a possibilidade de educação emancipatória.

Como questão de pesquisa, procuro compreender se/como os discursos de produtores/as e consumidores/as de uma determinada feira da cidade de Juiz de Fora – MG insinuam a crítica social ao modelo agrícola vigente e anunciam indignações e reações política e coletiva. Em meu objetivo geral, busco alcançar como a crítica social ao modelo agrícola vigente e os possíveis anúncios de indignações e reação política e coletiva insinuados nos discursos de pelos produtores/as e consumidores/as da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO contribuem para possíveis educabilidades insurgentes nestes territórios, além de compreender como a espacialização do capitalismo se dá nesses lugares.

Como objetivos específicos, busco:

- Compreender as ações agroecológicas ligadas ao MOGICO, enquanto sujeito coletivo.
- Compreender quem são os/as produtores/as, suas perspectivas sobre Agroecologia e como atribuem significações tanto à feira quanto aos produtos orgânicos e agroecológicos que são comercializados nela.
- Compreender quem são os/as consumidores/as, suas perspectivas sobre Agroecologia e como atribuem significações tanto à feira quanto aos produtos orgânicos e agroecológicos que são comercializados nela.
- Investigar os possíveis intertextos que podem surgir nos discursos de produtores/as e consumidores/as, evidenciando (ou não) as insurgências a partir da interação possibilitada pela feira.
- Acessar possíveis atravessamentos do discurso hegemônico do agronegócio e da contra hegemonia da Agroecologia nas falas dos/as produtores/as e dos/as consumidores/as.

- Anunciar possibilidades para a Educação Ambiental sob a vertente Crítica e Transformadora a partir dos discursos de produtores/as e consumidores/as.

No delineamento de minha pesquisa, a linguagem se coloca como eixo fundamental. Situada historicamente, a linguagem não se comporta apenas como prática social, mas como peça central no contexto de transformações sociais sob o atual modo de produção capitalista (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Abrirei-me ao campo por meio da pesquisa qualitativa discutida no capítulo 4.

E, para registro da minha trajetória até o momento, a dissertação está assim organizada: na Introdução, trago minha trajetória e enuncio o problema de pesquisa. Posteriormente, no segundo capítulo intitulado "Linguagens e suas contribuições para a investigação", abordarei a crise global que permeia diversos aspectos, atribuindo-a às premissas do desenvolvimento progresso econômico moderno-colonial-capitalista e às influências da colonialidade e da modernidade. Nesse contexto, apresentarei estratégias metodológicas típicas da Análise Crítica do Discurso (ACD), e destacarei a importância de adotar uma abordagem crítica e reflexiva nos estudos do discurso, visando descolonizar as teorias, metodologias e práticas predominantes nesse campo.

No terceiro capítulo, "Aspectos conjunturais: da prática colonial do agronegócio às perspectivas agroecológicas e educação ambiental crítica nas feiras" trago a complexa conjuntura que envolve meu contexto de pesquisa. Nesse sentido, procuro estruturar os primeiros tópicos com o objetivo de destacar as influências da modernidade e da colonialidade sobre o ser, o conhecimento e o poder. Meu propósito é evidenciar que esses mecanismos não apenas moldaram a economia e a sociedade, mas também o imaginário e as dimensões simbólicas dos indivíduos. Essa abordagem revela uma concepção alternativa da natureza e uma nova compreensão do outro, o que, por sua vez, sustenta a exploração que persiste até os dias atuais.

Com o objetivo de compreender as influências coloniais no campo agrícola brasileiro, no terceiro capítulo, faço avanços ao revelar a atual realidade que permeia esse contexto. Apresento que essa realidade é respaldada por premissas modernas e coloniais, as quais são refletidas nas estratégias hegemônicas e nos discursos adotados pelo agronegócio brasileiro. Esses discursos distorcem o imaginário e as dimensões simbólicas dos indivíduos, exercendo influência sobre o discurso do desenvolvimento sustentável e o discurso dominante de sustentabilidade na Educação Ambiental brasileira. No entanto, também procuro denunciar as problemáticas socioambientais que são silenciadas pelo modelo agrário destrutivo e pelos

mecanismos de colonialidade, assim como as falácias subjacentes ao discurso do desenvolvimento sustentável.

Também reconhecendo a existência de uma contra hegemonia agrícola que permeia meu objeto de pesquisa, encerro o terceiro capítulo ao abordá-la. Faço isso destacando as insubordinações e críticas ao modo de produção agrícola hegemônico, que são inerentes à prática agroecológica, assim como suas influências e potencialidades no âmbito da Educação Ambiental Crítica. Por fim, respaldada pelos contextos contra hegemônicos apresentados nos tópicos anteriores, enfoco as feiras agroecológicas e as considero, de maneira geral, como espaços que possibilitam a reprodução social dos/as agricultores/as familiares, evidenciando resistências ao domínio do capital e as oportunidades educacionais significativas que surgem a partir desse cenário.

No quarto capítulo intitulado "Caminhos de Pesquisa", exploro as estratégias metodológicas que empreguei para obter os discursos dos/as produtores/as que participam da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO e dos/as consumidores/as, além de descrever as observações realizadas. Reconhecendo a importância de compreender a prática social do MOGICO, também dedico este capítulo ao processo de formação e organização do coletivo, abordando seus movimentos de constituição. Por fim, compartilho minhas observações obtidas durante a feira, nas propriedades dos/as produtores/as investigados e nas reuniões do MOGICO, destacando as contra hegemonias presentes nesses contextos.

No quinto capítulo, a estrutura se baseia na Análise Crítica dos Discursos de produtores/as e consumidores/as, utilizando os resultados da minha análise e reflexões organizadas em quatro eixos temáticos: 1) Práticas hegemônicas: nesta seção, examino como essas práticas se manifestam nos discursos; 2) Agroecologia: aqui, busco compreender como as perspectivas agroecológicas são mencionadas nos discursos das práticas dos sujeitos; 3) MOGICO: com o objetivo de compreender o significado atribuído à associação MOGICO; 4) Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO: nesta análise, o foco está em compreender como os sujeitos percebem as feiras.

No sexto e último capítulo, realizo a sistematização da pesquisa e apresento reflexões relevantes sobre o problema social em questão, embasadas nos resultados da análise.

2. A LINGUAGEM E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INVESTIGAÇÃO

A sociedade contemporânea enfrenta uma crise global em diversos aspectos, que permeiam e regem a economia, a política e as relações sociais, podendo ser atribuída às premissas do progresso e do desenvolvimento econômico moderno-colonial-capitalista. Para Giddens (2002) vivemos em um tempo de consequências da crise da modernidade industrial colonial, denominado de modernidade tardia ou reflexiva.

A crise da ordem social na primeira modernidade levou ao surgimento da era industrial, cujas características ainda são evidentes na modernidade tardia, pelas dimensões do mundo capitalista e industrializado que regem a vida social contemporânea. Essa nova era tem gerado diversas formas sociais em contextos indeterminados (GIDDENS, 2002).

Quijano (2005) reflete sobre a colonialidade do ser, do saber e do poder na primeira modernidade (mais detalhes no capítulo 3), discutindo como ela influenciou não só a economia e a sociedade, mas também o imaginário e as dimensões simbólicas dos sujeitos. Através da lente crítica da decolonialidade, compreendemos como os processos de dominação do capitalismo global são naturalizados por alguns sujeitos, que se aparam nas perspectivas de progresso e desenvolvimento, apesar de sua violência e perversidade.

A partir da reflexão sobre as colônias, Lander (2005) destaca a influência do pensamento moderno-colonial, que impõe e naturaliza uma visão universal da história associada à ideia de progresso e hierarquização de povos, continentes e experiências históricas. Esse pensamento sustenta um modelo hegemônico global, que visa reorganizar toda a diversidade cultural do planeta em torno de um único modelo de vida, baseado na primazia do mercado e do capital transnacional.

A conexão entre modernidade e colonialidade também afeta o imaginário e as dimensões simbólicas dos sujeitos, incluindo os processos linguísticos. O uso da linguagem pode exercer poder e influenciar as relações dos indivíduos com a sociedade, mas nem sempre isso é facilmente perceptível. No contexto da modernidade, o discurso é selecionado e determinado de acordo com os interesses do capital, influenciando identidades, concepções de mundo, valores culturais e outros aspectos (SILVA; PEDROSA; DAMASCENO, 2011).

Os estudos iniciais sobre o discurso consideravam a linguagem somente como uma extensão da comunicação verbal e enfatizavam sua função de representação¹³. Contudo, com uma nova perspectiva que levou em conta a posição social e histórica dos falantes, o foco se

¹³ Tal paradigma apoia-se na ideia de que as palavras possuem significados fixos, isto é, representam e estão (previamente) ligadas a objetos, sejam eles instâncias da vida íntima dos indivíduos (intenções, cognição, valores e sentimentos) ou de sua esfera social (práticas e interações sociais) (ALVESSON; KÄRREMAN, 2000).

expandiu para além da análise linguística (estrutura, seleção lexical, coerência etc.) para incluir correlações entre o que é enunciado e as condições de produção do texto. Logo, a abordagem europeia da análise do discurso surgiu em contraponto ao paradigma de extensão/representação, ao considerar a linguagem como um elemento constitutivo da realidade.

No entanto, considerando o contexto social em que este estudo é realizado, torna-se imprescindível discutir a questão da colonialidade nos Estudos Críticos do Discurso (ECD). Tal abordagem reconhece que há uma herança que limita a produção de conhecimento nessa área, a qual é marcada por uma visão eurocêntrica e colonialista, reproduzindo assim relações de poder e hierarquia que precisam ser superadas.

Nesse sentido, a obra "Decolonizar Estudos Críticos do Discurso", de Viviane Melo Resende (2019), propõe uma abordagem crítica e reflexiva com o objetivo de descolonizar as teorias, metodologias e práticas que têm sido predominantes no campo. A autora defende uma abordagem crítica que reconheça a diversidade epistêmica e a complexidade social dos discursos, engajando-se em práticas colaborativas e interculturais de produção de conhecimento. Com essa perspectiva, a linguagem e os discursos podem se tornar ferramentas para transformação social e resistência contra a opressão e a marginalização.

A Análise Crítica do Discurso (ACD) entende que a linguagem é uma prática social e um instrumento de poder que pode perpetuar ou contestar relações de poder. A linguagem é considerada parte irredutível da vida social e sua relação com a sociedade é dialética, sendo questões sociais, em parte, questões de discurso e vice-versa. A abordagem analítica de Fairclough busca compreender os significados para além do texto, investigando as condições de produção, veiculação e consumo dos discursos e seus efeitos nas relações de poder, identidade, valores e instituições (RAMALHO E RESENDE, 2011).

A ACD reconhece a relação dialética entre o discurso e a prática social, sendo importante observar ambos os aspectos para a compreensão dos efeitos gerados pelos discursos na vida social. Por isso, Ramalho e Resende (2011) apontam que a ACD de Fairclough, se caracteriza pela essência crítica e relacional/dialética que coloca as práticas sociais como elemento central de análise.

Considerando essa perspectiva, o termo "discurso" é utilizado para enfatizar que o uso da linguagem não deve ser visto como uma ação individual que reflete apenas circunstâncias situacionais, mas sim como uma prática discursiva que é parte integrante das práticas sociais contextualizadas histórica e socialmente. Em outras palavras, o discurso é um ponto de conexão entre os aspectos linguísticos e extralinguísticos, ou seja, a linguagem é uma

manifestação da ideologia, uma prática social que medeia o indivíduo e sua realidade (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

A realidade social corporificada pelas práticas sociais revela-se discursivamente pelas práticas discursivas e influencia a construção, veiculação e interpretação dos discursos, configurando ordens discursivas, deixando influências e sendo refletidas no texto. Logo, essa relação dialética permite compreender a realidade social pelas práticas discursivas, possibilitando a análise textual/linguística dialética. As problemáticas sociais refletidas no texto são investigadas a partir dele, o que torna a matéria-prima do analista. Dessa forma, a linguagem e o mundo estão imbricados, e é por meio dessa via que a linguística se conecta as ciências sociais (SILVA; GONÇALVES, 2017).

De acordo com Leff (2016), a sociologia ambiental analisa os fenômenos relacionados aos problemas ambientais globais sob a estratégia do poder político e econômico exercido por meio da linguagem. Nesse sentido, é possível compreender que a crise ambiental não se manifesta como um problema isolado em escala global, mas sim como parte de um conjunto que engloba a economização crescente do mundo, a concentração de riquezas, as diferenças culturais, a desigualdade social, a pobreza e o terrorismo, entre outros fatores (LEFF, 2016). Esses processos são postulados pela ordem hegemônica de desenvolvimento, vinculada ao imaginário de progresso atribuído ao mundo pelo discurso da modernidade. Assim, ao compreender os processos sociais que levam à degradação ambiental, a sociologia ambiental nos permite perceber o caráter socioambiental dessas degradações em contexto global.

Não é difícil concebermos que a crise ambiental é também uma crise civilizatória e de conhecimento, requerendo uma resposta teórica, ética e estratégica. A Educação Ambiental (EA) Crítica, de acordo com Leff (2016), desencadeia um processo de desconstrução, cujo objetivo é substituir conceitos impostos hegemonicamente. Assim, buscam-se superar a oposição entre sociedade e natureza, teorias e saberes hegemônicos, e promover uma sociologia ambiental em que o discurso ambiental é politizado. Essa abordagem permite a construção de significados alternativos em prol de um futuro sustentável, reforçando o caráter social da crise ambiental como sinal da urgente necessidade de uma mudança civilizatória. Isso implica reflexões acerca das disputas de interesses e estratégias de poder, bem como na busca de alternativas por meio de uma nova racionalidade ambiental que permita compreender as contradições sociais.

Situando-se dentro das estratégias de poder alternativas que envolvem a apropriação da natureza, a Agroecologia é um campo heterogêneo que busca descolonizar o conhecimento e legitimar outras formas de saberes, configurando-se como uma desobediência epistêmica

àquela imposta desde a invasão e colonização das Américas baseada nas premissas da colonialidade, da modernidade e do capitalismo. Desta maneira, a Agroecologia se encontra dentro das articulações do pensamento complexo e adota uma abordagem transdisciplinar que integra conhecimentos para compreender a complexidade das relações entre seres humanos, a terra, outros seres vivos e a dinâmica ambiental. Essa abordagem busca compreender os fatores ecológicos, sociais e culturais que influenciam a produção de alimentos e a sustentabilidade dos sistemas agrícolas (MIGNOLO, 2017).

As práticas alternativas têm sido fundamentais para o desenvolvimento de novos discursos, uma vez que, conforme explica Fairclough (2012), o discurso é sempre influenciado por uma prática social que envolve intencionalidade e reflete um modo de pensar que está intrinsecamente relacionado à conjuntura coletiva, indo além do indivíduo. Assim, a linguagem é influenciada e influencia a prática social, sendo sempre um reflexo do momento discursivo específico e dos aspectos conjunturais (COSENZA, 2014).

Dentro da perspectiva da ACD, as práticas sociais são vistas como o elo que conecta as estruturas sociais abstratas (com seu sistema semiótico e mecanismos), com os eventos sociais concretos (concebidos em práticas sociais específicas e por indivíduos particulares com suas vivências pessoais cotidianas). Graças à sua característica intermediária, elas permitem focar tanto as potencialidades das estruturas quanto a individualidade dos eventos. Nas práticas sociais, os sujeitos individuais se utilizam da estrutura social, (re)articulando mecanismos e poderes casuais e a (re)produzem, gerando efeitos imprevisíveis (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Toda prática social é composta por uma combinação de diversos componentes sociais distintos em combinação inseparável tais como sujeitos e suas relações sociais, as atividades, os objetos, o espaço e o tempo, valores, formas de consciência e a linguagem. Compreender a linguagem como parte de uma prática social é entendê-la como discurso. Portanto, a linguagem é um ponto de partida essencial para a compreensão da proposta teórica e metodológica da ACD, que a investiga de modo crítico para entender como os sujeitos se posicionam no mundo, estabelecem relações e se identificam, além de identificar outros sujeitos e aspectos do mundo (RAMALHO; RESENDE, 2011), em contextos que envolvam desigualdade social e assimetrias de poder.

Sob essa perspectiva, a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO pode ser compreendida como uma prática social que conecta uma estrutura social ao evento social formado pelos produtores/as e consumidores/as que dão origem a discursos, levando em consideração suas características individuais e particulares.

Fairclough (2001) evidencia que o discurso é produzido por identidades individuais e coletivas, relações sociais, sistemas de conhecimento e crenças. Logo, o discurso é sempre orientado socialmente e usado para fins práticos, tais como dominação, conscientização, educação, reflexão, crítica, entre outros. Mas, o movimento contrário também é observado, ou seja, por meio das ordens do discurso¹⁴, o discurso dá forma ao mundo, aos sentimentos, às formas de se relacionar, pensar e agir, às ações, instituições, entre outros.

É evidente a interdependência entre linguagem e mundo, bem como a possibilidade de transformações hegemônicas por meio do discurso. Nesse sentido, o papel do discurso na construção e transformação das relações sociais o coloca como um campo em disputa, como destacado por Ramalho e Resende (2011).

Por entender que os discursos são permeados por relações de poder entre estruturas sociais e que, por meio de disputas ideológicas, simultaneamente disputam posições ideológicas hegemônicas, Fairclough (2001) defende que é necessário examinar dialeticamente o discurso e a realidade social:

[...] O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes (FAIRCLOUGH, 2001 p. 91).

As estruturas sociais condicionam o delineamento discursivo, restringindo os indivíduos a diferentes pontos, articulações e normas. Essas restrições determinam quem tem o direito de falar e sobre o que podem falar, exercendo influência nos processos de significação/semiose e nas representações discursivas que se materializam nas práticas. As “[...] instituições, como o direito, a educação e o sistema de classificação estabelecem regras e padrões que definem até o que pode ser pensado, visto que o raciocínio parte de paradigmas e visões de mundo que o antecedem.” (PAIVA, 2018, p 75).

Como já mencionado, as práticas sociais são moldadas pelas relações de poder e, para a ACD, as relações de poder da vida social são observadas pela articulação entre ideologia e hegemonia. Em outras palavras, as práticas sociais são carregadas por ideologias que delineiam as hegemonias presentes. Por outro lado, a ACD acredita que a superação da distribuição desigual de poder é alcançada no desvendamento e na desnaturalização das

¹⁴ Com base em Foucault, que compreendia a ordem do discurso como um sistema regulador que determina o que pode ser dito, quem tem o direito de falar, em que circunstâncias e de que maneira, influenciando assim a forma como as pessoas veem o mundo, compreendem a realidade e constroem significados através da linguagem, Norman Fairclough, ao analisar o discurso, expande essa concepção. Para ele, as "ordens do discurso" referem-se à maneira como o poder e a ideologia se manifestam através da linguagem em uma sociedade, moldando as interações comunicativas e influenciando as percepções das pessoas sobre o mundo ao seu redor (RAMALHO E REZENDE, 2011).

ideologias. Portanto, além de ser um elemento constituinte das práticas sociais, delineamento discursivo também pode ser utilizado para interferir na estrutura social, na qual transformações sociais são precedidas por mudanças no discurso (FAIRCLOUGH, 2001; RAMALHO E REZENDE, 2011).

Fairclough (2001) destaca outro ponto importante: a ideologia se faz presente nas estruturas de eventos discursivos passados, funcionando como molde para eventos discursivos atuais que podem tanto reproduzir quanto transformar tais estruturas ideologicamente condicionadas. Esse processo ocorre como resultado de um trabalho de naturalização e desnaturalização de ideias nos eventos discursivos. É importante ressaltar que as restrições sociais limitam os eventos discursivos e favorecem a reprodução ideológica.

Diante disso, ao considerar a linguagem como um objeto de estudo para além da linguística, o conceito de discurso é fundamentado em dois entendimentos, conforme proposto por Fairclough (2001). Em primeiro lugar, o discurso é entendido como um substantivo abstrato que se refere à linguagem falada ou escrita, assim como a outros elementos semióticos que produzem significados, como imagens e sinais. Esse entendimento está associado a um microcontexto de prática discursiva específica. Em segundo lugar, o discurso é compreendido como um substantivo concreto que se refere à construção de sentido a partir da "ordem do discurso" que prevalece nas práticas sociais. Esse entendimento está relacionado a um macrocontexto de narrativas que refletem a ideologia de uma época.

Assim, a ACD investiga as práticas discursivas de uma instituição em sua totalidade e as relações que se estabelecem entre elas. Adotando uma perspectiva dialética, ela considera tanto os discursos situados localmente como as ordens discursivas que são ideologicamente fundamentadas pelas estruturas sociais. O mérito da ACD reside nessa articulação entre os diferentes níveis de análise, evitando o relativismo e o reducionismo linguístico, não subestimando a capacidade de ação dos indivíduos e nem assumindo o determinismo das estruturas sociais (SILVA; GONÇALVES, 2017).

Ao analisar os discursos produzidos no microcontexto da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, será possível identificar a ordem ideológica que permeia esses discursos e, conseqüentemente, alcançar o macrocontexto. Compreender os posicionamentos críticos dos/as interlocutores/as permite uma elucidação das assimetrias de poder presentes nesses espaços, uma vez que a linguagem é influenciada pelas estruturas sociais e se manifesta nos eventos sociais.

Em contextos associados a lutas sociais, como é o caso de uma feira agroecológica, os discursos são influenciados pelas perspectivas alternativas trazidas pela Agroecologia e, nesse

sentido, atuam como uma ferramenta essencial do pensamento contra hegemônico para mudança e transformação social. Isso é permitido pelo que Fairclough (2001) conceitua como intertextualidade e sua relação com a hegemonia, esclarecendo que novos discursos podem ser formulados a partir da transformação/ressignificação de discursos passados. No entanto, devido às relações de poder, este processo não é acessível a todos, ou seja, a formulação de novos discursos não ocorre de maneira igual para todos os grupos e pessoas.

A naturalização e conformismo político e social, impostos pelo discurso único e verdadeiro da história, evidenciam a relevância de adotarmos uma visão crítica em relação à ideia de progresso e desenvolvimento. Para tanto, é fundamental ressignificar o passado e trazer à tona modelos sociais e discursos que criticam o presente. Afinal, ainda operamos sob as premissas da modernidade capitalista industrial, mantendo imaginários que nos conduzem a um futuro devastador.

Além disso, é fundamental adotar uma abordagem crítica em relação aos discursos que deram origem aos modos de vida trazidos pela modernidade, evitando ser influenciado por perspectivas que os legitimam e naturalizam. Nesse contexto, a visão crítica proposta por Fairclough (2001) revela conexões e razões ocultas por trás das assimetrias de poder, permitindo intervenções sociais com o objetivo de promover transformações que beneficiem sujeitos em situações de desigualdade. Portanto, ela se concentra na relação dialética entre linguagem e relação social, enfatizando seu caráter histórico e conflituoso, e proporcionando uma visão desnaturalizada e emancipatória.

Revelar as ideologias subjacentes aos discursos e denunciar seu papel como instrumento de dominação, torna-se um dos principais objetivos da ACD. Por isso, ela não deve ser vista apenas como uma técnica metodológica, mas sim como um modo de investigação crítica, onde teoria e metodologia estão intrinsecamente inter-relacionadas (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Desse modo, é possível criar uma reflexão mais aprofundada sobre as conexões entre linguagem, poder e ideologia, e promover transformações sociais que visem à equidade e justiça.

As perspectivas latino-americanas propõem uma virada decolonial nos estudos críticos, buscando desvelar as ideologias que fortalecem as assimetrias de poder e as desigualdades sociais. Segundo Resende (2019), essa virada decorre da reflexão acerca da soberba do conhecimento científico que coloniza os saberes do discurso, a partir do grande esforço de aplicação de teorias do Norte global que são tomadas como universalmente válidas, mas pouco modificadas em contextos situados no Sul. Isso culmina em uma excessiva aplicação do saber importado e pouca criatividade teórica ou metodológica local.

Essas reflexões geram implicações significativas para a ACD nesse local de subalternidade, não apenas na história, mas também no campo acadêmico.

Embora todo conhecimento seja produzido localmente e tenha validade localizada, a produção situada no contexto da modernidade europeia se disfarça sob o manto da universalidade, sustentado pela existência "ponto zero", isto é, um ponto de partida de observação supostamente neutro e absoluto. Nesse sentido, a abordagem decolonial nos estudos críticos deve ser capaz de reconhecer o falso universalismo da ciência moderna e conceber críticas situadas, que contextualizem esses conhecimentos "universais" e atuem sobre eles de maneira contextualizada (RESENDE, 2019).

A colonização do saber nos legou uma herança epistemológica eurocêntrica que nos impede de compreender o mundo a partir de nossas próprias epistemes locais (PORTO GONÇALVES, 2004). Como resultado, acabamos por nos identificar e reproduzir ideologias que nos são desfavoráveis, ao considerar uma suposta neutralidade e superioridade teórica ou metodológica europeia. Resende (2019) ressalta que isso é em grande medida consequência de discursos ideológicos que naturalizam privilégios do Norte global, e não podemos mais ignorar a necessidade de discutir seriamente as desigualdades históricas que nos constituem como sociedade.

Isso não é criação individual: é, sabemos ideologia, e, portanto discurso. Compramos (e vendemos) ideias que nos inferiorizam, e sequer percebemos esse discurso como ideológico – parecem normal que as teorias sejam mesmo estas; parece adequado que nosso papel seja o de aplicar, replicar, reproduzir (RESENDE, 2019, p. 24).

É importante ressaltar que o fato de uma pessoa estar situada socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa, necessariamente, que ela pense epistemicamente a partir do lugar subalterno. O sistema/mundo moderno/colonial, como discutido no capítulo 3, tem êxito em fazer com que indivíduos socialmente oprimidos pensem social e epistemicamente como aqueles que estão em posições dominantes. Em outras palavras, o que é fundamental para pensar a partir da perspectiva subalterna é o compromisso ético-político em elaborar um conhecimento que vá contra a hegemonia.

No que diz respeito ao referencial do giro decolonial, Resende (2019) propõe que a compreensão da linguagem na sociedade pode ser refinada por meio de uma melhor definição e entendimento das estruturas sociais. Isso inclui elucidar e detalhar os pertencimentos identitários estruturantes que limitam ou aprofundam a capacidade de ação transformadora, como as estruturas de classe, gênero, sexualidade, raça e etnia. Com sua ampla penetração, estas estruturas podem atuar sobre as instituições ordenadoras das práticas sociais e se infiltrar

em diversas práticas, usando seu potencial de significação/semiose e exercendo influência nas mais variadas esferas institucionais e modalidades semióticas (RESENDE, 2019).

Em suma, decolonizar os estudos críticos do discurso por perspectivas latino-americanas implica reconhecer a violência que nos constituiu, nossa história colonial e suas influências ideológicas que ainda permeiam os discursos atuais. No que diz respeito à epistemologia, a proposta não visa estabelecer um novo ponto zero, mas sim reconhecer que as teorias do Norte global são territorializadas como qualquer outra, ou seja, não são universalmente válidas, nem neutras, nem superiores. Para enfrentar essa realidade, é importante adotar uma postura decolonial e superar a colonialidade epistemológica por meio dos estudos críticos do discurso, contribuindo de forma mais significativa.

A hegemonia, que se refere à liderança e dominação nos campos culturais, políticos e econômicos de uma sociedade, está intimamente relacionada à concepção crítica da ideologia. Para Fairclough (2001), ela envolve uma disputa constante (também) de discursos para estabelecer, manter ou romper relações de dominação/subordinação, perpetuando assimetrias de poder. A ACD entende o poder como momentâneo, o que implica na possibilidade de transformação e superação das relações assimétricas de poder, incluindo a instabilidade da hegemonia (Ramalho e Rezende, 2011).

Assim, a ACD tem como propósito questionar contextos que invisibilizam a educabilidade por meio de discursos e práticas que perpetuam assimetrias sociais, buscando atingir conjunturas emancipatórias. Como espaço de luta hegemônica, a linguagem é utilizada para naturalizar, ocultar ou manipular discursos que legitimam as hegemonias. Neutralizar a opressão exige um trabalho intenso de convencimento ideológico, que cria um imaginário subserviente ao interesse do capital (LAYRARGUES, 2020b). Assim, a ACD pode contribuir para tornar essas práticas visíveis e promover mudanças ao analisar a ideologia, evidenciando contradições e conflitos.

Portanto, a Análise Crítica do Discurso pode ser uma importante ferramenta para abordar as questões desta dissertação. Por meio da análise dos discursos de produtores/as e consumidores/as, busco compreender o potencial educativo emancipatório da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, identificando as assimetrias de poder intrínsecas aos discursos e como a linguagem revela questões contextuais e práticas sociais.

A proposta da Análise Crítica do Discurso (ACD) de Fairclough é possibilitar a compreensão, por meio de amostras discursivamente situadas, de como os discursos são moldados em relação aos seus contextos macrossociais de existência, como se transformam e, assim, informam as próprias práticas sociais (COSENZA; MARTINS, 2013). Torná-la

referencial teórico e metodológico é imprescindível para compreender a feira agroecológica como um espaço que restringe comportamentos e orientações (no caso, envolvendo o consumo de alimentos saudáveis e sem agrotóxico) ou como um espaço que provoca uma crítica social capaz de gerar indignações e ações insurgentes.

Por fim, a Análise Crítica do Discurso (ACD) carece de uma estrutura analítica sólida em pesquisas científicas, como a proposta por Chouliaraki e Fairclough (1999) para investigar os mecanismos discursivos e os potenciais efeitos ideológicos em práticas sociais específicas. Tal arcabouço foi adaptado por Ramalho e Resende (2011) e se mostra fundamental para a realização de estudos mais aprofundados nessa área:

Percepção de um problema social com aspectos semióticos

Identificação de obstáculos para a superação do problema:

- Análise da Conjuntura;
- Análise da prática particular;
- Análise do Discurso

Identificação da função do problema na prática

Reflexão sobre a análise

Tabela 1 – Arcabouço teórico-metodológico da ACD (adaptado de Ramalho e Resende, 2011, p. 106)

Assim, relações serão tecidas a partir dessa sequência. Destaco que a conjuntura (capítulo 3), e a prática particular (capítulo 4) são fundamentais para a contextualização da análise, relacionando causas mais amplas e contextos específicos. A análise discursiva, por sua vez, concentra-se na estrutura e na interação discursiva, ou seja, nas ordens do discurso, considerando que os textos são parte de eventos particulares (RAMALHO; RESENDE, 2011).

Combinando teoria e material empírico, o objetivo deste estudo é investigar as funções do problema na prática, bem como as possíveis maneiras de superar os obstáculos, refletindo sobre a análise e contribuindo para a emancipação social. Durante o processo de interpretação e análise dos dados, destaco a importância de observar o papel da linguagem nos diferentes discursos e as representações discursivas dos sujeitos da pesquisa sobre o tema apresentado na conjuntura.

3. ASPECTOS CONJUNTURAIS: da prática colonial do agronegócio às perspectivas agroecológicas e educação ambiental crítica nas feiras

3.1 Sistema/mundo colonial/moderno que culminou na dicotomia sociedade/natureza

Para iniciar a conjuntura deste trabalho recorro às raízes do processo que culminaram no surgimento da modernidade, colonização e capitalismo. Esses, por sua vez, foram princípios impostos em detrimento de outras formas de pensamento e ação, perpetuando as relações de poder, exploração e dominação que caracterizam o mundo moderno.

A origem um sistema/mundo¹⁵ colonial/moderno¹⁶ se iniciou com a invasão das Américas (QUIJANO & WALLERSTEIN, 1992), resultando na exploração desenfreada de bens naturais, corpos e saberes e tradições. Agora colhemos as consequências dessa sementeira, em que povos do Sul global são os mais afetados.

A fim de se estabelecer o sistema/mundo como modelo de civilização complexo que influenciou todo o planeta, produziu-se uma epistemologia racionalista e dicotômica que legitimou uma ideia de mundo favorável ao seu funcionamento. Assim, a modernidade surgiu com uma epistemologia que impôs uma estrutura de pensamento monocultural, operando sob a lógica da negação de saberes (e da natureza) que não se adequavam aos seus interesses.

Baseado na validação e legitimidade do conhecimento pela ciência moderna como única forma (MIGNOLO, 2017), a modernidade se apoiou nas relações de poder desenvolvidas a partir da classificação racial, no qual o homem branco era considerado superior (QUIJANO, 2010), e na imposição do capitalismo como modelo econômico universal, em que o lucro é o principal objetivo da atividade humana (WALLERSTEIN, 2012). Essa condição teve/tem impactos globais nas rotinas das pessoas e nos processos ecológicos de diferentes ecossistemas do planeta.

O conceito de colonial/moderno denuncia o lado sombrio da modernidade (DUSSEL, 2005), que está alicerçada em uma lógica de dominação e exploração que busca impor um modo específico de existência ao sistema/mundo. Ao longo da história, a perspectiva dualista moderna/colonial prevaleceu e se impôs como única e universal, resultando na criação de uma natureza colonizada, utilizada para fins de dominação e exploração das relações entre humanidade/natureza, seus meios de subsistência e sentidos de existência (MARÉS, 2017).

¹⁵ Wallerstein (1974) criou a noção de sistema/mundo a partir da Teoria do Sistema Mundo (TSM). Ele destacou a emergência de um novo modelo civilizatório durante a transição do feudalismo para o sistema capitalista na Europa do século XVI. Segundo Wallerstein, o sistema/mundo é um sistema social com limites, estruturas e grupos associados, caracterizado por conflitos e tensões, mas também por regras de legitimação e coerência. O termo "mundo" não deve ser confundido com "global" ou "planetário", pois se refere a uma grande unidade populacional, e não ao mundo inteiro.

¹⁶ O conceito moderno/colonial faz referência a uma modificação na maneira entender o sistema/mundo. De acordo com essa perspectiva, o sistema/mundo moderno surgiu no século XVI e a América nasceu como uma entidade geográfica e social durante esse mesmo período. A criação da América foi o ato fundador do sistema/mundo moderno e não haveria uma economia mundial capitalista sem ela. Essa abordagem é explicada por Quijano e Wallerstein (1992, p. 583).

Esse processo tem levado à morte de ecossistemas, seres humanos e não humanos, principalmente na América Latina, conforme apontado por Catherine Walsh (2007).

Cada história é moldada por eventos que ocorrem em um determinado lugar, tempo e contexto geopolítico. No entanto, nem sempre esses eventos são contados e interpretados a partir deste delineamento. A modernidade, por sua vez, não se desenvolveu de forma orgânica na história da humanidade. Conforme destaca Aníbal Quijano (2005), ela foi construída com base no "mito fundacional da versão eurocêntrica da modernidade", isto é, foi moldada a partir de uma visão que considera a Europa ocidental como o ápice da civilização e a utiliza a ponto de partida para a construção da história humana.

O mito fundacional da modernidade colocou a Europa como o centro do sistema/mundo e se tornou hegemônico através do processo de colonialidade e do modelo econômico capitalista. Ambos surgiram em meio ao colonialismo, um processo que a partir da invasão da América, permitiu a dominação, exploração e silenciamento do/a colonizado/a, localizado na colônia dominada pelo colonizador vindo de outro território, a metrópole (QUIJANO, 2010).

De acordo com Enrique Dussel (2005), o processo de dominação colonial foi legitimado por pensadores pré-modernos que se propuseram a realizar uma suposta "missão civilizadora". Esse projeto de dominação se consolidou na estrutura teórica da modernidade eurocêntrica, que foi posteriormente filosoficamente marcada por René Descartes em sua obra "O Discurso do Método" (1636). A filosofia cartesiana, que se tornou central para essa modernidade, se baseia na máxima "penso, logo existo", mas ela foi precedida por 150 anos de "conquisto, logo existo" (DUSSEL, 2005).

Durante a colonização, os povos autóctones sofreram violenta subalternização sob uma lógica geopolítica e racializada, naturalizada pela filosofia moderna. A classificação social criou novas identidades sociais, como indígenas, negros e mestiços, consideradas inferiores aos brancos e europeus (QUIJANO, 2005), justificando a dominação e exploração dos povos colonizados. A lógica capitalista teve sua origem permitida pela colonialidade e ambas se tornaram as bases da modernidade eurocêntrica, mantendo a estrutura de poder imposta pela hierarquia racial entre os povos, gerando relações assimétricas entre europeus e não europeus. Isso deu origem ao que Quijano e Wallerstein (1992) identificam como sistema/mundo moderno/colonial capitalista, que permanece até hoje.

Também em conformidade com a filosofia que imperava entre os séculos XV e XVIII, forjou-se o mito da noção emancipadora racional da modernidade. Esse mito também foi usado para justificar a violência contra os povos colonizados sob o pretexto de "civilizá-los",

mascarando a irracionalidade da violência praticada contra os diferentes e encobrendo o outro (DUSSEL, 1993). Dessa forma, a noção emancipadora racional construída pelos europeus efetivou-se como um mito da modernidade, que responsabilizava as vítimas pela violência sofrida, enquanto concedia ao sujeito europeu-branco e moderno a legitimação do exercício da desumanidade, como trazido por Dussel (1993).

Da mesma forma, Marés (2017) argumenta que o discurso que promove a ideia de benefícios da civilização e do aprimoramento, associados ao mito da modernidade de Dussel (1993), também serviu para legitimar a violência contra a natureza. Esse movimento tem sua origem na concepção de que a natureza é repleta de perigos, ameaças e inutilidades nocivas, que, em geral, impedem, concorrem ou prejudicam as necessidades (modernas) humanas (MARÉS, 2017). Em outras palavras, as perspectivas europeias afirmavam que a natureza também precisava ser civilizada, dominada, controlada e higienizada.

Desta maneira, o contexto histórico e suas influências à produção filosófica da época, permitiu que a modernidade eurocêntrica difundisse um discurso que sustentou a redefinição da relação entre sociedade/natureza. Inicialmente, essa relação foi baseada em premissas divinas de domínio, mas posteriormente houve uma ruptura entre corpo e espírito, o que possibilitou o controle da natureza também pela legitimação da razão instrumental.

Bartolomé de Las Casas, de acordo com Dussel (2015), foi o primeiro crítico da modernidade e um dos primeiros teóricos europeus a viver na América no século XVI. Ele testemunhou as atrocidades da invasão e compreendeu que as diferenças culturais podem levar ao extermínio de um povo. Las Casas, bispo e teólogo, defendia a evangelização dos povos por meio da existência de um Deus único e verdadeiro, e acreditava que europeus e nativos deveriam ter uma relação baseada nos direitos das pessoas e no reconhecimento da soberania de cada um.

Entretanto, até mesmo o primeiro crítico da modernidade afirmava que a natureza era subordinada aos seres humanos (MARÉS, 2017). Las Casas, por sua vez, com base na interpretação bíblica, defendia que todas as coisas foram criadas pelo único e verdadeiro Deus para servir todos os homens¹⁷. Além disso, de acordo com Marés (2017), ele argumentava que as sociedades humanas, independentemente de sua origem ou cultura, possuíam o direito natural de dispor das coisas da natureza que lhes pertencem.

Neste sentido, a dualidade entre seres humanos e natureza se fundamenta nas escrituras bíblicas, na qual a natureza é secundária e legitimada por Deus a serviço da

¹⁷ Las Casas ao se referir ao mundo dos homens excluía as mulheres, que, embora considerasse humanas seguramente não eram as destinatárias diretas dos benefícios oferecidos por Deus (MARÉS, 2017, p. 20).

sociedade. Essa hierarquia não se restringe apenas a criação de duas categorias, mas estabelece a superioridade de uma em relação à outra, conforme aponta Marés (2017). O autor também destaca que, para além da subalternidade atribuída aos povos não europeus e dominantes, a natureza é ainda mais inferiorizada, reforçando a ideia de que esses povos são considerados inferiores por estarem próximos a ela, considerada "natural" (p. 20).

Com a queda do poder da Igreja Católica, o pensamento de René Descartes foi resgatado na perspectiva moderna. Segundo Dussel (2015), Descartes acreditava que a alma era uma substância separada do corpo, enquanto o corpo era essencialmente quantitativo, uma máquina matemática e mecânica dotada pelo *cogito*, ou seja, pela razão/mente.

No que se refere à relação entre a sociedade e a natureza, Suassuna (2005) destacam que a ruptura corpo/espírito se estabelece como uma conexão semelhante entre o cultural e o natural. Além disso, o entendimento do desencantamento humano na modernidade ajuda a compreender a sua relação com a natureza, uma vez que, como afirmam Suassuna (2005), a perda da referência do humano consigo mesmo e com o lado espiritual, levou ao desenvolvimento de formas de controle da natureza.

Assim, o sistema/mundo foi sustentado por três elementos centrais: a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo, que afetaram a vida cotidiana de toda a população global e resultaram na produção de raças e na inferiorização da natureza.

Quijano (2005) destaca que a mudança histórica proporcionada por tais elementos permitiu a formação de uma subjetividade coletiva homogeneizada (intersubjetividade), resultado da incorporação forçada dos povos ao novo poder mundial centrado na Europa. A invasão dos europeus à América trouxe profundas transformações na subjetividade dos povos nativos, incorporando-os à nova ordem mundial liderada pela Europa e resultando em uma subjetividade coletiva homogeneizada. Essa mudança histórica influenciou as relações entre os povos e com a natureza, abrindo caminho para a modernidade. Essa nova compreensão da história e do tempo tem perdurado até hoje, impactando todas as esferas da vida social.

Considerando o exposto, Mignolo (2017) sustenta que a modernidade é consequência direta do colonialismo. Focado nas implicações epistemológicas do colonialismo, o autor propõe o conceito de colonialidade de poder como referência para a sistematização e disseminação impositiva e imperial de processos morais, estéticos e epistêmicos, permitindo refletir que a exploração de bens naturais e do outro, não fossem as únicas formas de dominação imposta aos/às colonizados/as. Além disso, ele esclarece que houve também a imposição dos sistemas de conhecimento, conceituação e representação europeus sobre as sociedades colonizadas.

Conforme já mencionado, os europeus se consideravam o ápice do caminho civilizatório. Isso os levou a se verem como os mais desenvolvidos, evoluídos e protagonistas da posição que ocupavam. Entretanto, segundo Quijano (2005), essa perspectiva não era exclusiva dos europeus, pois todas as culturas da época possuíam seus próprios desenvolvimentos. No entanto, os europeus foram capazes de disseminar e instituir sua visão como hegemônica, criando uma nova subjetividade a partir do novo padrão de poder.

O padrão hegemônico da modernidade continua sendo uma força influente nos dias de hoje, sendo o primeiro modelo efetivamente global da história. Esse modelo se caracteriza por formas básicas de existência social homogeneizada. Sua globalidade implica em um conjunto mínimo de práticas sociais comuns para todo o mundo, e uma esfera intersubjetiva que existe e atua como referência central para a orientação valorativa do conjunto. Como consequência, as instituições hegemônicas em cada âmbito de existência social são vistas como modelos intersubjetivos universais para a população mundial (QUIJANO, 2005).

3.2 Capitalismo, mercado na América e o valor da natureza: desvelando a colonialidade e a realidade agrícola brasileira

Enquanto a perspectiva eurocêntrica apresenta as relações de produção pré-capitalistas como uma sucessão histórica que começou com a reciprocidade, passou pela escravidão e servidão e culminou na mercantilização da força de trabalho, Quijano (2005) afirma que essas relações atuavam simultaneamente no mesmo tempo e espaço, associadas ao capital e vinculadas à estrutura do mercado mundial. Dessa forma, um novo modelo de organização e controle do trabalho e da natureza surgiu em torno do capital, articulando todas as relações de produção historicamente conhecidas.

A ideia de que a força de trabalho e a natureza são mercadorias já existia antes da chegada dos colonizadores à América. No entanto, foi somente após a invasão e exploração dos povos nativos que o capitalismo se estabeleceu como o modo de produção dominante em escala global. Isso ocorreu à custa da exploração física e subjetiva dos povos e dos recursos naturais. Mais detalhes sobre esse tema serão abordados posteriormente.

A localização privilegiada da linha do Atlântico e a exploração de bens naturais através da escravização de indígenas, negros e mestiços conferiram aos europeus uma vantagem crucial na competição pelo mercado mundial. Assim, as relações de exploração do trabalho e controle da produção e distribuição de bens se articulavam em torno do mercado

global, visando produzir mercadorias para o comércio. Esse contexto representou um fenômeno social e historicamente novo, como argumenta Quijano (2005).

Assim, para atender às demandas impostas pelo fortalecimento do capitalismo frente à invasão da América, uma nova relação com a natureza foi estabelecida. Essa relação baseava-se nas premissas de dominação e controle da natureza impostas e respaldadas pela modernidade, colocando-a em um papel subordinado em relação aos seres humanos. Diante das exigências do capital, a natureza passou a ser domesticada e subjugada para fins lucrativos (MARÉS, 2017).

A cultura do lucro e a imposição moderna de dominação sobre a natureza expulsaram tudo o que era natural para dar lugar ao fornecimento cada vez maior de recursos e riquezas, legitimando a intervenção humana. Nesse sentido, a transformação da terra em espaço de produção foi chamada de "melhoramento", na exata ideia de que a natureza deveria ser aprimorada e tornar-se produtiva (MARÉS, 2017). Essa concepção é semelhante ao receituário do mito da modernidade de Dussel (1993), que justifica as ações humanas sob o discurso de beneficiar o autóctone que se civiliza, se aprimora e se moderniza.

Ancorado nas bases do capitalismo, John Locke (1994) defendeu que a terra sem intervenção humana não possuía qualquer valor. Esse pensamento impulsionou a construção da economia política moderna, em que o valor das coisas passou a ser determinado pelo trabalho humano nelas incorporado sob a finalidade comercial. Houve uma separação radical entre os bens dominados, transformados pelo ser humano e, portanto, sujeitos à propriedade privada, e os bens naturais, considerados sem valor fora do mercado (MARÉS, 2017).

Assim, a natureza passou a ser valorizada pelo capitalismo somente quando domesticada pela intervenção humana para ser vendida. O valor das coisas no mundo capitalista é o valor de mercado, a possibilidade de troca, a conversão em valor permanente. Tudo o mais passou a ser desvalorizado, reduzido à natureza (MARÉS, 2017).

No cenário em que a natureza foi transformada em mercadoria, surgiu a propriedade privada da terra, conhecida como *cercamento*. Isso ocorreu quando o ser humano, mais especificamente o europeu, adquiriu o direito individual de cercar a terra (a natureza), bem como o de melhorá-la para explorá-la, seguindo as premissas da modernidade civilizadora. Assim, desde o século XVII, civilizar/domesticar a natureza é considerado a base do desenvolvimento do capitalismo (MARÉS, 2017).

Marés (2017) nos atenta que nesses *cercamentos*, a natureza foi definitivamente excluída da sociedade, já que tudo o que fosse considerado inútil para a obtenção de lucro deveria ser modificado ou eliminado. A terra era cercada, demarcada e medida, com a

finalidade de ser melhorada para ser explorada, ou seja, plantada com sementes e mudas úteis ao ser humano ou permitidas pelo proprietário. Dessa forma, a terra passava a ser marcada, medida e registrada, tornando-se um objeto, uma coisa, uma mercadoria.

Com a invasão das Américas e o crescimento das demandas capitalistas, o *cercamento*, logo se expandiu para as colônias latino-americanas. Esse processo, além de expulsar a natureza, contribuiu para a expulsão dos povos originários de suas culturas, saberes e tradições. As sociedades locais foram marginalizadas e seus membros foram forçados a renunciar às suas características naturais para se tornarem trabalhadores, seja como livres ou escravos, e ingressar na sociedade civil. Esse processo estabeleceu a modernidade europeia na América como uma reprodução lucrativa para os europeus, mas como uma cruel farsa para as sociedades nativas (MARÉS, 2017).

Ao longo da história, foram propostos inúmeros pontos de vista sobre a natureza. De acordo com Smith (1988), a perspectiva burguesa sobre a natureza foi consolidada a partir das ideias de um dos mais importantes pensadores modernos, que trouxe consigo um dualismo conceitual. Kant, filósofo prussiano, entendia a natureza como algo interior e exterior aos seres humanos.

Essa visão dupla enxerga a natureza exterior como o ambiente físico e social habitado, criado por Deus e berço da matéria-prima e dos processos externos à sociedade. Já a natureza interior é universal, ou seja, "a natureza humana, na qual está implícito que os seres humanos e seu comportamento são absolutamente tão naturais quanto os aspectos ditos 'externos' da natureza" (SMITH, 1988, p. 28). Com base nessa perspectiva, é possível compreender como a racialização também pode ser legitimada a partir de interpretações da natureza em diálogo com o contexto histórico.

Dentro dessa mesma lógica, Smith enfatiza que "o conceito de natureza é um produto social". Para fundamentar suas concepções, o autor traz reflexões sobre a invasão do território americano, destacando que nesse contexto a ideia de natureza tinha atribuições sociais e políticas. A hostilidade da natureza exterior justificava a dominação, enquanto a moralidade espiritual da natureza universal fornecia um modelo para o comportamento social (SMITH, 1988, p.33-34).

Assim, Smith argumenta que a ideia universal de natureza é ilusória, pois ela oculta a realidade ao responsabilizar relações sociais por condições naturais, legitimando e justificando a normalidade dessas posições ao atribuí-las à vontade de Deus. Isso apaga a responsabilidade do ego europeu e das imposições capitalistas por esses comportamentos, atribuindo-os à natureza.

Assim, a perspectiva moderna e colonial baseia-se na imposição global do modo europeu de existência, que se fundamenta na lógica de exploração e dominação. Portanto, a relação entre humanidade e natureza, na visão colonial e moderna, também se soma ao projeto de exploração capitalista. É importante ressaltar que a colonialidade da natureza está intrínseca à gênese do sistema/mundo colonial/moderno. Em outras palavras, a modernidade não é um evento que se difunde pelo mundo e se depara com a natureza, mas sim a transformação da natureza em objeto de exploração que promove o moderno/colonial no sistema/mundo (ALIMONDA, 2011a).

Entendida como objeto desligado do ser humano, a natureza é interpretada a partir da dicotomia humano/natureza e remodelada enquanto matriz de recursos a serviço do capital. Walsh (2007) reflete tal relação enquanto aspecto importante do poder colonial e manifesta a existência a colonialidade da natureza a partir da:

[...] divisão binária cartesiana entre natureza e sociedade, uma divisão que descarta por completo a relação milenar entre seres humanos, plantas e animais e entre eles com mundos espirituais e ancestrais [...]. De fato, essa colonialidade da natureza tentou eliminar a relacionalidade que é base da vida, da cosmogonia e do pensamento em muitas comunidades indígenas e afros de Abya Yala e da América Latina. É essa lógica racionalista [...] que nega a noção de terra como “o corpo da natureza” [...] e também, a noção de que os seres humanos fazem parte da terra-natureza (WALSH 2007, p. 106)

Fundamentada na dualidade imposta, Catherine Walsh (2007) trata a colonialidade da natureza como uma *colonialidade cosmogônica*, relacionando a natureza à ontologia dos povos autóctones. Em suas observações, a autora compreende que o processo de colonização produz uma fissura entre os mundos biofísicos, humanos e espirituais, rompendo relações diversas de sociedades não modernas. Isso caracteriza uma colonialidade da existência e da vida, trazendo consigo a associação das colonialidades do poder, do saber e do ser.

Além das reflexões de Walsh, a colonialidade da natureza também é abordada e aprofundada por Alimonda, que considera a relação dual entre humanidade/ natureza como uma dimensão essencial, porém acrescenta outras noções à análise.

Em seus escritos, Alimonda (2011b) relaciona a colonização da natureza na América com a brutalidade inerente ao processo de colonização imposto aos/às colonizados/as. Essa relação transcende as interferências biofísicas geradas pelas monoculturas, extração mineral e implantação de infraestrutura logística e energética, afetando também aspectos sociais e culturais. A violência colonial, que não foi apenas física, mas também simbólica, interrompeu as conexões desses seres com a natureza, transformando-a em um espaço vazio a ser explorado pelo colonizador. As dinâmicas territoriais foram, assim, interferidas radicalmente,

perdendo a representação nos imaginários sociais que davam sentido e identidade próprios aos povos (ALIMONDA, 2011b).

Além disso, a colonialidade da natureza também se manifesta através da violência biológica, que causa uma "ruptura de nível global do metabolismo sociedade-natureza, penalizando de forma crescente a natureza latino-americana e os povos que dependem dela" (ALIMONDA, 2011a, p.22). Essa violência é permitida pela invasão de outros seres humanos, animais e plantas, bem como pela disseminação de doenças que resultaram em pandemias devastadoras para as populações e ecossistemas nativos da América Latina. Tal situação pode ser considerada como a maior catástrofe socioambiental já ocorrida na região (ALIMONDA, 2011a).

A colonialidade do poder (QUIJANO, 2010) gerou uma hierarquia racial que cruzou com a colonialidade da natureza. A racialização "produziu perspectivas que organizaram seres humanos [...] e devastaram a biodiversidade dos trópicos, vista como inadequada à sociedade civilizada" (ALIMONDA, 2011a, p. 49). Assim, não apenas as populações autóctones e originárias foram classificadas como inferiores, mas também a fauna, a flora e os ecossistemas com os quais esses povos estabeleciam conexões foram desqualificados, juntamente com seus saberes.

No entanto, ao mesmo tempo, os colonizadores se apropriaram de conhecimentos dos povos colonizados. De acordo com Alimonda (2011a), essa apropriação incluiu espécies vegetais utilizadas na agricultura para mitigar a fome em outros períodos históricos.

Logo, "a violência colonial se reflete, então, de muitas formas para explicar a redução da população nativa a 10% apenas um século após a invasão" (ALIMONDA, 2011a, p. 47). Com outros desdobramentos, mas seguindo a mesma lógica, este projeto de morte é perceptível no século XXI, reproduzindo inúmeras formas de violência contra seres humanos e a natureza, além de invisibilizar e apagar outras maneiras de relação com a natureza em nome da perpetuação da dependência colonial iniciada há mais de 500 anos.

Nesta análise, baseada na Ecologia Política e Capital de Enrique Leff (2009) e na história ambiental latino-americana de Castro Herrera, Alimonda destaca dois fatores que mantêm tal dependência: 1) de caráter econômico, que atribui a exploração predatória, cíclica e descontínua da natureza orientada pela exportação de matérias-primas em prol do interesse econômico de poucos; 2) traço tecnológico, relacionado ao uso intencional de técnicas inadequadas para impedir o desenvolvimento da autonomia da região, garantindo o perfil de devastação e exploração da natureza. Assim, há um encadeamento de "uma devastação que

destrói ou desorganiza ecossistemas e formas produtivas indígenas e anula o potencial e autonomia desses povos" (ALIMONDA, 2011a, p. 48).

Através da excessiva exploração dos recursos naturais, os modelos dominantes de desenvolvimento são cada vez mais responsáveis por fomentar uma dicotomia entre sociedade/natureza. Essa dinâmica perpetua-se em diversos tempos e espaços, onde as técnicas e os métodos de produção avançam respaldados pela perspectiva científica, mas as relações de trabalho e subordinação persistem há séculos.

No contexto do capitalismo globalizado atual, a territorialização avança sobre áreas de interesse econômico, enquanto a modernidade e a colonialidade funcionam como importantes ferramentas para invisibilizar os múltiplos modos de vida das populações locais e gerar desequilíbrios e impactos ambientais significativos.

Ao examinar a modernidade na realidade agrícola brasileira, é fundamental considerar a colonialidade como um artefato essencial e facilitador de sua expansão, bem como seu significado simbólico e prático nas transformações dos espaços de interesse e na supressão das vozes, crenças, culturas e sistemas dialéticos de povos em relação à natureza.

Os propósitos específicos do capital, que visam à dominação de um determinado território, exigem automaticamente a desterritorialização das bases tradicionais para permitir a territorialização do que interessa ao capital. Nesse processo, o moderno e o colonial, sempre em diálogo, estão presentes principalmente nas formas em que as relações sociais se estabelecem no domínio territorial. A técnica, aliada a todo o aparato científico hegemônico voltado para uma produção especializada no campo, ilustra a modernidade e a colonialidade na divisão do trabalho, na verticalidade econômica, nos conflitos de uso dos bens naturais e na negação de direitos (REIS; PERTILE, 2019).

É importante destacar que o avanço do modo de produção agrícola tem se expandido cada vez mais sobre os territórios, em um processo que revela a continuidade da colonização. Sob a agricultura a busca pelo desenvolvimento econômico-financeiro, que expôs as premissas capitalistas, exigiu uma revolução constante nas técnicas de produção, sem respeitar as leis básicas da natureza, como o processo de resiliência. A implantação de novas áreas agrícolas passou por profundas transformações, baseadas na separação e afastamento do ser social em relação à natureza, ignorando suas interações (REIS; PERTILE, 2019).

Para além da dominação econômica, a colonialidade exerce sua presença também sobre o imaginário e as dimensões simbólicas dos sujeitos (QUIJANO, 2010). Assim, quando observamos os processos de dominação do grande capital sob a perspectiva da decolonialidade, é possível entender o motivo pelo qual, por mais violenta e perversa que seja

a presença desses grandes empreendimentos agrícolas, ainda é possível encontrar pessoas que os defendam em nome do progresso e desenvolvimento.

Lembrando que sob o contexto colonial, a influência do pensamento moderno/colonial, que impôs uma visão universal da história baseada na ideia de desenvolvimento e progresso, levando à classificação e hierarquização de povos, continentes e experiências, exploração dos bens naturais e perpetua uma ordem social considerada a única possível na sociedade moderna. Para compreender a expansão do agronegócio no Brasil e na América Latina em suas dimensões territoriais, econômicas, culturais e políticas, é importante revisitar o conceito de desenvolvimento sob os anseios atuais.

Castoriadis (1976) e Porto Gonçalves (2004) apresentam algumas perspectivas. Para Castoriadis, a de desenvolvimento noção se baseia em uma significação imaginária social que valoriza o crescimento ilimitado da produção e das forças produtivas como objetivo central da vida humana. E Porto Gonçalves complementa essa reflexão, trazendo o termo desenvolvimento como ação de retirar o envolvimento que cada cultura mantém com seu espaço, retirando também o do envolvimento e autonomia das culturas e povos com seus territórios

A ideologia desenvolvimentista, surgida do olhar ocidental para a realidade subdesenvolvida do Sul, apresentou-se como um caminho para alcançar o padrão socioeconômico do hemisfério Norte, negligenciando as diferenças de contexto e de papel econômico. Essa visão uniformizante, que se alinha ao progresso tecnológico-científico ocidental, oculta a diversidade cultural e os conhecimentos locais, atuando como um agente de manutenção da colonialidade. Ao impor uma concepção de desenvolvimento que se baseia nas práticas capitalistas ocidentais, a ideologia desenvolvimentista reforça a lógica colonialista e mantém as desigualdades estruturais entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos (WHITAKER, 2012).

Inspirado na lógica exploradora da relação colonial, muitos países da América Latina adotaram o senso comum político e ideológico de que o desenvolvimento somente seria alcançado por meio da exploração intensiva dos bens naturais para a produção de produtos primários, o que o autor Gudynas (2012) denomina de neoextrativismo. Nos últimos anos, a organização produtiva do grande capital tem transferido para países do Sul Global os grandes empreendimentos considerados nocivos às sociedades e à natureza, evidenciando as assimetrias historicamente construídas que ainda não foram superadas (WALSH, 2007).

A modernização da agricultura, impulsionada pelos Complexos Agroindustriais (CAIs)¹⁸, é uma manifestação da lógica da globalização capitalista, que prioriza o capital nas relações. Esse processo, que envolve práticas agrícolas industrializadas e avanço das relações financeiras globais, também está associado à colonialidade, um processo de dominação político-econômica de uns povos sobre outros, como defendido por Quijano (2005).

Durante os anos 70, um projeto de modernização agrícola burguesa baseado no paradigma da Revolução Verde¹⁹ impôs demandas internacionais por aumento da produtividade agrícola. Para atender essas demandas, o Estado brasileiro implementou políticas econômicas que buscavam intensificar o desenvolvimento no campo e substituir os métodos tradicionais de produção por práticas homogêneas de plantio, inspiradas em países industrializados (WHITAKER, 2012). Esse processo foi acompanhado por uma forte mecanização do campo e aumento da concentração fundiária.

O avanço tecnológico, científico e informacional, mesmo que de maneira desigual em diferentes partes do mundo, causou transformações entre espaço e tempo, favorecendo a expansão da ideia de desenvolvimento associada à economia. Essas mudanças aceleraram as transações internacionais, permitindo a globalização do capital e a influência do mercado externo no território agrícola nacional, intensificando a exploração por meio de práticas agroindustriais que geram exclusão social e danos ambientais (SANTOS, 2005).

Nesse contexto, a chegada de capital estrangeiro para “trazer o progresso” também pôde ser vista como uma expressão da colonialidade inerente ao modelo de agronegócio do país. Isso ocorreu porque há conflitos entre diferentes culturas, ideais e modos de vida, sobretudo pela apropriação de terras por meio da propriedade privada com sua lógica de produção específica.

Durante a década de 1990, com a redução do poder regulatório do Estado e a maior abertura do mercado para o capital internacional, observou-se o surgimento e a ascensão de conglomerados transnacionais e multinacionais, que substituíram as empresas nacionais com o incentivo do capital nacional, do capital agropecuário internacional e do próprio Estado, consolidando o agronegócio no Brasil (NEVES & PIGNATI, 2021).

¹⁸ Complexos agroindustriais, também conhecidos como agroindústrias ou agroindustrialização, referem-se a sistemas integrados que envolvem a produção agrícola e o processamento industrial de matérias-primas agrícolas. Esses complexos são caracterizados por uma cadeia de produção que abrange desde a agricultura e criação de animais até a industrialização e distribuição dos produtos agrícolas e alimentos ultra processados (NEVES & PIGNATI, 2021).

¹⁹ É considerada como a difusão de tecnologias agrícolas que permitiram um aumento na produção, sobretudo em países subdesenvolvidos, que ocorreu a partir da modernização das tecnologias utilizadas. Embora tenha surgido com a promessa de acabar com a fome mundial, essa revolução trouxe muitos impactos sociais e ambientais negativos (Octaviano, 2010).

O paradigma da Revolução Verde, que buscava atender demandas internacionais, foi substituído por uma agricultura científica globalizada, tecnológica e padronizada, que promove a produção homogênea em todo o mundo. Esse modelo reforçou os moldes coloniais que apagaram a diversidade produtiva e socioambiental, e o uso de novas tecnologias acentuou a desconexão entre as necessidades regionais e nacionais, com o objetivo de atender aos altos índices de produtividade exigidos pelos investidores estrangeiros (NEVES & PIGNATI, 2021).

Ao adotar as premissas da modernização da produção, o setor agrícola brasileiro se submete a uma posição de subordinação, recebendo um pacote de modelo de produção que dita o que produzir e para quem produzir. Nesse contexto, Reis e Pertile, 2019 questionam: O que mais seria este processo que não seja colonial?

Assim, a presença crescente do capital estrangeiro nas extensas áreas de produção agropecuária brasileira, especialmente na monocultura, causou uma série de mudanças no espaço geográfico. Isso inclui alterações na paisagem, relações sociais e de trabalho, bem como conflitos agrários que refletem a modernização conservadora (REIS; PERTILE, 2019).

Para refletir sobre a influência do capital globalizado no campo agrícola brasileiro, é necessário considerar a colonialidade imposta pela modernização, que acaba invisibilizando e silenciando a vida e as culturas locais, juntamente com suas particularidades e relações com a natureza. De acordo com Lander (2005), a negação dos direitos do colonizado ocorre pela aceitação dos direitos do colonizador, ou seja, é uma negação do coletivo em favor do individual. Essa violação dos direitos coletivos é evidente na dominação de áreas apropriadas pelo agronegócio, que tem sua base histórica em práticas colonialistas que abalam as temporalidades locais e modificam intensamente as paisagens (REIS; PERTILE, 2019).

Infelizmente, como em toda e qualquer transformação espacial, essa luta foi acompanhada por conflitos sociais violentos. A subalternização dos modos de vida locais e suas relações com a terra foi imposta com o objetivo de territorialização baseada no pacote tecnológico de produção agrícola, resultando em conflitos, especialmente relacionados à apropriação das riquezas naturais. Esses conflitos, muitas vezes, levaram à disputa por terras, que em muitos casos foram adquiridas ilegal ou irregularmente através da prática da grilagem (WHITAKER, 2012, REIS; PERTILE, 2019).

Ao longo da história do Brasil, a formação territorial do país tem sido marcada por uma luta social e étnica contra o avanço acelerado do processo de extermínio dos povos originários, bem como dos camponeses e populações rurais que tiveram seus modos de vida subjugados pelas premissas hegemônicas do agronegócio.

Além disso, a obediência às exigências do capital levou os/as produtores/as e territórios a perderem sua autonomia e tornarem-se dependentes de fatores externos relacionados às lógicas das empresas multinacionais do setor agroquímico. Essas empresas passaram a impor seu ritmo ao processo produtivo, seguindo a receita colonial de funcionamento, como explicado por Gonçalves:

[...] esse modelo agrário-agrícola analisado, que se apresenta como o que há de mais moderno, sobretudo por sua capacidade produtiva, na verdade atualiza o que há de mais antigo e colonial em termos de padrão de poder ao estabelecer uma forte oligárquica entre: (1) as grandes corporações financeiras internacionais; (2) as grandes indústrias-laboratórios de adubos e de fertilizantes, de herbicidas e de sementes; (3) as grandes cadeias de comercialização ligadas aos supermercados e farmácias; e (4) os grandes latifúndios exportadores de grãos (Porto Gonçalves, 2004, p. 227).

Com a internacionalização da economia, o agronegócio passou a receber maior atenção e apoio, tornando-se a prioridade econômica e política do país, sob o discurso ideológico da elite brasileira. No entanto, por trás dessa aparência encontra-se a realidade da concentração de terra e renda, que por sua vez, produz a exclusão socioambiental no campo brasileiro.

3.3 Discursos e estratégias hegemônicas do agronegócio brasileiro

*Vocês se elegem e legislam, feito cínicos
Em causa própria ou de empresa coligada
O frigo, a multi de transgene e agentes químicos
Que bancam cada deputado da bancada*

Reis do Agronegócio – Canção de Chico César

Como exposto, o capitalismo entrou nas propriedades rurais, modernizando as práticas tradicionais de plantio e cultivo, adotando um modelo colonial de desenvolvimento que trouxe mudanças significativas ao setor agrícola brasileiro. O agronegócio, para Libera (2019) é atualmente a manifestação mais evidente da nova fase de transformação da agricultura, indústria e cultura no país, mobilizada pela elite e altamente vendida como tecnológica e próspera.

"Agro é tech, Agro é pop, Agro é tudo!" essa é a mensagem que tem sido extensivamente divulgada pela emissora de televisão mais popular do país, para promover o agronegócio como o grande impulsionador do futuro e a base da economia brasileira. Por sua vez, a mensagem vem vinculada a uma propaganda que posiciona o setor como realidade

presente que perpassa por várias esferas e níveis da sociedade, buscando persuadir-nos de que todas as atividades no campo brasileiro estão relacionadas a ele.

Não apenas a propaganda, mas também a situação denunciada pela música de Chico César, que compõe a epígrafe deste capítulo, são exemplos que ilustram um projeto cuidadosamente elaborado que contribuiu para a construção e ascensão hegemônica do setor agroindustrial no país. Conta com estratégias para a criação de uma imagem que retrate as habilidades e potencialidades necessárias para manter a hegemonia, ou seja, estratégias que o localizam favoravelmente sobre os três pilares que sustentam a sociedade: econômico, social e ambiental.

Assim, de maneira geral, o agronegócio é apresentado como uma das esferas econômicas mais relevantes do Brasil. Segundo esse discurso, o agronegócio é responsável pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB), pela modernização do campo brasileiro e pela criação de empregos e renda, além de ser conduzido por práticas sustentáveis que visam o benefício do meio ambiente e da população.

Alentejano (2020) nos esclarece que "agronegócio" é uma palavra relativamente nova na língua portuguesa, tendo surgido apenas no fim da década de 1990 como tradução do termo em inglês "agribusiness"²⁰. Anteriormente, a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) era chamada de Associação Brasileira do Agribusiness, mas passou por uma mudança estratégica de marketing nos anos 2000.

Nessa mesma década, a agricultura brasileira enfrentou uma grave crise decorrente de medidas neoliberais que retiraram subsídios e reduziram créditos, expondo-a a competição estrangeira e reduzindo o preço da terra. Paralelamente, houve um aumento na intensidade da luta pela reforma agrária no país, liderada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), levando o governo a adotar medidas para desmobilizar e reprimir os movimentos pela reforma agrária. Enquanto isso, articuladamente com latifundiários, grandes empresas do setor agropecuário e mídia iniciou uma campanha para desmoralizar e criminalizar o MST e construir uma imagem positiva do agronegócio (ALENTEJANO, 2020).

A partir desse momento, houve uma estratégia política para elevar o agronegócio à posição de um dos principais pilares da economia brasileira, enquanto a reforma agrária era apresentada como anacrônica e os movimentos sociais do campo eram retratados como violentos e atrasados. Essa estratégia faz parte do que Gudynas (2012) cunhou como

²⁰ A noção de agribusiness foi introduzida nos Estados Unidos por John Davis e Ray Goldberg na década de 1950 e foi incorporada ao vocabulário político brasileiro em 1993, com a fundação da ABAG (ALENTEJANO, 2020).

"neoextrativismo", ou seja, um senso comum político e ideológico que defendia que o desenvolvimento econômico só seria possível através da exploração intensiva dos bens naturais para a produção de *commodities*.

Logo, foi adotado um conjunto de políticas para impulsionar o crescimento do setor e, segundo Layrargues (2017), esse conjunto contou com estímulos políticos e ideológicos. O Estado atendeu aos interesses privados, garantindo a propriedade privada, financiamento, livre fluxo do capital, concessão de áreas para exploração, infraestrutura e desregulação ambiental, o que reprimarizou a economia e reproduziu a acumulação do capital pelo livre mercado. Ademais, essa abordagem justificou a importância do extrativismo para a retomada do crescimento econômico e a distribuição da riqueza gerada com a apropriação dos bens naturais.

Em meio essa ascensão, outras estratégias foram mobilizadas pela hegemonia deste modo produtivo. Para Bruno (2022), no processo de estabelecimento hegemônico, as classes dominantes rurais e agroindustriais focaram seus esforços principalmente em dois campos de atuação política: a união e identidade de interesses entre seus membros e aliados, e o ataque contra todos aqueles que consideram seus oponentes políticos e de classe.

Guiadas por ações que influenciam o pensamento e o comportamento social, essas estratégias visaram/visam mudar a concepção de mundo ao reforçar o sentimento de superioridade e a identidade rural da população. Sob essa perspectiva, seu objetivo é criar oportunidades para orientar discursos, legitimar, defender e exercer o poder do agronegócio, além de posicionar a propriedade fundiária como um direito absoluto, acima das regras sociais. A validação da violência como prática de classe é muitas vezes utilizada como parte dessas estratégias (RAMALHO E RESENDE, 2011; BRUNO, 2022).

Historicamente, grupos sociais dominantes possuem relações marcadas por tensões e antagonismos, mas também por acordos, alianças e relativizações de posições que visam minimizar as divergências e diferenças entre grupos, garantindo sua reprodução econômica, social e política. Entre as estratégias utilizadas pelo agronegócio para essa finalidade, Bruno (2022) destaca a defesa do monopólio da terra e da concentração fundiária como a principal bandeira na construção da união, identidade e hegemonia das classes dominantes do Brasil, mobilizando até mesmo o golpe empresarial militar de 1964.

Com a Nova República, os grupos dominantes aumentaram sua presença para impedir a implementação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Eles se mantiveram unidos na defesa da propriedade da terra e contra a mobilização dos trabalhadores sem terra,

argumentando que a reforma agrária seria retrógrada e imprópria, e que a desapropriação levaria à miséria e à incapacidade dos trabalhadores rurais sem terra (BRUNO, 2022).

Atualmente os grupos patronais rurais e do agronegócio desencadearam uma ofensiva contra os movimentos sociais que lutam por direitos e pelo acesso a terra. Eles mobilizam uma ampla base contrária à execução da reforma agrária, à regularização fundiária, ao reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas, das comunidades quilombolas (FREITAS, 2018) e outras comunidades tradicionais. Em geral, o discurso dessa mobilização se baseia na alegação de que a exigência de função social da terra gera insegurança e instabilidade para quem está produzindo (BRUNO, 2022).

Contudo, grupos contra hegemônicos se mobilizam por mudanças sociais enfatizam que a distribuição de terras é uma questão primordial no país. Isso revela o medo das elites em relação à luta por direitos e reforma agrária. Para garantir o apoio político dos interesses patronais rurais e do agronegócio, outra estratégia adotada para enfrentar as críticas, além das alianças políticas, é a multirepresentação.

Característica marcante das classes e grupos que detêm o poder no Brasil, a multirepresentação se estrutura por uma complexa teia de relações políticas, sociais e econômicas que inclui tanto organizações formais como espaços informais. É notável a presença de representantes do setor do agronegócio nas estruturas sindicais patronais legais (Confederação, Federações e Sindicatos), assegurando a defesa de seus interesses em diversos órgãos da administração pública, tais como fóruns, conselhos deliberativos, ministérios e institutos (GALVÃO, 2020).

Por sua vez, são ativamente envolvidos em associações²¹ que surgiram com a modernização da agricultura e a criação dos CAIs e das cadeias produtivas que suportam o sistema agroalimentar dominante, assim como em organizações tradicionais de representação como a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB).

Com o surgimento da ABAG, houve estratégias para criar novos símbolos e identidades políticas com o objetivo de unificar todos os agentes, instituições e processos sob uma mesma cifra - o do agribusiness, para que elites empresariais rurais e os grupos dominantes se unissem e seguissem as mesmas regras. Segundo Bruno (1997), a entidade concentrou-se em três questões principais: a produção de bens simbólicos para fortalecimento

²¹ Tais como Associação Brasileira de Frango (Abef), Associação Brasileira de Óleos Vegetais (Abiove), União da Agroindústria de Cana-de-açúcar (Única), Conselho Nacional do Café (CNC), Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja), União Brasileira de Avicultura (UBA), Associação Nacional de Difusão de Adubos (Anda), Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) entre outras.

político; a busca incessante por formalizar um espaço próprio de representação para o agribusiness brasileiro (fóruns, comissões, debates e presença em eventos internacionais); e a elaboração de uma proposta estratégica de desenvolvimento.

Além disso, representantes das elites do agronegócio estão cada vez mais envolvidos em Frentes Parlamentares, priorizando o "parlamentar militante" e buscando representação direta em esferas políticas. As Frentes Parlamentares da Agropecuária (FPA), Evangélica e da Segurança, conhecidas como "Bala, Bíblia e Boi", têm uma forte conexão e votam em conjunto em temas de interesse comum. Esses grupos simbolizam a política alinhada com os interesses empresariais, com a lógica empresarial, a fé e as indústrias de armamento influenciando as regras de segurança, controle de armas, propriedades sagradas e da terra (BRUNO, 2022).

No Congresso Nacional, para além das articulações políticas, Furtado (2021) destaca as estratégias discursivas utilizadas pelos parlamentares com o objetivo de legitimar práticas capitalistas no meio rural e aproximá-las do mundo empresarial urbano, associando-as à modernidade e ao progresso. Ao se referirem aos latifundiários como "empresários rurais", eles buscam construir uma imagem de empreendedores que investem em suas propriedades e contribuem para a economia. Também os chamam de "produtores rurais legais", enfatizando a conformidade com o Código Florestal e outras normas ambientais, agregando valores de sustentabilidade.

Durante a modernização da agricultura e da sociedade brasileira, o discurso das elites patronais rurais e do agronegócio se fortaleceu, associando-o à competência, riqueza e lucro. Neste processo a escala é crucial para sua legitimação ideológica, sustentada pela crença de que para ser moderno é preciso ser grande. Além disso, ele é construído com outros traços da classe dominante, como a ostentação material usada na produção, muitas vezes visto como recurso de modernização e poder (BRUNO, 2022).

Pessoas, entidades, instituições e intelectuais também contribuem para a hegemonia e reprodução do agronegócio no Brasil. Mendonça (2016), evidencia o Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (Pensa-USP). Trata-se de um centro de pesquisa localizado na Universidade de São Paulo (USP), que se dedica à gestão de sistemas agroindustriais. Ele estabelece parcerias com líderes de diversas organizações do agronegócio, incluindo pesquisadores/as, consultores/as, empresários/as, executivos/as, formadores/as de opinião e formuladores/as de políticas públicas, contribuindo para a manutenção da hegemonia e reprodução do agronegócio no Brasil e defendendo o monopólio e a concentração fundiária no país. Para Lamosa e Loureiro (2014), atuação do Pensa-USP não

deve ser vista apenas como suporte tecnológico às frações agrárias que necessitam de assistência, uma vez que os intelectuais envolvidos têm a responsabilidade de estruturar e padronizar o discurso do setor e ocupam posições de destaque na ABAG.

O envolvimento do setor agropecuário também tem crescido nas escolas públicas brasileiras graças à parceria firmada pelo movimento "Todos pela Educação" ²². Lamosa e Loureiro (2014) afirmam que desde 2001 a ABAG tem conduzido o programa "Agronegócio na Escola" em conjunto com a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo e diversas prefeituras de municípios que enfrentam conflitos socioambientais, com o propósito de promover o agronegócio e instruir os/as filhos/as dos/as trabalhadores/as sobre a responsabilidade socioambiental do setor e ilustrá-lo como uma solução moderna e viável para a sustentabilidade (LAMOSA E LOUREIRO, 2014).

Ademais, os autores também enfatizam que a adoção dessa estratégia compromete o caráter público das escolas, uma vez que os interesses privados passam a mediar escolhas e a produção do projeto político-pedagógico. Isso pode resultar na valorização de benefícios materiais e convicções ideológicas do setor privado no espaço escolar público, o que pode prejudicar a equidade e a qualidade da educação oferecida.

O outro movimento reconhecido é da ampla atuação da mídia na divulgação do modelo produtivo como sustentável e high-tech que pode solucionar problemas econômicos. Estratégias que utilizam técnicas da indústria cultural têm sido usadas também para apresentar o setor como algo inovador e altamente tecnológico, a fim de naturalizá-lo. Assim, ele é retratado em filmes, programas de televisão, novelas e músicas sertanejas, valorizando a vida moderna no campo e o agrobusiness (LIBERA, 2019).

Slogans populares, como "Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil" e "Agro é tech, agro é pop, agro é tudo", são amplamente divulgados em campanhas publicitárias pela maior emissora do país, que é filiada à ABAG. E utilizando de termos como "do Brasil", levam a um entendimento falseado de que o agronegócio é o principal gerador de riquezas para todo o país, beneficiando indiscriminadamente toda a população brasileira, independentemente de suas condições econômicas, sociais e culturais (LIBERA, 2019).

Além disso, Pompeia (2020) destaca que a expressão 'agro é tudo' pode levar a uma confusão entre o amplo perímetro de funções agroalimentares abrangidas pelo conceito de

²² Em 2006, o movimento "Todos pela Educação" sugeriu uma colaboração entre diferentes setores da sociedade e as escolas públicas. Isso se deu em meio a uma reorganização da classe dominante no Brasil, na qual o empresariado passou a adotar uma abordagem neofilantrópica e a se aproximar do discurso ambiental. Como parte dessa mudança, a escola pública tornou-se um meio de difundir essa nova imagem (LAMOSA E LOUREIRO, 2014).

agribusiness, levando a compreensão equivocada de que a agricultura familiar também faz parte do agronegócio. No entanto, é preciso destacar que há uma diferença entre a política do agronegócio e a maioria do público da agricultura familiar. Líderes, por sua vez escondem essa distinção, e se aproveitam do prestígio social dessa categoria para avançar ações políticas que muitas vezes são prejudiciais à maioria dos produtores não patronais.

Portanto, o agronegócio e seus apoiadores utilizam os meios de comunicação para disseminar informações que exaltam a expansão desse modelo de agricultura destrutiva, encobrindo os riscos à vida e à sustentabilidade. Ao mesmo tempo, eles negligenciam a importância dos territórios tradicionais como áreas de preservação e biodiversidade, silenciando os atores sociais e suas comunidades por meio dessas propagandas, visando a expansão e o fortalecimento desse setor econômico.

A mídia e o agronegócio compartilham a intenção de lucrar por meio da massificação de informações favoráveis que reforçam a hegemonia dominante, enquanto minimizam a importância de outras formas de vida e opiniões contrárias. Grupos sociais que se organizam na luta por direitos, tanto em áreas rurais quanto urbanas são considerados adversários políticos (BRUNO, 2022) e têm seus discursos apropriados e desqualificados (LAMOSA E LOUREIRO, 2014). Assim, a ofensiva ruralista busca controlar adversários, limitar reivindicações e críticas para estabelecer a hegemonia do agronegócio.

A violência física e simbólica é uma prática de classe nessa estratégia. Como base para desigualdade, as elites do agronegócio utilizam do artifício colonial de dominação, ou seja, de o critério de superioridade de uns e inferioridade de outros e recorrem a duas estratégias principais de grande eficácia simbólica: despojar o outro de sua humanidade e promover a identidade de interesses entre patrões/patroas e trabalhadores/as, grandes e pequenos/as proprietários/as e produtores/as (ALENTEJANO, 2020). Por isso, é essencial analisar criticamente esses discursos para entender as suas implicações culturais e socioambientais.

O fenômeno da concentração de terras tem ocorrido e continua a se desenrolar através da utilização de mecanismos políticos, econômicos, midiáticos, sociais e culturais por parte da elite agrícola. São estratégias não apenas resultam na acumulação de propriedades rurais e na deterioração do meio ambiente, mas também estabelecem o domínio produtivo. É relevante ressaltar que, nesse processo, o setor emprega a violência, a devastação e a exploração do trabalho como meio para se apropriar de novas terras e aumentar seus lucros.

Por outro lado, no Brasil, a atuação ativa de atores e movimentos sociais populares tem sido fundamental para questionar o modelo do agronegócio, reivindicar direitos e limitar o poder dos grandes proprietários rurais. Apesar das desigualdades extremas e da violência, é

notável a resistência das classes e grupos dominados e explorados no campo. Hoje, são diversos os grupos ²³ que lutam arduamente para estabelecer restrições à hegemonia patronal, base da dominação das classes e grupos dominantes no país.

3.4 As problemáticas socioambientais silenciadas pelo modelo agrário destruidor

Como observado, o modelo dominante de produção agrícola no Brasil pode ser compreendido como um sistema cruel de apropriação, exploração e expropriação da natureza e do trabalho. Esse sistema se baseia em práticas coloniais predatórias, fraudes e exploração, aproveitando-se dos recursos das camadas sociais mais vulneráveis e tirando proveito das desigualdades e disparidades existentes.

Como resultado, esse sistema gera uma condição de "vulnerabilidade populacional", que afeta de forma particular os grupos mais desfavorecidos, devido a sua classe social, gênero, origem étnica e até mesmo sua inserção em territórios e setores econômicos específicos. Esses grupos não só estão em maior exposição, mas enfrentam dificuldades para identificar, denunciar e lidar com os diversos riscos que os afetam (PORTO, 2012).

Com o objetivo de desmantelar o discurso predominante da elite agrária no Brasil, que encobre a dependência pelo capital externo e promove o agronegócio como um modelo agropecuário sustentável, ocultando a exploração excessiva dos bens naturais, a concentração de terras e o descarte de trabalhadores/as rurais (DELGADO, 2012), este tópico adota uma perspectiva contra hegemônica para expor essas questões. Essa abordagem visa revelar práticas que ameaçam a soberania alimentar e a sociobiodiversidade, ao mesmo tempo em que marginaliza os/as agricultores/as, levando-os/as à exposição aos riscos ambientais, à pobreza e exclusão social.

No contexto de um modo de produção em que a exploração do trabalho é a base exclusiva para a produção, reprodução, acumulação e centralização do capital, torna-se essencial esclarecer as interações entre forças econômicas, políticas e ideológicas no campo e seus impactos prejudiciais nas relações de trabalho e na separação entre sociedade e natureza, indo além da simples intensificação da dualidade. O atual cenário é marcado por uma crescente degradação ambiental, êxodo rural, pobreza extrema, fome, violência, desemprego e

²³ Tal como Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas do Brasil (Conaq), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimentos de Mulheres Camponesas (MMC), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), entre inúmeros outros.

conflitos ambientais, entre outros aspectos, que ilustram o colapso ambiental e afetam, sobretudo, grupos raciais, de gênero e classes sociais específicas.

Movimentos de denúncia vêm sendo historicamente conduzidos por diversos atores e movimentos sociais populares, que questionam o modelo do agronegócio e lutam pelos direitos, pela democratização das terras e pela preservação do meio ambiente. Eles valorizam o território como um espaço de identidade e pertencimento, ao mesmo tempo em que se opõem à violência, desempenhando um papel essencial ao denunciar e estabelecer limites para a dominação do agronegócio e dos grandes proprietários rurais. São ações que contribuem para o surgimento de uma contracultura hegemônica, representando uma resistência transformadora.

Um estudo realizado por Magacho e Cavalari (2019) discutiu a presença e o papel dos movimentos sociais camponeses e ambientalistas nas teses e dissertações de Educação Ambiental. Em seus resultados, autores destacam a incorporação da dimensão socioambiental pelas lutas camponesas, conhecida como "ambientalização das lutas camponesas", e a politização das lutas ambientais pelos movimentos. Essas tendências indicam a importância dada à defesa do meio ambiente e o reconhecimento da interdependência entre a sustentabilidade ambiental e a luta pela terra pelos movimentos sociais, bem como suas denúncias e buscas por mudanças estruturais e conscientização política.

Ribeiro e Júnior (2011) discutem os conflitos ambientais que surgem entre os movimentos sociais rurais e o agronegócio, enfatizando o papel crucial desempenhado por esses movimentos ao denunciar os impactos socioambientais negativos gerados pelo setor. Sob a perspectiva da Ecologia Política, eles destacam as relações de poder que permeiam essas problemáticas ambientais, buscando contextualizar e discutir a luta política que envolve os movimentos destacando que a denúncia e contraposição ao modelo do agronegócio é pauta central e preocupação recorrente em diversas organizações coletivas.

Além disso, os autores ressaltam as motivações políticas desses grupos, revelando que, de forma geral, as denúncias dos movimentos sociais rurais estão associadas à desapropriação de terras, às políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do agronegócio, bem como às ações coletivas de oposição aos transgênicos, às monoculturas, ao uso de agrotóxicos e ao setor como um todo. Essas manifestações contrárias ao modelo hegemônico são dirigidas a grandes empresas privadas, tanto brasileiras quanto transnacionais, que estão envolvidas em diversas etapas da cadeia produtiva do agronegócio (RIBEIRO; JÚNIOR, 2011).

As diferentes modalidades de denúncia revelam a insustentabilidade das relações capitalistas no campo que são destrutivas, exploratórias e expropriatórias tanto do meio

ambiente quanto da força de trabalho. A seguir, abordarei o texto com o objetivo de destacar alguns impactos socioambientais resultantes dessa prática, identificando os grupos afetados.

A agricultura, como uma atividade culturalmente construída pelos indivíduos, contrasta com o modelo de agronegócio que se baseia na concentração de terras e no uso extensivo de maquinário visando o lucro comercial. Desta forma, esse modelo contribui para a diminuição das oportunidades de emprego no campo, expulsando os/as trabalhadores/as de suas propriedades e resultando no êxodo rural, além de negar a produção cultural associada às comunidades rurais. Nas áreas urbanas, essas questões se refletem em problemas como exclusão social, desemprego, segregação socioespacial e violência urbana (PORTO GONÇALVES, 2004; STEDILE, 2006), aprofundando as desigualdades sociais.

No entanto, a compreensão dos processos de desterritorialização também implica reconhecer que o território não pode ser concebido como dissociado do conhecimento e da ação humana, visto que ele se constitui como uma configuração complexa que engloba elementos simbólicos, orgânicos e tecnológicos. Logo, esse fenômeno engloba tanto dimensões materiais quanto imateriais, resultantes de relações de poder relacionadas ao controle territorial, que envolvem tanto a aquisição física do espaço, quanto o domínio simbólico (GIRALDO, 2015).

Giraldo (2015) enfatiza que dessa forma, a acumulação de terras vai além do simples controle territorial exercido pelos grandes empresários agroindustriais. Ela opera por meio de sutis mecanismos que disciplinam não apenas o espaço, mas também os corpos dos/as agricultores/as, controlando seus discursos e práticas, subjugando suas vozes e conhecimentos locais. Esse processo impõe uma profunda transformação ontológica e epistêmica, impondo modelos lineares e homogêneos que artificialmente separam a natureza da sociedade.

Embora a desterritorialização física seja mais evidente e severa na América Latina, com deslocamentos forçados e pressões para a venda de terras, a desterritorialização simbólica também é relevante. Esse processo implica o deslocamento de modos de produção, temporalidades e formas de vida profundamente enraizadas nos territórios, e afeta tanto aqueles/as que foram deslocados de seus territórios quanto aqueles/as que permanecem em localidades transformadas pela lógica dos monocultivos (GIRALDO, 2015).

Para aqueles/as que permanecem no campo devido à alta demanda produtiva do setor, observa-se um padrão de exploração extrema nas relações de trabalho na produção, apesar da redução progressiva do trabalho humano nos processos produtivos capitalistas e do agronegócio. Essa situação se evidencia tanto pela imposição de longas jornadas de trabalho quanto pelo manuseio de substâncias agrotóxicas altamente prejudiciais à saúde humana.

Além disso, ocorrem contratações precárias de trabalhadores/as migrantes durante os períodos de maior necessidade sazonal nas safras agropecuárias (DELGADO, 2012).

Apesar das inovações técnicas e científicas que supostamente modernizam o setor agrícola, o agronegócio não se desenvolve de maneira uniforme. Enquanto se promove a imagem da agricultura moderna para a exportação, também surgem evidências de uma relação colonial persistente, mantendo a presença da escravidão na força de trabalho e sua utilização em setores que demandam mão de obra menos qualificada (RODRIGUES, 2016).

Para preservar suas altas taxas de lucro, o agronegócio lança mão de diversas táticas para explorar os/as trabalhadores/as, incluindo o trabalho escravo, a superexploração e a precarização do trabalho. Rodrigues (2016) alerta que o aumento expressivo²⁴ no número de trabalhadores/as resgatados em condições de escravidão no setor do agronegócio evidencia que a agricultura moderna não se apoia apenas nas relações de trabalho convencionais do sistema capitalista, mas também recorre ao trabalho escravo contemporâneo.

O trabalho escravo contemporâneo é uma forma de exploração que evoluiu pelo tempo, combinando elementos do escravismo colonial com novas estratégias de dominação e exploração. No contexto rural, essa prática se concretiza através da coerção do/a trabalhador/a, utilizando poder econômico, imposição moral, pressão psicológica e até mesmo violência direta. Essas estratégias visam efetivamente manter o/a trabalhador/a rural aprisionado ao/à empregador/a, chegando a casos extremos de violência física. Essa realidade pode ser comparada à escravidão histórica, na qual uma pessoa era tratada como propriedade de outra e destinada ao trabalho forçado (RODRIGUES, 2016).

O trabalho escravo contemporâneo também pode adotar novas formas de coerção, como o aliciamento e a subordinação através de dívidas ou da exploração das condições de extrema pobreza. O aliciamento seduz principalmente com promessas de ganhos financeiros rápidos e extraordinários, contrastando com as condições de vida precárias nas regiões de origem dos/as trabalhadores/as. Essa prática ocorre principalmente em áreas caracterizadas pela precariedade socioeconômica, baixos indicadores sociais e dependência de programas assistenciais, além de restrições no acesso aos meios de produção (RODRIGUES, 2016).

²⁴ Segundo os dados compilados pela Comissão Pastoral da Terra, houve uma queda seguida por um crescimento exponencial no número de trabalhadores escravizados entre 1996 e 2003. Posteriormente, de 2006 a 2012, registrou-se uma tendência de queda nos resgates realizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Em 2013, houve um aumento em relação a 2012, com o resgate de 2.208 pessoas em situação de trabalho escravo (RODRIGUES, 2016). No entanto, conforme apontado por Rodrigues (2016), esses números são apenas a ponta do iceberg, pois um considerável contingente de trabalhadores escravizados acaba escapando das ações de fiscalização. Além disso, especialistas levantam a hipótese de que o trabalho escravo contemporâneo esteja adquirindo características mais sofisticadas e menos perceptíveis. Essa modernização do fenômeno está intrinsecamente ligada à precarização do trabalho no setor do agronegócio.

O uso intencional de agrotóxicos também exemplifica claramente os efeitos sociais nocivos desse modelo. Neste contexto, o Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) de 2015, publicado por Fernando Ferreira Carneiro, esclareceu que o uso massivo de agrotóxicos na agricultura brasileira é uma consequência de uma longa onda histórica de neocolonialismo, que reprimarizou a economia e promoveu a mercantilização da natureza, a artificialização da agricultura e o aumento progressivo da presença de organismos geneticamente modificados (OGMs).

Essa tendência, por sua vez, é resultado do modelo econômico e tecnológico adotado no país, que possibilitou o surgimento de um cenário de oligopólio²⁵ na indústria de agrotóxicos no Brasil, o qual exerce uma influência direta na definição da matriz produtiva agrícola nacional, tendo suas ações defendidas pelo Estado. Essas medidas, por sua vez, facilitam a expansão e a reprodução ampliada do capital no setor agrícola (CARNEIRO, 2015).

A lei brasileira que regulamenta os agrotóxicos, incluindo os procedimentos de registro e as sanções por descumprimento, é a Lei nº 7.802/1989, conhecida como a "Lei dos Agrotóxicos". No entanto, mesmo sem alterações significativas na legislação, o Brasil tem testemunhado um aumento exponencial tanto na quantidade quanto no consumo de agrotóxicos nos últimos anos, conforme aponta Júnior et. al. (2022).

Essa tendência está diretamente relacionada às flexibilizações políticas que facilitam o registro e o uso desses produtos. A influência do setor agrícola sobre as decisões políticas é claramente perceptível, evidenciada pela atuação notável da Frente Parlamentar da Agropecuária. Infelizmente, essas decisões têm sido tomadas à revelia de debates, discussões técnicas e sem a participação da opinião pública, resultando em um favorecimento dos interesses privados. Essa dinâmica reflete um modelo de oligarquia agrária no Brasil, que encobre a democracia e o desenvolvimento (JÚNIOR et al, 2022).

A aplicação de agrotóxicos é uma atividade intencionalmente direcionada ao combate do que o modelo técnico-científico dominante considera como pragas e doenças nas lavouras, mas acabam por afetar integralmente o ambiente de produção e trabalho. Assim, essa atividade tem um impacto imediato nos/as trabalhadores/as da cadeia produtiva, incluindo aqueles/as que comercializam, transportam e manipulam/pulverizam esses insumos. Além disso, suas famílias, que residem nas proximidades das áreas cultivadas, também sofrem efeitos indiretos dessas práticas (CARNEIRO, 2015).

²⁵ Formada pelas empresas Syngenta, Bayer, Basf, Dow, DuPont e Monsanto (CARNEIRO, 2015).

No Dossiê da ABRASCO, Carneiro (2015) ainda destaca que muitas pulverizações/poluições com agrotóxicos e outros agroquímicos são provocadas em descumprimento da lei, afirmando que nesse modelo químico-dependente não existe uso seguro de agrotóxicos na agricultura. No entanto, erros de manipulação decorrentes da falta de treinamentos, negligência ou comportamentos inseguros por parte dos pulverizadores são atribuídos/as pelos/as fazendeiros/as aos/às próprios/as trabalhadores/as.

Logo, modelo químico-dependente de agrotóxicos acarreta consequências significativas nos âmbitos ambiental, ocupacional, sanitário e social, revelando sua insustentabilidade ambiental. Essa abordagem gera uma série de vulnerabilidades que resultam em eventos prejudiciais, tais como condições de trabalho degradantes e escravizantes, acidentes de trabalho, intoxicações dos/as trabalhadores/as, incidência de cânceres, malformações, mutilações, sequelas e contaminação ambiental por agrotóxicos e fertilizantes químicos.

As consequências ambientais decorrentes da abordagem exploratória do setor do agronegócio e do uso excessivo de agrotóxicos são multifacetadas. Dentre essas sequelas, destacam-se a contaminação do solo, água e ar, além dos prejuízos ocasionados à biodiversidade e às culturas agrícolas. O uso intensivo de fertilizantes químicos pode ocasionar a eutrofização de corpos d'água, a acidificação dos solos, a contaminação de aquíferos e a emissão de gases associados ao efeito estufa (GOMES, 2019).

Fica claro que a ampliação significativa do consumo de agrotóxicos na agricultura dificilmente teria ocorrido sem o respaldo incontestável do Estado e sem um processo político-ideológico de cooptação popular e desmobilização política, que foram estimulados para facilitar a ascensão dos valores neoliberais. Apesar dos apelos dos movimentos ambientais e de certos segmentos da sociedade que estão mais conscientes da importância da segurança alimentar, é plausível afirmar que, essa tendência persiste, rumo à degradação socioambiental.

Logo, para avançar na superação desse cenário, é imprescindível adotar uma postura e um discurso alternativos. Nesse contexto, é fundamental realizar uma nova abordagem do campo, reavaliando o papel dos trabalhadores rurais à luz da construção de sua autonomia relativa em relação ao capital, estabelecendo uma relação de coevolução no processo de produção e interação com a natureza, e explorando outras formas de cooperação e culturas que sejam diferentes daquelas dominantes.

Afastando-se das soluções técnicas e mercadológicas ilusórias oferecidas pelas empresas capitalistas, é importante ressaltar que, combater efetivamente as problemáticas

socioambientais desse modelo produtivo requer enfrentar suas causas profundas, que estão enraizadas na lógica de dominação exercida pelas grandes empresas e corporações do agronegócio, o que ao mesmo tempo, precisa driblar discursos que tentam ofuscar estas questões.

3.5 Modernidade, capitalismo e a complexidade do discurso do desenvolvimento sustentável: revelando a falácia e suas implicações

Esta sessão tem como objetivo resgatar a construção mercadológica do discurso ambiental atual, levando em consideração os aspectos delineados pela modernidade e pelo capitalismo contemporâneo.

Como mencionado no capítulo anterior, a invasão das Américas marcou uma fronteira histórica crucial que deu início à era moderna e ao capitalismo, com seus aspectos de dominação, colonialidade e exploração. Essa era de descobertas e de contextos desconhecidos gerou uma inquietação que levou ao surgimento de pressupostos filosóficos que justificavam a exploração de corpos, subjetividades e recursos naturais.

Também pôde ser visto que a modernidade se baseava na libertação do ser humano em relação à subjetividade, pela da ciência. Ao mesmo tempo, esse processo de cientificação desencantou a natureza e a racionalização influenciou a formação de instituições, como o Estado, e ordens sociais, como o capitalismo.

O capitalismo, no entanto, atingiu seu auge durante a Revolução Industrial do século XVIII, caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção da burguesia e pela venda da força de trabalho dos/as trabalhadores/as. Fundamental ao modelo, os produtos do trabalho são trocados, ou seja, ocorre a troca de mercadorias. Neste processo, cada mercadoria possui um valor de uso, relacionado à sua utilidade, porém, quando ocorre a troca, ela adquire um valor de troca. Esse valor de troca é frequentemente influenciado pelos discursos de consumo e pela busca incessante de lucro e acumulação de capital por parte dos empresários capitalistas (MOREIRA, 1985).

Dessa forma, o processo capitalista se mantém em funcionamento como engrenagens, resiliente às influências externas. Impulsionado pelo padrão de consumo que gera capital, o modo de produção demanda constantemente a atualização de técnicas pela cientificação e racionalização, a fim de aumentar a produtividade no trabalho e garantir sua própria sobrevivência. Matos e Santos (2018), compreendem que esses imperativos técnicos, por sua vez, têm a verdadeira intenção de manter uma dominação da sociedade e da natureza.

Sob o respaldo da técnica, práticas como a especialização e alienação do/a trabalhador/a em relação aos meios de produção, o surgimento de grandes fábricas e linhas de produção contínuas, e uma crescente dominação e exploração da natureza foram adotadas (PEREIRA et al, 2017).

Conforme Porto Gonçalves (1998), a concepção de natureza é um conceito criado dentro de uma cultura que se considera superior, capaz de controlá-la e dominá-la, estabelecendo assim uma determinada visão sobre ela. Nesse contexto, o autor argumenta que a compreensão da natureza como mero objeto e o ser humano como mero sujeito não leva em consideração a possibilidade de o termo 'sujeito' abranger tanto a capacidade de ação quanto a condição de estar submetido a circunstâncias específicas. Portanto, a visão que separa a natureza do ser humano é característica do pensamento predominante na cultura ocidental, enraizado nos princípios da modernidade e do capitalismo.

Com o avanço da ciência e da técnica à serviço do capital, o conceito de natureza tem se transformado progressivamente em uma ideia de objeto a ser apropriado, dominado e convertido em mercadoria. Diante desse panorama, qualquer tentativa de compreender de forma orgânica e integrada a relação entre o ser humano e a natureza tornou-se falha. Isso se deve à construção de uma "realidade objetiva" baseada na divisão social e técnica do trabalho, que contribuiu para a fragmentação entre sociedade e natureza, bem como a dicotomia entre as ações e o pensamento na sociedade capitalista industrial. Conforme Porto Gonçalves:

A ideia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma ideia de homem não-natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo. As ciências da natureza se separam das ciências do homem; cria-se um abismo colossal entre uma e outra (PORTO GONÇALVES, 1998, p. 35).

No capitalismo, a natureza é incorporada aos meios de produção para impulsionar a acumulação de capital. A interação entre sociedade e natureza ocorre através da apropriação dos bens naturais e de sua transformação por meio do trabalho e do uso de técnicas no processo produtivo. Logo, em uma sociedade cuja organização é fundamentada no trabalho, os indivíduos se relacionam com a natureza visando transformá-la em produtos, envolvendo relações mercantis. Essa incorporação da natureza e do ser humano no circuito produtivo é a base para a expansão do capitalismo, impondo que o ritmo do ser humano não seja mais ditado pela natureza, mas sim pelo ritmo do próprio capital (OLIVEIRA, 2002).

À medida que a produtividade aumenta, também cresce a taxa de exploração do trabalho e da natureza. Esse movimento resulta na ampliação da alienação tanto do trabalho quanto da própria natureza, o que cria uma dicotomia, conforme aponta Ruy Moreira:

A alienação do trabalho reproduz-se a todas as instâncias da sociedade capitalista: aliena-se o homem da natureza, dos produtos, do saber, do poder e dos próprios homens. Se o poder sobre os homens nas 'sociedades naturais' passa pelo controle da terra, sob o capital o poder passa pela alienação do trabalho (MOREIRA, 1985, p. 78).

Para Oliveira (2002), o processo leva perda da identificação do ser humano com a natureza desencadeou uma crise ambiental causada pelo uso irracional dos bens naturais, evidenciado especialmente nos processos de modernização agrícola e urbanização.

A perspectiva de que as problemáticas ambientais estão ligadas às atividades humanas impulsionadas pelos avanços da ciência e tecnologia já era discutida ainda no século XIX. No entanto, Matos e Santos (2018) ressaltam que naquela época, a atenção para o impacto ambiental causado pelo modo de produção capitalista não era amplamente abordado, devido à relativa abundância de recursos que sustentava o funcionamento do modelo socioeconômico.

Atualmente, a perspectiva de que tais questões estão intrinsecamente ligadas à racionalidade capitalista tem sido evidenciada. Isso se manifesta na produção de riscos²⁶ associados à crise ecossistêmica, amplamente ilustrada pelo panorama global de externalidades econômicas e forças negativas do crescimento ilimitado, que resultaram em insustentabilidade, desequilíbrio ecológico, pobreza extrema, escassez de recursos, riscos ambientais e vulnerabilidade da sociedade (PEREIRA et al., 2017).

Logo, pelos mecanismos da modernidade e do capitalismo, riscos ambientais são produzidos humanamente, tanto em nível global quanto local. Nesse contexto, a ciência e, sobretudo, a técnica desempenham papel central como eixos estruturadores dessa condição (MATOS E SANTOS, 2018) não só pelas mudanças e inovações, mas pela produção de discursos hegemônicos a partir da imposição universal da dominação da natureza ao ocidente.

A partir da década de 1960, surgiu uma crescente consciência em relação à crise ambiental global, representando um significativo alerta sobre a crise da racionalidade econômica que impulsionou o processo de modernização, assim como da racionalidade técnica e científica. Nesse movimento, percebeu-se o declínio da concepção de bens naturais ilimitados, acompanhado pelo surgimento da ameaça tanto à espécie humana quanto à lógica do modo de produção capitalista e a insustentabilidade da natureza.

É importante ressaltar que a emergência de uma crise ambiental global deve ser compreendida como resultado da expansão da ciência e da tecnologia a serviço do capital, que não apenas aumentou o domínio sobre a natureza, mas também exerceu controle sobre outros

²⁶ Matos e Santos (2018) enfatizam que o "risco" é uma realidade enfrentada pela sociedade e se distingue de "perigo", uma vez que, como uma característica peculiar da sociedade moderna, pode ser antecipado e quantificado.

seres humanos através do trabalho, alienação e apagamento de conhecimentos, subjetividades, formas de vida e compreensões de mundo (MATOS E SANTOS, 2018).

Porém, as primeiras reações ao problema surgiram devido à preocupação com os desafios ambientais e limites para o crescimento econômico. Especialistas também destacaram preocupação com os impactos destrutivos do modo de produção capitalista no meio ambiente e na humanidade. Assim, diante da rápida deterioração ambiental e suas consequências para o desenvolvimento, surgiu a noção de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável para superar a separação entre atividades humanas, econômicas e sistemas naturais (LEFF, 2009).

A influência da ciência e da racionalização na formação das instituições e ordens sociais, como o Estado e o capitalismo, é inegável. O capitalismo, em particular, alcançou seu apogeu ao estabelecer a propriedade privada dos meios de produção e ao explorar a força de trabalho, resultando na concepção da natureza como um objeto a ser dominado e transformado em mercadoria. Nesse contexto, a interação entre a sociedade e a natureza passou a se basear na exploração dos recursos naturais e no uso de técnicas no processo produtivo, o que, por sua vez, conduziu à alienação e à separação entre a sociedade e o ambiente natural.

A crise ambiental atual, portanto, é uma consequência direta da expansão da ciência e da tecnologia a serviço do capitalismo, que intensificou o controle sobre a natureza e subjuguou outros seres humanos por meio do trabalho.

Diante do reconhecimento de uma crise ambiental global, as questões ambientais ganharam destaque na agenda global a partir de 1972, durante a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Meio Ambiente em Estocolmo. Esse marco representou a institucionalização da problemática ambiental em meio a uma série de transformações na economia mundial, como as políticas neoliberais e a globalização. Esse evento foi crucial para o reconhecimento da importância da gestão ambiental e para a ampliação do debate sobre questões socioambientais em escala mundial (Porto Gonçalves, 2012).

Na década seguinte, em 1987, ocorreu a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED), também conhecida como Comissão Brundtland, responsável pela introdução do termo "desenvolvimento sustentável". Esse conceito foi definido no relatório Brundtland como um tipo de desenvolvimento capaz de atender às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações de suprir suas próprias necessidades (ONU, 2010).

Nas ciências biológicas, a sustentabilidade é entendida como a capacidade de um ecossistema em se sustentar ao longo do tempo, ou seja, sua capacidade de reprodução e permanência. Portanto, para que um sistema seja considerado sustentável, é necessário levar em conta os seguintes aspectos: 1) o conhecimento e a atenção aos ciclos materiais e energéticos; 2) a garantia das particularidades essenciais para o seu funcionamento; 3) o atendimento das necessidades humanas sem comprometer o equilíbrio ecológico e o bem-estar das outras espécies; 4) a compreensão dos fatores limitantes para a preservação e a garantia da reprodução; 5) o reconhecimento das necessidades simbólicas (Loureiro e Lima, 2012, p. 284).

No entanto, segundo Pereira et al. (2017), não existe uma definição consensual de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Tanto o conceito quanto sua prática são controversos devido à imprecisão e ambiguidade dentro do atual sistema capitalista. Os autores também questionam a submissão desse conceito ao paradigma econômico dominante, argumentando que o desenvolvimento sustentável muitas vezes é utilizado para justificar a sustentabilidade do próprio sistema capitalista. Diante disso, é possível perceber contradições e limitações no conceito de desenvolvimento sustentável proposto pela WCED.

[...] o discurso do desenvolvimento econômico é o mais sustentado no sistema, onde a preocupação ambiental é consequência do desenvolvimento econômico, enquanto a dimensão social, na grande maioria, ainda é deixada de lado. Ou seja, o discurso de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável é utilizado para sustentar o capitalismo e os que detêm os recursos financeiros (PEREIRA et al, 2017)

Quanto às controvérsias subjacentes ao discurso do desenvolvimento sustentável proposto pela WCED, Pereira et al, (2017) também destaca a supervalorização da economia, com a justificativa de que o crescimento econômico mundial é crucial para evitar catástrofes econômicas, sociais e ambientais. Além disso, é evidente a influência das ideias neoliberais, que defendem a ascensão através do livre mercado, com a afirmação de que o desenvolvimento sustentável pode ser alcançado por meio de instrumentos econômicos (CASTRO, 2004).

Nesse contexto, surge um contraste notável na noção defendida pela ONU: embora pregue a sustentabilidade ambiental, promove o livre comércio, resultando em uma situação em que "o desenvolvimento sustentável, tal como concebido pela economia ambiental, é basicamente o mesmo que o desenvolvimento capitalista" (CASTRO, 2004, p. 206). O aspecto econômico também prevalece no discurso do Banco Mundial, que atribui a responsabilidade pela degradação ambiental e pela crise ambiental à pobreza, à incerteza e à ignorância, enfatizando que esses aspectos devem ser abordados por meio de políticas

ambientais. Por outro lado, o desenvolvimento econômico é exaltado, pois para o Banco Mundial "o crescimento econômico é um meio essencial para possibilitar o desenvolvimento" (CASTRO, 2004, p. 201).

Assim, a ideia do desenvolvimento dito sustentável surgiu como solução, frente à admissão dos limites de exploração dos bens naturais pelo ideário desenvolvimentista e produtivista do capital, que impuseram à política internacional a se movimentar em torno da questão ambiental. Carregado de diferentes interpretações, motivado pelos interesses da racionalidade capitalista, o conceito se construiu pelo viés econômico, ou seja, mercantilizando soluções pela modernização ecológica⁴ e negando questões socioambientais envolvidas.

Além das questões econômicas, o discurso do desenvolvimento sustentável, alimentado e hegemônico pela ONU, também entra em conflito com os países do Sul Global devido ao apagamento da diversidade cultural. Esse discurso associa esses países ao mercado mundial como solução para a pobreza e promoção do que é considerado sustentabilidade. Mas, é importante reconhecer que as pessoas e as culturas são diversas, e o desenvolvimento sustentável proposto no relatório não leva em consideração as características culturais das diferentes nações (PEREIRA et al., 2017), impondo uma cultura do consumo. Desse modo, os países do Norte Global acabam treinando os países do sul para se desenvolverem de acordo com suas próprias propostas (CASTRO, 2004), suprimindo assim sua liberdade cultural.

Nesse contexto, todo modelo é imposto sobre as comunidades e países da periferia. [...] Especialistas em desenvolvimento "sabem" o que essas sociedades precisam: ser parte do mercado internacional, ter instituições democráticas liberais, ser modernizado. Não há respeito pela diversidade cultural e institucional (CASTRO, 2004, p. 206).

Por trás do discurso da sustentabilidade, existe a justificativa para vincular os países do Sul Global ao mercado internacional, permitindo que os países desenvolvidos utilizem seu poder econômico para explorá-los a baixo custo. Porto Gonçalves (2012) aborda a Ecologia Política sob uma perspectiva latino-americana e ressalta que o pensamento ambiental na América Latina se opõe aos fundamentos de uma lógica eurocêntrica capitalista, onde a "sustentabilidade" é, entre outras coisas, uma nova forma de colonização e exploração com características coloniais.

Outro ponto controverso relacionado à prática discursiva do desenvolvimento sustentável está relacionado à visão antropocêntrica atribuída a esse conceito. De acordo com essa visão, sociedade e meio ambiente são considerados como eixos separados, em que o

bem-estar humano capitalista é a principal razão para a proteção do meio ambiente (PEREIRA et al, 2017). Nesse sentido, essa abordagem sustenta a noção de uma sociedade desvinculada da natureza, considerando a natureza como algo dissociado, sujeito a ser dominado pela tecnologia, ciência e produção capitalista.

Nos últimos anos, as questões relacionadas ao desenvolvimento humano e meio ambiente têm sido abordadas sob o contexto da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, gerando demandas para a política. Porém, as visões promovidas pela ONU se tornaram dominantes na política mundial, embora seus pressupostos defendidos sejam uma resposta inadequada às necessidades reais do desenvolvimento sustentável.

Dentro da lógica dominante e hegemônica, o conceito de desenvolvimento sustentável abre portas e prioriza o mercado do Norte Global na apropriação e alocação de recursos. Apesar de haver uma preocupação aparente com o meio ambiente, ela se mostra secundária, em que o foco está no crescimento econômico, sem considerar as diferenças socioeconômicas resultantes do trabalho capitalista, e sem fazer uma crítica ao atual modo de produção.

Logo, podemos considerar que estamos diante de uma luta global para determinar como o "desenvolvimento sustentável" será definido e utilizado em um discurso que envolve a riqueza das nações, visto que o que evidencia que a "sustentabilidade" é uma questão ideológica e política, em vez de um problema puramente ecológico e econômico.

Com base nas premissas do desenvolvimento sustentável, que influenciaram atitudes pessoais e políticas governamentais, foram desenvolvidos modelos e ferramentas de política econômica para atribuir um valor monetário às degradações dos recursos naturais e à poluição industrial, ou seja, para precificar aquilo que não possui valor intrínseco (FOLADORI, 2001).

Essa é a abordagem que tem orientado as políticas ambientais no Brasil, as quais envolvem o uso de tecnologias, incentivos econômicos, tarifas verdes, certificações e licenças ambientais. No entanto, tais medidas atuam apenas como amortecedores dos impactos negativos da exploração capitalista, sem questionar os fundamentos políticos, econômicos e sociais do modelo produtivo (IORIS, 2011).

O resultado dessas políticas depende exclusivamente do potencial transformador da imposição tecnocrática na conservação dos bens naturais, enquanto as responsabilidades pelos conflitos, injustiças socioambientais e desigualdades no acesso e recepção dos impactos são sistematicamente ignoradas, deixando de lado as pessoas e os grupos sociais. Portanto, segundo Ioris (2011), a contribuição do desenvolvimento sustentável para superar as falhas do modelo socioeconômico baseado na exploração humana e ambiental é altamente questionável.

A percepção dos limites da exploração da natureza pelo agronegócio levou as grandes corporações a adotarem a noção de desenvolvimento sustentável como parte integrante de seu sistema produtivo, com foco na perspectiva econômica. Por meio dos programas de sustentabilidade promovidos pela indústria cultural, utilizando discursos, *slogans* e propagandas para destacar suas práticas sustentáveis, o discurso aparente da sustentabilidade atua como uma estratégia de distorção, dissimulação, alienação e, conseqüentemente, validação social e institucional dessa abordagem, em detrimento das preocupações e políticas ambientais (LIBERA, 2019), sem qualquer compromisso com a justiça social.

Dentro da lógica da modernização ecológica, a "sustentabilidade" se torna uma categoria essencial para promover a mecanização do campo e soluções mercadológicas, atraindo capital, funcionando como uma marca para atrair investimentos (ACSELRAD, 2005). Assim, articular a prática do agronegócio com o desenvolvimento sustentável é uma estratégia para valorizar esse setor e obter benefícios garantidos por lei, mantendo sua hegemonia e mascarando os impactos socioambientais e culturais negativos.

Assim, enfrentamos um momento histórico marcado por múltiplas crises desencadeadas pelo sistema socioeconômico hegemônico, que, como estratégia de manutenção econômica e política, se alia a discursos e mecanismos de ocultação, alienação e pacificação da sociedade diante dos impactos insustentáveis que produz.

3.6 O discurso dominante da sustentabilidade na Educação Ambiental brasileira

Conforme destacado no tópico anterior, o conceito de desenvolvimento sustentável tem sido amplamente definido por discursos que colocam ênfase no crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, além de apontarem essa abordagem como uma maneira de prevenir catástrofes de ordem econômica, social e ambiental.

Sob esse contexto, segundo Loureiro e Lima (2012), é crucial direcionar nossa atenção para a verdadeira finalidade da sustentabilidade e, conseqüentemente, examinar o discurso que a envolve em uma sociedade marcada pela desigualdade, onde as relações se baseiam na degradação do meio ambiente e na exploração intensiva do trabalho para fins de acumulação material. Porém, os autores alegam que essa preocupação fundamental não é central no discurso predominante da Educação Ambiental (EA).

Dentro de uma mistura diversa no campo da educação, a EA se estabelece como um campo próprio e poderoso, capaz de penetrar em diferentes esferas sociais. Surgiu na década

de 1960, impulsionada pelas preocupações ambientais que motivavam o movimento ambientalista (LOUREIRO; LIMA, 2012).

No contexto brasileiro, no que diz respeito às suas diretrizes e perspectivas, foi amplamente influenciada pelo conservacionismo predominante da época. A partir dos anos 1980, recebeu influências das propostas "socioambientais" dos movimentos sociais, que abordavam as formas de apropriação material e simbólica da natureza diante do modo de produção capitalista e suas implicações (LOUREIRO; LIMA 2012). Isso resultou, até o final da década de 1990, em uma disputa pela hegemonia discursiva entre conservacionistas e socioambientalistas.

Com a realização, no país, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92/Eco 92, o debate sobre questões ambientais ganhou ainda mais influência. Isso levou ao predomínio das propostas de EA dentro da perspectiva do "capitalismo verde", que defende um "uso mais racional" dos recursos naturais, sem provocar reflexões profundas e abordando superficialmente as questões das desigualdades sociais que determinam o acesso assimétrico à natureza, com grande tendência à sua naturalização.

Com ênfase em aspectos comportamentais, técnicos e éticos da relação humana com a natureza dita não humana, seu caráter instrumental e de aplicação imediata na vida de cada indivíduo torna-se um poderoso meio de reprodução ampliada de ideologias tendem a "naturalizar" o modo de produção e de organização social dominante (LOUREIRO; LIMA, 2012, p. 282).

Frente desse contexto da EA e dos graves problemas socioambientais resultantes da exploração ambiental intensificada pelo consumismo, a EA surge como responsável por promover a sensibilização e a conscientização sobre consumo, energia, mudanças climáticas, biodiversidade e conservação dos biomas. Seu objetivo é alcançar uma transformação das pessoas em direção a uma "sociedade sustentável", através de um discurso hegemônico que propaga a ideia de uma salvação planetária baseada em uma visão romântica e harmoniosa da sociedade, sem abordar reflexões sociais sobre a temática, ao mesmo tempo em que questões como modo de produção, distribuição de bens materiais, acesso a terra e à cidade são negligenciadas no debate ambiental (LOUREIRO, 2009).

Essa postura, por sua vez, reforça a premissa de que todos os envolvidos na EA compartilham a mesma finalidade, em um contexto de relações sociais harmoniosas e rejeição às injustiças ambientais (ACSELRAD, 2005), promovendo o discurso de parceria entre diferentes sujeitos e buscando conciliares classes sociais na promoção da sustentabilidade.

Lamosa (2010) explica que essa formulação teórica se baseia em um novo padrão de sociabilidade promovido pelo empresariado e por organizações não-governamentais (ONGs) que atuam independentemente das lutas sociais ou sem vínculos orgânicos com os setores empresariais. Isso ocorre devido a um movimento ideológico que reproduz um capitalismo "sustentável" ou "verde", associado ao crescente envolvimento do empresariado no espaço educacional, visando alcançar consenso em torno das ações para resolver problemas ambientais, onde a virtude está na sociedade civil. Portanto, cabe às organizações cidadãos resolver o que nem o Estado nem o mercado foram capazes de conseguir.

Portanto, para os defensores das premissas do discurso do desenvolvimento sustentável empresarial, não há espaço para debate ou disputa na construção de políticas públicas. Em vez disso, enfatizam a execução e gestão de projetos de forma participativa (LOUREIRO; LIMA, 2012). Nesse contexto, a relação escola-empresa se torna o principal mecanismo de disseminação ideológica do discurso da sustentabilidade, que também serve aos interesses do capital. Isso é alcançado por meio de projetos, cursos e materiais que incorporam a questão ambiental no currículo escolar, de acordo com os interesses empresariais. Para Bagonolo:

Cabe perguntar que concepções de ambiente, sociedade, ciência, cultura e educação têm sido difundidas nestes cursos e materiais e quais as implicações destas concepções na prática do professor e, acima de tudo, na formação da consciência ambiental dos alunos (BAGONOLO, 2009, p. 588).

A abordagem predominante nas escolas para desenvolver projetos ambientais é a resolução de problemas por meio de temas geradores. No entanto, Loureiro e Lima (2012) destacam que esses projetos muitas vezes são delineados pelas empresas, o que resulta em uma grande interferência na escolha dos problemas ambientais e, conseqüentemente, dos temas geradores.

Projetos ambientais desenvolvidos pelas empresas são centrados no empreendedorismo, na solidariedade e na ação moralmente orientada. Eles utilizam a EA como uma ferramenta ideológica para apaziguar conflitos ambientais e promover comportamentos individualmente corretos e simplistas em relação ao meio ambiente, ignorando a complexidade da questão ambiental, que abrange dimensões políticas, econômicas e culturais. Dessa forma, a falta de politização na EA entra em contradição com as propostas críticas presentes no campo, que buscam superar desigualdades e promover a transformação social como condição fundamental para enfrentar a crise ambiental (BAGONOLO, 2009; LIMA; LOUREIRO, 2012).

Em tais contextos, as organizações empresariais e grandes corporações desempenham uma função renovada ao se converterem em agentes de resolução para os desafios sociais, ao mesmo tempo em que perpetuam a reprodução dos princípios e da perspectiva que promovem a acumulação de capital, funcionando como uma pedagogia da hegemonia. Dessa maneira, estruturas privadas de dominação têm a oportunidade de expandir-se em meio a iniciativas de EA nas instituições escolares, financiadas por setores empresariais.

De acordo com Bagnolo (2010), é possível que as escolas recebam apoio das empresas sem necessariamente aderirem à sua ideologia. Elas podem tanto reproduzir o discurso e a prática pedagógica das empresas como resistir a essas iniciativas. No entanto, seria ingênuo acreditar que a presença e o discurso empreendedor das empresas nas escolas públicas são inofensivos (LAMOSA, 2010). Além disso, é importante considerar o despreparo das escolas diante das deficiências do campo ambiental no processo educacional, o que compromete sua capacidade de exercer uma função crítica (BAGNOLO, 2010).

Silva et al. (2022) analisam a forma como atualmente a EA está sendo incorporada nas políticas educacionais, com foco especial na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no "Novo" Ensino Médio. Eles destacam que a construção da BNCC foi caracterizada pela falta de diálogo com os professores e por práticas arbitrárias. Além disso, apontam diversas críticas à BNCC, como a falta de abordagem crítica, a simplificação excessiva de temas, a restrição da criatividade e autonomia dos professores, e a ênfase em abordagens privatistas e mercadológicas.

Nesse contexto, os autores destacam que a BNCC trata a EA de maneira superficial e não prioriza a formação crítica em questões socioambientais, indo de acordo com as diretrizes da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). Isso reflete o desmantelamento das políticas de EA no país e a inadequação da abordagem transversal, na qual a educação ambiental é tratada como um tema transversal nos planos e currículos escolares, mesmo que a legislação exija sua presença contínua e permanente em todos os níveis de ensino (SILVA et al. 2022).

Buczenko e Rosa (2022) esclarecem que debate em torno da abordagem das questões ambientais nas escolas desperta o interesse de diversos pesquisadores engajados na EA Crítica. No entanto, é fundamental destacar a existência de obstáculos significativos, especialmente no Brasil, decorrentes das atuais condições político-econômicas e dos desafios que surgem em meio à ambiguidade e controvérsia do termo "sustentabilidade".

Frequentemente, a sustentabilidade é vinculada a uma perspectiva empresarial e ao mercado financeiro, priorizando as questões econômicas e o agronegócio, enquanto

negligencia a degradação humana, cultural e ambiental existente (BUCZENKO E ROSA, 2022). Essa abordagem limitada pode representar um desafio para a efetivação da EA Crítica e para a construção de uma compreensão emancipatória para a sustentabilidade.

É nesse contexto que a EDS se destaca e se hegemoniza na educação brasileira, especialmente quando respaldada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A EDS tem sido amplamente discutida e concretizada desde 1992, com especial ênfase na Década das Nações Unidas para a EDS, realizada de 2005 a 2014 (BUCZENKO E ROSA, 2022).

A EA Crítica e a EDS são abordagens educacionais que buscam promover ações em relação às questões ambientais. Ambas compartilham da preocupação com uma sustentabilidade e reconhecem a necessidade de transformação social. No entanto, possuem ênfases e abordagens distintas que disputam espaço em contextos extra e escolares.

Por fins didáticos, faço um contraponto entre duas abordagens: a EA Crítica e a EDS. A EA Crítica é um processo dialógico, crítico, problematizador e transformador das condições objetivas e subjetivas que compõem a realidade. Seu objetivo principal é promover a transformação social, abrangendo todos os aspectos da sociedade e enfatizando a importância da ação coletiva na prevenção e solução de problemas ambientais. Nesse sentido, a responsabilidade individual não é suficiente, sendo necessária a participação política e a construção de consensos na sociedade (LOUREIRO, 2009).

Por outro lado, Buczenko e Rosa (2022) sinalizam que a EDS é um processo ativo de aprendizagem que visa promover valores e atitudes de solidariedade e justiça, ao mesmo tempo em que propõe desenvolver uma cidadania global a partir da reflexão individual sobre o desenvolvimento sustentável. Assim, a EDS busca estimular uma compreensão mais profunda dos desafios ambientais e incentivar ações concretas para sua solução, mas havendo um limite de potencialidade crítica. Os autores também indicam que a abordagem reconhece a importância do equilíbrio entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais, entendendo que todos esses elementos são fundamentais para alcançar a sustentabilidade pela ação individual.

Em suma, as principais diferenças entre a EA Crítica e a EDS envolvem suas abordagens, focos e âmbitos de aplicação. Porém, para Buczenko e Rosa (2022) uma das problemáticas que envolvem a abordagem hegemônica da EDS está relacionada à falta de consideração abrangente das estruturas socioculturais no debate sobre a sustentabilidade. Ao negligenciar esses aspectos, existe o risco de adotar uma abordagem ingênua e incapaz de contextualizar adequadamente a ação educativa, podendo comprometer a eficácia das iniciativas de uma EA emancipatória e transformadora.

Para Loureiro (2009), ponto de destaque é a ênfase na abordagem individual e comportamentalista para alcançar o desenvolvimento sustentável em escala global. Essa abordagem muitas vezes não questiona os papéis desempenhados pelos países do Norte e do Sul na crise ambiental, nem aborda as desigualdades econômicas e socioambientais entre os dois hemisférios políticos. Logo, é fundamental que as metas de sustentabilidade visem a equidade mundial, levando em consideração a necessidade de promover mudanças estruturais e abordar as disparidades globais.

Dessa forma, é essencial reconhecer as limitações da abordagem hegemônica da EDS, abraçando uma visão mais abrangente que leve em conta as estruturas socioculturais e promova uma transformação genuína e igualitária em direção à sustentabilidade. Isso requer uma abordagem crítica e uma reflexão sobre os desafios socioambientais globais, buscando uma maior equidade entre os países e uma compreensão coletiva das soluções necessárias.

Estamos vivendo um momento histórico marcado por múltiplas crises desencadeadas pelo sistema socioeconômico dominante, que busca se perpetuar por meio de mecanismos de dissimulação, alienação e pacificação da sociedade diante dos impactos insustentáveis que ele gera. Torna-se evidente que tanto as questões socioambientais quanto a crise epistemológica são consequências do processo de colonização que busca uniformizar a produção e a cultura.

Diante da emergente necessidade de superar essas crises, é imprescindível estabelecer um contraponto no campo agrícola, envolvendo a superação do modelo de produção predominante, questionando suas bases epistemológicas e subvertendo as ideias que se baseiam exclusivamente em produtividade e lucro.

É nesse contexto que apresentamos a Agroecologia como uma via de acesso a uma sustentabilidade que vai além dos paradigmas hegemônicos de desenvolvimento sustentável, utilizando a abordagem agroecológica como uma ferramenta para a transição produtiva e como uma forma de denunciar a hegemonia que está intrinsecamente presente na prática atual.

3.7 Agroecologia enquanto alternativa contra hegemônica

Como mencionado anteriormente, de forma resumida, o modelo agrícola dominante é estruturado pela conexão entre o capital nacional e internacional, que envolve os/as proprietários/as capitalistas das terras, o financiamento externo, a indústria agroquímica e o capital comercial através da exportação de *commodities*. Esse modelo se apresenta ideologicamente como o mais avançado, no entanto, como ressaltado por Porto Gonçalves

(2004), ele perpetua a colonialidade através de uma poderosa "associação oligárquica entre as grandes corporações financeiras internacionais, as principais indústrias de fertilizantes, herbicidas e sementes, e as extensas cadeias de distribuição conectadas aos supermercados".

O sucesso do agronegócio como um sistema agroprodutivo dominante no contexto brasileiro não foi apenas resultado da colonização pelo mercado externo, apoiado pelo Estado e pela indústria cultural, mas também da implantação de um discurso ambiental inconsistente, que construiu uma falsa verdade sobre a necessidade de uma modernização ecológica como solução para as questões socioambientais negativas do sistema e para alcançar o que entendem como desenvolvimento sustentável.

Ao nos confrontarmos com um modelo agrícola que negligencia os aspectos vinculados à distribuição, ocasionando destruição e conflitos socioambientais, além de gerar desigualdades sociais, torna-se fundamental repensar o atual desenvolvimento do modelo agrícola predominante, com o intuito de apresentar alternativas viáveis.

Com o objetivo de expor práticas coloniais relacionadas ao agronegócio, defendo a abordagem decolonial e sua proposta de reorientação do conhecimento e das práticas, fundamentada em saberes, visões de mundo e ontologias que vão contra o poder dominante (MIGNOLO, 2018). Em consonância com essa perspectiva, trago a Agroecologia e seus princípios como uma forma de promover a mudança decolonial, ou seja, como uma ferramenta para desafiar as ideias dominantes ligadas à produção agrícola.

Contrária à perspectiva hegemônica de progresso, a Agroecologia surge como uma alternativa viável para atingir outra ideia de sustentabilidade. Conforme apontado por Stephen Gliessman, um dos principais estudiosos da área, a sustentabilidade emerge da combinação de várias medidas que garantem sua continuidade ao longo do tempo, envolvendo os processos de reprodução social e ecológica de um local específico (Gliessman, 2000). Guzmán (2001) explica que a Agroecologia busca alcançar a sustentabilidade desejada por meio de iniciativas voltadas para a preservação e manutenção da biodiversidade e diversidade cultural necessária para sua prática, enquanto reduz a dependência em relação à agricultura predominante.

Assim, de maneira geral, segundo a perspectiva agroecológica, utilização dos bens naturais deve estar em consonância com sua conservação, tornando essencial a aplicação de tecnologias que valorizem a diversidade ecológica e sociocultural. Influenciada por uma nova abordagem que valoriza os conhecimentos coletivamente produzidos, defende uma compreensão da realidade que seja "holística, sistêmica, contextualizadora, subjetiva e pluralista, originada a partir das culturas locais" (Guzmán, 2001, p. 35). A ideia de desenvolvimento sustentável adquire um significado distinto, onde os olhares são

direcionados não apenas para a dimensão ambiental e ecológica, mas para um conjunto de dimensões que englobam os agroecossistemas²⁷.

A Agroecologia, de forma abrangente, pode ser entendida como um campo que engloba os estilos de vida, as técnicas de produção e as questões políticas relacionadas à agricultura, incorporando princípios e diversos objetivos. No seu exercício, são valorizados os conhecimentos populares das comunidades tradicionais, ao mesmo tempo em que são feitas críticas ao sistema capitalista hegemônico de produção, evidenciando suas perspectivas de esgotamento, exclusão e acumulação.

Ao considerar a atividade agrícola como uma prática que não envolve o uso de agrotóxicos e máquinas, pode-se traçar sua origem há mais de dez mil anos, o que demonstra que os princípios e métodos agroecológicos são muito mais antigos do que a agricultura capitalista predominante (MAZOYER; ROUDART, 2010). Isso coloca a agricultura "convencional" como algo relativamente recente em comparação com a agricultura "livre de agrotóxicos", atualmente denominada agricultura orgânica. No entanto, é importante ressaltar que nem toda agricultura orgânica pode ser considerada agroecológica ou sustentável (como será discutido posteriormente no próximo capítulo).

Para uma compreensão abrangente das dimensões agroecológicas, é necessário considerar, como destaca Caporal (2013), pelo menos três elementos que atuam de forma inseparável, pois estão em constante interação visando alcançar uma totalidade. Dessa forma, os elementos centrais da Agroecologia podem ser agrupados em três dimensões: ecológica e técnica-agronômica; socioeconômica e cultural; e sociopolítica. É importante ressaltar que essas dimensões não são independentes e se entrelaçam e influenciam umas às outras.

Os elementos relacionados à dimensão ecológica e técnica-agronômica são representados pelos aspectos agrícolas que abrangem o manejo de animais e plantas, bem como o controle de doenças e pragas, com o objetivo de obter o melhor desempenho por meio do uso de técnicas de plantio. Essas práticas são articuladas levando em consideração fatores como a época do ano, o relevo, a altitude, as culturas existentes e o bioma nativo. Essa dimensão está diretamente relacionada à parte prática dentro do agroecossistema e, portanto, adota uma abordagem mais voltada para a produção agrícola, baseando-se em estudos científicos e também em conhecimentos populares.

²⁷ Os agroecossistemas são considerados como unidades fundamentais para o estudo e planejamento das intervenções humanas em prol do desenvolvimento rural sustentável. São nestas unidades geográficas e socioculturais que ocorrem [...] os processos biológicos e as relações socioeconômicas, constituindo o lócus onde se pode buscar uma análise sistêmica e holística do conjunto destas relações e transformações (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

Nessa perspectiva, Altieri (2002) apresenta a Agroecologia como uma disciplina científica que se dedica ao estudo dos agroecossistemas, visando compreender e buscar o melhor modelo socioproductivo que assegure a sustentabilidade e a preservação ambiental:

[...] a ciência da Agroecologia, que é definida como a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos para desenhar agroecossistemas sustentáveis, oferece uma base mais ampla para avaliar sua complexidade. A agroecologia vai mais além do uso de práticas alternativas e do desenvolvimento de agroecossistemas com baixa dependência de agroquímicos e de aporte externos de energia. [...] a Agroecologia emerge como uma disciplina que disponibiliza os princípios ecológicos básicos sobre o como estudar, projetar e manejar agroecossistemas que sejam produtivos e ao mesmo tempo conservem os recursos naturais, assim como sejam culturalmente adaptados e social e economicamente viáveis (ALTIERI, 2002, p.105).

Nessa dimensão, é então atribuído um papel crucial ao conhecimento técnico na manutenção da biodiversidade, ao mesmo tempo em que engloba conhecimentos tradicionais, a contextualização cultural e social. Em outras palavras, o foco é direcionado para o planejamento da unidade produtiva com o objetivo de alcançar a sustentabilidade econômica, social e ambiental, embora seja limitado em termos de aspecto revolucionário, que é característico da Agroecologia.

A dimensão socioeconômica e cultural pode ser exemplificada pela valorização dos/as trabalhadores/as, uma vez que concentra suas discussões na resolução de questões sociais e econômicas da comunidade e de seu entorno, buscando o fim do êxodo rural e enaltecendo a cultura e o conhecimento local (CAPORAL, 2013).

Por outro lado, é na dimensão sociopolítica da Agroecologia que surgem debates sobre a distribuição de terras e políticas públicas para fortalecê-la. O objetivo é consolidar o setor agrícola no embate político, impedir retrocessos e promover a luta por conquistas no campo que sejam favoráveis aos/às trabalhadores/as rurais.

Dessa forma, a Agroecologia abrange os princípios e abordagens das dimensões ecológica e técnico-agronômica, socioeconômica e cultural, e sociopolítica, buscando compreender e analisar o impacto das tecnologias predominantes nos sistemas agrícolas. Desempenha um papel fundamental como base científica na reorientação do modelo de produção agrícola hegemônico, direcionando-o para um modelo produtivo fundamentado em princípios ecológicos. A Agroecologia funciona como uma matriz interdisciplinar que engloba diversas disciplinas, contribuindo para a construção de um novo paradigma agrícola (CAPORAL & COSTABEBER, 2002). Nesse movimento, ela pode ser considerada "um agente de mudança social e ecológica complexa [...] para levar a agricultura a uma verdadeira sustentabilidade" (GLIESSMAN, 2000, p. 56).

Assim, o conhecimento agroecológico vai além do conhecimento científico, sendo construído em diversidade, valorizando os saberes e experiências de diferentes atores sociais. Por meio do esforço coletivo, busca-se atingir a sustentabilidade, com estratégias baseadas nos impactos negativos da agricultura nos agroecossistemas, fortalecendo a resistência dentro da comunidade. Assim, estuda os impactos de maneira abrangente, considerando as interconexões entre as dimensões ecológica, social, econômica, cultural e política, com o objetivo de promover uma transformação socioambiental fundamentada na sustentabilidade multidimensional (CAPORAL; COSTABEBER, 2002; CALDART, 2022), buscando equilíbrio do agroecossistema em todas as suas dimensões.

Para denunciar as problemáticas socioambientais de uma agricultura excessivamente dependente de mercado e insumos externos, a Agroecologia recorre a Ecologia Política. Neste movimento, seu objetivo é revelar os interesses envolvidos, destacando as pessoas afetadas pelos impactos negativos e denunciar as estratégias exploratórias da relação entre sociedade e natureza com fins lucrativos. Mas também trabalha em prol do equilíbrio ecológico, promovendo uma produção harmoniosa que envolve diversos atores sociais e assegura o acesso à natureza, inclusive para aqueles menos privilegiados (CAPORAL; COSTABEBER, 2002), contribuindo para a Justiça Ambiental.

Portanto, segundo Paiva (2019), a Agroecologia pode ser compreendida como uma formação discursiva específica, que se configura a partir do conceito de interdiscurso²⁸. Essa interação consiste no entrelaçamento do discurso ambientalista, do discurso político de esquerda e do discurso de diversos movimentos sociais. Além disso, a Agroecologia está intrinsecamente ligada ao discurso da agronomia, estabelecendo relações de complementaridade ao utilizar parte do referencial teórico dessa ciência e ao abordar o mesmo objeto. Contudo, sua relação com a agronomia é predominantemente de oposição, devido à racionalidade antagônica em relação aos princípios e práticas da agricultura industrial.

Como exposto, a realidade agrária brasileira hegemônica resulta na concentração de terras nas mãos de grandes latifundiários, um legado histórico do período colonial. Enquanto os proprietários beneficiam-se das políticas públicas que sustentam essa estrutura, os/as trabalhadores/as rurais sem terra resistem e lutam por suas condições de existência, em uma disputa que envolve não apenas a posse de terra e território, mas também diferentes modelos de produção (MELLO et al, 2021).

²⁸ O que para Fairclough (2001) é compreendido como as conexões e interações entre as redes de formações discursivas.

Nesse contexto, a luta pela reforma agrária desempenha um papel fundamental no enfrentamento dos desafios sociais, econômicos e ambientais atuais. Dentre os movimentos socioterritoriais camponeses, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) destaca-se como a principal organização e defende a necessidade de uma reforma agrária popular e um modelo de desenvolvimento baseado na descentralização da posse da terra (MST, 2014). Para alcançar seus objetivos, os movimentos socioterritoriais camponeses engajam-se politicamente e estabelecem parcerias com outras instituições e movimentos que compartilham de suas metas de transformação social.

Ao longo das décadas, o MST atravessou diferentes fases em sua luta pela terra, desde os primeiros assentamentos surgidos na década de 1980. Mas, foi a partir do IV Congresso Nacional do MST, realizado em 2000, que a crítica ao modelo agrícola dominante foi intensificada, junto à defesa da segurança alimentar dos camponeses, livre de agroquímicos e transgênicos. Assim, o MST reconheceu que a função social da terra vai além de sua mera redistribuição, e passou a valorizar a Agroecologia como parte integrante de sua proposta política e produtiva, em contraposição ao modelo do agronegócio (MELLO et al., 2021), empenhando-se em demandar do Estado políticas de crédito, financiamentos subsidiados, pesquisas e tecnologias direcionadas à agricultura baseada nos princípios da agroecologia (MST, 2014).

A proposta de Agroecologia defendida pelos movimentos socioterritoriais do campo, especialmente o MST, tem como objetivo recuperar e valorizar a ação dos/as camponeses/as, buscando assim uma prática voltada para o campesinato. Foi escolhida justamente pela sua capacidade de transcender a mera produção agrícola e abranger múltiplas dimensões. Ao contrário de uma agricultura exclusivamente livre de agrotóxicos, que pode estar sujeita à dominação do capital e ser considerada apenas como um nicho de mercado (o que será discutido posteriormente), a abordagem agroecológica destaca-se por sua abrangência e diferenças significativas.

O campesinato é uma classe que luta por autonomia na produção da vida. Devido às condições sociais em que se encontram, os/as camponeses/as articulam a luta por autonomia com a construção, aprimoramento, expansão e defesa de uma base de recursos naturais e sociais. Logo, nessa articulação, a Agroecologia promove uma política agrária/alimentar justa, ambientalmente sustentável e saudável para toda a sociedade, além de auxiliar na garantia dos direitos territoriais dos/as camponeses/as (MELLO et al.2021).

A mobilização de uma comunidade engajada na Agroecologia pode impulsionar processos democráticos, organizacionais e representativos em diversos setores. Conforme

destacado por Caporal & Costabeber (2003), isso é alcançado por meio de mecanismos de ação coletiva comunitária, visando à defesa e garantia de políticas alinhadas aos interesses dos sujeitos e grupos sociais rurais. Essa dimensão é fundamental para a ação revolucionária da Agroecologia, pois tem o potencial de transformar as relações humanas arraigadas no sistema capitalista, promovendo a democratização do acesso a terra e a consequente transformação social. Ademais, também proporciona um espaço de encontro e diálogo com movimentos sociais e a ampla massa de trabalhadores/as rurais, cuja força de trabalho é explorada para a acumulação de capital (CAPORAL, 2013).

Em um estudo realizado por Coca et al. (2021), é abordada a construção da soberania alimentar e da agroecologia como temas de luta nos movimentos socioterritoriais do campo em Minas Gerais. O estudo destaca que esses movimentos têm adotado a agroecologia não apenas como uma ciência ou técnica, mas também como um princípio ontológico, utilizando-a como estratégia para resistir e questionar a lógica capitalista no campo.

O texto também enfatiza a experiência do MST em Campo do Meio, no Sul de Minas Gerais. Através da Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiros (CAMPONESA),²⁹ o MST tem incentivado a transição agroecológica dos assentamentos e acampamentos relacionados à luta pela reforma agrária, bem como a superação do patriarcalismo³⁰ no campo.

Autores como Machado e Machado Filho (2014) identificaram até onze dimensões da Agroecologia, que são indissociáveis: escala, social, política, econômica, ambiental, energética, cultural, administrativa, técnica, ética e soberania alimentar.

No que diz respeito à escala, é importante ressaltar que a validade da tecnologia utilizada depende dela. Isso significa que a produção agroecológica deve ser capaz de atender à demanda mundial, desafiando o agronegócio e demonstrando que as práticas artesanais e alternativas não são apenas soluções domésticas pontuais, mas sim padrões que podem confrontar o modelo predominante (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

A dimensão econômica da Agroecologia vai além das leis de mercado, representando um novo modelo de sociedade. Nesse contexto, ela não se limita apenas aos custos econômicos, mas reconhece também a importância dos custos ambientais e sociais da produção. Em contrapartida à monocultura do agronegócio, a policultura agroecológica se destaca por sua viabilidade econômica superior, pois além de aperfeiçoar o aproveitamento da

²⁹ A CAMPONESA é filiada à Central de Orgânicos do Sul de Minas e possui o Selo de Produção da Agricultura Familiar (COCA et al., 2021).

³⁰ Pela existência do Coletivo de Mulheres Raízes da Terra dentro da CAMPONESA que evidencia a importância dos aspectos culturais na proposta da soberania alimentar e da Agroecologia, em que os alimentos são compreendidos como bens sociais, indo além de sua mera caracterização como commodities (COCA et al., 2021).

área devido à diversidade de cultivos, ela promove um ambiente mais biodiverso e ecologicamente equilibrado, por meio da cooperação com a natureza. Essa abordagem, por sua vez, proporciona um aumento significativo na renda dos agricultores, economia nos gastos com insumos e diversidade produtiva. Conforme destacado pelos autores, as comparações de custos entre o cultivo agroecológico e o agronegócio revelam que a produção ecológica é não apenas quantitativamente superior, mas também apresenta custos substancialmente menores (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

No entanto, Caporal e Costabeber (2004) assinalam que o sucesso da agricultura agroecológica não pode ser medido apenas por fatores econômicos. Há indicadores fundamentais, como o desenvolvimento da agricultura de subsistência, a diversificação da base produtiva e a produção de bens de consumo. A soberania e segurança alimentar de uma região também estão relacionadas à adoção de estratégias baseadas em circuitos curtos de mercadorias e no abastecimento regional e microrregional. Portanto, a dimensão econômica não pode ser desconectada da dimensão social.

No que diz respeito à dimensão ambiental, a Agroecologia se pauta pelo respeito à natureza em todas as suas perspectivas e dimensões. Isso inclui o cuidado com a biodiversidade por meio do manejo adequado do solo, da água, do ar e dos animais (incluindo seres humanos). Os processos naturais de reequilíbrio dos agroecossistemas são considerados fundamentais diante dos impactos ambientais resultantes das ações capitalistas. Além disso, reconhece-se a necessidade de uma mudança global nos modelos de manejo massivo, que permitirá o reequilíbrio de nossa biosfera (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

A dimensão cultural da Agroecologia está intrinsecamente ligada ao respeito à cultura local, às práticas e saberes dos camponeses, valorizando sua experiência e conhecimento sobre o histórico da região de cultivo e as práticas mais adequadas para o local onde vivem (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

Por fim, Machado e Machado Filho (2014) destacam que a soberania alimentar desempenha um papel fundamental na Agroecologia, pois busca eliminar a fome e a miséria através da eliminação de patentes de sementes e da redução da dependência de insumos importados, entre outros fatores. A autonomia em relação a itens essenciais para a sobrevivência humana é uma prioridade para a Agroecologia.

Tais dimensões, por sua vez, precisam ser consideradas no processo de transição agroecológica. Esse processo pode ser compreendido como ponto de partida para a transformação da realidade da produção agrícola hegemônica, partindo das condições específicas de cada produtor/a e propondo uma série de alternativas que, aos poucos,

possibilitarão as mudanças necessárias. Dessa forma, a transição agroecológica é um processo com várias etapas que visa alcançar um nível cada vez mais elevado de manejo e, conseqüentemente, de práticas agroecológicas abrangentes. Assim, Caporal (2013):

Um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas (...) porém, por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica, implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, (...) mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores, seja nas suas relações sociais, seja nas suas atitudes com respeito ao manejo e conservação dos recursos naturais. (CAPORAL, 2013, p. 288).

Segundo Gliessman (2000), podemos identificar quatro níveis de transição agroecológica. Resumidamente, o primeiro nível diz respeito à transição agroecológica interna dos indivíduos, que está relacionada aos seus princípios éticos e envolve as decisões sobre como produzir ou consumir. No entanto, é importante ressaltar que esse primeiro passo requer também uma mudança coletiva, pois as mudanças isoladas não garantem a transformação social necessária para enfrentar a crise em questão e estabelecer um processo sustentável efetivo.

O segundo nível da transição é caracterizado pela redução do uso de agrotóxicos, abandonando a perspectiva consumista ou preventiva de seu uso, bem como o manejo agroquímico sem avaliação. Essa etapa requer um processo gradual de diminuição no uso de agroquímicos, evitando rupturas drásticas, para permitir uma adaptação adequada e viabilizar o processo de forma efetiva.

O terceiro nível de transição diz respeito ao aspecto agrônômico da conversão da lavoura, envolvendo a substituição de insumos por outros mais sustentáveis e menos prejudiciais ao ambiente. Por fim, o quarto nível se refere à reorganização da unidade de produção, estabelecendo relações mais complexas e autônomas dentro da propriedade.

Dessa forma, por meio desse processo composto por etapas, busca-se alcançar uma transformação social e ambiental gradual por meio do redesenho da propriedade. Esse redesenho permitirá que a propriedade seja mais autônoma e autogerida, promovendo relações internas que envolvam o trabalho coletivo e a distribuição equitativa dos recursos provenientes da comercialização dos excedentes de produção (GLEISSMAN, 2000).

Nesse sentido, a dimensão revolucionária da Agroecologia desempenha um papel fundamental. O processo de transição agroecológica deve ocorrer de forma gradual e coletiva, concomitante ao desenvolvimento das dimensões revolucionárias em diversas localidades. Isso implica em promover mudanças no modo de produção agrícola que reverberem também na indústria e no comércio urbano, por meio de parcerias em redes de economia solidária,

feiras e circuitos curtos de comercialização. Essas iniciativas envolvem diferentes agentes e sujeitos, pertencentes a diversas categorias de trabalhadores/as, formando uma rede de apoio contra hegemônica e fortalecimento mútuo. Essa rede se estabelece por meio dos entrelaçamentos entre as forças contra hegemônicas representadas pela Agroecologia, movimentos sociais do campo e cooperativas de produtores/as.

A participação ativa dos diferentes atores sociais desempenha um importante papel na busca pela sustentabilidade e na promoção da produção agroecológica. Além de trocar valores, conhecimentos e saberes, é importante que esses atores fortaleçam as relações sociais e adotem estratégias de conscientização e ação coletiva.

Esse engajamento é fundamental para capacitar e libertar as comunidades, permitindo que surjam coletivos e movimentos sociais que compreendam plenamente os princípios e práticas agroecológicas. Através de processos educativos, eles se tornam defensores das suas próprias demandas sociais, agindo como agentes de transformação social. É por isso que Caldart (2022) destaca que a Agroecologia e a educação se entrelaçam e se fortalecem por meio da formação e das exigências educacionais surgidas nos processos de luta em defesa dos diversos territórios camponeses e da reprodução social dos/as trabalhadores/as rurais.

3.8 Agroecologia e Educação Ambiental Crítica

Promover a agricultura agroecológica é um desafio complexo, que abrange questões interligadas em diversos níveis sociais, do micro ao macro. É crucial reconhecer os limites e oportunidades envolvidos nesse processo desafiador. Como já mencionado, uma agricultura exploratória, que não leva em conta a distribuição equitativa, tem impactos significativos na natureza. Por isso, é essencial repensá-la, questionando suas bases epistemológicas centradas na mecanização e na técnica, que defendem uma única maneira de compreender os sistemas naturais.

A transição para um modelo agroecológico requer a nutrição de diversos campos do conhecimento, bem como a incorporação das experiências, tradições, práticas e saberes de todos/as os/as envolvidos/as. Essa colaboração coletiva é essencial para uma contribuição social significativa na consolidação da agricultura sustentável, que não se constrói a partir de um "pacote pronto" disponível para ser adquirido em centros de pesquisa, promovido por universidades, órgãos de assistência técnica e empresas privadas (ZAMBERLAN; FRONCCHETI, 2002, p.94).

Não operante apenas pelas técnicas agrícolas, o enfoque agroecológico exige mudança pela transformação social. Portanto, essa abordagem promove a necessidade inquestionável de integrar a Educação Ambiental (EA) Crítica, estabelecendo uma relação essencial para a superação de desafios. Ao mesmo tempo, a Agroecologia também desempenha um papel fundamental na promoção da EA.

A combinação da Agroecologia com a EA Crítica pode ser vista como uma ferramenta para impulsionar pedagogias decoloniais, conforme proposto por Walsh (2009). Essas pedagogias, alinhadas com os princípios da decolonialidade, buscam promover processos educativos que denunciam e problematizam a subalternização, a racialização e as dinâmicas de poder, ao mesmo tempo em que valorizam e promovem diversas formas de ser, viver e conhecer, com o objetivo de alcançar justiça e igualdade.

No contexto ambiental em disputa, também é necessário sustentar as dimensões das práticas agroecológicas e educativas à luz da Ecologia Política, por meio de ações que compreendam as relações de poder que geram riscos e conflitos socioambientais (LAYRARGUES, 2017). Essas ações, por sua vez, visam construir valores, conceitos, habilidades e atitudes que permitam uma atuação consciente e responsável dos indivíduos e das comunidades no ambiente (LOUREIRO, 2005), a fim de superar as desigualdades socioambientais causadas pelas práticas agrícolas dominantes e promover justiça.

Um papel significativo na construção de uma sociedade justa e solidária é potencializado pela EA Crítica, que acredita na capacidade de transformação dos indivíduos. Isso ocorre quando propõe um processo educativo coletivo que se fundamenta na defesa da sustentabilidade da vida, na conscientização política, no respeito às diferenças (desde que não gerem desigualdades sociais), na valorização da diversidade e na transformação das condições desiguais de produção e reprodução da existência humana. Desta forma, se coloca como prática poderosa na busca por uma sociedade mais equitativa e sustentável.

No entanto, a luta por Justiça Ambiental requer não apenas a transformação de paradigmas, mas também uma transformação social e epistemológica enraizada em ações comprometidas politicamente, de forma prática e contínua, visando transformar as relações sociais. Logo os processos formativos da EA Crítica, em articulação com a Agroecologia, permitem a construção de um olhar crítico dos atores sociais do campo aos fatores que geram riscos e desigualdades socioambientais, capacitando indivíduos e comunidades a agir de maneira consciente e responsável em relação ao ambiente (LOUREIRO, 2014). Tendo em vista que se trata de um campo em disputa, a ação educativa se faz necessária:

Em um momento em que as questões ambientais ocupam espaços proeminentes nos discursos e práticas, entendo que a inovação e a inquietação própria do ambientalismo, e particularmente da educação ambiental, não são garantia de que sejam portadoras de processos transformadores na cultura e na economia, em síntese, da sociedade e do padrão civilizatório mundializado. Para isso, é preciso que o questionamento e a vontade de criar algo novo se relacionem à crítica radical às relações sociais concretas e ao sociometabolismo do capital (LOUREIRO, 2014, p. 64).

Dessa forma, é fundamental que a prática educativa ambiental seja acompanhada por uma análise social crítica, revelando os discursos e condições de (in)sustentabilidade socioambiental prevalentes. Em outras palavras, para que a Educação Ambiental seja verdadeiramente transformadora, ela precisa ser crítica. Nessa perspectiva, a Agroecologia desempenha um papel potente, pois a consolidação da Justiça Ambiental requer a redefinição do significado da questão ambiental (ACSELRAD, 2005), e a Agroecologia tem um papel central nesse processo.

A conquista da Justiça Ambiental transcende disciplinas e vai além da Educação Ambiental. Ao analisar a produção agrícola hegemônica, surgem diversas relações e contradições. Incluem-se a defesa das especificidades culturais das comunidades tradicionais frente ao avanço do agronegócio, a busca por acesso justo aos bens ambientais e a proteção ambiental que combate a segregação e desigualdades impostas pelas leis de mercado (ACSELRAD, 2005), entre outras questões relevantes.

A Agroecologia por ir além de ser apenas uma abordagem agrícola baseada em tecnologia e recursos utilizados, está intimamente ligada à construção de um novo paradigma que redefine a concepção da produção agrícola. Busca-se alcançar mudanças estruturais, políticas, sociais e culturais significativas (ALTIERI, 2002), e é nesse contexto que ela se torna uma aliada indispensável à EA Crítica.

Articulada à Pedagogia do Oprimido e à Pedagogia da Indignação (FREIRE, 1968; 2000), a Agroecologia se movimenta para denunciar as estratégias exploratórias da relação entre sociedade e natureza com fins lucrativos, revelando os interesses envolvidos e destacando as pessoas afetadas pelos impactos negativos. Ao mesmo tempo anuncia uma produção agrícola harmoniosa que envolve a coletividade diversos atores sociais e assegura o acesso à natureza de forma justa (CAPORAL & COSTABEBER, 2002).

Diante da longa história de conflitos de poder na relação entre sociedade e natureza, o campo da Agroecologia resgata saberes, modos de vida e lutas apagadas pelos interesses do mercado e pela imposição dos caminhos unilaterais da ciência moderna dominante (LEFF, 2016; CALDART, 2022). E, é por meio de articulações com uma EA Crítica que a Agroecologia pode ser compreendida em sua totalidade, abrangendo três pilares

fundamentais. Primeiro, como uma ciência crítica que questiona o modo de produção agrícola dominante e seus impactos desigualmente distribuídos. Segundo, como um movimento social que articula diferentes atores em busca de mudanças socioambientais e estabelece conexões importantes na luta por justiça ambiental. E, por fim, como uma prática que vai além da produção material, integrando diversas dimensões e desempenhando um papel fundamental no fortalecimento e disseminação dos conhecimentos agroecológicos (CALDART, 2022).

Assim, a EA Crítica que visa promover mudanças sociais, desempenha um papel fundamental ao criar estratégias que capacitam os indivíduos agroecológicos a exercer seu potencial transformador. Desta maneira, ela se torna uma ferramenta essencial para a consolidação das transformações desejadas pela Agroecologia, estabelecendo um movimento dialético no qual os campos da Agroecologia e da EA devem se entrelaçar constantemente.

A Agroecologia enfrenta diversos desafios como alternativa de mudança de paradigma diante do modelo agrícola dominante. Os defensores do agronegócio tentam nos fazer acreditar em falsas analogias com a agricultura dos países desenvolvidos, sugerindo que esse modelo foi inevitável. No entanto, na realidade, ele é simplesmente o resultado de opções políticas feitas ao longo dos séculos pelo Estado, em defesa dos interesses de grupos sociais minoritários que se beneficiam do *status quo* (PETERSEN, 2013).

A superação do modelo agrícola exploratório é um desafio concreto, exigindo que seja compreendido como inevitável pela sociedade para suplantar a resistência da aliança entre as elites agrárias brasileiras e o capital transnacional (PETERSEN, 2013). Sendo assim, a EA Crítica desempenha papel fundamental, permitindo a formação e condições para protagonismo dos/as trabalhadores/as rurais na busca por transformação agrária, independência do capital e Justiça Ambiental. A EA Crítica, que visa construir valores, conceitos, habilidades e atitudes para uma atuação consciente e responsável (LOUREIRO, 2005), contribuem nesse processo.

Outro desafio de grande relevância diz respeito às consequências advindas do paradigma tradicional da ciência moderna, que se empenha em sustentar perspectivas atuais por meio da legitimação e ocultação das possibilidades de superação. Conforme afirmado por Gomes e Borba (2004), esse paradigma é considerado o principal responsável pela crise em que a humanidade se encontra imersa. Dessa forma, sua base epistemológica se coloca como um obstáculo significativo para a busca por uma ruptura paradigmática. Torna-se, portanto, essencial denunciar suas imposições hegemônicas para superá-lo.

Neste sentido, Caldart (2022) ressalta que encontro entre a EA e a Agroecologia desempenha um papel significativo, uma vez que as práticas da EA impulsionam o

desenvolvimento da Agroecologia, levando em conta as contradições presentes no contexto atual. São práticas que estimulam questionamentos e proporcionam formações e conhecimentos essenciais para que as comunidades rurais adotem produção agroecológica e exerçam controle coletivo, resistindo assim à reprodução do sistema capitalista.

Por outro lado, é imprescindível realizar uma reflexão aprofundada sobre o progresso da práxis agroecológica, com sua ênfase na reconstrução ecológica e social da agricultura, tendo em vista sua contribuição para a concretização de objetivos emancipatórios. Nesse contexto, é pertinente indagar sobre a dimensão formativa intrínseca à participação ativa das pessoas na práxis agroecológica, bem como identificar quais conteúdos podem ser assimilados por meio dessa prática, com vistas a promover a formação integral das novas gerações (CALDART, 2022).

Vital ao empoderamento e emancipação das comunidades, esse diálogo possibilita o surgimento de sujeitos coletivos/movimentos sociais, que vão se tornando entendedores/as, pelo intermédio de processos educativos, da totalidade agroecológica para lutarem por demandas sociais, atuando como agentes da mudança social. Por esta razão, Caldart afirma que o encontro da Agroecologia com a educação já acontece e, vem sendo produzido pela “força formativa e exigências educativas dos processos de luta em defesa dos territórios camponeses diversos” (CALDART, 2022, p. 2).

Frente à histórica relação entre sociedade/natureza marcada por disputas de poder, o campo procura vislumbrar, enquanto práxis³¹, os apagamentos de saberes, modos de vida e luta política provocada pelos interesses do mercado e pelos caminhos únicos da ciência moderna dominante (CALDART, 2022). Portanto, são articulações com uma educação emancipadora que permitem que a Agroecologia seja compreendida em sua totalidade, isto é, sob seus três pilares: o da ciência, como teoria crítica aos modos de produção agrícola dominante e seus impactos desigualmente distribuídos; o da luta, como movimento social potente à articulação de diferentes sujeitos sob o intuito de promover mudanças socioambientais e tecer conexões importantes na luta por justiça ambiental; e o da prática, pela articulação de diferentes dimensões que vão para além da produção material, funcionando como peça fundamental ao estabelecimento e força dos conhecimentos agroecológicos (CALDART, 2022).

³¹ A Agroecologia se sustenta sob três pilares, que a conformam enquanto uma práxis construída por diferentes sujeitos sociais: o pilar da prática, da ciência e da luta. Estes três pilares podem ser entendidos como momentos dialéticos da sua realização histórica, que alcançam uma visão da realidade em totalidade (CALDART, 2022).

À luz das reflexões de Paulo Freire presentes em suas obras, como "Pedagogia do Oprimido" (1968), "Pedagogia da Autonomia" (1996) e "Educação como Prática da Liberdade" (1965), que destacam a importância da educação como um processo de libertação, empoderamento e transformação social com o intuito de superar a opressão e construir uma sociedade mais justa, pode-se reconhecer a Agroecologia como uma ferramenta significativa para auxiliar e capacitar os/as trabalhadores/as rurais a se tornarem agentes de transformação. Por meio dela, eles/as podem adquirir a habilidade de questionar e superar as injustiças e desigualdades inerentes ao capital, fortalecendo assim sua posição insubordinada e contribuindo para sua luta e reprodução social.

No entanto, a superação das injustiças ambientais relacionadas às consequências de uma produção agrícola regulamentada pelo agronegócio e suas práticas anteriores vai além da mudança de um paradigma científico. Na atual conjuntura, é necessário um novo paradigma social que envolva a transformação não apenas da forma como lidamos com a produção de conhecimento, mas também das relações sociais em sua totalidade. Para alcançar esse objetivo, é essencial o compromisso político, prático e cotidiano com a transformação de todas as relações sociais. Isso exige uma inquietação intelectual constante e a recusa dos processos de destruição planetária.

Os processos formativos resultantes da atuação na Agroecologia, combinados com a Educação Ambiental Crítica, desempenham um papel fundamental na superação das condições de injustiça ambiental decorrentes do modelo exploratório de produção agrícola. Isso se deve ao fato de que:

Agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável (...) em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação. Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade (GLIESSMAN, 2000, p.56).

Além das questões já abordadas nesta seção, é fundamental ressaltar, como último ponto, a necessidade de uma nova perspectiva epistemológica e prática que envolva o reconhecimento crítico das transformações resultantes das interações entre sociedade e natureza, juntamente com uma análise crítica da forma como diferentes grupos sociais utilizam os recursos naturais.

É importante salientar que, dependendo das assimetrias de poder presentes nessas interações, podem surgir relações conflituosas permeadas por tensões sociais evidentes. A explicitação dos conflitos é essencial para a democracia e a educação para a cidadania. É preciso reconhecer que a sociedade é plural, composta por diferentes visões de mundo,

interesses e necessidades. Esses elementos estão intrinsecamente ligados a processos democráticos efetivos, nos quais as oposições, tensões e contradições desempenham um papel relevante (LOUREIRO, 2005).

Desta maneira, fica explícita exigência de afinidade da Agroecologia com a EA Crítica. Acredito que esta conexão também se coloca potente para invadir os encontros e socialização dos conhecimentos pelas trocas de saberes, as organizações das associações de agricultores/as, coletivos de compras, feiras entre outros processos informais que apresentam possibilidades educativas infinitas, capazes de contribuir no processo de transformação social. Na próxima sessão tratarei desta relação entre feiras, potencial crítico e humanizador.

3.9 Feiras agroecológicas: fortalecimento da reprodução social de produtores/s, potência de insubordinação ao capital e educabilidades

No contexto atual, em que o capitalismo exerce uma influência cada vez mais dominante sobre as estruturas sociais, a articulação entre o lugar social dos/as trabalhadores/as rurais e a Agroecologia emerge como uma poderosa ferramenta de resistência e transformação. Ao adotarem a Agroecologia, eles/as não apenas resistem às estruturas opressivas do sistema capitalista, mas também buscam mobilizar e educar para reivindicar sua autonomia e assumir o papel de agentes de mudança. Nesse movimento, as feiras agroecológicas podem desempenhar um papel fundamental como ferramentas de reprodução social e educativa.

Ao estudar o lugar social dos/as trabalhadores/as rurais brasileiros/as no século XXI, Santos (2010) destaca suas características e lutas em relação ao capitalismo, ressaltando que suas as ações e lutas do são prontamente enfrentadas pelo capital com agressões, violências e tentativas de aliciamento e subordinação. Analisando a posição desses/as trabalhadores/as de subordinação do campesinato ao capital, o autor destaca uma diferença em relação ao trabalho urbano: enquanto os/as trabalhadores/as urbanos/as vendem sua força de trabalho para sobreviver, os/as trabalhadores/as rurais (e não latifundiários/as) são proprietários/as da terra e dos instrumentos de produção, o que implica em uma sujeição da renda da terra ao capital, sem a expropriação dos meios de produção. Essa sujeição evidencia como o capital busca extrair excedente econômico, sem privação de propriedade.

Dentre os caminhos pelos quais o capital se desenvolve no campo, conforme mencionado anteriormente, existe a estratégia do capital monopolista que se territorializa na agricultura, expropriando os/as trabalhadores/as de suas terras e instrumentos de trabalho,

levando-os/as a migrarem para as cidades. Nesse processo, o/a proprietário/a capitalista acumula lucros provenientes da atividade industrial e agrícola, além da renda gerada pela terra (SANTOS, 2010).

No entanto, Santos (2010) também apresenta um segundo caminho, no qual ocorre a monopolização do território pelo capital monopolista sem a expropriação direta dos/as trabalhadores/as rurais/as. Nesse caso, o capital cria, recria e redefine as relações de produção agrícola e familiar, possibilitando o desenvolvimento da produção. Assim, os/as trabalhadores/as são considerados/as parte constitutiva do desenvolvimento do capitalismo, uma vez que suas relações de produção não capitalistas são utilizadas como recurso para a expansão do capital.

A sujeição da renda da terra ao capital afeta diretamente os/as trabalhadores/as, especialmente quando suas produções dependem de intermediários comerciais, como atacadistas, antes de chegar aos/às consumidores/as finais. Essa dinâmica resulta em relações comerciais desiguais e concentração da renda nas mãos desses intermediários. Nesse contexto, o Estado desempenha um papel fundamental ao subsidiar o capital comercial e criar infraestrutura para sua atuação, o que acaba beneficiando esse segmento social (SANTOS, 2010).

Nesse contexto, é possível observar claramente que o sistema capitalista, respaldado pela intervenção estatal, estabelece e perpetua uma dinâmica de dominação econômica que se assemelha a um modelo colonial. Operando mediante a exploração dos bens e riquezas provenientes das classes trabalhadoras, a relação de poder desigual frente ao mercado, fortalece a concentração de renda e a exploração dos/as trabalhadores/as rurais, resultando na manutenção do status quo socioeconômico. A comparação com a estrutura colonial evidencia a exploração do trabalho humano e de bens naturais em prol de um grupo restrito, expondo a perpetuação de profundas desigualdades e a opressão de extensas camadas da sociedade.

No entanto, os/as trabalhadores/as rurais também buscam autonomia na produção e comercialização de alimentos como uma alternativa para escapar da subordinação ao capital comercial e industrial no campo. Enfrentando relações de poder, eles adotam estratégias para superar a dependência econômica, questionar mecanismos de subordinação e encontrar novas formas de enfrentar as dificuldades. Em muitos casos, essas estratégias se desenvolvem em parceria com a Agroecologia, que vai além de uma simples mudança na produção agrícola e nas relações com o capital.

Nessa interação, a Agroecologia impulsiona uma política agrária/alimentar justa, ao mesmo tempo em que desafia as relações capitalistas e busca uma transformação alinhada

com o desenvolvimento das forças produtivas. Essa abordagem auxilia no questionamento da monopolização e subordinação ao capital e o contesta, visto que o domínio do/a trabalhador/a rural sobre o território se opõe a essa concentração, abrangendo não apenas o controle da terra, mas também do processo de trabalho e dos resultados provenientes do trabalho familiar (MELLO et al., 2021). Essas, por sua vez, são consideradas por Santos (2010), práticas de insubordinação ao capital tanto industrial, como comercial no campo.

Embora o acesso aos produtos provenientes desse sistema produtivo possa ser viabilizado através de diversos canais de distribuição, a abordagem agroecológica se associa à Economia Solidária com o objetivo de desafiar a supremacia do capital comercial.

No contexto deste trabalho, que também foca na relação entre produtores/as e consumidores/as em uma feira agroecológica - A Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO -, discutiremos a interação entre a Economia Solidária e a Agroecologia. Essa análise é importante, uma vez que, no âmbito econômico da sustentabilidade, a Agroecologia busca estabelecer mercados por meio de formas cooperativas, reduzindo desigualdades sociais e melhora na qualidade de vida, conceitos teorizados e aplicados pela Economia Solidária.

Para Araújo (2017), confluência entre a Economia Solidária e a Agroecologia se estabelece na busca por alternativas à hegemonia do capital comercial. Enquanto a Economia Solidária surge como contraponto ao processo de liberalização econômica, visando garantir a sobrevivência dos excluídos do mercado e negando as relações econômicas baseadas na lógica mercantil, a Agroecologia surge como resposta às transformações no mercado agrícola impulsionadas pela globalização e pela concentração do sistema agroalimentar³² nas mãos de grandes conglomerados empresariais.

Seguindo a contribuição de Picolotto (2008), os empreendimentos da Economia Solidária podem ser percebidos como um movimento social que emerge como resposta ao avanço do capital e da globalização. Nesse contexto, os/as trabalhadores/as se unem em contestação e se estruturam em novas formas de trabalho, fundamentadas em valores de cooperação, com o intuito de impulsionar transformações sociais, culturais e sociopolíticas à eles/as e aos/às consumidores/as.

De forma similar, a Agroecologia surge como uma alternativa diante da contestação e desmantelamento do modelo agrícola dominante. Seu objetivo é estabelecer abordagens distintas de interação com a natureza, bem como reorganizar a estrutura social do trabalho e da comercialização. A prática agroecológica busca assegurar condições aprimoradas de

³² Pode ser entendido para além da produção agrícola, abordando toda a cadeia produtiva, incluindo as relações comerciais.

entrada no mercado, fortalecendo valores como sustentabilidade, solidariedade e justiça social. Ao mesmo tempo, abre caminho para novas formas de distribuição do poder econômico (MELLO et al., 2021).

No contexto mencionado, ambas as abordagens almejam outras possibilidades de existência social, por meio do estabelecimento de relações que ampliem a capacidade de gestão e autonomia dos indivíduos envolvidos. Por isso, estão fundamentadas no trabalho cooperativo e autogestionário, que abrange não apenas a produção, mas também o processamento e a distribuição dos produtos. Enfatizam princípios como a proximidade, o reconhecimento das pessoas envolvidas e a busca por igualdade (ARAÚJO, 2017).

De acordo com Kairós (2011), essas abordagens têm como principal objetivo criar um processo de comercialização que vá além da simples troca de produtos. Por meio da colaboração e da gestão autônoma, busca-se fortalecer a capacidade dos participantes em administrar suas atividades econômicas, valorizando aspectos relacionados à humanidade, sociedade e meio ambiente. Dessa forma, tanto a Economia Solidária quanto a Agroecologia visam superar as limitações do modelo de mercado e estabelecer práticas mais inclusivas e participativas. Seus propósitos vão além da geração de renda, buscando construir relações de trabalho mais democráticas e promover o bem-estar socioambiental.

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO)³³ têm como estratégia nacional abastecer a população com alimentos orgânicos e agroecológicos. Durante seu último período de atuação, de 2016 a 2019, foram criados incentivos a novos canais de comercialização, como feiras agroecológicas. Entre as ações estratégicas, destacam-se a integração com redes de economia solidária e consumidores/as, priorizando circuitos curtos de comercialização e a ampliação do envolvimento do público consumidor.

Os Circuitos Curtos de Comercialização (CCC) são reconhecidos como componentes essenciais para o setor agrícola, em conjunto com a abordagem agroecológica, como afirmado por Rover e Darolt (2021). De acordo com esses estudiosos, a abordagem agroecológica oferece alternativas aos sistemas convencionais, com ênfase na importância da preservação da agrobiodiversidade e na redução da vulnerabilidade dos agroecossistemas. Nesse contexto, os CCC também desempenham um papel significativo ao propor formas de resistência às extensas cadeias dos sistemas agroalimentares dominantes, contribuindo assim para uma transição agroecológica mais efetiva e visando ampliar a democracia alimentar em termos de acesso e participação de atores sociais.

³³ Destituído no período de 2019-2022 durante o governo de Jair Bolsonaro e retornado em 2023 com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Surgidos como resposta a uma "crise de confiança"³⁴ por parte dos/as consumidores/as, os CCC envolvem relações diretas de venda entre produtores/as e consumidores/as, com base na proximidade geográfica, informações detalhadas sobre a origem e o modo de produção dos alimentos, além dos princípios de transparência e confiança. Esses fatores, aliados à Agroecologia, são considerados fundamentais para impulsionar inovações sociais e restabelecer conexões entre agricultura, alimentação, saúde, meio ambiente, economias locais e territórios. Em particular, desempenham um papel crucial no fortalecimento da agricultura familiar agroecológica, ressocializando e reespaçalizando a produção e o consumo de alimentos (ROVER; DAROLT, 2011).

Ao contrário do padrão tradicional de produção, que gera separação produção e consumo, os CCC, também chamados de mercados de proximidade, fomentam interações renovadas entre os/as produtores/as e os consumidores/as. Essas interações são denominadas de conexões ecológicas, conforme descrito por Darolt (2012), e desempenham um papel fundamental na proposta da Agroecologia.

É neste sentido que as feiras agroecológicas e suas atividades associadas podem ser compreendidas como mecanismos de construção social que negam as formas de pendência ao capital industrial e comercial, enfrentados pelos/as trabalhadores/as rurais. Frente ao capital hegemônico, a reprodução social em consonância com os princípios da Agroecologia e da Economia Solidária têm sido permitida por estes espaços.

São feiras que por meio de processos organizativos, têm estabelecido alternativas de produção e comercialização pautadas no trabalho familiar. Ao mesmo tempo, as reuniões, assembleias e demais atividades realizadas nessas feiras têm se configurado como instrumentos de avaliação dos resultados das experiências empregadas, bem como espaços de formação política, onde os valores que norteiam as propostas de produção e comercialização camponesa são compartilhados e assimilados.

A criação dessas feiras, por sua vez, configura-se como uma estratégia voltada para viabilizar o controle dos camponeses sobre a produção agrícola e a comercialização dos alimentos provenientes do trabalho familiar, aspecto de extrema relevância, uma vez que a diversificação da produção se apresenta como uma forma de proteção contra as práticas exploratórias promovidas por diferentes agentes do capital. Quanto maior a variedade de

³⁴ Gerado por uma conscientização crescente dos/as consumidores/as sobre os riscos do consumo de alimentos ultraprocessados, com aditivos, conservantes, agrotóxicos e transgênicos. No caso do Brasil, houve uma problematização sobre o país se tornar o maior consumidor de agrotóxicos do planeta. Além disso, a crise econômica e sanitária causada pela Covid-19 estimulou reflexões sobre uma alimentação saudável e de proximidade (ROVER; DAROLT, 2021).

cultivos, criações e atividades relacionadas, menor é a vulnerabilidade dos camponeses e maior é a possibilidade de eles se apropriarem da renda gerada internamente. Nesse contexto, a eliminação dos intermediários no processo de comercialização da produção se mostra como um caminho viável para a maximização da apropriação dessa renda.

Em sua grande maioria, as feiras agroecológicas podem ser concebidas como resultado dos esforços de atores sociais do campo à superação da submissão agrícola ao capital industrial e mercadológico dominante. No entanto, para que funcionem como mecanismos de potência contra hegemônica, estas precisam controladas e trabalhadas pela lógica subversiva ao capital, atuando como práticas desobedientes à conjuntura dominante e existindo como parte constituinte de manifestação da luta. Isto é, devem funcionar pela manutenção daqueles/as que vivem da terra de maneira contra hegemônica, garantindo a reprodução social dos/as agricultores/as pela comercialização de alimentos e produtos produzidos via uma ótica singular construída em diversidade, a fim de promover a superação da lógica mono de produção e circulação regidas pelo capital (SANTOS, 2010).

Assim, a favor do enfoque contra hegemônico de produção agrícola, as feiras agroecológicas podem carregar práticas potentes a colocá-las em insurgência nos seus processos de organização, manutenção e comercialização. No entanto, Santos (2010) esclarece que tais práticas precisam estar atravessadas por mudanças significativas, produzindo-se de espaços de ação política em diferentes níveis, concentradas em superar dificuldades que impactam fortemente atores sociais envolvidos.

Resultantes de movimentos sociais, organizações e coletividades de sujeitos sociais do campo, elas se posicionam como possibilidade de descortinamento e desenvolvimento dos/as trabalhadores/as da agricultura agroecológica, além de os/as manter mais próximos/as ao/a consumidor/a. Ademais, estão inseridas no cenário de movimento da luta pela terra que vão muito além da comercialização de produtos agroecológicos e sem veneno.

São espaços marcados não só pela diversidade alimentar, mas também pela pluralidade de histórias de vida, forças, sonhos, crenças, relações, memórias, saberes, esperanças e subjetividades, isto é, pela produção de diferentes existências. São vivências, desejos e lutas singulares, que encontram na coletividade a possibilidade de serem enxergadas. Os espaços múltiplos da feira são desenhados por individualidades que conversam com o coletivo e se fazem potentes ao enfrentamento de padrões ocidentais impostos aos modos de vida.

Viabilizada por existências que vão à contramão da agricultura industrial, as feiras agroecológicas se inserem em um contexto que não se limita à sua realização pura e simples (SILVA, 2006). Manifestam-se pela perspectiva de resistência e promoção do modo de

produção sustentável a fim de viabilizar, dentre sua amplitude de finalidades, o desenvolvimento aos territórios e rentabilizar os/as trabalhadores/as que sobrevivem da terra, num país onde ainda não há políticas públicas suficientes que fomentem e garantam a sustentabilidade da produção agrícola que não esteja pautada nos interesses movidos pelo agronegócio.

A fragilidade institucional geram desafios que mobilizam o fortalecimento em coletividade. Buarque (2008) enfatiza que uma maneira particular de desenvolvimento local é justamente o desenvolvimento comunitário promovido pelos espaços da comunidade sem vínculo político-administrativo e institucional, mas ligados a projetos locais que conectam realidades e apresentam capacidade de organização e participação comunitária, funcionando como centro catalisador de iniciativas e base para o desenvolvimento local.

Assim como a luta pela terra, a luta pela reprodução social de modos de produção alternativos não acaba na conquista destes locais. Diante da força econômica e hegemônica das grandes redes de comercialização de produtos agrícolas à sociedade, um constante movimento de manutenção se faz necessário às feiras agroecológicas, para garantir a continuidade do seu funcionamento e do seu espaço enquanto potência. Neste movimento, relações oportunizam uma força formativa que vão de acordo com as exigências educativas dos processos de luta em defesa da prática (CALDART, 2022). Manter estes espaços ativos e em contra hegemonia, requerer desafios que precisam ser enfrentados junto à coletividade que os compõe, em resistência ao outros modos de comercialização agrícola que estão subordinados somente à lucratividade.

Por isso, a viabilização das feiras agroecológicas não dispensa a concentração de diversos segmentos da sociedade, assim como dos movimentos sociais no enfrentamento aos desafios econômicos, políticos, sociais e ambientais encontrados no percurso de sua organização. São articulações que sincronizam o saber teórico e o saber prático num movimento de constante reflexão a fim de se articular, da melhor maneira possível, os interesses de todos/as como um bem comum. “A prática educativa implica ainda processos, técnicas, fins, expectativas, desejos, frustrações, a tensão permanente entre prática e teoria, entre liberdade e autoridade” (FREIRE, 1992, p. 109). Atuam então, como resultado uma ânsia coletiva que sustenta e permite movimentos e iniciativas competentes na transformação da realidade.

No diálogo com as camadas populares é que podem ser traçadas os caminhos de construção de mecanismos articuladores e coletivos de confronto que permitirão o abandono deste habitual lugar de opressão. Como evidencia Silva (2006) “enquanto as classes populares

ficarem no silêncio ou paralisadas pelo medo, o opressor tem livre acesso para agir, reforçando assim seu poder. [...] Esta é a esperança que nos move” (p. 58).

Ao mesmo tempo, tais espaços erguidos pela movimentação e manifestação da urgência dos/as trabalhadores/as da terra em resistir para sobreviver, também promovem um rico movimento de discussão, trocas e encontros que permitem o compartilhamento de experiências, a produção de conhecimento pelas classes populares, a organização e aprendizagens da gestão harmônica da coletividade (SILVA, 2006). São terrenos que permitem que as contradições sejam expressas, problematizadas e superadas por reflexões de uma coletividade constantemente imersa numa automanutenção e aperfeiçoamento da organização coletiva arquitetada por processos educativos emancipadores.

As educabilidades erguidas no estabelecimento das feiras agroecológicas partem da sede de sobrevivência dos/as agricultores/as, perante as patologias do capital à produção agrícola. Logo, para o fortalecimento e superação das amarras hegemônicas, devem ser construídas a partir de realidades locais e comuns aos sujeitos envolvidos, no pensar coletivo e admitindo a diversidade (ANDRIONI, 2019). São produções de conhecimentos que podem estar localizados nos moldes na Educação Popular, a fim de promover a transformação pelo levante de classes populares e pela evidenciação de realidades advindas do massacre do modo de produção vigente (SILVA, 2006; ANDRIONI, 2019).

Logo, acredito que a possibilidade de materialização de práticas insubordinadas e em diversidade, oferecida pela organização das feiras agroecológicas, podem invadir a comunicação horizontal entre produtores/as e consumidores/as inerente a este espaço. Desta maneira, o estreitamento de vínculos com aqueles que estão além dos processos de produção e organização é viabilizado, possibilitando e se colocando potente à reconfigurar a relação entre campo e cidade (SANTOS, 2010; ANDRIONI, 2019).

Portanto, entendo que as trocas entre produtores/as e consumidores/as promovidas por estes espaços estão imersas em possibilidades que podem estar orientadas pela Educação Popular, onde o ponto de partida surge da realidade social, política e econômica da classe popular. São relações que se dão em um local mobilizado pela necessidade, dos/as agricultores/as, de emancipação das amarras capitalistas, a fim de transformar realidades que geram desigualdades.

Por intermédio de uma relação dialógica e não hierarquizada, as feiras se posicionam como um forte espaço potente à socialização de saberes entre produtores/as e consumidores/as, orientada por princípios ecológicos e valores culturais que contrapõe às imposições desenvolvimentistas. Neste sentido, Nora e Dutra (2015, p. 52) afirmam que as

feiras agroecológicas são vistas como espaço de “troca de conhecimentos recíprocos dos trabalhadores feirantes e das suas experiências, fato esse que dificilmente poderia ocorrer se fossem utilizados outros canais de comercialização mais individualizados”.

São também pelas trocas oportunizadas que as feiras agroecológicas se constituem como espaços para além da comercialização, funcionando como instrumento de potência pedagógica e de denúncia da lógica capitalista, atuando como locais de resistência e de luta rural no espaço urbano, promovendo um encurtamento necessário entre campo e cidade.

Destaca-se que não quer dizer que as feiras que não são agroecológicas não tenham seu caráter (e potencial) educativo, pois também unem campo e cidade, produtor/a e consumidor/a e produzem educabilidades de diversas formas. O foco nas feiras agroecológicas parte da premissa que, com a dimensão da Agroecologia, as potencialidades educativas emancipatórias são expandidas, pois a crítica às imposições mercadológicas ao campo agrícola e a atuação político-social são inerentes a ela.

A Agroecologia em sua totalidade permite uma compreensão para além do que realiza em si, ou seja, ultrapassa o “como fazer”, atingindo o “para que fazer” e o “por que fazer” um modo contra hegemônico de produzir alimentos. Para isso, o enfoque agroecológico aposta no movimento dialético entre luta, ciência e prática para tecer reflexões à agricultura industrial a partir de injustas e desiguais realidades socioambientais e, agir para a sua superação de forma a valorizar saberes e modos de vida apagados pela lógica dominante (CALDART, 2022). Logo, a feira agroecológica se coloca enquanto espaço que materializa os processos de luta, resistência e reprodução social dos/as trabalhadores/as da terra em suas práticas de organização, manutenção e comercialização.

Direcionar o olhar às feiras para além das relações de consumo de produtos agroecológicos oportuniza tecer conexões com a Educação Ambiental Crítica e Transformadora. Com forte cunho sociológico e político, é uma vertente da EA fundamentada no apontamento e reflexão crítica das disposições que direcionam as práticas coloniais de dominação e exploração do ser humano e da natureza, a fim de promover a problematização de um ideário desenvolvimentista pautado pela lógica do capital, geradores de injustiças socioambientais e, assim, soma forças contra hegemônicas. Ambiciona a formação de sujeitos aptos a identificar, problematizar, refletir criticamente e agir em torno das questões socioambientais, em práticas educativas vinculadas à contextualização da realidade (BRASIL, 2008), promovidas por diferentes práticas sociais, em diferentes cenários, escolares ou não.

Compreender que dinâmicas subversivas podem invadir as relações e diálogos entre produtores/as e consumidores/as nos permite conceber, à luz da EA Crítica e Transformadora,

as feiras agroecológicas como potências educativas emancipadoras. Reconheço que por elas, as feiras são lugares fortes a viabilizar reflexões que descredibilizam verdades falseadas em discursos que vinculam o poder da individualidade e das ações comportamentalistas à prática educativa ambiental.

A partir da realidade vivida na organização e manutenção das feiras agroecológicas, a insurgência se faz pujante ao entendimento de que apenas o consumo de produtos agroecológicos não basta para reverter o perverso quadro das produções hegemônicas. Interesses políticos e econômicos do agronegócio interferem nas políticas de Estado e no desmonte da Agroecologia no país (LAYRARGUES, 2021), e as feiras quando insubordinadas pela luta e coletividade, funcionam como estruturas pedagógicas na exposição de que o consumo individual e por si só, não tem força para mudar esses rumos.

São espaços, que para resistir, devem estar dotados de relações e trocas que precisam ir de encontro a propiciar educabilidades amparadas nas perspectivas da EA Popular e Transformadora, funcionando como ferramenta de potência pedagógica decolonial, operando na denúncia da lógica capitalista, na valorização de modos de vida e saberes tradicionais e na anunciação de problemáticas invisibilizadas. Lugares que carecem da invasão das perspectivas contra hegemônicas, a fim de transformar a alimentação em ato político para além do consumo ético, alcançando os interesses das diferentes classes envolvidas na agricultura para a luta e resistência das classes populares (LAYRARGUES, 2021).

Na elucidação dos processos de educativos proporcionados pela feira agroecológica, é possível pensar a construção do conhecimento com bases sociocêntricas e não apenas subjetivas e biológicas, pois o meio afeta os sujeitos frequentadores/as da feira, que se mostram alternativos/as dentro uma lógica hegemônica. Esses espaços alternativos admitem resistências em modos de vida e saberes plurais, que se reinventam através do coletivo propondo outros olhares e modos de se relacionar com o meio em que se vive.

Não se estabelece, portanto, uma simples interação entre sujeitos, mas é permitido o surgimento de uma relação de afetividade, no entendimento de ser afetado pelo saber do outro. Saber este que é histórico e pertencente a um grupo e um tempo-espaço que, dentro da dinâmica do mundo capitalista e pensando em alternativas de resistência, se refaz constantemente. Através da organização deste espaço, emergem as possibilidades da valorização dos sujeitos envolvidos nesse processo e outra maneira de se educar, para além dos espaços formais de educação e epistêmicos (SANTOS, 2010).

Sendo assim, os diálogos, as ações, as dinâmicas e os movimentos proporcionados pelas feiras agroecológicas que anunciam um modo de produção alternativo, permitem aos

sujeitos – que são partes constituintes e, portanto, indissociáveis deste espaço – envolvidos neste processo, a edificação de outra consciência e a possibilidade de retorno ao mundo que esteja distante do modelo capitalista que vigora.

4. CAMINHOS DE PESQUISA

No contexto deste trabalho, a linguagem desempenha um papel fundamental como uma chave para desvendar novas compreensões nos espaços potentes de resistência, como a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, bem como suas possibilidades de educação insurgente. Para compreender como a conjuntura que apresento acima se entrelaça com as assimetrias de poder nesses locais, direcionarei o olhar para os discursos dos/as produtores/as e consumidores/as, a fim de analisar as significações que contribuem para os modos hegemônicos e/ou contra hegemônicos de conhecimento, sentimento e existência.

É fundamental ressaltar a imprevisibilidade e a falta de controle inerente ao processo de investigação que aborda fenômenos sociais, assim como reconhecer a impossibilidade de adotar uma postura neutra de minha parte como pesquisadora. Nessa perspectiva, também é inviável estabelecer uma dicotomia entre sociedade e ciência, entre o objeto de estudo e o/a pesquisador/a. Portanto, concordando com o entendimento de ciência que critica os ideais de neutralidade e objetividade da ciência positivista, adoto uma abordagem qualitativa de pesquisa. Essa abordagem, como afirma Cosenza (2014), sustenta um modo particular de compreender e realizar a ciência.

Levando em consideração as clarificações apresentadas, meu processo de investigação seguirá uma abordagem qualitativa, fundamentada no referencial metodológico da Análise Crítica do Discurso (ACD) de Norman Fairclough, incorporada ao giro decolonial dos estudos críticos do discurso proposto por Resende (2019). Essa escolha é motivada pelo fato de que tanto a ACD quanto a Ecologia Política têm como objetivo revelar as relações de poder, visando contribuir para uma mudança social.

A pesquisa qualitativa, centrada na utilização de dados qualitativos, engloba uma ampla variedade de estratégias e abordagens que visam obter informações ricas em detalhes descritivos relacionados ao objeto de estudo (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Essa abordagem abarca uma variedade de caminhos que buscam representações do mundo e trazem visibilidade através de múltiplos métodos. No campo da Educação, a pesquisa qualitativa assume diferentes formas em diferentes contextos, envolvendo um diálogo com o objeto de pesquisa por meio de conversas, observações, visitas, entre outros. Nesse sentido, a escolha da estratégia metodológica é influenciada pelo objeto de estudo e não o contrário, diferentemente das abordagens metodológicas da pesquisa quantitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Ao buscar descobertas únicas embasadas empiricamente, a pesquisa qualitativa analisa os objetos em sua complexidade e totalidade, explorando as múltiplas perspectivas dos

participantes, as reflexões do/a pesquisador/a em relação aos dados (FLICK, 2004). Dessa forma, a pesquisa qualitativa rompe com a neutralidade que caracteriza as abordagens quantitativas, eliminando o imaginário de neutralidade por meio da interação entre o/a pesquisador/a e seu objeto de estudo, bem como os sujeitos que o constituem.

Assim, é importante destacar que as subjetividades presentes nessa interação também desempenham um papel crucial no processo de pesquisa. As reflexões dos/as pesquisadores/as sobre suas ações e observações no campo não devem ser ignoradas e se transformam em dados, sendo uma parte essencial da interpretação do objeto de estudo, contribuindo para uma compreensão mais completa e aprofundada (FLICK, 2004), que incorporam questões emergentes do próprio campo social.

Dessa forma, a Análise Crítica do Discurso (ACD), se insere enquanto pesquisa qualitativa, pois está intrinsecamente ligada ao contexto em que a análise é realizada, valorizando o papel dos sujeitos como participantes ativos e construtores desse contexto (FAIRCLOUGH, 2001). Nesse sentido, a reflexividade do/a pesquisador/a desempenha um papel fundamental ao questionar de forma contínua a pesquisa, submetendo-a a uma investigação constante e abrindo espaço para a possibilidade de reconfigurar sua lógica (COSENZA, 2013).

Associada à interpretação crítica das dinâmicas sociais, a ACD oferece importantes contribuições para pesquisas qualitativas (RAMALHO; RESENDE, 2011). Essa abordagem destaca problemas sociais de natureza semiótica e investiga a estrutura social por meio das ordens de discurso (FAIRCLOUGH, 2012). Dessa forma, a ACD é uma perspectiva de "ciência social crítica que visa identificar os desafios enfrentados pelas pessoas devido às formas específicas de organização social, fornecendo recursos para a busca de soluções" (FAIRCLOUGH, 2012, p. 312). No entanto, como abordagem teórico-metodológica, a ACD também incorpora estratégias de ação, algumas das quais utilizei e discutirei mais adiante.

Ao delinear minha investigação de maneira qualitativa, direcionada aos discursos dos/as produtores/as e consumidores/as da feira do MOGICO, busquei incorporar-me ao objeto de estudo e explorar as significações atribuídas pelo evento da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, com o intuito de compreender efetivas possibilidades educacionais. Nesse sentido, me respaldei na estratégia metodológica etnográfica, complementando-a com a ACD para evitar interpretações pessoais ao analisar as significações atribuídas pelos discursos.

A etnografia é uma metodologia que busca realizar uma descrição aprofundada do objeto de estudo, permitindo o acesso a múltiplos aspectos do mesmo (BOGDAN; BIKLEN,

1994). Essa abordagem se caracteriza por sua multidimensionalidade, não possuindo uma estrutura rígida predefinida, o que possibilita a utilização de diferentes métodos de coleta de dados, como entrevistas, conversas, análise documental e observação, entre outros (RAMALHO; RESENDE, 2011).

No entanto, é essencial que o/a pesquisador/a adote uma postura de despretensão no uso deste método, evitando conclusões e interpretações pré-concebidas em relação ao objeto de estudo e aos seus sujeitos envolvidos (FLICK, 2004). O/a pesquisador/a etnógrafo atua como um intermediário, captando as significações atribuídas pelos sujeitos dentro de um contexto específico e transmitindo-as aos sujeitos externos a esse contexto (BOGDAN & BIKLEN, 1994). Dessa forma, além da escolha cuidadosa do objeto de estudo, é importante fundamentar a seleção dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Assim, o objeto de estudo e a coleta de dados estão intrinsecamente ligados à fundamentação da questão de pesquisa e às peculiaridades do campo em questão (FLICK, 2004). No entanto, a observação e a participação se entrelaçam, pois, ao buscar coletar dados, o/a pesquisador/a acaba envolvendo-se na vida das pessoas por um determinado período, de forma tanto pública quanto privada, ao observar, ouvir e questionar (FLICK, 2004).

Para alcançar os aspectos mais relevantes do campo de estudo, a escolha de um método etnográfico proporciona ao/a pesquisador/a um trajeto claro, um caminho a seguir. Nesse sentido, considerando que a estratégia etnográfica engloba a imersão, a observação, a participação direta e as entrevistas (FLICK, 2004), optei pela abordagem de observação participante. Essa abordagem me permitiu mergulhar de cabeça no campo, observando a partir de uma perspectiva interna, ao mesmo tempo em que influenciou o que foi observado por meio da minha participação ativa.

Portanto, de maneira resumida, optei por realizar uma pesquisa qualitativa e etnográfica com a estratégia da observação participante, pois essas escolhas me auxiliaram na compreensão do contexto, suas singularidades e complexidades, fornecendo o embasamento necessário para a análise dos discursos de produtores/as e consumidores/as pela ACD.

4.1 Acessando os discursos da feira: estratégias para delineamento do contexto social de produção discursiva a partir do campo

As estratégias apresentadas aqui têm como objetivo direcionar meu olhar para a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO sob uma perspectiva de pesquisadora. Como mencionado na introdução desta dissertação, todas as vezes que visitei esse espaço antes de

ingressar no mestrado, foi com o intuito de superar meu transtorno alimentar. Foi ao longo desse processo que percebi que a feira vai além do simples consumo de alimentos, tornando-se um ambiente propício para enfrentar o medo relacionado à comida. Além disso, transformou-se em um local de aprendizado e descobertas, proporcionando novas perspectivas.

Adotei a postura de pesquisadora com o objetivo de explorar os espaços da feira e identificar os discursos que revelam as dimensões contextuais e as práticas sociais presentes, por meio dos seus modos de significação das relações de pertencimento aos locais. Além de compreender como produtores/as e consumidores/as enxergam o ambiente da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, busquei captar, por meio desses discursos, se a potente crítica social oportunizada por esses espaços é percebida ou ocultada pelas hegemonias dominantes. Meu objetivo também foi compreender como as relações socioambientais se manifestam nos relatos dos/as entrevistados/as e como são expressas por meio de seus discursos.

Inicialmente, meu objetivo era frequentar os espaços da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, que ocorre aos sábados das 08h às 12h, durante as atividades de compra e venda dos produtos, com o intuito de compreender os movimentos e interações que ocorrem nesse contexto. Isso envolvia observar as conversas, a disposição das barracas e a percepção dos/as consumidores/as, buscando compreender quem são eles/as, além de outros aspectos relevantes. No entanto, durante minhas primeiras visitas à feira, fui abordada pelo presidente da associação, que me convidou a participar das reuniões mensais, sempre realizadas no segundo sábado do mês, e dos eventos promovidos pelo MOGICO.

Naturalmente, aceitei a oportunidade, pois percebi que isso me possibilitaria estabelecer uma relação mais estreita com os/as produtores/as. Essa decisão acabou sendo importante, uma vez que, ao participar de dez reuniões e dois eventos, além de acompanhar as feiras todos os sábados, pude constatar o quão essencial foi para estabelecer uma maior proximidade com eles/as.

Com base na estratégia da observação participante, registrei minhas percepções em notas de campo, abrangendo o período de fevereiro de 2022 a março de 2023. Conforme apontado por Ramalho e Resende (2011), as notas de campo desempenham um papel crucial, permitindo a conexão de diferentes percepções e interpretações observadas em momentos distintos, o que favorece a reflexão e o desenvolvimento da investigação. Essas notas constituem um método de registro que preserva percepções e compreensões ao longo da pesquisa, sendo de grande importância para o estudo em questão.

Nesse sentido, considero que as notas de campo trouxeram um maior realismo ao meu texto de pesquisa. Busquei elaborá-las de forma a incluir as informações relevantes que surgiram ao longo de todo o processo investigativo. Para isso, dediquei um caderno que me acompanhou em todas as visitas à feira, reuniões e eventos e organizando por datas, registrei as informações que julguei pertinentes.

Posso afirmar que as notas desempenharam um papel fundamental na captura abrangente da minha observação participante. Elas permitiram que eu acompanhasse o desenvolvimento do projeto, visualizando como minha investigação foi impactada pelos dados coletados. Além disso, tornaram-me consciente de como fui influenciada pelos dados e permitiram-me compreender o significado das ações sociais que observei. Assim, no processo de escrita, consegui me aproximar das experiências vivenciadas e dos desafios enfrentados nesse percurso, conferindo significado às minhas observações.

No período de outubro de 2022 a janeiro de 2023, realizei oito entrevistas individuais semiestruturadas, sendo quatro com produtores/as e quatro com consumidores/as. Essa etapa teve como finalidade explorar temas pertinentes à minha pesquisa, os quais serão abordados em detalhes mais adiante.

Com os/as produtores/as, realizei entrevistas que foram acompanhadas por visitas às suas propriedades. Dessa forma, agendei de acordo com a disponibilidade de cada produtor/a e as conduzi em dias diferentes. Essa abordagem desempenhou um papel fundamental ao proporcionar uma compreensão mais abrangente do contexto de cada um, indo além das observações feitas durante as visitas à feira, as reuniões e a participação em eventos.

No que diz respeito aos/às consumidores/as entrevistados/as, permiti que escolhessem o local para realizarmos a entrevista. Dessa forma, pude entrevistar três consumidores/as em dias distintos durante a feira. Todas as entrevistas foram previamente agendadas, de modo que os/as consumidores/as já estavam cientes de que seriam entrevistados naquele dia. Após cada um realizar sua compra na feira, selecionamos um local próximo para conduzir a entrevista. Exceto por um consumidor que não tinha disponibilidade no sábado, combinamos de nos encontrar durante a semana em um café no centro da cidade para realizar a entrevista.

As entrevistas, de maneira geral, me possibilitaram não apenas acessar os discursos de produtores/as e consumidores/as, mas também obter detalhes mais enriquecedores sobre suas experiências pessoais, tomadas de decisões e sequência de ações. Isso se revelou de extrema importância para investigar as memórias envolvidas nas atividades proporcionadas pela Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO.

A seleção dos/as entrevistados/as para este estudo abrangeu tanto os/as produtores/as quanto os/as consumidores/as da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO. No caso dos/as produtores/as, minha pesquisa concentrou-se nos/as produtores/as certificados que também vendem seus produtos na feira. É importante ressaltar que nem todos/as os/as associados/as que produzem participam da venda de seus produtos nesse espaço. Além disso, devido à composição diversificada do grupo, há tanto produtores/as certificados/as que não comercializam seus produtos na feira, quanto aqueles/as em processo de certificação e que não podem comercializar na feira.

No que diz respeito aos/as consumidores/as, realizei uma seleção levando em consideração a frequência na feira. Inicialmente, pretendia também considerar os/as frequentadores/as das reuniões, porém a presença de consumidores/as tem sido escassa. Segundo relatos dos/as produtores/as, essa situação foi agravada após a pandemia. Sendo assim, optei por escolher os/as consumidores/as assíduos, isto é, aqueles/as que frequentam a feira regularmente e estabelecem um vínculo constante com os/as produtores/as. Essa seleção foi feita por meio de minhas próprias observações, o que me permitiu identificar os/as consumidores/as que estão sempre presentes e que, de forma recorrente, estabelecem diálogos e interações com os/as produtores/as.

Dessa forma, ao capturar os/as entrevistados/as para este estudo, busquei incluir tanto os/as produtores/as engajados/as na venda direta na feira quanto os/as consumidores/as que demonstram um alto grau de envolvimento e interação com os/as produtores/as. O objetivo foi obter uma visão abrangente das experiências e perspectivas relacionadas à Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO.

Considerando a importância de uma postura despretensiosa do/a pesquisador/a na etnografia, que evite conclusões e interpretações prévias sobre o objeto de estudo e seus/suas participantes, bem como a busca por garantir que as referências do/a pesquisador/a não influenciem as percepções dos/as entrevistados/as e não direcionem a entrevista (FLICK, 2004), não realizei as entrevistas com um questionário prévio. Em vez disso, estabeleci temas que foram utilizados por mim como um guia e garanti o anonimato por meio de Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)³⁵. Dessa forma, percebi que os/as entrevistados foram encorajados a trazer suas perspectivas e relatar o que consideravam mais significativo em relação ao tema em discussão.

³⁵ Modelo em anexo ao final do trabalho.

Por sua vez, os temas que direcionaram minhas entrevistas foram embasados por leituras críticas pertinentes ao estudo, assim como pelas observações que realizei na fase anterior. Dessa forma, acredito ter conduzido às entrevistas de maneira que pude obter uma compreensão mais abrangente dos/as entrevistados/as, suas perspectivas, experiências e como as educabilidades podem ocorrer nos espaços da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO.

Conduzi as entrevistas com os/as produtores/as, explorando quatro temas. Inicialmente, concentrei-me no processo produtivo para obter informações que me permitissem caracterizar e compreender as unidades produtivas. Desenvolvi essa temática com o objetivo de capturar os discursos dos/as produtores/as, buscando compreender suas práticas, conceitos e relações contra hegemônicas/agroecológicas. Dessa forma, pude analisar se os/as produtores/as adotavam uma perspectiva crítica em relação à produção, levando em consideração suas posições sociais e resistências.

Em segundo lugar, explorei o tema das relações no processo de produção, buscando compreender o significado da coletividade dentro do MOGICO e entre os participantes do processo produtivo através de seus discursos. Além disso, pude analisar compreender o papel desempenhado pelo MOGICO nesse processo, bem como a presença e a dinâmica das trocas e do resgate de saberes.

O terceiro tema abordou o processo de comercialização, em que pretendi evocar discursos que me possibilitassem compreender a feira do MOGICO como um espaço de comércio, uma fonte de renda para os/as produtores/as e um lugar econômico. Por fim, segui com a temática das relações no processo de comercialização, visando compreender a interação entre o produtor/a e o consumidor/a, assim como os processos educativos que emergiram dessa dinâmica.

As entrevistas com os/as consumidores/as seguiram duas temáticas. A primeira abordou o processo de comercialização, buscando capturar os discursos que evidenciassem o envolvimento com o MOGICO, desde a feira até outras atividades promovidas pela associação. Meu objetivo era compreender a trajetória desse movimento conforme vivenciado pelos/as consumidores/as, bem como as significações atribuídas por eles/as. Já a segunda temática focalizou as relações estabelecidas no processo de comercialização. Assim como com os/as produtores/as, busquei compreender a interação entre o produtor/a e o consumidor/a, além de analisar os processos educativos que emergiram dessa dinâmica.

Quanto à coleta de dados, as entrevistas foram gravadas, com a devida ciência dos entrevistados mediante a assinatura do TCLE. Posteriormente, essas gravações foram

transcritas, permitindo uma leitura minuciosa e a seleção de trechos relevantes para a realização de uma análise posterior. Seguindo os princípios da ACD, é inviável analisar todos os dados integralmente, tornando essencial produzir recortes que sejam representativos para a análise textual, priorizando textos que tenham significado em seu conjunto, em vez de considerá-los de forma isolada (RAMALHO; RESENDE, 2011).

Para a análise dos dados coletados, as notas de campo e as descrições realizadas pela etnografia forneceram um arcabouço de compreensão do contexto da prática social, desempenhando um papel fundamental na análise discursiva das entrevistas. De acordo com Bogdan e Biklen (1994), a prática de escrever a partir da leitura dos próprios dados permite um importante momento de reflexão para o/a pesquisador/a, estabelecendo conexões com suas notas de observação.

Durante a leitura, procurou-se identificar e selecionar trechos relevantes que estabelecessem conexões entre o discurso e o problema social em destaque. Esses trechos foram posteriormente organizados em eixos temáticos, pois a observação participante revelou que os eventos que se tornaram eixos temáticos foram os mais significativos nos discursos dos sujeitos (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Portanto, organizei meus dados em quatro eixos temáticos que entrelaçam informações provenientes das minhas observações, bem como dos dados coletados durante as entrevistas, relacionando-os com a conjuntura. Esses eixos são: Práticas hegemônicas, Agroecologia, MOGICO enquanto associação e A Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO. Através dessa abordagem, fui capaz de identificar tanto manifestações evidentes quanto sutis de educabilidade, assim como obstáculos que requerem superação em relação ao meu problema social. Ao investigar a que interesses os aspectos problemáticos da prática particular focalizada servem, conforme destacado por Resende (2017), fica claro que a pressão pela manutenção desses aspectos deve servir a interesses específicos.

É importante ressaltar que minha pesquisa não se enquadra no campo de produção e discussão de conhecimento linguístico. Em vez disso, ela se baseia na ACD como referencial teórico e metodológico para compreender como produtores/as e consumidores/as de uma feira orgânica e agroecológica denunciam problemáticas socioambientais e anunciam educabilidades insurgentes e transformadoras.

Toda análise de texto é inevitavelmente seletiva, refletindo as escolhas do pesquisador/a. No contexto da ACD, é possível selecionar uma variedade de categorias de análise. Nesse sentido, as análises foram realizadas em eixos temáticos construídos a partir

das seguintes categorias analíticas: avaliação, coesão, intertextualidade, pressuposição, metáfora e representação discursiva dos eventos e atores sociais.

A categoria **avaliação** foi selecionada por se referir a uma abordagem que busca analisar como os discursos constroem e expressam juízos de valor sobre determinados aspectos do mundo. Nesse contexto, a avaliação está relacionada à forma como os discursos atribuem qualidades positivas ou negativas, julgamentos, preferências e avaliações emocionais a diferentes objetos, eventos, práticas, indivíduos, entre outros elementos discursivos, podendo ou não estar envolvida em posicionamentos ideológicos, favorecendo projetos de dominação (RAMALHO; RESENDE, 2011).

Em ACD, **coesão** não se limita apenas aos aspectos formais e estruturais da conexão entre as partes de um texto, mas também considera os efeitos ideológicos e discursivos produzidos por essas conexões (RAMALHO; RESENDE, 2011), desta maneira, Através da análise da coesão, é possível identificar como os elementos linguísticos são mobilizados para construir sentido e produzir efeitos ideológicos no discurso. Nas análises, trabalhei com a coesão por realce, que é frequentemente utilizada para enfatizar certas posições, opiniões, ideologias ou aspectos específicos do discurso.

A **intertextualidade**, conforme abordada por Fairclough (2001), possibilita a identificação de trechos de outros textos nos quais estão presentes diversas vozes que participam da produção do texto em análise. Isso permite desvelar as lutas hegemônicas presentes no discurso. Nesse sentido, estabelece-se um importante vínculo entre intertextualidade e hegemonia, uma vez que a construção de intertextos e a ressignificação de textos anteriores são socialmente limitadas pelas restrições e condições das relações de poder (FAIRCLOUGH, 2001).

Além disso, a intertextualidade também pode ocorrer por **pressuposição**, isto é, quando o discurso pressupõe que o receptor tenha conhecimento ou compreensão de determinados contextos, ideias, eventos, personagens, citações famosas, entre outros elementos. Ao analisar a intertextualidade por pressuposição em um texto, a ACD busca identificar as referências implícitas, os conhecimentos pressupostos e os efeitos discursivos produzidos por essa relação intertextual (RAMALHO; RESENDE, 2011).

O uso da **metáfora**, por sua vez, desempenha um papel importante ao construir uma realidade específica, impactando nossa forma de pensar, agir e nossos sistemas de conhecimento e crenças. Assim, embora sejam influenciadas por elementos culturais, elas moldam significados identitários de maneira única (RAMALHO; RESENDE, 2011).

A **representação discursiva** dos atores em eventos sociais está intrinsecamente ligada aos discursos individuais desses atores, os quais revelam o seu envolvimento nas práticas em questão (RAMALHO; RESENDE, 2011). As formas de representação dos discursos são construídas em estreita relação com as diversas atividades sociais, variando de acordo com as diferentes significações e valores atribuídos pelos discursos de outros sujeitos (FAIRCLOUGH, 2001).

Além disso, a análise lexical me permitiu acessar essas representações, permitindo-nos compreender como a prática social da Feira do MOGICO é materializada nos discursos dos/as produtores/as e consumidores/as. As escolhas lexicais desempenham um papel fundamental na transmissão de determinadas representações de mundo. No entanto, essas escolhas não ocorrem de forma isolada, uma vez que os significados das palavras e sua lexicalização são questões socialmente variáveis e passíveis de contestação (FAIRCLOUGH, 2001).

Assim, as escolhas metodológicas apresentadas neste estudo visam estabelecer uma maior proximidade com os sujeitos da pesquisa e compreender suas perspectivas sobre as questões relacionadas ao contexto abordado neste trabalho, conforme discutido no capítulo 3.

4.2 Contexto social de produção de discursiva

No terceiro capítulo desta dissertação, a conjuntura examinada revela uma clara dicotomia no contexto rural brasileiro, que pode ser acessada por análises linguísticas. Essa dicotomia é caracterizada pelos contrastantes regimes da propriedade familiar e do regime da propriedade capitalista. Além disso, pode ser compreendida através das expressões "terra de trabalho" e "terra de negócio", que evidenciam a dualidade dos interesses relacionados ao domínio da terra tanto para os/as trabalhadores/as rurais quanto para os/as proprietários/as de terras ou capitalistas (ZOIA; PERIPOLLI, 2016).

A "terra de negócio" é percebida como um mecanismo de dominação, baseado na exploração do trabalho pelo capital, no qual o/a trabalhador/a perde o controle sobre os meios e recursos de trabalho, ficando subordinado/a ao/à capitalista. Por outro lado, a "terra de trabalho" é de posse exclusiva do/a próprio/a trabalhador/a, livre das relações capitalistas, uma vez que não envolve a exploração do trabalho alheio (ZOIA; PERIPOLLI, 2016).

Nesse cenário, as condições de vida do/a trabalhador/a rural não são determinadas pela busca de lucro capitalista. Os ganhos que ele obtém são diretamente provenientes do seu próprio trabalho e do trabalho de sua família, não resultando da exploração de um/a proprietário/a que se apropria dos meios de produção do/a trabalhador/a. Portanto, esses

ganhos não podem ser considerados como lucros de capital no sentido tradicional da palavra, pois são ganhos que vêm de outra lógica produtiva (SANTOS, 2010).

A compreensão do antagonismo entre diferentes regimes de propriedade desempenha um papel fundamental no estudo do processo de criação da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO. Isso se deve ao fato de que a formação da feira está intimamente ligada ao uso da terra como meio de trabalho, envolvendo uma lógica de produção e reprodução social que difere significativamente da perspectiva capitalista discutida anteriormente.

Além disso, conforme visto, a maneira como os/as trabalhadores/as rurais familiares produzem e comercializam seus produtos revela facetas distintas das relações sociais capitalistas. Sua forma de envolvimento com o mercado indica diferentes graus de dependência ou autonomia, refletindo se possuem controle sobre os resultados de seu trabalho ou estão sujeitos ao domínio do capital, influenciando também em suas relações com o próprio território. Nessa perspectiva, o esforço coletivo para superar a dependência em relação ao capital comercial e industrial se configura como uma prática de resistência e insubordinação.

Ao reconhecer a existência dessas dicotomias e conhecer o processo de criação da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, pude compreender como uma comunidade se uniu em busca de um espaço para a reprodução social de trabalhadores/as rurais e independência do capital comercial. Acredito que destacar esse aspecto seja crucial para evidenciar o viés político que permeou as motivações que impulsionaram a criação da feira.

Assim, também acho importante destacar que meu acesso ao processo de criação do MOGICO ocorreu tanto por meio de trabalhos anteriores realizados com o grupo, que fazem parte do meu referencial bibliográfico e foram mencionados, quanto por minhas observações participativas e as trocas realizadas durante esse período. Essas interações foram incorporadas às minhas notas de campo e contribuíram para aprimorar minha escrita.

4.2.1 Quando um “Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico” se une: percursos

Um monte de gente interessada em cultivo orgânico. Essa é a ideia que impulsiona o MOGICO, dando nome ao coletivo. A história tem início com a formação de uma iniciativa informal entre pais, mães e alunos/as de uma escola Waldorf na cidade. Motivados pela "crise e confiança" de Rover e Darolt (2021), eles passaram a querer adquirir alimentos orgânicos. Nesse contexto, um primeiro momento foi marcado pela organização de compras coletivas de arroz biodinâmicos produzidos no Rio Grande do Sul. Mobilizados por essa ação, a escola

entrou em contato com um agricultor familiar de Piau³⁶, que comercializava bananas orgânicas certificadas pelo Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD), para também adquirir seus produtos (SOARES, 2012).

Com isso, uma relação direta de comercialização entre o agricultor e a escola se estabeleceu possibilitando uma maior aproximação desse produtor com os pais e mães dos alunos/as. Essa aproximação, por sua vez, despertou no agricultor a iniciativa de instalar uma barraca em frente à escola, em 2012, para facilitar a venda direta de suas bananas orgânicas. Logo, essa ação gerou um aumento significativo na procura pelos produtos e, com o objetivo de ampliar a variedade de alimentos disponíveis, surgiu a necessidade de reunir e incentivar agricultores/as familiares locais a adotar o manejo orgânico para atender a nova demanda.

E, foi neste período, que surgiu a ideia de formalização de uma associação sustentada pelo tripé: consumidores/as, produtores/as e técnicos/as. Deste modo, em 12 de novembro de 2013, a associação denominada Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico (MOGICO) foi oficializada (SOARES, 2018), mediante confecção de um estatuto, que será abordado mais adiante.

Conforme estabelecido no estatuto da associação, a formalização do coletivo teve como propósito representar e defender os/as produtores/as filiados, visando promover e estimular amplamente a prática da Agricultura Orgânica e da Agroecologia. Para atingir essa meta, o MOGICO se compromete a mobilizar diversos recursos, como assessoria técnica, extensão rural, pesquisas, práticas educativas, conferências, cursos e outras estratégias relevantes. Além disso, o MOGICO compreende que é de suma importância que essas iniciativas também contribuam para divulgar os valores socioambientais dos produtos orgânicos e/ou agroecológicos, permitindo o estabelecimento de canais de comercialização permanentes ou temporários. São ações que se movimentam para viabilizar a experimentação de novos modelos socioeconômicos e sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito, sempre sem fins lucrativos (MOGICO, 2013).

³⁶ Município localizado a cerca de 40 km de Juiz de Fora, Minas Gerais.



Figura 1 – Logo MOGICO. Fonte: Facebook MOGICO, 2014.

Ao conhecer o processo de inauguração da associação do MOGICO, inevitavelmente comecei a refletir sobre o envolvimento ativo dos/as consumidores/as, principalmente os pais e mães dos/as alunos/as, entendendo que eles/as assumiram uma postura participativa e coletiva, revelando a construção de possíveis redes entre pessoas engajadas em causas alimentares e agrícolas comuns (PETRINI, 2009). Desta maneira, pude compreender que, movidos/as por uma insatisfação direta em relação à agricultura dominante, uniram-se em um movimento coletivo para transformar essa realidade. A partir desse ato de desobediência, a mobilização cresceu e conquistou o apoio da escola, seguido pelo primeiro agricultor e sua barraca.

Neste sentido, entendo que a ação do agricultor, por sua vez, demonstrou o seu desejo de alcançar uma maior autonomia na produção orgânica, desvinculando-se do controle exercido pelo capital comercial. Ao posicionar sua barraca em frente à escola, ele cria uma oportunidade de estabelecer uma relação direta e de troca com os/as consumidores/as, por meio de um canal curto de comercialização. Essa iniciativa evidencia o desejo de exercer controle sobre aquilo que é produzido por ele e sua família, bem como sobre seu território, resistindo às práticas agrícolas e comerciais dominantes e permitindo sua reprodução social.

Em maio de 2014, uma nova era começou para o MOGICO quando decidiram inaugurar uma pequena feira mensal de produtos "orgânicos". Localizada em um centro comercial no bairro São Pedro, a feira contou com a participação de alguns/algumas produtores/as que ainda não possuíam certificação (SOARES, 2018).

Naquele mesmo ano, a associação organizou junto com o grupo de Agroecologia da UFJF o seu 1º Dia Agroecológico, cujo tema era a “Agroecologia, Economia Associativa e Consumo Responsável”. De acordo com o comunicado divulgado pelo site da UFJF³⁷ sobre o evento, a programação incluiu uma série de palestras e mesas redondas planejadas com o propósito de fomentar discussões e disseminar conhecimentos sobre práticas agroecológicas e orgânicas. O objetivo principal foi promover e integrar as iniciativas já existentes nesse campo, além de proporcionar um ambiente propício para o intercâmbio de sementes crioulas.

Palestrantes de renome foram convidados para compor as mesas redondas promovidas pelo evento, dentre eles/as: Irene Maria Cardoso, professora da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e presidente da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), e Leonardo de Oliveira Carneiro, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e coordenador do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA-Ewè). Esse encontro foi um marco importante para a Associação, que decidiu torná-lo um evento anual, abordando temas diversos a cada edição (SOARES, 2018).



Figura 2 – Divulgação do 1º Dia Agroecológico. Fonte: UFJF, 2014.

Durante o último evento realizado pelo MOGICO, no qual participei e discutirei mais adiante, tive a oportunidade de conversar informalmente com Waltencir, o presidente da associação, sobre os eventos anteriores realizados pelo grupo. A partir de uma indagação minha, ele chamou atenção para a importância de os eventos do MOGICO estarem intimamente ligados à questão do consumo responsável. Segundo ele, “uma associação que

³⁷ Disponível em: <https://www.ufjf.br/arquivodenoticias/2014/12/producao-e-consumo-de-alimentos-organicos-em-debate-no-i-dia-agroecologico/>. Acesso: dez de 2022.

valoriza os princípios da Agroecologia exige que seus princípios políticos e sociais também estejam alinhados com as dinâmicas comerciais”. Portanto, é nesse sentido que acredito os eventos promovidos pelo MOGICO também se tornam uma importante oportunidade para promover a harmonização entre produtores/as e consumidores/as nessa questão.

Embora uma aparente dicotomia seja observada entre a luta social e política, por um lado, e a opção pelo mercado, por outro, é essencial reconhecer que, em um contexto de sistema capitalista, muitos/as agricultores/as familiares dependem da renda proveniente da comercialização de seus produtos para assegurar sua reprodução social. Portanto, tal divisão não deve ser concebida como uma demarcação inflexível, mas sim como um componente intrínseco de um processo em que os agricultores se envolvem simultaneamente com valores políticos, sociais e econômicos associados aos mercados (COMUNELLO, 2012).

Neste sentido, Comunello (2012) propõe que a relação entre os valores políticos, sociais e econômicos seja vista como complementar, ressaltando a importância da criação de uma rede agroecológica de mercado. Essa rede busca preservar os valores dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que estabelece relações comerciais que impulsionam a sustentabilidade e a justiça social.

Mas voltando a história, em outubro de 2015, o MOGICO expandiu suas atividades inaugurando outra feira, realizada três vezes por mês no Centro Comercial Alameda, Juiz de Fora³⁸ (PEREIRA, 2021). Neste ano também ocorreu em parceria com a UFJF e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MG), o 2º Dia Agroecológico, com o tema "Alimentar o solo, produzir sementes e garantir a soberania"³⁹. Dentre os/as palestrantes convidados/as, estavam: Hildebrando Marcelo Campos Lopes, recém-nomeado gerente regional da EMATER-MG e Marcelo Sambiase, membro do Núcleo de Estudos Agroecológicos (NEA) da Serra Mantiqueira e instrutor do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

Essa aproximação entre o MOGICO e os palestrantes contribuiu para o estabelecimento de parcerias significativas no desenvolvimento da produção orgânica na região. É importante destacar o papel do novo gerente regional da EMATER-MG, que demonstrou sensibilidade para as questões agroecológicas, favorecendo a participação e o

³⁸ A feira ocorreu neste mesmo local até 14 de outubro de 2017 (PEREIRA, 2021).

³⁹ Disponível em: <https://www.guiamuriae.com.br/noticias/regiao/ufjf-recebe-2o-dia-agroecologico-no-proximo-sabado/>. Acesso: dez de 2022.

apoio institucional da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)⁴⁰ pública no desenvolvimento da agricultura orgânica na região de Juiz de Fora (SOARES, 2018).



Figura 3 – Divulgação do 2º Dia Agroecológico.
Fonte: Guia Muriaé, 2015.



Figura 4 – Feira MOGICO no Centro Comercial Alameda. Fonte: Tribuna de Minas, 2015.



Figura 5 – Divulgação da Feira MOGICO no Centro Comercial Alameda. Fonte: Facebook MOGICO, 2015.

Como mencionado anteriormente, até esse ponto da trajetória de criação do MOGICO, a certificação orgânica não era exigida dos participantes do grupo, mas os princípios da Agroecologia estavam alinhados com a dinâmica do grupo. No entanto, de acordo com Soares (2018) em junho de 2016, o MOGICO estabeleceu uma parceria com a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO-RJ) a fim de facilitar a certificação orgânica aos/às seus/suas produtores/as associados/as. Embora minha pesquisa tenha como foco principal a prática agroecológica dos produtores do MOGICO, considero

⁴⁰ A ATER é um conjunto de serviços que apoiam o desenvolvimento rural, desde a realização de cursos até a elaboração de projetos e seu acompanhamento contínuo, fornecidos por instituições governamentais e não governamentais. No Brasil, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), regida pela Lei nº 12.188/2010, estabelece as atividades de ATER pública. Essa política é voltada para agricultores/as familiares e enfoca o desenvolvimento rural sustentável. A agroecologia é apontada como uma base teórica para esse desenvolvimento, visando à autonomia e à ruptura da dependência material na relação entre agricultura, natureza, sociedade e economia (MARTINS, et al., 2018).

importante, neste momento, compreender os pontos de convergência e divergência entre a agricultura orgânica certificada e a agricultura agroecológica, uma vez que ambas as abordagens passaram a fazer parte do coletivo.

Sob a ótica de esquivar-se do paradigma convencional da agricultura, que alcançou a supremacia por meio da apropriação pelo sistema financeiro global, abordagens agrícolas consideradas como alternativas ao modelo convencional têm sido amplamente movimentadas. Nominadas como “agricultura orgânica”, por vezes ocorre confusão entre os diferentes modelos de produção, como é o caso da Agroecologia e agricultura orgânica. No Brasil, pode-se dizer que há certa confusão entre os diferentes modelos de produção, devido à Lei Nº 10.831/2003 e Lei Nº 21.146/2014 (para o estado de Minas Gerais), que regulamentam a produção orgânica e agroecológica e define o termo orgânico como abrangendo todas as correntes de agriculturas alternativas existentes.

Em uma análise simplificada, é possível distinguir a agricultura orgânica da Agroecologia, uma vez que cada uma delas possui fundamentos paradigmáticos distintos. A Agroecologia, discutida anteriormente, surge como uma resposta viável, abrangendo aspectos socioambientais, políticos, segurança alimentar e estabelecendo uma nova relação entre sociedade e natureza. Por outro lado, de acordo com Abreu (2012), a agricultura orgânica certificada se baseia nas ciências do solo e segue as diretrizes estabelecidas pela Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM), cujo objetivo é promover a equidade, saúde, justiça e ecologia.

Alguns/mas autores/as adotam uma visão crítica em relação à agricultura orgânica certificada, considerando-a uma abordagem agrícola com uma perspectiva minimalista em que há apenas uma mera substituição de insumos, em vez de uma transformação abrangente dos sistemas agrícolas. Assim, esses/as autores/as argumentam que a agricultura orgânica certificada pode ser vulnerável a seguir a lógica da agricultura convencional (ABREU et al., 2012).

Em suma, a agricultura orgânica é uma modalidade de agricultura que enfatiza a integração da cadeia de valores e dos sistemas de produção, abrangendo produtores/as, consumidores/as e empresas certificadoras. Seu propósito é impulsionar mudanças individuais no setor, as quais são regulamentadas por meio de legislações para garantir a certificação. É uma abordagem que prioriza a qualidade dos alimentos e a promoção de saúde aos consumidores/as, atribuindo maior importância à aceitação e demanda no mercado do que à busca pela soberania alimentar e questionamento das dimensões socioambientais da produção.

Terrazan e Vallarini (2009) indicam que em busca de maior eficiência para atender ao mercado, produções orgânicas podem simplificar suas práticas, adotando abordagens semelhantes à agricultura convencional, porém substituindo os métodos e insumos convencionais por técnicas orgânicas. Assim, os produtos resultantes são considerados limpos e livres de agrotóxicos e, ao mesmo tempo, atendem ao capital comercial.

A busca unilateral pela eficiência na agricultura orgânica acarreta na ausência de integração dos parâmetros ecológicos, sociais, agronômicos e econômicos, resultando no fenômeno denominado por Nierdele e Almeida (2013) como "Convencionalização da Agricultura Orgânica". Esse fenômeno se caracteriza pela ênfase na especialização, produção em larga escala e monocultivos, abrangendo todas as etapas da cadeia produtiva, desde o cultivo até o processamento e a distribuição de alimentos.

Dentre as críticas direcionadas à convencionalização, destaca-se aquela que se refere às mudanças nos padrões tecnológicos, as quais podem comprometer a sustentabilidade da estrutura social. Um exemplo desse desafio é observado na agricultura familiar, que enfrenta restrições no acesso ao mercado de produtos orgânicos devido aos obstáculos e custos associados a atender os requisitos estabelecidos pelos protocolos de certificação. Outra crítica também está associada à diminuição da diversificação produtiva, em que os benefícios em termos de biodiversidade e serviços ecossistêmicos são negados. É neste sentido que Abreu entende que a agricultura orgânica pode carregar:

a continuidade do processo de reconhecimento da existência de um mercado para produtos diferenciados e certificados (...) traduzido pela concentração do capital: baixa diversificação produtiva e produção em larga escala concentrada nas mãos de grandes produtores ou de empresas familiares, fato que não impede que ocorra também um mercado regional ou nacional" (ABREU et al, 2012, p. 151).

No entanto, a compreensão discutida até o momento, de acordo com o IFOAM, constitui uma etapa essencial no processo de evolução da agricultura orgânica, que para eles, existem três fases distintas. A primeira delas, denominada "Organic 1.0", remonta a cerca de um século atrás, quando se estabeleceu a conexão entre estilo de vida, alimentação, sistema de produção e saúde. Por sua vez, a fase "Organic 2.0" surgiu recentemente, estabelecendo normas e regulamentos para a produção orgânica, embora tenha enfrentado limitações como a exclusão de produtores/as não certificados e a falta de diálogo com outras iniciativas sustentáveis. É importante ressaltar que a agricultura orgânica ocupa menos de 1% das terras agrícolas globais e, portanto, necessita modificar suas práticas a fim de oferecer soluções globais e promover a sustentabilidade agrícola.

A fase mais recente, conhecida como "Organic 3.0", teve início em 2016 e representa um sistema agrícola que integra múltiplas dimensões, valorizando as comunidades tradicionais e os/as agricultores/as familiares, buscando a transparência além da certificação e abordando questões como as mudanças climáticas e a segurança alimentar. Nessa última diretriz, observa-se uma aproximação da agricultura orgânica com a Agroecologia, com o objetivo de alcançar princípios fundamentais de saúde, ecologia e justiça (IFOAM, 2016).

Ao analisar a agricultura orgânica certificada apenas sob a perspectiva dos sistemas de produção simplificados, alinhados exclusivamente às demandas do mercado, é importante considerar as heterogeneidades das formas produtivas orgânicas, suas lógicas de funcionamento e as condições de produção. Além disso, devemos levar em conta os desafios enfrentados pelos/as produtores/as orgânicos familiares para obter a certificação, uma vez que isso envolve custos relacionados à organização da produção, investimentos e logística (ABREU et al., 2012). Acredito que, sob a ideia de superar tais desafios que a parceria do MOGICO com a ABIO-RJ, resultou na criação do grupo de Sistema Participativo de Garantia (SPG) MOGICO, abordado mais adiante.



Figura 6 – Divulgação do 3º Dia Agroecológico.
Fonte: Facebook MOGICO, 2016.

Nesse mesmo ano, o 3º Dia Agroecológico abordou a avaliação da conformidade orgânica por meio do SPG, com a participação dos representantes do MAPA, os engenheiros agrônomos Marcelo Laurino e Lygia Bortoliny. Além disso, foi realizado o 1º Curso de Agroecologia, promovido pela parceria entre MOGICO, NEA-Serra Mantiqueira e EMATER-MG. Esse curso, direcionado aos/as agricultores/as familiares, enfatizou a prática no manejo e produção orgânica de alimentos, desempenhando um papel significativo no fortalecimento do

movimento agroecológico na região (SOARES, 2018). Essas parcerias estratégicas permitiram acelerar o processo de avaliação da conformidade orgânica dos associados que ainda estavam em fase de conversão.

O SPG é reconhecido como ferramenta de extrema importância para a certificação de qualidade orgânica de produtos provenientes da agricultura de base agroecológica. No Brasil, esse sistema ganhou respaldo legal através da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, conhecida como a Lei da Agricultura Orgânica. Essa lei foi posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. De acordo com essas legislações, a certificação da qualidade orgânica é concedida pelo Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), que está diretamente vinculado ao MAPA.

Existem duas modalidades para obter a certificação orgânica: a Certificação por Auditoria, conduzida por empresas certificadoras que aderem às normas estabelecidas pelo Estado, envolvendo a visita de um técnico externo sem vínculos com a propriedade a ser certificada; e os Sistemas Participativos de Garantia (SPG).

Os SPGs são sistemas de garantia de qualidade direcionados aos/as pequenos/as agricultores de base familiar, que frequentemente não têm recursos para arcar com os custos elevados da certificação por auditoria. Esses sistemas são voltados para mercados locais, onde a certificação de produtos orgânicos é obtida através da participação ativa das partes interessadas, com base na confiança, nas redes sociais e na troca de conhecimentos (CAMARGO, 2015).

Sem a necessidade de um técnico externo à propriedade a ser certificada, o Estado brasileiro reconhece os SPGs como equivalentes à certificação por auditoria, devido à colaboração entre os gestores/as públicos e a sociedade civil. Essa cooperação demonstrou que os mecanismos participativos de avaliação da conformidade, como visitas de pares, verificações e reuniões, juntamente com a auditoria do MAPA, são eficazes na redução das desigualdades de informação entre produtores/as e consumidores/as, evitando a exclusão dos/as pequenos/as agricultores/as do mercado de produtos orgânicos. Essa conquista foi possível devido à abertura do governo às demandas sociais e à existência de espaços de participação das partes interessadas (CAMARGO, 2015).

Entretanto, nos sistemas participativos, é fundamental que haja uma conexão sólida entre os/as produtores/as e os/as consumidores/as, de modo que todos/as envolvidos/as (produtores/as, consumidores/as e técnicos/as) possam participar do processo de garantia da qualidade dos produtos orgânicos. Apesar de não ser obrigatória, a participação dos/as técnicos/as e consumidores/as é altamente recomendada, dada sua contribuição essencial para

o aprimoramento dos mecanismos de garantia da qualidade e responsabilidade solidária⁴¹. Para Camargo (2015), quando esses mecanismos são bem desenvolvidos, podem ser mais efetivos do que a certificação por terceiros.

É relevante ressaltar que esta dissertação se fundamenta nos princípios da Agroecologia, especialmente no que diz respeito à perspectiva de que os SPGs são ferramentas para promover a autonomia dos/as agricultores/as familiares em um contexto ambiental, econômico e político altamente desafiador e competitivo.

De maneira geral, os SPGs se apresentam como uma alternativa mais adequada para agricultores/as familiares em busca de autonomia na obtenção de selos de produtos orgânicos. Esses sistemas não são esquemas que podem ser aplicados em qualquer contexto, pois dependem da responsabilidade solidária, confiança e ação coletiva como fundamentos essenciais, funcionando melhor quando há uma rede de agricultores/as conscientes do processo, ultrapassando assim a mera certificação.

No entanto, a certificação desempenha um papel importante na inclusão dos/as produtores/as no mercado, conferindo-lhes uma autonomia essencial quando adotam a perspectiva agroecológica. Além disso, durante esse processo, são abordadas questões como manejo, associativismo e comercialização, juntamente com a criação de espaços específicos onde produtores/as, consumidores/as e técnicos/as podem se reunir para trocar sementes, conhecimentos e experiências. Esses encontros têm um papel fundamental, permitindo um fluxo de informações que reduz significativamente a assimetria de conhecimentos e promove a democratização da reprodução social (CAMARGO, 2015).

A partir da associação com a ABIO-RJ, o ano de 2017 se destacou por uma série de avanços e oportunidades promissoras. Por meio da estreita parceria estabelecida com a EMATER-MG, o MOGICO alcançou sucesso na obtenção de um recurso fundamental, por meio da SEDA (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário): o kit feira, composto por barracas, caixas plásticas e jalecos. Essa doação representou um incentivo significativo para os/as associados/as que já estavam envolvidos/as ou aspiravam participar da feira após a obtenção da certificação.

Como resultado, houve um aumento no número de barracas, o que conseqüentemente atraiu um maior número de clientes. Diante dessa demanda crescente, tornou-se necessário que a feira deixasse de ocorrer no Centro Comercial Alameda e fosse realocada para um

⁴¹ A responsabilidade solidária acontece quando todos os participantes do grupo comprometem-se com o cumprimento das exigências técnicas para a produção orgânica e responsabilizam-se de forma solidária nos casos de não cumprimento delas por alguns de seus membros (CAMARGO, 2015).

espaço mais amplo, de preferência próximo à localização anterior. Foi a partir dessa proposta que surgiu a feira no mês de outubro daquele mesmo ano. A primeira feira semanal do MOGICO passou a ocorrer todos os sábados das 08h às 12h na Praça Poeta Daltemar Lima, no bairro Bom Pastor (SOARES, 2018; PEREIRA, 2021). Vale ressaltar que essa feira, que permanece ativa até os dias de hoje, é objeto de estudo desta dissertação.

Também no ano de 2017, o MOGICO e a Incubadora tecnológica de Cooperativas Populares (Intecoop UFJF) estabeleceram uma aproximação visando à realização de uma feira da Economia Solidária e Agroecologia no campus universitário da UFJF. A partir desse encontro, firmou-se uma parceria que posteriormente mobilizou a realização da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO também semanalmente, mas no campus da universidade as segundas feiras das 16h às 20h (ALVES et al, 2021; PEREIRA, 2021). Durante a pandemia da Covid-19, a feira foi temporariamente interrompida e até a presente data desta dissertação, não tem previsões de volta. No entanto, a parceria com a Intecoop persiste até os dias atuais.



Figura 7 – Divulgação da Feira MOGICO na UFJF.
Fonte: Instagram MOGICO, 2017.



Figura 8 – Divulgação da Feira MOGICO na Praça Bom Pastor. Fonte: Instagram MOGICO, 2017.

A Intecoop tem como propósito acompanhar e capacitar grupos de trabalhadores que enfrentam situações precárias e vulneráveis em suas atividades cotidianas, assim como aqueles que compartilham princípios contrários à hegemonia. Seu objetivo principal é fomentar a geração de renda através da economia solidária, incorporando a perspectiva dos segmentos populares no desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural da universidade (ALVES et al, 2021).

A parceria entre a Intcoop/UFJF e o MOGICO teve como foco a colaboração na criação do site institucional, incluindo o design visual. Também conduziram sessões fotográficas nas propriedades e desenvolveram um banner para divulgar suas feiras (ALVES et al, 2021).

Além disso, esforços são mobilizados para fortalecer a integração do MOGICO com os princípios da economia solidária, buscando fortalecer o movimento em âmbito local e regional. Com o intuito de alcançar essa meta, a Intcoop/UFJF estabelece parcerias para a organização de fóruns regionais, conexões com outras organizações populares e participam ativamente de movimentos sociais, sindicatos e conselhos municipais, sempre integrando seus assessorados.

Durante minhas observações, tive a honra de ser convidada pelo MOGICO para participar do Fórum Regional da Economia Popular Solidária em novembro de 2022, na cidade de Leopoldina. A ida foi mobilizada pela Intcoop/UFJF, que ofereceu um ônibus saindo às 7h de Juiz de Fora, chegando às 9h em Leopoldina. O evento em si foi realizado no Centro Cultural Mauro de Almeida, onde artesãos/artesãs, agricultores/as familiares, apicultores/as e movimentos sociais da região da Zona da Mata mineira se reuniram com um objetivo comum: articular, discutir e influenciar a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para a economia solidária, visando seu fortalecimento na região.

No Fórum, o MOGICO foi representado pelo seu atual presidente, cuja presença foi fundamental para dinamizar as rodas de conversa, promover discussões de interesse coletivo e planejar ações para enriquecer a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO com perspectivas da Economia Solidária. A participação do presidente trouxe um valioso conhecimento e engajamento, estimulando o diálogo entre os/as participantes/as e fomentando a busca por soluções inovadoras. As ideias e preocupações levantadas durante o fórum foram posteriormente compartilhadas em reuniões do MOGICO, em que abordarei no próximo tópico.

Além disso, o evento ofereceu uma programação diversificada, incluindo apresentações culturais, palestras e o planejamento das ações para o ano de 2023. O Fórum Regional da Economia Solidária em Leopoldina foi um momento verdadeiramente significativo para os/as empreendedores/as solidários da região. Com a convocação do poder público para participar do fórum, essa foi uma oportunidade única para fortalecer laços, trocar conhecimentos e energias.

A mobilização coletiva e o engajamento dos participantes foram notáveis, impulsionando discussões e reflexões no espaço de diálogo e colaboração oferecido pelo

fórum. Os atores sociais da economia solidária puderam compartilhar suas experiências e, ao final, foi evidente a sensação de um retorno às suas comunidades com um renovado senso de propósito, determinados/as a implementar as ideias e estratégias discutidas.



Figura 9 – Fórum Regional da Economia Popular e Solidária. Fonte: Arquivo pessoal, 2022.



Figura 10 – Fórum Regional da Economia Popular e Solidária. Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Voltando ao ano 2017, aconteceu o 2º Curso de Agroecologia, dando continuidade ao incentivo de conversão para o sistema orgânico de produção (SOARES, 2018). Além disso, mobilizado em parceria com as secretarias de Meio Ambiente (SMA) e Agropecuária e Abastecimento (SAA), ambas da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF), além da EMATER-MG e do Grupo de Educação Ambiental da UFJF, ocorreu o 4º Dia Agroecológico, de 2017, teve como tema: “Cultivar para transformar”⁴².

⁴² Divulgação disponível em: <https://pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=58814>. Acesso: dez de 2022.



Figura 11 – Divulgação do 4º Dia Agroecológico.
Fonte: Instagram MOGICO, 2017.



Figura 12 – Programação do 4º Dia Agroecológico.
Fonte: Site PJF, 2017.

Segundo Soares (2018), em fevereiro de 2018, o MOGICO era composto por 26 unidades produtivas distribuídas em 11 municípios do entorno de Juiz de Fora, sendo 15 unidades já certificadas das quais 12 eram pelo grupo SPG MOGICO. Neste ano, ocorreu em parcerias com a PJF, EMATER E Intecoop/UFJF o 5º Dia Agroecológico, com o tema “Alimento orgânico, Saúde e (R)existência”.⁴³



Figura 13 – Divulgação do 5º Dia Agroecológico.
Fonte: Facebook MOGICO, 2018.



Figura 14 – 5º Dia Agroecológico.
Fonte: Tribuna de Minas, 2018.

⁴³ Divulgação disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/08-11-2018/mogico-celebra-5-anos-com-dia-agroecologico-no-lajinha.html>. Acesso: dez de 2022.

Em março de 2019, foi lançado o sistema de delivery de produtos orgânicos denominado "Cesta Coletiva MOGICO". Nesse método de compra, os/as consumidores/as acessam o site da associação para selecionar os produtos desejados, e em seguida, os/as produtores/as recebem a lista de produtos para colheita para que cestas sejam montadas e entregues. Neste mesmo ano, também foi realizado o 6º Dia Agroecológico, com o tema "Homeopatia e Agroecologia"⁴⁴ e promovido em parceria com a PJF, EMATER-MG e Intcoop/UFJF.



Figura 15 – Divulgação Cesta Coletiva MOGICO.
Fonte: Facebook MOGICO, 2019.

No decorrer do ano de 2020, a pandemia da Covid-19 deixou um impacto significativo, levando à interrupção da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO no campus da UFJF. Além disso, a comunidade da feira do Bom Pastor também enfrentou obstáculos relacionados às medidas de saúde impostas pela pandemia, como a necessidade de praticar o distanciamento social e adotar precauções para evitar a propagação do vírus, incluindo o uso de máscaras faciais e higienização das mãos com álcool em gel.

Ao longo da pandemia, todas as assembleias e ações do SPG ABIO foram realizadas por meio virtual, incluindo os procedimentos de gestão. Houve uma diminuição nos encontros presenciais, e as reuniões passaram a ser conduzidas exclusivamente online. Adicionalmente, a declaração própria de produção orgânica, seguindo as orientações do MAPA, foi utilizada com base na mais recente avaliação da unidade produtora (PEREIRA, 2021).

⁴⁴ Divulgação disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=66824>. Acesso: dez de 2022.

Diante dessas circunstâncias, o grupo precisou se adaptar a novos ambientes e buscar formas remotas de comercialização, resultando na disseminação da entrega da Cesta Coletiva MOGICO. O coletivo também direcionou esforços para fortalecer sua presença online, utilizando as redes sociais como meio de comunicação. De forma regular, são feitas postagens com o intuito de divulgar o website do grupo, ao mesmo tempo em que promovem conceitualmente a produção e consumo de alimentos locais. São destacados os perfis dos produtores/as e agricultores/as que fazem parte do coletivo e contribuem para sua rede (NOVAES et al, 2021).

Além disso, em uma ação solidária, o MOGICO iniciou a prática de destinar uma porção dos alimentos produzidos semanalmente para beneficiar diferentes grupos, comunidades, artesãos/artesãs, catadores/as de materiais recicláveis e outros/as participantes/as do movimento de Economia Solidária no município. Essa iniciativa visou contribuir de forma colaborativa para fortalecer e apoiar atores envolvidos/as nessa rede solidária, promovendo a sustentabilidade e a cooperação dentro da comunidade local (NOVAES et al, 2021).

De acordo com Novaes et al. (2021), ressalta-se que no ano de 2020, o coletivo MOGICO era formado por 14 unidades produtivas com certificação. No entanto, houve uma diminuição desse número em comparação a 2018, conforme evidenciado por Soares (2018). Isso revelou a importância de levar em conta certos aspectos além da pandemia da Covid-19, uma vez que a obtenção da certificação orgânica acarreta custos associados à organização da produção, investimentos e logística dos/as produtores/as. Além disso, é necessário considerar também a distância entre a entidade responsável pela implementação das normas e regulamentos orgânicos, a qual está situada em um estado diferente.

Nesse contexto, no ano de 2021, o MOGICO participou ativamente da parceria para a criação e estabelecimento do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) Orgânicos da Mata⁴⁵. Essa iniciativa surgiu devido à necessidade de uma OPAC que abarcasse os agricultores familiares da região, impulsionando e conectando de forma coletiva a agricultura orgânica e agroecológica, além de tornar o processo de certificação mais acessível. Contando com o apoio da EMATER-MG e da Intcoop/UFJF, a formação da Associação Orgânicos da Mata foi um marco inicial em direção à formalização da OPAC.

No ano de 2022, minhas observações começaram junto com o retorno das atividades presenciais do MOGICO, o que me levou a desenvolver uma base teórica para os próximos

⁴⁵ Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=72122>. Acesso: dez de 2022.

tópicos deste capítulo. No entanto, este tópico em particular foi estruturado com o objetivo de destacar, ao longo da história de formação e consolidação do MOGICO, os movimentos de resistência coletiva protagonizados pelos/as agricultores/as familiares.

Ao longo de oito anos, uma série de iniciativas revelaram a dinâmica engajada e proativa desses/as agricultores/as, que buscam autonomia em relação aos seus modos de vida, produção e território. São agricultores/as insubordinados/as que, mesmo ancorados/as no processo de certificação orgânica, mobilizaram alternativas coletivas e organizadas alinhadas na contra hegemonia da Agroecologia, aproximando agricultores/as e consumidores/as por meio da criação de feiras e eventos permeados de reflexão e crítica e ações políticas para a reprodução social. Através dessas iniciativas, eles/as têm demonstrado que a resistência coletiva é fundamental para promover uma transformação positiva no sistema alimentar, garantindo a produção de alimentos políticos e engajados na valorização e reconhecimento socioambiental dos/as agricultores/as familiares.

Por essa razão, percebo essas ações como favoráveis, uma vez que estabelecem o MOGICO como um coletivo propício à emergência de educabilidades insurgentes. Essa constatação desperta meu interesse em compreendê-las e explorar suas potenciais repercussões discursivas nos diversos espaços do MOGICO (FAIRCLOUGH, 2001).

4.2.2 Quando um “Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico” se une: dinâmicas e práticas

Acredito que é de extrema importância direcionar a atenção para a interpretação das feiras agroecológicas como manifestações de resistência e insubordinação. Essa interpretação requer uma explanação adequada, justificação sólida e sustentação argumentativa para ser devidamente respaldada. Por isso, foi essencial realizar uma investigação sobre o processo de formação da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO que está sendo analisada. É importante ressaltar que o conjunto de atividades inseridas nesse contexto evidencia o esforço coletivo direcionado à consecução dos objetivos compartilhados pelos atores envolvidos.

Mas, para além do processo de formação, as atividades que compõem a esfera da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO representam variáveis pertinentes para a compreensão de sua dinâmica e das experiências de comercialização, visto que são atividades que desempenham um papel crucial, não apenas no fortalecimento dos vínculos de solidariedade e coesão entre produtores/as e consumidores/as, mas também revelam a prática social em que os discursos desses grupos se dão.

Como já mencionado, a ACD sustenta que o discurso desempenha um papel ativo na construção da realidade social, indo além de meramente refleti-la, e assim, são considerados como ferramentas que mantêm, desafiam ou transformam relações de poder (FAIRCLOUGH, 2003). É importante reconhecer que os discursos não existem de forma isolada, mas são produzidos e moldados por contextos sociais e institucionais específicos, que podem ou não refletir a hegemonia.

Desta forma, ao caracterizar a prática social na qual os discursos estão inseridos, adquirimos uma compreensão mais aprofundada das relações de poder, estruturas sociais e das ideologias presentes nos discursos. Isso nos permite compreender como o discurso é influenciado por fatores políticos, econômicos, históricos e culturais, e também nos ajuda a identificar as restrições e possibilidades enfrentadas pelos participantes do discurso (FAIRCLOUGH, 2003).

Portanto, com o objetivo de embasar a pesquisa qualitativa e enriquecer as análises utilizando a ACD, o arcabouço teórico deste tópico se concentra na compreensão das atividades da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, visando apreender sua realidade. Para isso, conduzi uma investigação dos elementos essenciais, incluindo uma breve análise crítica do corpus textual do Estatuto e Regimento Interno e descrições do evento realizado, das reuniões, dos sujeitos produtores/as e do funcionamento das propriedades envolvidas, dos sujeitos consumidores/as e da própria feira. As descrições foram possibilitadas pelas minhas observações obtidas através da observação participante, entrevistas e notas de campo já referenciadas.

O Estatuto e o Regimento Interno desempenham um papel essencial, indo além de ser apenas um registro ilustrativo do coletivo. Durante minhas observações, ficou evidente que esses documentos são frequentemente mencionados pelos/as associados/as, pois estão intimamente relacionados às regras estabelecidas tanto pelo MOGICO quanto pelas leis e normas da certificação orgânica. Essas regras são seguidas e cobradas com rigor.

Em relação ao Estatuto Interno e Regimento Interno do MOGICO, o gênero discursivo que unifica estes textos é do estatuto, isto é, um texto referente a esfera jurídica e, por esta razão, possui algumas especificidades em relação a sua linguagem e estrutura que vão ilustrar maneiras de inter-agir. Trata-se de um conjunto de normas cuja característica comum é agir sobre o mundo a partir do estabelecimento de regras de organização e funcionamento, regulando relações.

O Estatuto foi escrito e aprovado em assembleia geral em novembro de 2013 e, segundo seu Art. 38, pode sofrer reformas. No que diz respeito à prática agroecológica

descrita nesse documento, é possível perceber que ela está intimamente ligada aos objetivos do MOGICO:

Art. 2º - O MOGICO tem como princípios fundamentais a liberdade, a democracia, a cooperação, e a ajuda mútua, constituídos para fins de coordenar, ***defender proteger os interesses dos associados (produtores e consumidores)***, ***buscando*** o equilíbrio ecológico e o bem-estar social, por meio do desenvolvimento de uma agricultura socialmente segura, ambientalmente sustentável e economicamente justa (MOGICO, 2013, p. 1)

Problemáticas que denunciam a prática agrícola hegemônica aparecem por intermédio da intertextualidade. O uso do léxico “buscando” indica o alcance de algo que ainda possui, ou seja, do “equilíbrio ecológico e o bem estar social”, pressupondo que a associação compreende que ambos não existam ou foram perdidos. Em seguida, os autores/as realçam que a harmonia sociedade/natureza (perdida), será alcançada pela obtenção de uma prática agrícola “socialmente segura, ambientalmente sustentável e economicamente justa”.

Na ocasião em que os/as autores/as do texto trazem a defesa e proteção dos interesses de quem quer produzir ou consumir produtos orgânicos/agroecológicos de maneira coletiva e organizada por uma associação, outro intertexto é realizado, pressupondo que existem interesses em disputa e que os mesmos são fortalecidos no coletivo, frente uma lógica que massacra individualidades contra hegemônicas.

A defesa de direitos ligada à prática agroecológica é compreendida por Caldart (2022), como o “pé” da luta na Agroecologia enquanto práxis. Construída na coletividade e por diferentes sujeitos, refere-se às lutas sociais em que se inserem os construtores da Agroecologia: na defesa das práticas, da forma de ciência que se debruça sobre elas; pela terra, defesa de territórios e reapropriação social da natureza.

Por sua vez, junto ao “pé” da luta, o “pé” da prática e o “pé” da ciência compõem os três “pés” da práxis agroecológica e atuam como momentos dialéticos (CALDART, 2022). Desta maneira, no seguimento a seguir, a utilização dos léxicos “*plenitude*” e “*abrangência*” nos leva a entender que o tripé agroecológico é proposto pela associação:

Art. 4º; II – promover a prática da Agricultura Orgânica e da Agroecologia em toda sua ***plenitude e abrangência*** respeitando e aplicando as Leis, Decretos, Normas e Instruções Normativas que dirigem suas atividades (MOGICO, 2013, p. 1).

Neste processo, práticas educativas são essenciais à compreensão da realidade de forma “holística, sistêmica, contextualizadora, subjetiva e pluralista, nascida a partir das culturas locais” (GUSZMÁN, 2001, p. 35) para o enfrentamento da lógica hegemônica e

destrutiva. Daí, o caráter educativo e emancipador inerente à prática, construído por sujeitos viventes das realidades locais e a partir de suas necessidades. É nesta ótica que Cosenza *et al.* (2021) afirmam que a Agroecologia pode desvelar que a produção agrícola pode além de promover saúde, empoderar comunidades.

Ainda sob a análise do Estatuto da Associação MOGICO, um dos objetivos da Associação MOGICO é assim apresentado:

Art. 4º; III – estimular o aprimoramento e maior eficiência da produção agroecológica, por meio de *assessoria técnica, extensão rural, pesquisas, práticas educativas, conferências, cursos e outros meios que se fizerem necessários* (MOGICO, 2013, p. 1);

Neste trecho práticas educativas são anunciadas conjuntamente com assessoramento técnico para aperfeiçoamento da prática agrícola. Por mais que as proposições desta prática educativa não estejam explicitamente escritas no documento, podemos inferir que a associação reconhece e valoriza a importância da educação na prática agroecológica, compreendendo-a como um pilar fundamental para alcançar a “plenitude” e “abrangência” propostas.

Já o Regimento Interno do MOGICO foi escrito e aprovado em assembleia geral em julho de 2014 e, segundo o seu Art. 24, também pode sofrer reformas. Nele, o Art. 14º estabelece diretrizes aos grupos de trabalho:

Art. 14º - Serão formados grupos de trabalho, que preferencialmente terão os dois grupos de associados (*consumidores e produtores*), *para estudar, prospectar, planejar e executar políticas ou atividades específicas relacionadas aos objetivos e projetos do MOGICO [...]* (MOGICO, 2014, p. 4).

O uso do léxico “preferencialmente” destaca o desejo da associação do MOGICO em articular relações e troca de saberes entre produtores/as e consumidores/as, enunciando a possibilidade de práticas educativas entre eles/as, o que me leva a inferir que consideram importante o vínculo promovido entre produtores/as e consumidores/as em práticas educativas relacionada a execução de políticas e atividades ligadas aos interesses do MOGICO, ou seja, ligadas a prática de produção orgânica/agroecológica.

É possível que pareça que estabelecer objetivos em documentos amplamente seguidos pelos associados possa sugerir que a concepção da Agroecologia se resume apenas a um conjunto de regimentos, leis e normas. No entanto, é importante reconhecer que as práticas agroecológicas em sua totalidade se desenvolvem por meio de discussões, articulações, trocas de saberes e proximidade entre os/as agricultores/as e consumidores/as.

Embora os documentos do MOGICO prevejam conquistas significativas para a ampliação da Agroecologia, por meio da promoção de assessoria técnica, extensão rural, pesquisas, práticas educativas, conferências, cursos e outros meios necessários, é importante destacar que esses documentos, por si só, não têm a capacidade de determinar as interações, envolvimento e articulações entre os atores sociais. Além disso, não possuem o poder de direcionar a postura agroecológica de cada associado/a envolvido/a e suas atividades específicas em suas respectivas propriedades. Por essa razão, a análise dos discursos de produtores/as e consumidores/as é uma etapa valiosa para compreender suas percepções, demandas.

Em síntese, o MOGICO oferece um conjunto abrangente de diretrizes para o avanço da Agroecologia, mas é a participação ativa dos atores sociais e a análise criteriosa dos discursos que garantirão o alcance pleno dos resultados desejados, consolidando uma agricultura mais sustentável e consciente. Faço essa observação porque a postura agroecológica se manifesta de forma subjetiva, variando de acordo com cada produtor/a e consumidor/a, não se limitando a uma regra estrita vinculada apenas à dimensão jurídico-institucional expressa em documentos. Assim, a partir dos atores sociais envolvidos, é possível considerar a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO como um "lugar" subjetivo, que depende da perspectiva de cada sujeito que a compõe enquanto prática social. No entanto, como já explicitado na introdução desta dissertação e também como será observada posteriormente, ao se compreender suas singularidades e práticas cotidianas, é possível alcançar certa objetividade e defini-la como um "lugar praticado" de Certeau (1978), onde as práticas cotidianas das pessoas representam formas de resistência e construção de um espaço urbano.

Tornou-se evidente, com base nas minhas observações, que simplesmente seguir as regras da associação e obedecer às leis e normas da agricultura orgânica não é suficiente para adotar uma abordagem abrangente da Agroecologia. É claro que ser membro de uma associação facilita as relações e intercâmbios voltados para o interesse comum da Agroecologia, mas a postura agroecológica emerge subjetivamente por meio das atividades, do cotidiano e das relações de trabalho.

Neste sentido, pude observar não apenas durante o período em que acompanhei o grupo, mas também através da história de formação do MOGICO, uma mobilização coletiva para promover encontros que estivessem em diálogo com as perspectivas agroecológicas. O objetivo era difundi-las e "plantar a semente" para que os/as agricultores/as e consumidores/as

pudessem regá-la em seus próprios territórios. E foi essa a leitura que tive do 7º Dia Agroecológico, que aconteceu em fevereiro de 2023.

O evento, realizado no Jardim Botânico da UFJF, foi um evento bacana de presenciar. Lembro-me das movimentações em torno de sua organização, superando o que já havia presenciado em outros períodos, com todos/as aqueles/as que puderam e quiseram se envolver mobilizando-se para atender às demandas necessárias. Esse empenho foi ainda mais notável, acredito eu, devido à importância deste evento para o coletivo, sendo o primeiro a ocorrer após a pandemia.

Presenciei o dinâmico movimento da gestão na busca por parcerias com outras organizações. A divulgação do evento foi colocada como prioridade, uma vez que o Dia Agroecológico é uma marca registrada do MOGICO e desempenha um papel crucial na promoção das atividades do coletivo junto à comunidade. Trata-se de um momento de compartilhamento de conhecimentos sobre Agroecologia, troca de sementes e fortalecimento dos laços com agricultores/as locais e consumidores/as.



Figura 16 – Divulgação 7º Dia Agroecológico.
Fonte: Facebook MOGICO, 2023.



Figura 17 – 7º Dia Agroecológico.
Fonte: Arquivo Pessoal, 2023.

A beleza do Jardim Botânico serviu como o pano de fundo perfeito para o evento, proporcionando um ambiente acolhedor e inspirador. Além disso, o evento teve como destaque a distribuição de sementes de feijão e milho para os/as agricultores/as presentes. No total, foram entregues 800 quilos de sementes, sendo 360 quilos de sementes de feijão vermelho e 440 quilos de sementes de milho BRS Caimbé. Esses insumos foram adquiridos por meio de uma emenda parlamentar concedida por uma vereadora da cidade.

Muito do que foi discutido no evento enfatizou a importância da destinação adequada das sementes aos/às agricultores/as, visto como um passo fundamental para o fortalecimento de uma cadeia produtiva que valoriza os recursos naturais e as relações de trabalho. Compreendo que essa destinação vai além de simplesmente plantar as sementes, pois elas carregam consigo histórias, potencialidades e diversidade genética, além de representarem as características únicas de uma determinada região que merecem ser devidamente valorizadas.

Durante o evento, também se ressaltou a importância de valorizar e promover o uso de sementes crioulas ou variedades locais. Essa valorização não se limita apenas à produção de alimentos, mas também desempenha um papel crucial na preservação da biodiversidade, na promoção da autonomia dos/as agricultores/as, na soberania alimentar e no fortalecimento das raízes culturais das comunidades agrícolas. Ao incluir variedades de culturas tradicionais, raras ou ameaçadas, fortalece-se a conexão dos/as agricultores/as com sua cultura, contribuindo assim para a preservação do patrimônio genético e cultural.

Neste contexto, o evento também foi muito importante para o estabelecimento de laços com a vereadora Laiz Perrut, que concedeu a emenda parlamentar. Sob uma perspectiva de engajamento político, a presença da vereadora foi interessante, permitindo que ela compreendesse a dinâmica do MOGICO e suas mobilizações, em diálogo com a Agroecologia. Tanto a vereadora quanto a prefeitura da cidade pertencem, desde 2019, ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Além da entrega e da tradicional troca de sementes, o evento proporcionou uma ampla variedade de atividades, o que atraiu a participação de mais de 80 pessoas. Entre essas atividades, as palestras, os diálogos com os guardiões de sementes, a exposição de produtos orgânicos e as apresentações musicais se destacaram. Pude observar que foi um dia importante, pois uniu agricultores/as, instituições, consumidores/as e pesquisadores/as, proporcionando uma oportunidade única para celebrar e vivenciar experiências significativas.

Por sua vez, essas experiências tiveram um impacto notável nas atividades do coletivo MOGICO. Durante o período de fevereiro de 2022 a março de 2023, pude realizar observações detalhadas em dez reuniões do grupo, que ocorriam regularmente nos segundos sábados de cada mês, logo após a feira no Bom Pastor, com uma duração média de aproximadamente 2 horas. Ao acompanhar de perto esses encontros, pude compreender a importância significativa dessas ocasiões para fortalecer a coesão e o desenvolvimento do grupo como um todo. De forma geral, percebi que essas atividades desempenham um papel essencial ao definir a postura coletiva, enfrentar desafios e resolver problemas que surgem no contexto da associação.

No início das minhas observações, notei que as primeiras reuniões da MOGICO não possuíam um local fixo devido à ausência de uma sede que permitisse uma gestão mais integrada da associação. Como resultado, essas reuniões ocorriam em diferentes lugares e o conhecimento organizacional e a gestão documental não estavam centralizados. Portanto, as reuniões iniciais eram realizadas no Parque da Lajinha ou na sede da Intecoop/UFJF.

Entretanto, em março de 2022, a Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) concedeu autorização para a utilização de um imóvel localizado na Avenida Dr. Paulo Japiassu Coelho, no Bairro Cascatinha, para as associações MOGICO e Orgânicos da Mata⁴⁶. Segundo a PJF, o local foi designado com o propósito de promover e difundir a atividade agrícola familiar, a Agroecologia e a produção orgânica no município, além de servir como espaço para a organização das cestas produzidas pelo coletivo, bem como para a realização de reuniões e atividades administrativas.

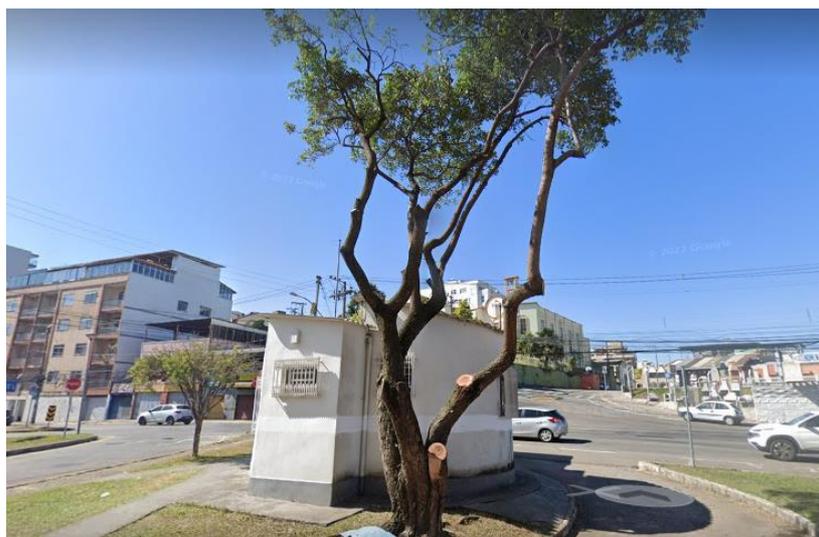


Figura 18 – Sede MOGICO. Fonte: arquivo pessoal, 2022.

De maneira geral, as dinâmicas das reuniões na associação MOGICO seguem um padrão estabelecido pelo Regimento Interno. A convocação e condução das reuniões são de responsabilidade do Presidente, que é escolhido por meio de eleição a cada dois anos. É importante ressaltar que a participação nas reuniões é um dever dos/as associados/as, e o Regimento Interno prevê penalidades para aqueles/as que faltarem a um número determinado de encontros. Durante o período em que realizei minhas observações, não houve uma assembleia, já que essas são convocadas apenas em situações extraordinárias.

⁴⁶ Disponível em: <https://pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=74645>. Acesso: jan 2023.

As reuniões geralmente são dinâmicas e têm como foco as discussões relacionadas ao funcionamento das diferentes atividades da associação. O Presidente inicia a reunião realizando os repasses pertinentes ao seu cargo e, em seguida, passa a condução para as frentes de atuação. Com o objetivo de promover a organização interna, os/as associados/as são divididos/as em frentes de atuação, preferencialmente compostas por consumidores/as e produtores/as. Esses grupos se dedicam ao estudo, planejamento e execução de políticas e atividades específicas relacionadas aos objetivos e projetos do coletivo. Durante minhas observações, pude compreender a dinâmica dos distintos grupos de trabalho.

O grupo responsável pela certificação desempenha um papel essencial ao garantir a autenticidade da produção, enquanto o grupo de comunicação tem a crucial responsabilidade de promover a divulgação. A equipe encarregada da feira concentra seus esforços na eficiente comercialização dos produtos, enquanto o grupo de formação busca criar oportunidades de desenvolvimento tanto para produtores quanto para consumidores, abrangendo diversos aspectos relacionados à produção e às interações interpessoais. Por fim, o grupo de produção desempenha a função de reunir os/as produtores/as em colaboração mútua.

No entanto, durante minhas observações, percebi que, apesar da divisão das frentes, há uma integração entre os grupos, e suas funções não são extremamente delimitadas e determinadas. Durante as reuniões, caso surjam atividades relacionadas às suas respectivas funções, cada grupo as apresenta aos/às associados/as presentes, para que sejam discutidas e, posteriormente, aprovadas pela diretoria.

Uma função adicional de grande importância na associação é a do Tesoureiro, que também é eleito a cada dois anos. Nas reuniões, cabe a ele a responsabilidade de recolher e contabilizar as contribuições dos/as associados/as, além de efetuar a cobrança das mensalidades, quando necessário. O não pagamento por um determinado período de meses resulta em desassociação. As mensalidades, por sua vez, desempenham um papel crucial para a associação MOGICO, pois é por meio delas e, eventualmente, de outras atividades, que a instituição se sustenta e dedica integralmente à manutenção e ao desenvolvimento de seus objetivos.

Durante o período em que realizei minhas observações, não testemunhei a mobilização de consumidores/as que não estivessem vinculados a alguma instituição, como a EMATER-MG, Intercoop/UFJF ou a própria ABIO-RJ. Essa ausência de consumidores/as independentes, de acordo com os relatos que recebi, é uma realidade que se estabeleceu após a pandemia. No entanto, durante o 7º Dia Agroecológico, pude notar uma movimentação intensa com o objetivo de atrair novamente os/as consumidores para participarem das

reuniões do MOGICO, incentivando sua participação ativa não apenas nas feiras, mas também nas atividades da associação.

Com o intuito de estabelecer uma conexão entre a dinâmica associativa do MOGICO e práticas alinhadas aos princípios essenciais da Agroecologia, enquanto práxis (CALDART, 2022), foi possível constatar uma forma de organização que promove a colaboração e a troca de conhecimentos entre os membros da associação. Além disso, essa estrutura facilita a mobilização de esforços direcionados à formação dos/as associados/as, algo fundamental não apenas em relação aos princípios agroecológicos, mas também para estreitar os laços entre eles/as.

Além de englobarem princípios a serem seguidos, o Regimento Interno e o Estatuto MOGICO desempenham um papel significativo na determinação dos procedimentos a serem adotados em casos de infração das regras básicas estabelecidas como consenso pelo grupo. A imposição de punições aos membros que violam tais regras é justificada, de forma geral, pelo acordo firmado em relação ao cumprimento dos princípios contidos nos documentos. Por se tratarem de documentos resultantes de um consenso, seu cumprimento é essencial, pois qualquer violação desse acordo afeta diretamente cada um/a dos/as associados/as envolvidos/as e é percebida como uma negação ao próprio coletivo.

No contexto do MOGICO, o Regimento Interno e o Estatuto também normatizam critérios e procedimentos relacionados aos horários de início e término das feiras, à assiduidade nas reuniões e nos dias de feira, dentre outras questões. Embora a não conformidade dessas regras e princípios provoque discussões e debates relevantes nas reuniões, nenhum descumprimento se compara, em termos de gravidade, ao uso de agrotóxicos no processo produtivo dos/as agricultores/as certificados ou em processo de certificação pelo MOGICO. Isso se deve ao fato de que o princípio da produção sem o uso de substâncias tóxicas é o ponto de convergência dos/as agricultores/as que integram o MOGICO.

Flexibilizar o tratamento de uma infração dessa magnitude acarretaria no distanciamento dos princípios adotados como referência pelos/as próprios/as produtores/as, o que comprometeria a identidade orgânica e agroecológica do grupo. Nesse sentido, com base em minhas observações, entendo que a conduta desobediente de um indivíduo é compreendida como uma afronta ao coletivo, uma vez que poderia ter implicações graves para todos/as os/as associados/as caso essa violação fosse descoberta por um/a consumidor/a ou pela fiscalização, que responsabilizaria não apenas o/a agricultor/a infrator/a, mas todo o MOGICO pelo ocorrido.

Outra questão que pode observar é que, ao se disponibilizar a fazer parte da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, o/a produtor/a se torna intrinsecamente vinculado ao processo de fiscalização realizado internamente pelos/as consumidores/as e demais associados/as. A existência genuína desse mecanismo faz com que os/as produtores/as se sintam policiados/as em dobro, tanto durante o processo produtivo pelo SPG quanto nos momentos de realização da feira. Nesse contexto, caso o/a produtor/a esteja oferecendo, em sua barraca, um produto que os/as vizinhos/as saibam que ele não produziu, é indispensável que esse alimento esteja, no mínimo, com o selo de certificação orgânica, a fim de assegurar o cumprimento de pelo menos um dos princípios do grupo, ou seja, a produção orgânica, visto que não há garantia quanto à procedência agroecológica. Esse mecanismo, por sua vez, é visto por alguns/algumas como perseguição e por outros/as como algo importante e necessário, pois gera confiança no grupo.

As reuniões desempenham um papel essencial ao estabelecer a visão compartilhada, definir os limites e determinar o grau de inflexibilidade na abordagem de violações das normas. Durante esses encontros, as interações entre os/as produtores/as são amplificadas em certas situações, gerando, em certos momentos, divergência interna entre eles/as. Pode compreender que, em momentos de tensão, a solidariedade e a coesão entre os/ associados/as são postas à prova, ficando a cargo da gestão demonstrar a coesão e a capacidade do grupo em cumprir suas propostas, mantendo os membros organizados e assegurando a continuidade da experiência, adotando as medidas necessárias para enfrentar os desafios.

Durante minha observação, pude constatar que os conflitos não são regra. No entanto, acredito que tenham contribuído para algumas ausências nas reuniões, chegando próximo ao número necessário para o desligamento em alguns casos. Além disso, fui informada de que houve falhas anteriores na tentativa de implementação de mutirões nas propriedades dos/as associados/as, o que também pode ser atribuído aos conflitos. Esses mutirões vão além das demandas exigidas pelo SPG e têm como objetivo atender às necessidades específicas de determinados/as produtores/as, as quais foram levadas e discutidas nos encontros do grupo. De maneira geral, eles são organizados sempre que surgem necessidades, e durante minhas observações, não presenciei nenhuma mobilização nesse sentido que não tivesse ocorrido.

Percebi, através da dinâmica dessas reuniões, que elas desempenham um papel educativo fundamental. Durante esses encontros, os/as associados/as têm a oportunidade de adquirir experiência e conhecimento através da interação entre si. Além de trocar saberes e informações, essas reuniões funcionam como verdadeiros processos de formação, que promovem a autonomia do grupo e proporcionam novos conhecimentos. Elas também

estabelecem uma estrutura organizativa, tanto para/as os produtores/as que já participam das feiras (apenas os certificados) quanto para aqueles/as que estão em processo de certificação. Esses momentos, por sua vez, são essenciais para o aprendizado e fortalecem o sentimento união ao coletivo.

Além disso, as reuniões também exercem uma função vital na formalização de uma rede solidária que pode ser ativada em situações de urgência. Durante esses encontros, são reservados momentos para que ao/as produtores/as compartilhem seus desafios e possíveis demandas de auxílio financeiro. Essa cooperação recíproca pode resultar em empréstimos ou mesmo em assistência financeira concedida pelo fundo do MOGICO, que é sustentado pelas contribuições mensais. Esses recursos podem ser utilizados em momentos de necessidade, como reposição de suprimentos, aquisição de sementes ou materiais indispensáveis para a produção agrícola familiar.



Figura 19 – Reunião MOGICO.
Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 20 – Reunião MOGICO.
Fonte: Arquivo Pessoal.

Reunir exige empreender uma iniciativa para estabelecer a harmonia. Essencialmente, trata-se de um momento de discussão e conflitos, com o objetivo de criar um coletivo coeso em postura, ideias e metas compartilhadas. Nas reuniões, os conflitos são resolvidos e os desafios se tornam evidentes. Por essa razão, pude observar que as discordâncias, acusações, encaminhamentos e sugestões são propositadamente aguardados até o dia das reuniões.

Uma situação que exemplifica essa dinâmica ocorreu na feira, onde certos alimentos ainda estavam em processo de certificação e foram vendidos. Embora as vendas tenham ocorrido ao longo do mês, com todos/as os/as produtores/as cientes dessa situação, a insatisfação em relação a esse problema só foi levantada durante a reunião. O mesmo ocorreu com a mudança na disposição das barracas de um dos/as produtores/as. Embora ele já

estivesse planejando e tivesse comunicado aos/às demais produtores/as, a mudança só aconteceu quando o desejo foi expresso durante a reunião, aprovado pelos outros/as associados/as e registrado em ata. Acredito que o registro em ata desempenha um papel fundamental ao fortalecer a importância das reuniões, conferindo-lhes um peso significativo como um espaço respeitado para a discussão de questões que afetam o coletivo.

Uma visão compartilhada entre os/as agricultores/as é a compreensão de que as discrepâncias, diferenças de opinião e confrontos presentes nas reuniões têm um objetivo central: corrigir o que está equivocado, para que as ideias do MOGICO sejam respeitadas. Por outro lado, as reuniões e divergências também geram momentos de ensinamento, trocas entre os/as associados/as presentes, união do coletivo e experiências de solidariedade, contribuindo para a consolidação dos ideais e a manutenção do MOGICO em coletividade.

Embasada por Caldart (2022), acredito que as ações adotadas pelos/as agricultores/as associados/as ao MOGICO promovem a Agroecologia como uma práxis contra hegemônica, evidenciando o compromisso de um coletivo coeso e solidário. Práticas como a preocupação em relação ao eventual uso de agrotóxicos são consideradas uma negação ao coletivo como um todo, sendo essa questão cuidadosamente fiscalizada. Essa fiscalização vai além do benefício dos/as consumidores/as, buscando estimular a discussão e a resolução de conflitos, proporcionando aprendizado, trocas de experiências e solidariedade entre os/as associados/as.

Os movimentos de ativação de uma rede solidária em momentos urgentes desempenham um papel crucial na preservação da autonomia dos/as produtores/as, ao mesmo tempo em que estimulam a troca de conhecimentos e o desenvolvimento pessoal, fomentando um sentimento de união coletiva em consonância com os ideais do MOGICO, de forma a assegurar a perpetuação desses valores. Pude perceber que tais relações desafiam a hegemonia na promoção de uma produção agrícola, onde, mesmo considerando as particularidades produtivas de cada indivíduo, a coletividade se mobiliza em prol da sua viabilização.

A viabilização, por sua vez, vai além da realização de reuniões para ajustes e acordos relacionados à dinâmica da feira e da associação, assim como a implementação do SPG para a certificação dos/as associados/as produtores/as. Também envolve uma rede de solidariedade entre os membros. É importante ressaltar que nem todos/as participam de maneira igualitária, uma vez que esse é um movimento subjetivo que parte de cada indivíduo, embora a associação, de certa forma, encoraje esse tipo de colaboração.

Para ilustrar o ponto anterior, a dinâmica de ajuda mútua entre os/as produtores/as na feira me chamou atenção. Essa colaboração abrange desde questões logísticas, como o transporte de caixas e a montagem das barracas, até mesmo um/a produtor/a assumir a barraca

de outro/a quando necessário. Essa mesma dinâmica também se estende aos relatos dos/as produtores/as, nos quais eles/as mencionam ajudar uns/umas aos/às outros/as com questões e desafios em suas propriedades, como visitar a propriedade de outro/a produtor/a para auxiliar na resolução de problemas ou até mesmo na execução de tarefas necessárias para estar de acordo com as exigências da certificação.

Também foram relatados casos de empréstimos de dinheiro aos/às produtores/as a partir dos fundos disponíveis no MOGICO, permitindo que eles investissem em suas produções e de mutirões organizados para auxiliar uma produtora em sua plantação após o falecimento de seus familiares. É importante ressaltar que, durante o meu período de observação, não presenciei pessoalmente essas situações, mas apenas recebi relatos a respeito.

Em suma, as práticas mobilizadas pelo MOGICO, de maneira geral, se mostram potentes a fomentar uma contra hegemonia significativa, que reverbera tanto na feira quanto nas dinâmicas de produção dos/as produtores/as associados/as. Ao desafiar as estruturas dominantes e promover a Agroecologia como uma práxis, o MOGICO estabelece uma poderosa alternativa às formas convencionais de produção agrícola, destacando a importância da solidariedade, do compartilhamento de conhecimentos e da autonomia dos/as produtores/as. Essa abordagem coletiva e comprometida reflete-se de maneira profunda nas práticas da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO e nas escolhas dos/as agricultores/as, que encontram na união e nos ideais do MOGICO um caminho transformador rumo a um modelo de agricultura mais sustentável e justo.

4.2.3 Quando um “Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico” produz e comercializa

No tópico sobre feiras agroecológicas, foram mencionados que a produção e comercialização no cenário hegemônico revelam características das relações sociais dos/as agricultores/as familiares. Foi ressaltado o modo como esses/as agricultores/as se envolvem com o mercado, demonstra diferentes níveis de dependência ou autonomia, evidenciando o controle exercido tanto pelo/a próprio/a agricultor/a quanto pelo/a empresário/a sobre o fruto do trabalho familiar e, conseqüentemente, sobre o território. Nessa ótica, o esforço coletivo para superar a dependência do capital comercial e industrial representa uma forma de resistência e uma busca pela independência territorial e produtiva.

Logo, ao considerar quatro os/as produtores/as que já possuem certificação orgânica e participam da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, propus analisar o contexto de

suas propriedades com o objetivo de identificar, em suas dinâmicas, os elementos que evidenciam a contra hegemonia diante das influências hegemônicas inevitáveis que permeiam as relações no contexto capitalista. A compreensão das práticas contra hegemônicas existentes no contexto social de pesquisa foi uma ferramenta essencial para a análise dos discursos dos/as produtores/as e consumidores/as que serão apresentados posteriormente

Dessa forma, a construção deste tópico busca compreender quem são os sujeitos que produzem de maneira orgânica e agroecológica e, ao mesmo tempo, vendem seus produtos na Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO. Além disso, também busco entender os aspectos que indicam a autonomia dos/as agricultores/as em seu território, na produção e nas relações de comercialização, destacando os elementos ilustrativos dessa autonomia. Assim, meu objetivo não é realizar uma exploração exaustiva de todas as abordagens possíveis para essas questões, mas sim construir uma descrição coerente das minhas observações, a fim de tornar a realidade analisada mais compreensível.

Para isso, proponho primeiramente apresentar os sujeitos produtores/as que foram entrevistados e, posteriormente articular alguns temas em quatro pontos distintos. No primeiro deles, farei uma descrição das relações de trabalho dos/as agricultores/as associados/as, destacando aspectos que contrapõem a hegemonia presente nessas relações. Em um segundo ponto, abordarei a caracterização do processo produtivo, abrangendo tanto as unidades de produção quanto as práticas agroecológicas identificadas. O terceiro ponto consistirá em compreender o papel econômico da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO na renda dos/as agricultores/as, ressaltando a importância desse canal de comercialização, insubordinado, aos/as produtores/as. Por fim, o quarto ponto tem como objetivo apresentar os sujeitos consumidores/as entrevistados/as e expor as dinâmicas da feira a partir das relações entre os/as produtores/as e os consumidores/as que pude observar destacando aspectos relevantes dessa relação de resistência à hegemonia.

Como mencionado anteriormente, as entrevistas foram conduzidas após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo o anonimato tanto dos/as produtores/as quanto dos/as consumidores/as entrevistados/as. Mesmo com a apresentação desse documento, perguntei aos/às entrevistados/as se haveria algum problema em revelar seus nomes, e a maioria não se opôs. No entanto, um/a produtor/a exigiu que seu anonimato fosse respeitado, expressando que se sentiria mais confortável ao participar da entrevista dessa forma. Diante dessa questão, decidi estender o anonimato a todos/as os/as entrevistados/as, buscando garantir condições iguais para todos/as.

Portanto, para me referir aos/às produtores/as e consumidores/as, utilizarei nomes de flores. Será evidenciado o gênero masculino e feminino, uma vez que foram entrevistados/as dois produtores, duas produtoras, três consumidoras e um consumidor. Optei por escolher nomes de flores que concordassem com o respectivo gênero, a fim de enfatizá-los. A relação entre produtor/a, local da propriedade, dia da entrevista e duração de gravação de cada entrevista, apresento na tabela a seguir:

Produtor/a (Nome Fictício)	Cidade	Dia da entrevista	Duração da entrevista
Rosa	Juiz de Fora	29/10/2022	1h 50 min
Lírio	Belmiro Braga	11/11/2022	2h 05 min
Camélia	Piau	23/11/2022	1h 35 min
Lótus	Igrejinha/ JF	13/01/2023	1h 23 min

Tabela 2 – Relação de produtores/as entrevistados/as

A primeira entrevistada foi com a produtora Rosa. Dirigi-me até sua propriedade, localizada na zona norte da cidade de Juiz de Fora, em uma tarde de outubro de 2022. Ao chegar lá, fui gentilmente recebida com uma xícara de café e começamos a conversar. Rosa iniciou a entrevista compartilhando que não é natural da cidade e reside aqui há alguns anos, desde que decidiu assumir a responsabilidade pelo sítio de seu pai, ao receber a notícia de que a nascente que abastecia a propriedade havia secado. Antes de assumir o sítio, ela vivia na cidade do Rio de Janeiro e trabalhava em uma ONG dedicada ao resgate de trabalhadores em condições análogas à escravidão na região norte do Estado de Minas Gerais.

Ao se deparar com a notícia sobre a nascente, Rosa sentiu-se incomodada com a situação e decidiu cuidar do sítio, trazendo sua filha, que hoje trabalha junto com ela na produção. Inicialmente, seu objetivo era recuperar a nascente e produzir alimentos no sítio, sem fins lucrativos. No entanto, devido à influência de seu trabalho anterior na ONG, Rosa nutria o desejo de produzir de maneira orgânica, embora não tivesse familiaridade com as dinâmicas necessárias para tal e, foi aí que a partir de uma amiga, conheceu o MOGICO.

Segundo Rosa, o MOGICO era "uma feirinha super tímida no estacionamento" que exibia um cartaz anunciando um curso sobre produção orgânica e agroecológica. Interessada, ela decidiu participar desse curso. Após essa experiência, Rosa se associou ao MOGICO e participou de diversos outros cursos promovidos pelo coletivo. Utilizando os conhecimentos

adquiridos nos cursos, ela aplicou as práticas em sua propriedade ao longo de dois anos, passando a produzir alimentos orgânicos e vendendo o excedente na feira do MOGICO. Nesse contexto, ela também buscou a certificação de sua produção junto à SPG-MOGICO.

Atualmente, Rosa destaca-se como uma das produtoras participantes da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO. Em sua propriedade encantadora, há uma divisão impecável que possibilita a produção diversificada de itens em um único local. Recentemente, ela passou a delegar a responsabilidade da produção, pois precisa dedicar-se à gestão do sítio e aos preparativos para a feira aos sábados. Além disso, Rosa faz questão de reinvestir todo o lucro proveniente das vendas no sítio, direcionando os recursos para logística e trabalhadores/as. Ao compartilhar suas experiências, ela não esconde as dificuldades enfrentadas na manutenção da produção. No entanto, a paixão de Rosa pelo sítio e pela produção de alimentos orgânicos a mantém perseverante, sendo impossível imaginar-se envolvida em outra atividade. Em relação à produção orgânica, ela segue rigorosamente as leis aplicáveis e acredita que somente dessa maneira, com todos/as os/as produtores/as adotando essa abordagem, o MOGICO poderá alcançar seu propósito.

Meu segundo entrevistado, atualmente residindo em Juiz de Fora, possui uma propriedade localizada em um município próximo chamado Belmiro Braga. Tive a oportunidade de visitar essa propriedade em novembro de 2022 e passei a manhã inteira explorando-a, retornando apenas ao fim da tarde.

No início da nossa conversa, Lírío compartilhou que sua terra está situada na antiga fazenda Boa Esperança, adquirida por um grupo de seguidores da filosofia Ananda Marga no final dos anos oitenta. Essa organização socio espiritual foi fundada na Índia em 1955 e está, segundo Lírío, presente atualmente em mais de 180 países. As unidades dessa organização buscam combinar práticas espirituais com serviços dinâmicos à comunidade, como escolas, clínicas médicas, orfanatos, cooperativas e outros projetos voltados para o bem-estar da humanidade. A produção de Lírío se insere nesse contexto.

Lírío mencionou que já morou na unidade principal da organização, mas há alguns anos decidiu voltar para Juiz de Fora. Além disso, é formado em Gestão Ambiental e trabalhou em uma ONG dedicada à educação ambiental, o que despertou seu interesse pela agricultura. Foi nesse momento que Lírío revelou ter retornado à fazenda, agora com a doação do terreno para sua produção. Essa oportunidade proporcionou a Lírío a possibilidade de

exercer sua paixão pela agricultura, combinando-a com a filosofia do PROUT ⁴⁷ adotada pela fazenda. Essa conjunção o levou a se dedicar exclusivamente, juntamente com mais dois amigos, à produção de alimentos orgânicos, reconhecendo a relevância desse nicho no mercado.

Ao buscar a certificação de sua produção, o produtor Lírio decidiu associar-se ao MOGICO. Ele relata que sua certificação foi a mais rápida na história da organização, o que ele atribui à harmonia entre sua produção e a filosofia adotada na fazenda onde sua propriedade está situada. Inicialmente, Lírio pretendia unir-se ao MOGICO apenas para obter a certificação, pois acreditava ter conhecimentos superiores ao que a organização poderia oferecer. Contudo, ao longo do tempo, ele reconheceu seu equívoco e testemunhou a transformação provocada pelo MOGICO em sua visão da produção. Aquilo que antes era apenas uma busca por lucro passou a ser encarado como um ambiente de aprendizado e transformação social. Hoje, Lírio compartilha que o lucro ainda é uma parte essencial de sua produção, porém não é mais seu único objetivo.

Atualmente, Lírio é responsável pela gestão da propriedade e pelos preparativos para a feira, uma vez que reside em Juiz de Fora. Ele relata que toda semana faz questão de ir a Belmiro Braga para auxiliar na produção, pois aprecia esse momento. Embora a responsabilidade pela produção recaia sobre ele, Lírio também conta com a participação de dois amigos que residem em Belmiro Braga e conseguem estar presentes com maior frequência. Além disso, ele conta com colaboradores experientes que trazem consigo valiosos conhecimentos tradicionais, os quais são incorporados em sua produção.

A terceira entrevistada, a produtora Camélia, possui sua propriedade na cidade de Piau, um município próximo a Juiz de Fora, que visitei pessoalmente durante uma tarde de novembro de 2022. Camélia desempenhou um papel fundamental na construção da associação MOGICO, uma vez que seu marido foi o produtor responsável por iniciar a venda de bananas em uma escola da cidade, conforme mencionado no tópico 4.2.1, que descreve o processo de formação do coletivo.

Camélia inicia a conversa mencionando que, anteriormente, ela e seu marido produziam de forma convencional, utilizando agrotóxicos, no sítio da família de seu marido. A agricultura nesses moldes sempre foi uma parte importante de suas vidas, assim como a do cunhado. No entanto, quando Camélia e seu marido adquiriram seu próprio sítio, o cunhado

⁴⁷ Segundo o produtor Lírio, a filosofia do PROUT busca estabelecer uma ordem socioeconômica baseada na justiça, sustentabilidade e igualdade, com o objetivo de garantir o desenvolvimento integral de todos os indivíduos e comunidades.

sugeriu a transição para a produção orgânica, pois reconhecia o valor agregado e a oportunidade de explorar um novo nicho de mercado.

A partir desse ponto, Camélia compartilha que eles deram início aos investimentos na produção orgânica. Apesar dos desafios significativos e dos altos custos envolvidos, eles perseveraram e obtiveram a certificação de produção orgânica concedida pelo Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD), certificação que mantêm até os dias atuais. Inicialmente, eles começaram com a produção de bananas orgânicas, porém hoje expandiram sua variedade de produtos para incluir raízes, folhas e leguminosas que vendem desde as primeiras feiras realizadas pelo MOGICO.

Após a formalização e a oferta de cursos pelo MOGICO, Camélia destaca que as tarefas e dinâmicas da produção orgânica tornaram-se mais fáceis. Além das questões técnicas, a cooperação entre os membros da associação desempenhou um papel fundamental ao auxiliar e facilitar a manutenção de sua produção. Atualmente, Camélia está ativamente envolvida na produção e compartilha a gestão da propriedade com seu marido. Ela também menciona que, durante esse processo, seu filho desenvolveu interesse pela agricultura e agora é um colaborador ativo.

A propriedade de Camélia é encantadora e possui uma infraestrutura excelente. Embora o bananal ocupe a maior parte da propriedade, outros produtos também compartilham esse espaço. A fertilização é feita utilizando minhocas, que estão presentes em todo o local, juntamente com composteiras que auxiliam no processo de adubação, que são apresentados com orgulho por Camélia como métodos sustentáveis de adubação contribuem para a saúde do solo e para a qualidade dos produtos cultivados.

Já durante uma manhã de janeiro de 2023, tive a oportunidade de visitar a propriedade de Lótus, o quarto produtor entrevistado. Sua propriedade está localizada em Igrejinha, um distrito rural de Juiz de Fora. No entanto, antes de nosso encontro, foi necessário remarcar duas vezes devido a questões envolvendo seus filhos pequenos. Lótus inicia a conversa compartilhando a história do sítio em que reside atualmente, que originalmente pertencia a seu pai e, mais tarde, foi assumido por ele. Além disso, ele destaca que a produção agrícola sempre desempenhou um papel importante em sua vida, e agora sua esposa também está envolvida no processo, contribuindo ativamente.

Ao falar sobre sua experiência na produção agrícola, Lótus menciona que, no passado, eles não utilizavam agrotóxicos, pois a produção era voltada principalmente para a subsistência da família. No entanto, quando decidiu investir na propriedade para a produção de alimentos destinados à venda, Lótus reconheceu que a não utilização de agrotóxicos

poderia ser um diferencial tanto para o mercado quanto para a qualidade de vida de seus filhos, uma vez que ele não queria expor a propriedade em que moram a substâncias tóxicas.

Foi com o objetivo de aprimorar sua produção que Lótus descobriu o MOGICO, tornando-se um dos primeiros associados a obter a certificação. Ele relata que sua parceria com o MOGICO trouxe inúmeros conhecimentos e, de forma significativa, fez com que reconhecesse ainda mais o trabalho de seu pai. Isso despertou nele o desejo de envolver seus filhos na produção, para que pudessem compreender o valor e a beleza da agricultura orgânica. É emocionante ver como Lótus narra essa experiência, atribuindo ao MOGICO o mérito de resgatar esses sentimentos. Além disso, ele menciona que, desde que obteve a certificação orgânica, sua relação até mesmo com seus vizinhos se fortaleceu, pois eles começaram a buscar seus produtos e consumi-los.

Atualmente, Lótus enfrenta algumas dificuldades para manter sua produção orgânica, mas ele persiste porque diz amar o que faz. No entanto, para complementar sua renda, ele adquire produtos no Centro Estadual de Abastecimento (CEASA) e os revende em uma loja que construiu próxima ao seu sítio. Ele assegura que esses produtos estão separados de sua produção orgânica, em conformidade com a legislação, e considera essa situação temporária. Ele continua acreditando no potencial dos alimentos orgânicos e mantém seu sonho de vender produtos orgânicos em sua própria loja.

A definição e os critérios para identificar o/a agricultor/a familiar foram estabelecidos pela Lei nº 11.326 em 2006 e posteriormente regulamentados pelo Decreto nº 9.064 em 2017. Essa definição, prevista em lei, serve como base ampla para abordar as características proeminentes dos sujeitos sociais envolvidos nesta pesquisa.

De acordo com a legislação, o/a agricultor/a familiar é aquele/a utiliza mais da metade da mão de obra de sua própria família. Ao reconhecer a importância da força de trabalho como um elemento fundamental em qualquer processo produtivo, foquei minha atenção nesse aspecto durante minhas visitas às propriedades e nas entrevistas com os/as agricultores/as. Ficou evidente que a força de trabalho familiar é a base da produção que impulsiona a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, sendo essencial para todos/as os/as agricultores/os que visitei e com os/as quais/as conversei.

Nesse contexto, pude observar diversas configurações nas relações de trabalho. Algumas delas dependem exclusivamente da mão de obra familiar, como é o caso de Lótus. Por outro lado, existem outras que combinam a mão de obra familiar com diferentes tipos de trabalho, seja através de contratação temporária ou colaboração mútua em forma de parcerias e trocas de serviços, como acontece com Lírio e Camélia. Além disso, encontrei propriedades

que contam com funcionários/as registrados/as envolvidos/as na produção, como ocorre na situação de Rosa.

Ao abordar o emprego formal na unidade de produção agrícola de Rosa, é fundamental considerar a essência das relações entre os sujeitos. No caso da produtora, é notável que sua principal meta é comercializar os produtos para atender às necessidades da família, não com o intuito de acumular capital, mas sim de garantir o sustento familiar. Assim, é possível concluir que em sua unidade produtiva não ocorre a formação de capital, pois os salários são pagos internamente, resultando em uma redução do rendimento financeiro de Rosa.

Além disso, é importante salientar que foi observada uma relação próxima entre os/as trabalhadores/as contratados/as, já estabelecida antes mesmo do início do emprego. Outro aspecto relevante é que as atividades laborais abrangem tanto a etapa produtiva, como a preparação dos canteiros, o manejo das culturas, a colheita, a amarração e o encaixotamento das verduras, por exemplo, quanto à comercialização dos produtos na feira. Isso implica no transporte de caixas, na venda dos alimentos, na montagem das barracas, dentre outras responsabilidades.

No caso dos/as agricultores/as em que observei a existência de relações de trabalho fundamentadas na ajuda mútua e em parcerias, como é o caso de Lírio e Camélia, essas relações contam com o apoio de amigos/as que compartilham a mesma perspectiva em relação à produção agrícola. Essa colaboração fortalece os laços de solidariedade entre eles/as, possibilitando que essa assistência esteja disponível na propriedade quando o/a agricultor/a precisa se ausentar da unidade produtiva. Isso permite um maior engajamento do/a agricultor/a em reuniões, cursos/oficinas e outras atividades organizativas que geralmente exigem um afastamento temporário das atividades agrícolas.

Durante minha visita a propriedade de Lótus, em que o trabalho é exclusivamente mobilizado pela família, pude observar que todos/as se envolvem ativamente na organização e execução das atividades agrícolas, bem como na logística necessária para a venda dos produtos na feira aos sábados. Os horários e as dinâmicas familiares são amplamente influenciados pela produção e pela viabilidade de comercialização dos produtos, se dedicando integralmente e adaptando suas rotinas e prioridades em função das demandas da produção agrícola.

Assim, todas as propriedades dos/as agricultores/as envolvidos/as nesta pesquisa se destacam por estabelecerem uma contra hegemonia às relações de trabalho exploratórias e coloniais tradicionais. Apesar de em algumas haver vínculos empregatícios, essas propriedades se baseiam em relações fundamentadas em respeito, cooperação e ajuda mútua,

transcendendo a estrutura convencional. São laços de solidariedade que proporcionam um ambiente propício para a troca de conhecimentos e a mobilização de saberes, especialmente no contexto da produção agroecológica. Ao desafiar as normas estabelecidas, esses/as agricultores abraçam uma abordagem alternativa e resistente, reconfigurando as relações de trabalho em prol da justiça social, da sustentabilidade ambiental e do fortalecimento da sua autonomia.

Dando continuidade aos caminhos propostos para as descrições das minhas observações, a lei nº 11.326 caracteriza o/a agricultor/a familiar como aquele/a que possui uma área de até quatro módulos fiscais⁴⁸ e a administra juntamente com sua família.

Nesse sentido, inicio abordando a questão do tamanho das propriedades, ressaltando que não pretendo traçar um panorama completo das áreas de cultivo orgânico e agroecológico do grupo MOGICO em sua totalidade. Isso ocorre devido à composição do grupo que também inclui produtores/as em processo de certificação. Vale destacar, ainda, que minha investigação se concentra em produtores/as certificados/as que também comercializam na Feira Agroecológica e Orgânica do MOGICO. Portanto, meu objetivo principal é elucidar a diversidade presente nessas propriedades, incluindo o tamanho das áreas produtivas destinadas à feira e, conseqüentemente, à agricultura familiar. Acredito que essa diversidade revela a potência de resistência e as diversas formas de mobilizar um modo de vida contra hegemônico.

Assim, pude observar que a produção destinada à Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO é realizada em áreas de diversos tamanhos, porém sempre dentro dos limites estabelecidos pela lei, que prevê quatro módulos. Além disso, embora haja diálogo entre o MOGICO e assentamentos, bem como mobilizações do MST, as propriedades visitadas foram adquiridas por herança ou compra, não havendo a presença de produtores/as que comercializam na feira e estejam localizados/as em assentamentos da reforma agrária ou do MST.

Faço essa observação com o objetivo de esclarecer que as mobilizações defendidas pelo MST, embora estejam alinhadas aos objetivos do MOGICO, principalmente no que se refere à produção agroecológica, não ditam as ações do MOGICO. Em outras palavras, o MOGICO é uma associação independente do MST.

⁴⁸ O módulo fiscal é a área mínima necessária para garantir a viabilidade econômica de uma propriedade rural. O tamanho do módulo fiscal é determinado por Instruções Especiais (IE) emitidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e varia de acordo com cada município. Em Juiz de Fora, o limite do módulo fiscal para propriedades familiares é de 96 hectares, enquanto em Piau e Belmiro Braga é de 120 hectares.

Considerando essas condições, nota-se que as propriedades apresentam variações significativas em tamanho. A menor delas é a de Lírio, situada em Belmiro Braga, abrangendo uma área de 2 hectares. Por outro lado, a maior propriedade pertence a Rosa, localizada em Juiz de Fora, com uma extensão de 63 hectares. Além disso, outra propriedade, de Lótus, também em Juiz de Fora, possui 17 hectares, enquanto a de Camélia abrange uma área de 50 hectares. Essas áreas estão em conformidade com as observações de Saquet (2008), que afirmou a viabilidade do sistema de produção orgânico e agroecológico em espaços reduzidos, possibilitando a produção em escala limitada. Mesmo que a quantidade de alimentos produzidos seja limitada, é viável comercializar diretamente alimentos orgânicos aos/às consumidores/as.

Ao visitar as propriedades que fornecem produtos para a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, pude identificar um processo de produção distintivo que difere em vários aspectos da prática agrícola convencional, que é dependente do uso de agrotóxicos e/ou insumos químicos. Sob a perspectiva agroecológica, notei a adoção de práticas que se opõem aos métodos de manejo considerados prejudiciais ao meio ambiente e aos/às próprios/as agricultores/as. Nas pequenas unidades agroecológicas, ao contrário da alta dependência de recursos e conhecimentos técnicos externos, especialmente agrotóxicos e insumos químicos, as problemáticas que afetam a produção são tratadas com base em receitas elaboradas a partir da disponibilidade de matérias-primas e do conhecimento popular e científico⁴⁹. É interessante destacar que foram observados momentos em que os resultados algumas práticas foram compartilhados em reuniões da associação, promovendo um processo contínuo de aprimoramento e troca de saberes.

Outro ponto observado e verbalizado pelos/as agricultores diz respeito à viabilidade do uso desses recursos, que está diretamente relacionada à sua disponibilidade e à redução dos custos financeiros na produção. Essa situação, de certa forma, contribui para a autonomia dos/as agricultores/as, tornando-os mais independentes das indústrias de insumos químicos, inclusive orgânicos e reduz a necessidade de recorrerem a empréstimos bancários para viabilizar a produção. Dentre as técnicas observadas, é possível destacar algumas estratégias utilizadas no cultivo pelos/as agricultores/as do MOGICO. Algumas delas são a adoção de palhas, gravetos e folhas como cobertura morta nos canteiros. Esses materiais desempenham um papel protetor no solo, controlando a umidade, a temperatura e oferecendo defesa contra plantas invasoras e ervas daninha.

⁴⁹ Vale lembrar que há diversos estudos e obras que abordam de maneira técnica e científica a questão a resolução de problemáticas produtivas sob o contexto da produção agroecológica.

Além disso, foi notada tanto por Rosa, Lírio, Camélia e Lótus, a utilização de materiais alternativos de baixo custo na construção de instrumentos, tanto para resolver problemas específicos na produção agrícola quanto para aprimorar a eficiência produtiva. Um exemplo disso é o uso de bombas acionadas manualmente, utilizando manivelas, rodas de bicicleta e outros mecanismos de irrigação, como o sistema de gotejamento com garrafas pet.

No que diz respeito ao controle de insetos e doenças, foram identificados vários recursos utilizados, como cal, angico, castanha de caju, sabão neutro, alho, fumo, pimenta e até mesmo cinzas. Outra técnica observada na propriedade Lírio, isto é, o emprego de CDs para afugentar insetos na produção agrícola. Essa técnica se baseia na reflexão da luz solar pelos discos de CD, criando efeitos visuais e sonoros que podem repelir os insetos indesejados. Os insetos são atraídos pelo brilho e movimento dos discos, mas a reflexão da luz pode causar desconforto e afastá-los das áreas de cultivo. O efeito visual gerado pelos CDs em movimento pode confundir os insetos e dificultar sua orientação, levando-os a evitar a região.



Figura 21 – Técnicas agroecológicas.
Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 22 – Técnicas agroecológicas
Fonte: Arquivo Pessoal.

Uma prática observada na propriedade de Lótus, foi uso de espantalhos, com o objetivo de enganar os animais e fazê-los acreditar na presença de uma pessoa ou de um predador nas proximidades. A presença dessas figuras assustadoras cria a ilusão de perigo iminente, afugentando aves e outros animais que poderiam se alimentar das culturas ou causar danos.

Com certeza, as práticas mencionadas contribuem para a formação de unidades produtivas com uma ampla variedade de desenhos, que são plurais e complexos entre si, mesmo que os/as agricultores/as pertençam à mesma associação. Ao considerar esses

desenhos, não apenas incluem as diversas técnicas e cultivos, mas também a diversidade política, cultural, econômica e ambiental refletida nas paisagens de suas propriedades (NETO, 2006), bem como nas práticas socioambientais e até mesmo nas feiras.

A impressão que tive é de que as unidades produtivas se assemelham a laboratórios científicos. Em tais unidades, a capacidade criativa e o conhecimento adquirido ao longo da vida desempenham um papel relevante. O que surge desses saberes pode oferecer respostas eficazes aos problemas enfrentados e um cultivo extremamente diverso e plural em um espaço reduzido, desafiando qualquer discurso da produção agrícola hegemônica.

A diversidade produtiva é impressionante, revelando a notável autonomia dos/as agricultores/as em suas atividades. Durante o período de observação, foi interessante constatar que a diversificação da produção agrícola não só proporcionou flexibilidade e capacidade de adaptação, mas também uma autonomia perceptível por meio da variação de produtos oferecidos pelos/as mesmos/s agricultores ao longo do tempo na feira.



Figura 23 – Técnicas agroecológicas
Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 24 – Técnicas agroecológicas
Fonte: Arquivo Pessoal.

Para ilustrar essa notável pluralidade, registrei uma ampla variedade de alimentos cultivados pelos/as agricultores/as durante minhas visitas. Além disso, também obtive informações por meio de suas declarações para certificação orgânica. Os alimentos cultivados serão mencionados de forma geral, garantindo o anonimato dos/as agricultores/as. No entanto, é crucial ressaltar que nem todos/as eles/as produzem os mesmos itens.

Dentre as plantas aromáticas, foram mencionadas ou declaradas: alecrim, amor perfeito, aster, capuchinha, cúrcuma, erva cidreira, folha de uva, gengibre, hortelã, jambú, manjeriço, menta, ora pro nobis e peixinho da horta. Em relação às frutas, temos: abacate, abacate avocado, abacaxi, abóbora, acerola, amora, araçá, banana maçã, banana nanica, banana ouro, banana pão, banana prata, banana roxa, banana terra, cacau, caju, eugenia, framboesa, goiaba, graviola, jabuticaba, jambo, laranja bahia, laranja campista, laranja lima, laranja sanguínea, laranja serra d'água, laranja lima, lichia, limão caviar, limão cravo, limão galego, limão sapateiro, limão siciliano, limão tahiti, mamão, mamão caipira, maracujá, melancia, melão, mexerica, morango, pitaita, pitanga, tangerina mexerica rio, tangerina ponkan, tangerina tangela e tomate



Figura 25 – Variedade produtiva.
Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 26 – Técnicas agroecológicas.
Fonte: Arquivo Pessoal.

No caso das hortaliças tuberosas e raízes, destacam-se: batata baroa, batata doce, batata inglesa, batata yacom, beterraba, cenoura, inhame, mandioca, nabo branco, nabo roxo, nabo vermelho e rabanete. Já as olerícolas incluem: abobrinha, agrião, alface americano, alface crespo, alface liso, alface romano, alface roxo, alho, almeirão, aspargo, berinjela, beterraba, brócolis, cará, cebola, cebolinha, chuchu, coentro, couve, couve-flor, espinafre, inhame, jiló, mostarda, pepino caipira, pimenta rosa, pimentão verde, quiabo, repolho roxo, repolho verde, rúcula, salsa crespa, salsa lisa, taioba, tomate cereja e tomate. Por fim, mencionam-se as flores: alysson, angelona, begônia, boca de leão, cravina, flor de mel, flor penta e tagete.

É crucial salientar que a abrangência da diversidade produtiva em questão transcende a mera comercialização na Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO. Os/as agricultores/as,

por sua vez, consomem os próprios produtos, conferindo relevância à potencialidade de aprimoramento alimentar advinda diretamente da diversificação e da incorporação de alimentos livres de agrotóxicos na dieta da família.

Além disso, como já falado, a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO desempenha um papel fundamental como estratégia econômica para os/as agricultores/as, acarretando impactos financeiros positivos nas unidades familiares observadas. Tal constatação foi obtida por meio de uma análise minuciosa da situação e a partir das conversas realizadas com os/as produtores/as, revelando que a feira se configura como um canal de comercialização de relevância, sendo, de forma regular, a principal escolha para a venda de seus produtos. Embora existam alternativas de comercialização, é na feira do MOGICO que ocorre a circulação mais comum desses produtos.

Adicionalmente, outras modalidades de comercialização incluem a venda direta aos/as consumidores/as que visitam suas propriedades em busca desses produtos, mas em termos mais precisos, considerando a confrontação com alternativas de venda, é inegável que a Feira Orgânica e Agroecológica assume uma relevância fundamental na rotina dos/as produtores/as que pude visitar e entrevistar.

Ao tomar conhecimento das mobilizações que levaram à fundação da Associação MOGICO e à organização da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, além de considerar os frutos positivos já mencionados anteriormente, obtive uma compreensão mais fundamentada da razão pela qual os/as agricultores/as têm uma visão amplamente favorável desse espaço de comercialização. Além disso, esse movimento possibilitou-me descrever, a seguir, de forma mais objetiva, as práticas cotidianas e as relações sociais entre produtores/as e consumidores/as que constroem a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO como um "lugar praticado" (CERTEAU, 1978), ao mesmo tempo em que as elenco como formas de resistência que contribuem para a produção de subjetividade e identidade.

Sem dúvida, nessa realidade em questão, a relação entre os/as produtores/as e os/as consumidores/as desempenha um papel fundamental. A interação direta entre eles/as, que ocorre da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, representa o momento em que a produção e o consumo se encontram.

Com base nisso, planejo descrever minhas observações enfatizando essa relação, porém, antes, gostaria de apresentar os/as consumidores/as entrevistados/as. Como mencionado anteriormente, para preservar o anonimato, os nomes das três consumidoras e do consumidor serão substituídos por nomes de flores. A relação entre consumidor/a, bairro, dia da entrevista e duração de gravação de cada entrevista, apresento na tabela a seguir:

Consumidor/a (Nome Fictício)	Bairro	Dia da entrevista	Duração da entrevista
Hortênsia	Bom Pastor	22/10/2022	40 min
Jasmim	Alto dos Passos	12/11/2022	38 min
Cravo	Centro	17/01/2022	50 min
Acácia	Santa Luzia	28/01/2023	43 min

Tabela 3 – Relação de consumidores/as entrevistados/as

Hortênsia foi à primeira consumidora que entrevistei. Marcamos de nos encontrar em uma padaria próxima em um sábado após a feira. Durante a conversa, Hortênsia compartilhou que mora no bairro Bom Pastor, próximo à praça, há mais de 20 anos. Ela tem o hábito de frequentar a praça aos sábados, pois gosta de fazer exercícios físicos durante as manhãs. Além disso, aproveita as atividades extras oferecidas além da feira do MOGICO nesse dia.

Foi mantendo esse hábito regular que Hortênsia teve o primeiro contato com o MOGICO, quando a feira começou a ser realizada na mesma praça que ela frequenta. Ela conta que nas primeiras vezes em que comprou na feira, foi mais por conveniência e não dava muita importância aos alimentos orgânicos.

No entanto, à medida que continuou consumindo no MOGICO e interagindo com os produtores, sua consciência em relação à alimentação orgânica foi crescendo. Hoje, compreendendo os riscos da ingestão de agrotóxicos para a saúde e considerando o histórico de câncer em sua família, Hortênsia conta que sempre que possível, opta por alimentos orgânicos. Isso vale não apenas para as compras na feira, mas também quando visita supermercados, onde procura especificamente por produtos certificados como orgânicos.

Nas relações que Hortênsia estabelece na feira, tanto com os/as produtores/as como com os/as outros/as consumidores/as, ela conta que sente todos como amigos. Muitos dos/as consumidores/as também são seus/suas vizinhos/as, em que o ambiente da feira o que fortalece os laços entre eles/as. Hortênsia também destaca a gentileza e a boa relação que tem com os/as produtores/as, atribuindo a eles a responsabilidade por seu interesse em produtos orgânicos e principalmente pela confiança que ela deposita na qualidade dos produtos oferecidos.

Jasmim, a segunda consumidora que entrevistei, estabelece uma relação única com o MOGICO. Nossa conversa também ocorreu após a feira, mas optamos por permanecer na praça. Jasmim começa a compartilhar sua experiência mencionando que conhece o MOGICO desde antes de sua criação, devido à sua neta frequentar a escola onde as bananas orgânicas eram vendidas. Além disso, ela vem de uma família que cultivava seus próprios alimentos, o que lhe conferia um conhecimento sobre a procedência dos alimentos que consumia. Desde que se mudou para Juiz de Fora, essa preocupação a acompanha, levando-a a fornecer uma alimentação cuidadosa para seus filhos e netos, mantendo o mesmo zelo pela qualidade dos alimentos.

Desde que o MOGICO se formalizou como associação, Jasmim se tornou associada e até participou de alguns cursos e visitou algumas propriedades. Ela relata que frequenta as feiras do MOGICO desde o início de sua formação. No entanto, Jasmim menciona que atualmente está afastada das reuniões e menos engajada com as questões do MOGICO, o que ocorreu principalmente devido à pandemia. As dinâmicas de sua casa mudaram durante esse período, o que fez com que ela não tivesse mais tempo para se dedicar à participação ativa. No entanto, Jasmim não esconde seu desejo de voltar ao MOGICO e retomar seu envolvimento com a associação.

Ao participar dos cursos e estar em sua fase mais ativa e engajada com o MOGICO, Jasmim relata que suas ideias sobre alimentação saudável foram além da simples qualidade dos produtos. Ela passou a compreender a dinâmica daqueles que produziam para vender, como os/as produtores/as do MOGICO. Dessa forma, percebeu que a qualidade de vida se estende não apenas aos/as consumidores/as, mas também aos/as produtores/as, tanto pelo que consomem quanto pela forma como produzem. Assim, ela conta que essa percepção se tornou mais um motivo para reconhecer a importância do MOGICO e continuar frequentando a feira.

Jasmim também relata que estabeleceu amizades com os/as produtores/as na feira. Desde o início do coletivo, ela teve a oportunidade de se aproximar dos/as produtores/as que atualmente vendem na feira, graças às relações construídas durante as reuniões, cursos e visitas às propriedades. Essas interações constantes permitiram o estabelecimento de laços duradouros entre Jasmim e os/as produtores/as da feira, levando a ela ter o pleno sentimento de confiança neles/as, como relata.

Já com Cravo, o terceiro consumidor entrevistado, infelizmente, não conseguiu marcar nossa conversa após a feira, pois Cravo tinha compromissos aos sábados. Então, combinamos de nos encontrar em um café durante uma tarde de terça-feira em janeiro. Ao contrário das duas primeiras consumidoras, Cravo não frequenta a feira do MOGICO há muito tempo. Ele

relata que descobriu a feira há menos de um ano, apesar de morar em Juiz de Fora há cerca de cinco anos. Foi quando decidiu explorar as feiras da cidade, tanto para resgatar um hábito de sua mãe quanto porque os preços nos supermercados não estavam mais alinhados com a qualidade dos alimentos oferecidos.

Cravo conta que, embora soubesse que os alimentos das feiras, de forma geral, viessem de uma central de abastecimento, ele ainda preferia os alimentos encontrados nessas feiras. Assim, Cravo acabou conhecendo o MOGICO e a existência de uma feira orgânica na cidade, despertando seu interesse. No início, ele não sabia que os próprios feirantes eram os responsáveis pela produção dos produtos comercializados, mas descobriu isso ao estabelecer conversas com eles/as. Cravo também conta que, ao descobrir que eram eles/as mesmos/as que produzem, sua confiança em relação aos produtos se fortaleceu.

Cravo demonstra um grande interesse na dinâmica da produção orgânica e relata que gosta muito de dialogar com os/as produtores/as sobre o assunto e conta que é um dos principais motivos pelos quais ele aprecia frequentar a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO. Ele também menciona que a Agroecologia tem despertado sua atenção e que deseja aprender mais sobre o tema. A feira, portanto, aparentemente representa uma oportunidade para ele, pois nutre o desejo de se associar à associação e participar dos cursos oferecidos.

Acácia, a quarta consumidora entrevistada, tem uma frequência distinta na feira do MOGICO. Nossa conversa ocorreu após a feira, e ela começou relatando que conheceu o MOGICO através de sua irmã. Acácia explica que não mora em Juiz de Fora há muito tempo, tendo se mudado para a cidade logo após o falecimento de seu marido para morar com sua irmã.

A irmã de Acácia, por sua vez, é cozinheira e se destaca por oferecer exclusivamente alimentos orgânicos, utilizando isso como um diferencial em seu trabalho. Ela explica que esse destaque se deve ao fato de sua irmã conhecer o MOGICO e ter participado de alguns cursos oferecidos pela associação. No entanto, ela admite estar em processo de compreender completamente a dinâmica do MOGICO, embora reconheça a importância dos alimentos orgânicos para o negócio de sua irmã. Além disso, Acácia compartilha que se sente muito bem durante a feira, e embora seja tímida, consegue interagir com os/as produtores/as. No entanto, ela enfatiza que sua presença na feira é principalmente para ajudar sua irmã nos negócios.

Assim, agora conhecendo tanto os/as produtores/as como os/as consumidores/as, descreverei a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO a partir das relações que pude

observar durante minha imersão no campo. Opto por esse enfoque porque acredito que a verdadeira essência de uma feira reside nessas relações. Além disso, é crucial lembrar que o MOGICO, tanto como associação quanto como feira, só existe graças à mobilização de produtores/as e consumidores/as. Nesse contexto, a impessoalidade e o distanciamento, típicos das relações de produção e consumo no capitalismo são superados, permitindo o estabelecimento de relações mais próximas, contra hegemônicas e significativas.

Obviamente, como pôde ser visto em minhas descrições, nem todos os/as consumidores/as que frequentam a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO estão ali por mobilizações contra hegemônicas, e muitos podem até desconhecer completamente o que está em jogo. No entanto, é interessante destacar que, de maneira geral, pude observar diferentes tipos de consumidores/as. Há aqueles/as que são frequentadores antigos, que acreditam e valorizam a proposta da feira, enquanto outros/as vão por curiosidade ou viabilizar seu trabalho.



Figura 27 – Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO
Fonte: Arquivo Pessoal.

Neste cenário, é importante reforçar que esse espaço está inserido em uma atmosfera hegemônica que permeia todos os aspectos da sociedade capitalista. Outro ponto relevante é a localização da feira em um bairro nobre de Juiz de Fora. Essa localização pode de certa forma, privilegiar uma classe social específica no acesso aos alimentos orgânicos e agroecológicos. No entanto, é importante ressaltar que a escolha da localização da feira não foi uma decisão tomada pelo coletivo, mas sim uma opção imposta a eles, sendo a única

disponível. Essa informação está embasada na compreensão do processo de constituição do MOGICO, conforme descrito no tópico 4.2.1 dessa dissertação.

Portanto, é fundamental compreender que a promoção dos eventos realizados pelo MOGICO também têm como objetivo conscientizar e democratizar o acesso aos alimentos orgânicos e agroecológicos. Nesse sentido, o coletivo busca engajar e convidar a comunidade juizforana como um todo, visando disseminar esses princípios e valores entre diferentes grupos sociais. A Agroecologia e a sustentabilidade são temas de grande importância para toda a sociedade, e o MOGICO reconhece isso ao desenvolver suas ações. Assim, mesmo que a feira esteja localizada em um bairro nobre, é evidente que o coletivo busca ampliar o alcance dos alimentos orgânicos e agroecológicos, tanto sob caráter de consumo, mas também político e ambiental, perspectivas que frequentemente são abordadas em eventos promovidos pelo coletivo, como apontado nos tópicos 4.2.1 e 4.2.2.

A Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO ocorre semanalmente aos sábados, das 8h às 12h, na Praça Poeta Daltemar Lima, também conhecida como Praça do Bom Pastor. Durante um extenso período de observação, foi possível constatar a variação na quantidade de barracas presentes na feira, uma vez que alguns/algumas produtores/as escolhem participar de acordo com a disponibilidade de seus produtos. Essa flutuação indica que a produção nessas circunstâncias está principalmente voltada para o consumo familiar, com a possibilidade de venda do excedente, caso haja.



Figura 28 – Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 29 – Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO Fonte: Arquivo Pessoal.

Ao longo do período de observação, a feira contou com a participação de um número variável de produtores/as. Cada um desses produtores/as possuía aproximadamente quatro barracas, com o objetivo de oferecer aos/às consumidores/as uma ampla variedade de produtos provenientes de suas atividades produtivas. Além disso, vale ressaltar que a feira

também conta com a presença de dois comerciantes, que, embora não sejam produtores/as⁵⁰, estão envolvidos/as na venda de produtos orgânicos processados.

Para trazer minhas observações quanto a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, inicio dizendo que não é coincidência que nas reuniões tenha sido observado que qualquer ação dos/as produtores/as que possa comprometer a continuidade dessa realidade seja encarada como um desafio a ser enfrentado e corrigido. Os agricultores/as do MOGICO sabem que é através da confiança estabelecida com os/as consumidores/as que os motiva a retornar à feira regularmente para adquirir seus produtos. Essa relação de confiança também desencadeia uma colaboração no crescimento da feira, contribuindo para diversas iniciativas e procedimentos realizados dentro e fora dela.

Mas além de garantir a continuidade da feira, pude constatar o quão singular é a experiência dos/as clientes, graças à relação de confiança estabelecida entre os produtores/as e consumidores/as. Essa constatação se baseia na observação de que muitos/as deles/as, especialmente aqueles/as que estão interessados/as, têm a oportunidade exclusiva de vivenciar de perto todo o processo de produção dos alimentos que consomem inclusive visitando as propriedades dos/as agricultores/as, estreitando relação entre campo e cidade. Essas visitas ocorrem tanto por meio de convites pessoais quanto pelo desejo próprio dos/as consumidores/as, sendo uma prática frequente, conforme relatado pelos/as agricultores/as.

São relações de confiança que possibilitam a criação de um cenário onde os produtos são valorizados com base em sua história, fortalecendo laços nos quais os/as consumidores/as têm a oportunidade de conhecer a origem dos alimentos, quem os produz e sob quais perspectivas. Essa relação, que se fundamenta nas pessoas em vez de empresas ou marcas, permite a construção de uma narrativa sobre o alimento que envolva as mobilizações coletivas de resistência que são movimentadas pelo MOGICO.

Ao mergulhar em reflexões mais profundas, pude compreender a rica diversidade de agricultores/as e, como resultado, as inúmeras singularidades que permeiam a agricultura, mesmo que todos/as adotem uma abordagem familiar, orgânica e agroecológica. Essa compreensão relevou, para mim, as diversas maneiras pelas quais as desigualdades do campo agrícola hegemônico podem impactar os/as agricultores/as, gerando uma ampla gama de formas de resistência que são mobilizadas em resposta a tais desafios.

Nesse contexto, passei a compreender a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO como um espaço de encontro e interação para esses/as diferentes agricultores/as. Além disso,

⁵⁰ E, portanto, não fazem parte do grupo de indivíduos investigados nesta pesquisa.

é nesse ambiente que encontram uma diversidade de consumidores/as, cada um/a com suas próprias abordagens diante do alimento político ali comercializado.

Ao considerar a feira como um "lugar praticado" (Certeau, 1978), ou seja, um espaço onde as pessoas interagem e atribuem significado, é possível perceber que esse encontro de diversas realidades sociais transcende sua função comercial. A Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO se configura como um ambiente que vai além da simples transação de produtos pelo mercado, proporcionando um rico intercâmbio entre diferentes produtores/as e diferentes consumidores/as.



Figura 30 – Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO
Fonte: Arquivo Pessoal.

Durante minha observação, pude testemunhar momentos de compartilhamento de conhecimento, experiências, receitas e opiniões. Essas interações não se limitavam apenas a assuntos relacionados à produção agrícola, mas também abrangiam uma variedade de temas. Ao refletir sobre essas ocasiões, ficou claro para mim que tais interações não apenas fortalecem os laços entre produtores/as e consumidores/as, mas também evidenciam a criação de outros espaços de interação que são impulsionados pelo próprio mercado.

A título de exemplificações, observei um consumidor entusiasmado por fotografia que apresentou suas últimas fotos de uma viagem à um dos/as produtores/as, despertando o interesse e a participação de outros consumidores/as que estavam próximos a barraca, que também compartilharam seus próprios interesses, como jardinagem, música e esportes. Consegui compreender que troca de hobbies permitiu uma conexão mais pessoal entre os produtores/as e consumidores/as.

Além disso, as histórias de vida e experiências pessoais também foram observadas de estarem sendo compartilhadas tanto pelos/as produtores/as, quanto pelos/as consumidores/as, trazendo uma profundidade adicional às interações. Ao discutirem suas origens, desafios enfrentados ao longo da vida e momentos significativos, eles/as criaram laços mais profundos e uma compreensão mais completa uns dos outros, transcendendo o contexto agrícola. Essas observações reforçaram a importância das feiras como espaços de interação humana autêntica, onde o compartilhamento de hobbies, experiências e histórias pessoais fortalece os laços entre os participantes e enriquece a experiência geral da feira.

Dessa forma, conceitos como valor, discursos, ideias de organização e símbolos desempenham um papel importante tanto para produtores/as quanto para consumidores/as, orientando e influenciando a maneira como eles se relacionam, não apenas envolvendo a temática agrícola. Assim, surgiu a reflexão sobre como a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO transcende sua função meramente comercial e se torna um ambiente de encontro e valorização da diversidade produtiva e cultural dentro da cidade. Ela desempenha um papel fundamental ao ressignificar o propósito do mercado, rompendo com as interações baseadas unicamente nas relações capitalistas. Em vez disso, ela promove efeitos sociais significativos por meio das interações entre diversos/as agricultores/as e diversos/as atores sociais.

Os efeitos sociais mencionados podem ser facilmente observados através do fortalecimento dos vínculos entre os/as agricultores por intermédio de uma associação, resultando em sua inserção no mercado de forma mais autônoma. Essa inserção representa uma busca por alternativas ao modelo convencional de mercado hegemônico que é imposto ao meio rural. Desta maneira, essas ações desafiam a lógica hegemônica e confrontam a ordem social normativa e opressora que impede e restringe agricultores/as familiares a uma condição subalterna, limitando suas possibilidades de promover mudanças.

Assim, a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO oferece uma oportunidade de estabelecer novas relações que questionam as hierarquias do capitalismo, criando diferentes esferas de experiência, à cidade. Nesse contexto, as capacidades e competências são reconfiguradas e tornam-se acessíveis a todos, abrindo espaço para uma nova relação entre produtores/as e consumidores/as baseada na sensibilidade, confiança e troca de saberes que estejam livres de hierarquias.

Porém, é fundamental ressaltar que as feiras agroecológicas têm um papel significativo nesse contexto. Não me refiro apenas à Feira Agroecológica e Orgânica do MOGICO, mas sim a todas as feiras desse tipo. Elas oferecem espaços propícios para agricultores/as e consumidores/as compartilharem conhecimentos sobre Agroecologia, promovendo a

conscientização acerca dos impactos ambientais e sociais da produção convencional, além dos desafios relacionados às relações de poder no campo da produção agrícola, fundamentados em suas próprias experiências de vida e luta.

Dessa maneira, as feiras agroecológicas têm o potencial de se configurar como espaços verdadeiramente significativos, nos quais ocorre uma notável contraposição à hegemonia dominante, promovendo a disseminação de conhecimentos e despertando consciência em relação a abordagens mais sustentáveis e responsáveis na produção de alimentos. Nesse sentido, elas podem desempenhar um papel educativo e crítico de extrema importância, proporcionando valiosas oportunidades de aprendizado e conscientização.

Com o intuito de compreender de forma concreta a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO como um espaço potencialmente educativo, analisarei os discursos dos/as produtores/as e consumidores/as envolvidos nessa prática social. Meu objetivo é ir além das minhas próprias observações, analisando as oportunidades educativas proporcionadas pela feira através das falas desses atores sociais. Para alcançar esse objetivo, adotarei a Análise Crítica do Discurso (ACD)⁵¹ como metodologia, a fim de identificar as relações de poder presentes nos discursos e revelar o potencial emancipatório e contra hegemônico contido neles, visando assim o potencial educativo e crítico da feira.

⁵¹ Abordada no capítulo 2 dessa dissertação.

5. UM MONTE DE GENTE INTERESSADA EM CULTIVO ORGÂNICO: discursos de produtores/as e consumidores/as

5.1 A prática agrícola hegemônica nos discursos de um “Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico”

Nessa abordagem específica, selecionei trechos das entrevistas que se mostraram essenciais para aprofundar a compreensão da percepção dos/as produtores/as e consumidores/as do MOGICO em relação à prática agrícola hegemônica. Embora eu não tenha direcionado perguntas diretamente à temática, ela emergiu de forma recorrente nos discursos dos/as participantes durante as entrevistas, o que levou a transformá-la em uma temática de análise.

Acredito que o surgimento dessa temática esteja diretamente relacionado ao fato de o grupo estudado estar envolvido no cultivo orgânico certificado, o que automaticamente os coloca, pelo menos, em uma posição oposta ao uso de agrotóxicos pelo agronegócio. A partir dessa observação, ficou claro a necessidade de explorar a percepção desses/as produtores/as e de alguns/algumas consumidores/as, uma vez que nem todos/as abordaram o assunto.

Ao entrevistar os/as produtores/as, foi possível constatar certa negação ao agronegócio ao questioná-los sobre o início de sua relação com a propriedade e a duração de suas atividades produtivas. No entanto, dos/as quatro produtores/as entrevistados, dois/duas apresentaram semelhanças em suas trajetórias.

Apesar de ambos relatarem experiências na infância envolvendo o contato com o meio rural, eles/as se assemelham no fato de somente na fase adulta decidirem se dedicar à produção agrícola, após terem passado por diferentes empregos. Vale ressaltar outra peculiaridade notável entre os/as dois/as: ambos os/as produtores/as, embora desempenhando funções distintas, possuíam experiência de trabalho em ONGs. Essa vivência anterior em ONGs sugeriu um maior envolvimento com questões sociais e ambientais, o que também pode ter influenciado a negação inicial ao agronegócio.

Produtora Rosa: Eu trabalhava numa ONG, trabalho ainda, mas ficou muito tempo parada depois que o Lula saiu, *porque é uma ONG bem voltada para os direitos humanos, sobre trabalho escravo*. Então, trabalho escravo *nesse governo último*, né?

Ao analisar fala de Rosa a partir de categoria coesão, uma oração destaca o significado de outra, montando um cenário e qualificando com uma característica circunstancial. Neste sentido o uso do “porque” indica que ela atribui ao tempo parado da ONG após o fim do

governo de Luiz Inácio Lula da Silva ao fato dela ser uma ONG que trabalha com “trabalho escravo” e “direitos humanos”.

A referência ao "governo último" indica uma comparação entre Jair Messias Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, sugerindo diferenças significativas nas ações contra o trabalho escravo durante esses governos. A menção a Bolsonaro pode estar associada a posições específicas⁵² do ex-presidente, que possivelmente afetaram o trabalho da ONG de direitos humanos. Isso implica numa avaliação crítica do governo Bolsonaro em relação ao combate ao trabalho escravo, indicando menor efetividade e engajamento em comparação ao governo Lula. Essa crítica pode ser interpretada como uma reprovação à administração passada quanto à proteção dos direitos humanos, especialmente no que se refere ao trabalho escravo. Em outro momento de conversa com Rosa, há a especificação desse trabalho na ONG:

Produtora Rosa: Eu sempre fui do orgânico. Não que eu só comesse orgânico, né? Mas eu sempre valorizei. E aquilo que eu trabalhei, *foi muito importante*, da ONG e ver o *veneno* mesmo. Nossa, o processo que a gente participou tinha pessoas *envenenadas, queimadas* por causa de agrotóxico, de avião, né? [...] A gente viu isso muito no norte e no nordeste, aqui em cima em Minas Gerais, ali no alto, né? É. *Lá pra cima, lá*. É uma *pobreza* aquilo. E é muito agrotóxico.

Identifiquei uma avaliação quando Rosa relata que foi “muito importante” ter tido a oportunidade de testemunhar pessoalmente os efeitos negativos dos agrotóxicos, contribuindo em sua valorização relativamente ao orgânico. Essa avaliação é enfatizada pela expressão "ver o veneno mesmo", que ressalta a gravidade da situação. Além disso, destaco a escolha da palavra "veneno" para se referir aos agrotóxicos enfatizando a sua natureza nociva.

Nessa passagem, os atores sociais, no caso as vítimas de trabalho escravo, são representados como "pessoas envenenadas" e "queimadas", enfatizando os efeitos negativos dos agrotóxicos e ressaltando as consequências para a saúde daqueles expostos a essas substâncias. Além disso, o trecho também faz referência às áreas afetadas como "lá pra cima, lá", o que evidencia uma distância geográfica e sugere uma possível marginalização social dessas regiões. A menção à pobreza revela uma percepção das desigualdades presentes, em que interpreto como uma percepção social das imposições modelo de agricultura hegemônica.

⁵² Tais como declarações contrárias a ações do Ministério Público do Trabalho (MPT) ao combate do trabalho escravo, por acreditar que normas que buscam evitar acidentes de trabalho atrapalhassem a vida do empresariado. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/jair-bolsonaro-critica-combate-ao-trabalho-escravo>. Acesso: mai 2023.

A atuação em ONG também foi realizada por Lírio, levando a percepções e a anunciação de posições contra hegemônicas, mesmo que de forma não tão enfática:

Produtor Lírio: Eu trabalhei numa ONG⁵³[...] que ela faz plantio até hoje que ela usa alguns *insumos que na legislação orgânica não usaria*. Eu esqueci o nome, mas é tipo um *negocinho* que você coloca na planta e ela segura água, enfim... Só que eu, como *não participava diretamente do processo*, eu não tinha contato. Lá eu *trabalhava como educador, então não tinha essa relação direta com os insumos mesmo*, né, mas eu sei que *infelizmente* eles usavam *coisas não ilícitas*, mas que tinha *toxicidade*, né?

Eufemismos são utilizados por Lírio para minimizar a gravidade do uso de determinados produtos pela ONG. Ao mencionar que a organização utiliza "insumos que na legislação orgânica não usaria", ele evita mencionar explicitamente o termo "agrotóxico". Essa estratégia, conforme apontada por Thompson (1995), busca reduzir a importância e a gravidade desses produtos pela ONG, ao mesmo tempo em que cria uma distância entre o falante e a responsabilidade direta pelo uso dos insumos. Essa mesma distância é observada quando Lírio se exime de qualquer responsabilidade direta ao afirmar que seu trabalho era como educador, sem contato direto com o processo. Essa autojustificação tem como objetivo evitar possíveis críticas ou questionamentos sobre sua participação no uso dos insumos.

No entanto, essa reafirmação de distanciamento pode ser compreendida ao considerarmos a avaliação de que, "infelizmente", são utilizadas "coisas não são lícitas", insinuando que tais substâncias não são proibidas por lei e, novamente, reduzindo a conduta da ONG. Contudo, é importante ressaltar que essas substâncias ainda apresentam "toxicidade", o que revela uma clara intenção de não se associar a essa prática e um posicionamento contrário à prática.

O posicionamento contrário também pode ser evidenciado no relato de Lírio sobre suas influências na forma de produzir. A ideia de adotar práticas agroecológicas faz todo sentido, sugerindo que esse indivíduo valoriza métodos agrícolas que priorizam o respeito ao meio ambiente e à saúde humana:

Produtor Lírio: Aí eu tinha acabado de formar em Gestão Ambiental e é uma coisa que *fazia muito sentido pra mim em termo de qualidade de alimentação*. E como isso fazia muito sentido pra mim, veio à ideia de produzir de forma agroecológica.

Conforme mencionado anteriormente no tópico 3.5, o setor do agronegócio tem se valido de mecanismos da indústria cultural, utilizando os principais meios de comunicação

⁵³ Lírio solicitou que o nome da ONG não fosse revelado.

brasileiros. Além disso, tem estabelecido parcerias com outros segmentos culturais, a fim de realizar ações de propaganda sistemática em favor desse modelo de produção, apresentando-o como um sistema inovador e altamente tecnológico por meio de uma ampla divulgação nos meios de comunicação de massa (LIBERA, 2019). Discursos puderam significar essa ação:

Produtora Rosa: *É cultural, né?* As pessoas fazem erradas, é porque é cultural. É *falta de conhecimento*. Eu acho que o conhecimento seria fundamental. Se esse *Agro é pop* aí fizesse umas propagandzinhas de como conservar numa nascente, né, em vez de mostrar lá o... Ai, eu ainda *odeio* aquela propaganda. Ai, que aflição que me dá aquilo.

Produtora Camélia: Mas é um *absurdo* esse *negócio passando na TV*. Todo dia vendo minha novela e passa isso, me dá uma raiva! *Agora deu até pra falar que orgânico é do agro, pode isso?*

Produtor Cravo: Nossa, acho aquela propaganda *péssima!*

Tanto Rosa, com a utilização do intertexto "Agro é pop", quanto Camélia, com a expressão "esse negócio passando na TV", referem-se de forma negativa à campanha publicitária amplamente vinculada na Rede Globo, que valoriza o setor hegemônico do agronegócio. Outra semelhança entre os dois trechos é que ambos reagem como resposta à ideologia e às representações sociais presentes nesses discursos midiáticos. Rosa faz isso ao afirmar que a campanha deveria destacar a importância da preservação das nascentes, enquanto Camélia expressa a discordância do falante com a associação do termo "orgânico" ao setor do agronegócio.

No que diz respeito ao trecho específico de Camélia, é importante lembrar o fenômeno chamado "Convencionalização da Agricultura Orgânica", conforme mencionado no tópico 4.2.1 por Nierdele e Almeida (2013). Esse fenômeno destaca a ênfase na especialização, produção em larga escala e monocultivos como parte da abordagem orgânica. Portanto, o termo "orgânico" também pode ser alinhado aos ideais do agronegócio. No entanto, Camélia considera essa conexão inadequada ou injusta, indicando que, embora sua prática agrícola seja orgânica, ela não se encaixa na lógica dominante da produção. Portanto, ela não compreende como sua prática pode ser comparada ao setor do agronegócio pela propaganda.

São realizadas avaliações, nas quais Cravo atribui como "péssima" e Camélia considera um "absurdo" a veiculação da propaganda na TV, enquanto Rosa declara sentir ódio em relação ao comercial. Essas críticas refletem a insatisfação com a mídia televisiva por permitir a exibição de algo considerado indesejado, o que pode evidenciar a percepção do poder da mídia em influenciar e moldar atitudes e opiniões.

Por fim, Rosa também revela a influência da cultura na formação de comportamentos e atitudes das pessoas. Ao afirmar que as pessoas cometem erros porque é parte de sua cultura, ele aponta para a falta de consciência ou conhecimento sobre determinado assunto. Essa falta de conhecimento pode ser consequência do processo de massificação cultural descrito por Libera (2019), no qual a indústria cultural busca atingir um público mais amplo, promovendo a padronização dos gostos, hábitos e valores em prol de uma cultura dominante, muitas vezes alinhada aos interesses comerciais. A massificação cultural também foi percebida nos seguintes trechos:

Produtor Lótus: Ah, antigamente ficava *eu e meu pai* na roça, plantando né, *ouvindo os modão de viola que ele gostava*, era *bom demais*! Hoje em dia eu não consigo fazer isso com meus filhos, entende? Assim, eu tento, sei que eles ainda são pequenos, mas é difícil, se quer tudo ficar nesse negócio de celular.

Produtora Jasmim: Acho que *isso se perdeu*, sabe? Transformaram toda a cultura agrícola em *negócio e máquinas e agrotóxico*.

O trecho de Lótus aborda uma prática social específica: as experiências vividas por "eu e meu pai na roça", "ouvindo os modão de viola", remetendo a um contexto cultural e socialmente situado (RAMALHO E RESENDE, 2011) e caracterizando uma tradição do passado relacionada à agricultura, na qual os laços familiares eram fortalecidos. Compreendo que Lótus utiliza essa referência ao passado para expressar sua preocupação com a mudança no estilo de vida e na relação com seus filhos, em que lamenta a dificuldade em transmitir a experiência cultural que teve com seu pai. Analisando a coesão textual, percebe-se que Lótus utiliza a expressão "se" para realçar que a dificuldade está relacionada ao fato de seus filhos preferirem se envolver com "negócio de celular" em vez de trabalhar no campo com ele, como ele fazia com seu pai. Essa utilização indica que a presença massiva e cultural tecnologia, simbolizada pelo acesso aos celulares por parte das crianças, está impactando negativamente a dinâmica familiar e cultural tradicionalmente ligada à agricultura.

Em conversa com Jasmim sobre música e suas experiências com seu avô, destacando seus gostos musicais e como eles se relacionavam ao fato de ele gostar de "mexer com a terra". Nesse sentido, a expressão "isso se perdeu" indica uma crítica em relação à transformação da cultura agrícola, contrastando com a cultura vivenciada através do vínculo com seu avô. Além disso, Jasmim menciona a transformação da agricultura em um "negócio", com o uso de "máquinas" e "agrotóxicos", evidenciando a prática agrícola em si apoiada na mercantilização e mecanização em detrimento das tradições. Outros trechos também

explicitaram significações de produtores de consumidores quanto à prática agrícola em si do agronegócio:

Produtora Rosa: Eu acho assim, o agrotóxico em *algumas situações* deve ter... Poder até usar, mas *com certas medidas*, né? Mesmo a produção em grande escala, né? Eles já estão tendo essa consciência mais sustentável. Que *até pra terra isso é ruim*, né?

Produtora Lótus: Eu acho que o orgânico, é... O orgânico em grande escala, é muito melhor, né? Mas aí *o que eles falam* é que a *dificuldade é as máquinas*, de você conseguir máquinas para o orgânico, né?

Os trechos de Rosa e Lótus foram agrupados porque os considerei, em partes, concordantes com concepções hegemônicas. Rosa, após pressupor que é possível utilizar agrotóxicos, utiliza expressões como "em algumas situações", "com certas medidas" e "até para a terra isso é prejudicial". Essas expressões têm o propósito de suavizar ou atenuar suas afirmações, apresentando uma perspectiva cautelosa que evita declarações absolutas ou confrontadoras.

Pode-se compreender as declarações de Rosa ao considerar o intertexto por pressuposição, que faz uma referência implícita à conscientização em potencial do setor agrícola dominante sobre os impactos negativos dos agrotóxicos no meio ambiente. Essa referência pode estar relacionada a informações ou discursos anteriores, sugerindo que o sujeito está incorporando ou citando pontos de vista já existentes na sociedade. Um exemplo desses pontos de vista é a associação do agronegócio ao desenvolvimento sustentável, destacada nos tópicos 3.7 e 3.8 deste trabalho.

Já Lótus, por sua vez, considera o orgânico em grande escala como uma opção "muito melhor", o que está alinhado com os princípios de produtividade defendidos pelo agronegócio. No entanto, em contra partida, ao trazer intertextualidade pelo discurso indireto, mencionando "o que eles falam", sugere-se a introdução de um possível contra-argumento ou crítica à agricultura orgânica em grande escala, indicando a existência de diferentes perspectivas sobre o assunto. Além disso, ao abordar a questão das máquinas, Lótus destaca um aspecto prático e econômico da agricultura orgânica que ele/a vivencia. Porém, ao mesmo tempo, isso pode ser interpretado como uma forma de contextualizar os desafios enfrentados pelos/as agricultores/as agroecológicos dentro do sistema agrícola, que geralmente favorece a agricultura hegemônica. O funcionamento do sistema agrícola favorável à agricultura também aparece em:

Produtor Lírio: Toda empresa que faz um empreendimento que tem um impacto ambiental muito grande, ela tem de alguma forma, pagar por esse dano ambiental, vamos dizer assim...

Eu *acho ridículo* isso porque o valor, as coisas que pagam é tão irrisório perto da quantidade de problema pro *pessoal* e pro *meio ambiente* que tem... [...] E é o sistema, *o sistema aceita isso*, mas eu só acho assim, a proposta de retorno é muito a quem que deveria, de tudo que causa... P*rra é sem noção isso...

Pela expressão "ridículo", Lírio realiza uma avaliação negativa sobre o tratamento dado pelas empresas em relação ao dano socioambiental ocasionado por suas atividades. Essa expressão crítica à falta de responsabilização efetiva e às compensações consideradas insignificantes diante dos danos multidimensionais causados ao "pessoal" e ao "meio ambiente". Há também uso de palavras de forte impacto emocional, como "ridículo" e "sem noção", o que demonstra a indignação e a revolta de Lírio em relação a essa problemática. Além disso, é essencial ressaltar que Lírio reconhece o sistema como responsável por aceitar e permitir essa situação, o que aponta para uma crítica mais ampla à estrutura e às normas que permitem a negligência das empresas.

Produtora Camélia: Porque o médico virou pra ela e falou assim, "*Nunca mais coma couve*". Ele não fala que existe veneno, que tem gente que põe um pozinho, tem gente que água com um veneninho, não. É nunca mais coma couve nenhuma né? Achando que a alergia dela era a da couve. [...] *Não sei, eu não sei o que ele achou, porque não falou que era o veneno.*

No diálogo atribuído ao médico, em que ele diz "Nunca mais coma couve", Camélia evidencia a postura autoritária do profissional em relação à sua cliente. O médico fornece uma instrução direta, sem apresentar o contexto por trás da recomendação de evitar o consumo de couve para tratar a alergia. Essa falta de explicação pode ter levado Camélia a interpretar que o médico tinha a intenção de ocultar a existência de agrotóxicos presentes na couve. Embora ela mencione várias vezes "não sei" ao questionar as intenções do médico, ela realça posteriormente a frase "porque não falou que era veneno", sugerindo que ela acredita, de fato, em uma possível intenção oculta do médico. Dessa forma, a atitude de Camélia em questionar as intenções do médico e destacar a omissão de informações sobre o veneno reforça a sua desconfiança e sugere uma possível denúncia do funcionamento do agronegócio, que, de acordo com Thompson (1995), opera de forma a ocultar informações sobre agrotóxicos.

Produtor Lírio: A gente entra no supermercado e *só tem uma opção*. Então, vim com variedades, levar isso pra feira e dar a *oportunidade das pessoas também conhecerem essa variedade*...

Produtora Camélia: Mas tem aquilo que eu te falei, tem esse problema. *Brasileiro gosta de comer alface o ano inteiro*. Principalmente no verão. E é no verão que ele não dá.

Produtora Rosa: Hoje em dia ele compra um saco, cem reais, cinquenta quilos de milho. Transgênico, né? *Só vende transgênico, não existe orgânico*. Você não consegue comprar milho orgânico na rua, em nenhum lugar.

O padrão de consumo alimentar tem passado por transformações influenciadas pelo modelo capitalista consumista e oligopolista, em que ritmo de consumo é impulsionado pelas indústrias de alimentos que adotam a produção em massa de baixo custo. Essa abordagem, combinada com os avanços tecnológicos e a globalização, resultou em uma redução na variedade de alimentos disponíveis (MORATOYA et al., 2013). Apesar de existirem cerca de 26.000 espécies vegetais com potencial alimentício, atualmente apenas 150 a 200 espécies são amplamente consumidas. Surpreendentemente, apenas três delas – trigo, arroz e milho – representam 60% do consumo alimentar atual (RANIERE, 2018).

O discurso de Lírio ressalta a escassez de opções no supermercado, o que restringe as escolhas dos consumidores. Essa situação pode ser considerada uma crítica ao domínio exercido pelas grandes empresas do setor alimentício, as quais controlam a oferta de produtos. Ao mesmo tempo, é uma manifestação da contracultura praticada por ele, que proporciona aos seus clientes o acesso a uma diversidade de alimentos não permitida pela influência hegemônica.

A declaração "Brasileiro gosta de comer alface o ano todo" foi proferida por Camélia enquanto criticava exatamente a dificuldade dos seus clientes em compreender a sazonalidade na oferta de alimentos disponíveis. Nesse contexto, essa frase pode ser vista como uma crítica ao padrão de consumo no Brasil, que é moldado pelas grandes indústrias alimentícias e pela mecanização da agricultura, ignorando as épocas próprias de cada alimento e oferecendo-os durante todo o ano.

Já Rosa menciona a predominância de alimentos transgênicos em detrimento dos alimentos orgânicos, destacando como um problema, sugerindo que a produção de alimentos transgênicos é dominante e dificulta a escolha por produtos mais saudáveis e naturais. Isso pode ser interpretado como uma crítica ao sistema agroindustrial, que favorece a produção em larga escala de alimentos geneticamente modificados.

Em comum, os três trechos abordam questões relacionadas ao controle da produção e oferta de alimentos, bem como à limitação das opções disponíveis para os consumidores. Eles apontam para a falta de diversidade e a predominância de certos produtos, muitas vezes em detrimento das preferências e necessidades dos consumidores. Esses trechos podem ser interpretados como críticas ao sistema agroindustrial e ao poder concentrado de grandes empresas do setor alimentício.

Durante a análise, foi possível acessar as percepções e avaliações de produtores/as e consumidores/as em relação a uma ampla gama de aspectos relevantes. Dentre os aspectos abordados, merecem destaque a crítica contundente ao uso de agrotóxicos, expressando posicionamentos distantes e contrários a essa prática. Além disso, foi notável a ênfase na influência negativa exercida pela mídia e pela cultura na formação de comportamentos e atitudes relacionados à agricultura. Outra observação relevante foi valorização das práticas agroecológicas, bem como se constatou, de modo geral, uma postura crítica direcionada ao agronegócio.

Compreender a maneira como esses sujeitos atribuem significado à prática agrícola hegemônica se mostra como um ponto chave na reflexão sobre as possíveis formas de educação que podem emergir no contexto da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO. Essa análise aprofundada nos permite explorar as diversas nuances e contrapontos presentes na temática, contribuindo para uma visão abrangente e embasada sobre a questão.

5.2 A agroecologia dos discursos de um "Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico"

A Agroecologia, abordada nos tópicos 3.10 e 3.11, transcende os limites de uma mera abordagem agrícola e liga-se a criação de um novo modelo que reconfigura a visão da agricultura, sob a pretensão de romper com a lógica mercadológica que prevalece na produção agrícola brasileira.

Considerando a relação entre a sociedade e a natureza, marcada pela existência de conflitos de poder ao longo da história, a Agroecologia surge como um resgate de conhecimentos, formas de vida e lutas que foram silenciadas devido aos interesses do mercado, à imposição da ciência moderna e à colonialidade (LEFF, 2016; CALDART, 2022). Dessa forma, a Agroecologia impulsiona pedagogias decoloniais que expõem e questionam a marginalização, racialização e dinâmicas de poder, ao mesmo tempo em que valorizam e promovem diferentes maneiras de ser, viver e conhecer (WALSH, 2009), com o objetivo de alcançar justiça e igualdade através do reencantamento do mundo.

Conforme exposto no tópico 3.11, compreendo que a Agroecologia e a Educação Ambiental devem estar em constante interligação, estabelecendo um movimento dialético de colaboração mútua. Acredito na EA Crítica como ferramenta fundamental no auxílio da construção de estratégias que capacitam os indivíduos agroecológicos a alcançar seu potencial transformador, contribuindo na consolidação das mudanças desejadas pela Agroecologia.

A fim de compreender se os sujeitos Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO reconhecem o essencial⁵⁴ da Agroecologia por meio de suas próprias práticas, examinei fragmentos discursivos de produtores/as e consumidores/as. Dessa forma, busquei entender como os/as produtores/as percebem a Agroecologia em suas atividades produtivas, assim como a percepção dos/as consumidores/as em suas práticas de compra na feira.

Durante a análise, voltei meu olhar para os discursos a fim de buscar denúncias das dinâmicas de poder e, dessa maneira, destacar as essencialidades percebidas pelos sujeitos, bem como de anunciar a presença de perspectivas hegemônicas enraizadas na lógica exploratória e mercadológica, revelando as sutilezas da hegemonia nos discursos dos/as produtores/as e consumidores/as.

Nas entrevistas, um dos principais temas abordados foi à compreensão dos/as produtores/as sobre suas práticas agrícolas. Assim, fui direcionando a conversa a fim de entender se eles/as consideravam suas produções não apenas orgânicas, mas também agroecológicas, como discutido no tópico 4.2.1. Por outro lado, para compreender a perspectiva dos/as consumidores/as em relação às dinâmicas que sustentam a abordagem agroecológica das práticas na feira, conduzi a entrevista para que me revelassem quais aspectos eles associavam ao caráter agroecológico da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO.

Assim, a primeira parte das minhas análises é composta por trechos de discursos realizados durante a conversa mais direcionada aos aspectos agroecológicos que provoqueei tanto com os/as produtores/as quanto com os/as consumidores/as. Já a segunda parte da análise conta excertos retirados de outros momentos em que esse tema não foi evocado, mas que revelam anúncios e denúncias relacionadas às suas práticas e que sustentam os princípios essenciais da Agroecologia. Nas palavras de Lírio:

Produtor Lírio: O orgânico é um sistema de produção que se difere do agroecológico [...] ***você não é orgânico, porque você não tem o certificado*** [...] E aí a pessoa que não tem o certificado, fala que o produto é agroecológico e não é, ***porque o agroecológico vai muito além ainda de não usar os insumos*** [...] tem essa ***responsabilidade social***, ele tem essa ***responsabilidade com o meio ambiente***, entendeu?

⁵⁴ Como já mencionado, Caldart (2022) destaca que compreender o essencial da Agroecologia envolve compreender a dinâmica de transformações e as contradições sociais, ambientais e humanas geradas pela produção agrícola hegemônica. Essa compreensão, por sua vez, contribui para o posicionamento do campo como práxis, resgatando saberes, modos de vida e lutas políticas apagadas pelos interesses do mercado.

A afirmação de que "você não é orgânico, porque você não tem o certificado" a coesão de realce "porque" evidencia a intertextualidade articulando a voz da Lei Nº 10.831 que diz que para fins de comercialização, “os produtos orgânicos deverão ser certificados por organismo reconhecido oficialmente, segundo critérios estabelecidos em regulamento” (BRASIL, 2003). No nível da ação discursiva, percebe-se a importância dada a essa certificação evidenciando a finalidade de sua produção, que é a comercialização.

No entanto, Lírio usa o mesmo realce para destacar que "o agroecológico vai muito além ainda de não usar os insumos" e menciona a “responsabilidade social e ambiental” que caracteriza essa abordagem. Essa fala aponta para uma crítica implícita à lógica mercadológica dominante, destacando a importância de considerar aspectos socioambientais mais amplos para uma produção verdadeiramente agroecológica. Em outro momento ele avalia porque se considera agroecológico:

Produtor Lírio: A gente tá levando em consideração a inclusão social, uma força de trabalho justo, uma produção econômica lucrativa, mas pensando em outros meio né... Simplesmente falando, ***muita gente do orgânico vai, tira o certificado, pega e vende. Aqui não, aqui a gente tem essa relação.*** Você tá num lugar ó, maravilhoso, ***que tem uma escola, né?*** Você tem isso tudo aqui faz parte do conjunto aqui da fazenda, né? Apesar da produção tá ali, a ***gente tá conectado.***

Ao revelar que "muita gente do segmento orgânico obtém o certificado e simplesmente vende seus produtos", Lírio expõe a lógica mercadológica que permeia a agricultura orgânica para negar que sua prática esteja inserida nessa mesma lógica. Assim, afirma que não se limita a adquirir o certificado e comercializar seus produtos, mas que também estabelece uma conexão mais profunda com a produção, considerando também aspectos como a inclusão social e a justiça na força de trabalho, se considerando agroecológico.

Outro ponto interessante se manifesta na referência à localização da fazenda em um lugar que inclui uma escola e outros elementos, que a mim revela a compreensão de uma abordagem mais holística e uma visão mais ampla do empreendimento agrícola, em que sociedade e natureza estão “conectadas”, indo além da mera produção.

Produtora Rosa: Não, eu acho que ***todo orgânico é obrigatoriamente agroecológico. Mas o agroecológico deveria ser obrigatoriamente orgânico.*** Só que ele é informal. [...] ***E no nosso país, eu acho que, infelizmente não dá pra confiar. O povo mente.*** [...] Eu não confio em

agroecológico. Só o agroecológico que eu conheço né? *"Ah, aquele cara ali, eu sei que planta legalzinho"*.

Produtora Rosa em outro momento, mais a frente: A gente vende *nada agroecológico*, não. É tudo **100% orgânico**.

Aqui é importante ressaltar um ponto: no início da conversa, Rosa afirmou acreditar que todo produto orgânico é necessariamente agroecológico. No entanto, em outro momento, ela esclarece que os produtos que vende são apenas "100% orgânicos", sem serem classificados como "agroecológicos". Essa aparente contradição pode ser resultado de uma crença disseminada no mercado, onde muitos se autointitulam agroecológicos sem comprovação, o que acaba tirando o espaço de produtos orgânicos certificados, como é o caso dos produtos de Rosa. É interessante notar que ao enfatizar que seus produtos são certificados como 100% orgânicos, Rosa reforça a compreensão da importância dessa certificação. Isso pode ser interpretado como um orgulho em relação ao trabalho e às exigências que ela enfrenta para obter essa certificação, o que legitima ainda mais a qualidade dos seus produtos.

Voltando ao primeiro momento, Rosa complementa a avaliação afirmando que "o agroecológico deveria ser obrigatoriamente orgânico". Isso implica que nem todo produto agroecológico é, de fato, orgânico, porque os considera "informais", ou seja, não seguem as práticas de cultivo registradas na Lei Nº 10.831/2003, como é exigido na produção orgânica que será comercializada.

Para reforçar, Rosa realiza o intertexto "Ah, aquele cara ali, eu sei que planta legalzinho" fazendo referência a um contexto em que expressaria alguma crença na produção agroecológica. Ao utilizar o sufixo diminutivo "-zinho" para qualificar a palavra "legal", é possível interpretar que há uma diminuição ou subestimação da importância ou seriedade da prática agroecológica. O termo "legalzinho" pode transmitir uma ideia de algo que é considerado apenas "aceitável" ou "tolerável" porque ela conhece quem produz, em vez de ser valorizado plenamente, sugerindo que essa prática não é levada tão a sério quanto o orgânico.

Produtora Camélia: Porque eu planto um alimento mais saudável, porque o alimento orgânico/agroecológico não usa esses venenos que *estão usando hoje em dia*, entendeu? *E o principal motivo é a saúde, né?* Então, *saúde* para todo mundo, *saúde* pra gente, *saúde* para o meio ambiente, *saúde para quem consome*, saúde para quem planta, saúde para todo mundo, né? Para o planeta, entendeu?

A expressão "estão usando hoje em dia" presente nessa frase destaca o contexto temporal atual, enfatizando a prevalência do uso de agrotóxicos na agricultura contemporânea. Usando essa expressão Camélia destaca a relevância de direcionar o foco para as dinâmicas atuais da produção agrícola e suas implicações na saúde, e dessa forma, valoriza a sua produção livre de agrotóxicos.

A palavra "saúde" é amplamente utilizada no discurso, sendo mencionada várias vezes. Essa repetição tem o objetivo de enfatizar a importância desse aspecto como motivo central, como afirmado por Camélia ao dizer que "o principal motivo é a saúde". Isso gera a ideia de promover "saúde para o meio ambiente", mas também "saúde para quem consome". Dessa forma, a repetição me leva a entender que, para reconhecer a sua produção, ela se apropria de um valor amplamente aceito e disseminado por diversas perspectivas sociais e realiza esse intertexto em sua fala. Tal valor, segundo Andrade e Locatel (2019) também faz parte do discurso mercadológico da agricultura orgânica, o qual concentra em argumentos relacionados à vida saudável como forma de motivar o consumo e, assim, manter-se em hegemonia. Embora a Agroecologia também aborde a questão da saúde em suas dimensões de atuação, ela se diferencia tanto do discurso de Camélia, quanto do discurso dominante da agricultura orgânica, pois não aborda só a saúde como seu principal foco.

Produtor Lótus: O que eu penso é que a Agroecologia, o produto agroecológico, é a pessoa que produz com o *químico*, né? ***Eu não, porque o orgânico não tem nem químico e nem produtos tóxicos. [...] A Agroecologia coloca os produtos químicos, mas não coloca veneno, o tóxico.*** Já o orgânico, não usa nenhum dos dois.

Analisando o trecho, compreendo que Lótus utiliza a palavra "químico" para se referir aos insumos utilizados na fase de transição agroecológica, retirando o seu sentido de toxicidade, enquanto atribui a toxicidade ao termo "veneno", que representa os agrotóxicos utilizados na produção hegemônica. Essa distinção reduz a compreensão da prática agroecológica ao uso ou não de agrotóxicos e insumos, o que parece posicioná-la em algum lugar intermediário entre os sistemas convencionais e os orgânicos.

Já a afirmação "Eu não, porque o orgânico não tem nem químico e nem produtos tóxicos" pode ser interpretada como uma tentativa de estabelecer, por meio do realce dado à oração com a palavra "porque", uma posição de superioridade moral em relação àqueles que não adotam a prática orgânica ou que adotam apenas a prática agroecológica. Essa postura revela possíveis perspectivas hegemônicas presentes no discurso de Lótus, que valorizam

determinados modos de produção e desvalorizam outros, reforçando assim relações de poder desiguais.

Ao finalizar os excertos contendo as respostas mais diretas dos/as produtores/as em relação à percepção da Agroecologia em suas práticas, é importante ressaltar que fazer parte da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, que é a principal fonte de renda dos/as produtores/as, conforme mencionado no tópico 4.2.3, requer a obtenção obrigatória de certificação pelos/as associados/as, de acordo com a Lei Nº 10.831/2003. Embora o processo seja caro, como mencionado no tópico 4.2.1, o MOGICO adota o Sistema Participativo de Garantia (SPG), o que o torna mais acessível e permite que pequenos/as agricultores/as também conquistem a certificação.

No entanto, é importante frisar que o processo de certificação é trabalhoso e, nesse sentido, a certificação orgânica conquistada pelo SPG desempenha um papel crucial. Porém, para além de incluir os/as pequenos/as produtores/as no mercado de produtos orgânicos, acredito que ela também promove um sentimento de orgulho diante da dedicação e do trabalho coletivo empregado para alcançá-la. É um orgulho que não apenas valoriza o trabalho dos/as produtores/as, mas também fortalece sua posição na produção orgânica para além do mercado.

Portanto, compreendo que as reduções levantadas em relação ao uso ou não de agrotóxicos, ou à necessidade ou não de certificação, em detrimento de outras dimensões da Agroecologia, surgem devido à gravidade associada ao uso de agrotóxicos no processo produtivo dos agricultores do MOGICO, como mencionado no tópico 4.2.2. Isso ocorre porque o uso de agrotóxicos é uma condição essencial para obterem a certificação e venderem seus produtos na feira, sendo considerado o aspecto mais crítico. A exceção a essa redução é o caso de Lírio, que menciona os aspectos socioambientais envolvidos na prática.

Consumidora Hortência: Eu sei que a feira é orgânica, mas agroecológica... ***Agroecologia também é sem agrotóxico né? [...] Todo mundo junto, direto com o cliente, todo mundo amigo...*** Porque assim, eu gosto disso, eu venho aqui também porque falo com todos eles.

Consumidora Acácia: Então por isso de ***não ter agrotóxico, mais saudável, mais saúde pra eles*** [produtores/as] ***que mexem com isso***. Eu venho aqui porque a gente vai ficando velho, minha filha, tem que cuidar da saúde! Então é importante né? [...] Ah eu ***converso com todo mundo, todo mundo se conhece***.

Tanto Hortência, quanto a Acácia trazem a Agroecologia sob essa perspectiva mais simplificada, que reduz a única dimensão do uso de agrotóxicos, ignorando outros aspectos

importantes, o que pode apontar para um intertexto com o discurso agroecológico hegemonicamente apropriado pelo capitalismo mercantilizado por uma agricultura orgânica capitalizada e empresarial (ANDRADE; LOCATEL, 2019).

Porém, Acácia ao continuar "mais saúde pra eles [produtores/as] que mexem com isso" pode indicar uma perspectiva que valoriza a autonomia e o bem-estar dos/as agricultores/as, representando esses atores em um papel também importante na implementação da Agroecologia. Essa perspectiva pode denunciar as dinâmicas de poder presentes em modelos agrícolas mais centralizados e **exploratórios**, nos quais os agricultores/s podem ser marginalizados ou perder sua autonomia.

Ambos também trazem uma ênfase na relação direta entre os/as produtores/as e os consumidores/as, destacando a ideia de amizade e proximidade. Essa abordagem, atrelado à ideia de Agroecologia, enfatiza a compreensão de uma personalização das relações comerciais, que promove um senso de comunidade e confiança relevado por eles/as.

Consumidora Jasmim: Olha, eu sei que *não é só questão da feira, tem a associação, as reuniões deles*, que até já *fui em algumas lá no começo*. Mas a *feira em união, organização*, isso tudo é importante né? [...] E assim, *eles não existem sem a gente, mas também não existem se não for eles por eles*, é o que eu penso.

Jasmim destaca já ter ido em “algumas” reuniões do MOGICO, o que sugere estar destacando um envolvimento ativo de interesse para validar que a Agroecologia “não é só questão da feira”. Também menciona o caráter de “união” e “organização” sugerindo que esses aspectos são fundamentais para o funcionamento e sucesso da Agroecologia. Essa menção pode indicar um reconhecimento da importância do trabalho coletivo e da cooperação como formas de resistência às dinâmicas de poder hegemônicas. Esse mesmo reconhecimento cooperativo também é reforçado quando ela afirma que a reprodução social dos/as produtores/as não acontece “se não for eles por eles”.

No entanto, quando afirma “eles não existem sem a gente” Jasmim representa os/as produtores/as em numa relação de dependência dos/as consumidores/as para existir, o que pode revelar a uma ideia hegemônica e mercadológica de existência, isto é, uma perpetuação social somente partir do consumo.

Consumidor Cravo: Uma coisa que eu já percebi *aqui é que é tudo família, né? Cada barraca é uma família, trabalhando tudo junto*. E engraçado né, que quando comecei a vim eu nem tinha me ligado nisso, mas depois fui percebendo e aí que *eu me toquei que eram eles mesmo que produziam*. Aí *até comecei a perguntar da produção*, das coisas [risos].

Cravo destaca a presença de dinâmicas familiares nas barracas da feira, ressaltando que "cada barraca é uma família trabalhando tudo junto". Essa observação indica que ele atrela relações sociais familiares e do trabalho em grupo em sua significação do que seja Agroecologia na feira do MOGICO, mas também revela que foi através desse aspecto que compreendeu que a produção era também realizada por eles, nesta dinâmica familiar.

A descoberta, por sua vez, despertou seu interesse em obter mais informações sobre a produção e os produtos em questão, o que pode indicar um reconhecimento dado por Cravo em conhecer a origem e as práticas produtivas dos alimentos, bem como um possível apoio à produção local.

Considerando a prática social dos/as consumidores/as, ou seja, a forma como compram na feira e a diversidade de opiniões em relação à feira, reveladas pelas diferentes perspectivas dos/as consumidores/as entrevistados/as, conforme mencionado anteriormente no tópico 4.2.3, foi possível identificar uma ampla gama de significados da Agroecologia na Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO.

Sob influências hegemônicas, foram observadas algumas questões, como a dependência dos/as consumidores/as, que sugere implicitamente a ideia de que os/as produtores/as dependem dos/as consumidores/as para sua existência. Além disso, foram identificadas concepções relacionadas às relações mercadológicas, bem como uma percepção limitada da Agroecologia, restritas apenas à ausência de agrotóxicos e à promoção da saúde.

Por outro lado, também foram identificados aspectos contra hegemônicos, como a valorização da autonomia e bem-estar dos/as agricultores/as, que os/as representa como sujeitos ativos da Agroecologia. Também foi ressaltada a ênfase na relação direta entre produtores/as e consumidores/as, o reconhecimento do trabalho coletivo, da cooperação e da produção familiar, assim como o interesse na origem e nas práticas produtivas dos alimentos.

Tais significações, por sua vez, vão ao encontro ao essencial da Agroecologia, pois se fazem potentes ao questionamento das dinâmicas de poder, ao mesmo tempo em que valorizam e reconhecem diferentes maneiras outras maneiras de comércio, de relações de trabalho e também de conhecimento sobre o que consome.

A seguir, farei uma análise dos excertos retirados de outros momentos nos quais o tema não foi abordado, mas que revelam anúncios e denúncias relacionadas às práticas que sustentam os princípios essenciais da Agroecologia. É importante destacar essa seleção, pois, como pôde ser observada, a concepção de Agroecologia, quando questionada diretamente, em grande parte, está restrita ao uso de agroquímicos e à promoção da saúde. No entanto,

denúncias e anúncios inerentes à prática agroecológica surgem nos discursos de produtores/as e consumidores/as sem que eles necessariamente façam, de forma explícita, essa associação.

Produtora Rosa: Isso fora. Não, não ganho dinheiro aqui não. Não ganho. *Aliás, eu acho que quem faz 100% direitinho, pequeno produtor, não ganha.* É impossível. [...] Fazer direito. Só fazer direito. Ter análise de água, ter extintor, ter lixo reciclado, ter proteção, ter... Sabe essas coisas, né? A maioria não tem, não tem.

Produtora Camélia: Ah por que é difícil né? A gente *vendia o almoço pra comer na janta, passamos muito aperto!* Sair do convencional é tudo mais difícil, ainda mais pra gente que é *pequeno*. Mas tivemos muita ajuda também né, isso foi importante.

Consumidor Cravo: Eu queria que tivessem mais dias de feira sabe? Mas eu vejo que pra eles [produtores/as] é difícil e que às vezes nem deve compensar o deslocamento e o gasto de dinheiro, a *vida do produtor assim não é fácil* né? [...] Esse *pequeno produtor* que vem e vende diretamente, né?

Os três excertos selecionados apontam anúncios em comum em relação às dificuldades e desafios enfrentados pelos/as pequenos/as produtores/as na feira, destacando a falta de ganhos financeiros adequados, condições inacessíveis e as limitações impostas pela perspectiva hegemônica e pelas dinâmicas de poder presentes, apontando para uma compreensão da realidade em que os pequenos/as produtores/as são marginalizados/as e enfrentam obstáculos financeiros e desafios para adotar suas práticas produtivas.

Rosa realiza essa crítica pressupondo que “eu acho que quem faz 100% direitinho, pequeno produtor, não ganha”, com base em suas vivências, evidenciando as imposições e as dificuldades enfrentadas para a obtenção da certificação. Já Camélia utiliza a metáfora “vendia o almoço pra comer na janta” para expressar as dificuldades e complementa com “passamos muito aperto” para expressar uma coesão temporal no discurso, indicando que as dificuldades foram superadas, mas as reconhece. Cravo avalia que a “vida do produtor não é fácil” a partir de suas observações, uma vez que também expressa que “vê” criticamente as dificuldades do/as produtores/as.

Produtor Lótus: Aí a gente tem a vendinha aqui [próximo a sua propriedade] *com o que a gente compra do CEASA, mas tudo separado [do que é vendido da feira], porque não pode tá junto né?* A gente ainda *não consegue viver só do que a gente planta pra feira sabe? Infelizmente!* Ainda é *muito difícil pra gente que é pequeno*, sabe?

Assim como as falas anteriores, Lótus anuncia dificuldades e desafios que enfrenta ao mencionar que é difícil para os/as pequenos/as produtores/as viverem apenas do que plantam. Essa fala aponta para um reconhecimento da dinâmica de poder, em que os/as pequenos/as produtores/as enfrentam obstáculos significativos para sustentar-se exclusivamente por meio da produção orgânica e agroecológica.

Mas, para além das dificuldades, Lótus também revela a rendição à lógica hegemônica de mercado pela necessidade de compra de produtos no CEASA para revender em seu estabelecimento e complementar a renda. O intertexto “porque não pode tá junto” anuncia que as definições previstas na Lei Nº 10.831/2003 estão sendo seguidas, em que no caso da coexistência entre produções orgânicas e convencionais é necessário adotar medidas para evitar a contaminação cruzada e a mistura de produtos orgânicos com não orgânicos. De modo geral, ele avalia essa situação pelo uso da palavra “infelizmente”, acrescentando uma carga negativa ao contexto e marcando um contraste entre a realidade e a expectativa. O movimento de rendição a uma lógica hegemônica também é revelado por:

Produtor Lírio: Hoje, nesse momento em especial, a gente *saiu um pouco dessa coisa da sazonalidade e a gente está especializando na produção de em alguns produtos*, a gente tá tendo alguns produtos específicos até mesmo porque a gente verificou que *não dá pra viver só pelo o amor do negócio*. A gente precisa mesmo. É ruim falar isso, mas acaba que *a gente entra no capital né?*

Ao mencionar que “saiu um pouco dessa coisa da sazonalidade”, Lírio sugere uma busca por uma mudança produtiva que não é total, ao avaliar que “saiu um pouco”. No entanto, essa mudança vai ao encontro com uma lógica de produção contínua ao longo do ano e especializada, geralmente associada à utilização de técnicas hegemônicas agroindustriais que ignoram os ciclos naturais e a diversidade. Assim, quando diz “dessa coisa da sazonalidade” realiza um intertexto com os princípios da Agroecologia, que valoriza os processos naturais e busca trabalhar em harmonia nos agroecossistemas, respeitando a sazonalidade e promovendo a diversidade de cultivos.

O uso de expressões como “não dá pra viver só pelo o amor do negócio” e “a gente entra no capital” revelam a compreensão trabalho, a necessidade de buscar sustento financeiro, mas também a criticidade na influência do poder do mercado na forma como se posiciona e se relaciona com o trabalho. Críticas à dinâmica mercadológica hegemônica também são realizadas por:

Consumidora Hortênsia: A gente chega no supermercado e *tem só uma opção de cada produto e às vezes até de marca*, se não comprar aquilo, não come né? Tem vez que eu nem gosto da marca, *mas tem que comprar ela. Só tem ela!* Vou fazer o que?

Consumidora Jasmim: Mas *eu prefiro muito mais ir na feira do que ir no Bahamas*. Ando um pouco mais, mas é muito melhor. *Além do que o Bahamas vai continuar ali né? A feira, se não tiver cliente, pode ser que acabe*.

Por meio das expressões “tem só uma opção de cada produto e às vezes até de marca” e “mas tem que comprar ela”, Hortênsia revela a assimetria de poder entre os/as consumidores/as e as empresas, evidenciando como as empresas têm o controle sobre quais produtos e marcas são disponibilizadas no mercado, refletindo a hegemonia da lógica exploratória e mercadológica que prioriza o lucro em detrimento das preferências e necessidades dos/as consumidores/as.

Já Jasmim realiza em seu discurso, um contraste entre o supermercado e a feira, revelando uma diferença nas relações de poder. A rede de supermercados Bahamas teve sua origem em Juiz de Fora e atualmente ocupa a 20ª posição no ranking da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) de 2022. É a quarta maior rede de supermercados em Minas Gerais e a primeira no interior do estado, abrangendo as regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Zona da Mata e Campo das Vertentes. Além de Juiz de Fora, o grupo está presente em outras 23 cidades, com mais de 70 lojas em seu conjunto⁵⁵.

Logo, quando Jasmim pressupõe que “o Bahamas vai continuar ali”, faz um intertexto com a força financeira da rede e retrata o supermercado como uma instituição estável, enraizada na lógica mercadológica, enquanto a feira, por depender da presença de clientes, possui uma posição mais vulnerável e sujeita às dinâmicas do mercado. A preferência de Jasmim pela feira em vez do supermercado destaca uma perspectiva alternativa à lógica mercadológica. Por isso, ao avaliar que “a feira, se não tiver cliente, pode ser que acabe”, o discurso também revela a importância de valorizar e apoiar práticas comerciais diferentes das dominantes, que são moldadas pela lógica exploratória e mercadológica.

Produtor Lírío: Resumidamente o que me trouxe pro orgânico foi essa *minha liberdade*, que *eu nem considero isso um trabalho*, porque *eu gosto tanto de fazer essas coisas*, entendeu?

Produtora Camélia: Ah menina, não tem jeito! Eu *amo* esse meu sítio. Ficar aqui me dá uma paz, *meu trabalho é uma terapia [risos]*. [...] Não tem *coisa mais linda do que você ver crescer e desabrochar, uma semente que um dia você plantou*, sabe?

⁵⁵ Disponível em: <https://bahamas.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 22 jun de 2023.

Produtor Lótus: E *pra gente mesmo poder trabalhar junto*, a gente todo mundo da família da gente plantando lá, *é gratificante a gente poder colher o nosso alimento não só pra vender, mas também pra gente poder consumir também*.

Os trechos de Lírio, Camélia e Lótus, as expressões "nem considero isso um trabalho, porque eu gosto tanto de fazer essas coisas", "ficar aqui me dá uma paz", "meu trabalho é uma terapia" e "eu amo esse meu sítio", desconstruem o discurso hegemônico que muitas vezes enfatiza a ideia de trabalho dentro do *modus operandi* capitalista como uma atividade árdua, desgastante e meramente voltada para o lucro. Nos trechos analisados, os falantes subvertem essa visão ao expressarem prazer, liberdade, conexão emocional e satisfação em relação às suas atividades e seus locais de trabalho, desafiando a narrativa dominante sobre o trabalho.

Relações de autonomia também são relevadas quando Lírio enfatiza sua "liberdade" como motivo para ter começado a produzir de forma orgânica e agroecológica, fazendo um intertexto com as estruturas tradicionais de poder e controle no contexto de trabalho. Já Lótus na expressão "poder colher o nosso alimento não só pra vender, mas também pra gente poder consumir também" enfatizam a importância de poder consumir os alimentos que produz, demonstrando uma perspectiva contra hegemônica que valoriza a autonomia alimentar e vai além do objetivo puramente comercial.

Quando Camélia avalia "coisa mais linda do que você ver crescer e desabrochar, uma semente que um dia você plantou" sugere um sentimento de encantamento e admiração ao testemunhar o crescimento e desenvolvimento de algo que foi plantado, transmitindo uma conexão emocional com o processo de cultivo e o ciclo da vida e evidenciando um vínculo afetivo com o trabalho e vai além da visão puramente utilitária ou econômica.

Produtor Lírio: O cara ali planta e colhe o que quer. E aí a gente traz uma parada muito legal, a gente *resgata às vezes uma conexão que ele tinha com a terra e aí por conta da vida, isso se perdeu...* e aí isso acaba até sendo legal.

Consumidor Cravo: Minha mãe ia muito à feira comigo quando eu criança e hoje *eu gosto disso, de resgatar* isso dela, então sempre que posso, eu venho à feira. [...] É tradicional lá de casa, entendeu?

Tanto Lírio ao contar sobre um senhor que trabalhava em sua propriedade e que antigamente era o "maior lavrador de feijão" tanto Cravo ao relatar sobre os costumes de sua mãe, anunciam movimentos de "resgate" de tradicionalidades ou saberes.

Lírio apresenta a ideia de resgate da conexão perdida do trabalhador com a terra, destacando que essa reconexão é algo positivo e valorizando a relação com a natureza, o que pode ser interpretado como uma crítica à desconexão das pessoas com o meio ambiente no contexto do trabalho moderno. Já Cravo ao “resgatar isso dela”, ou seja, o costume da mãe de ir à feira sugere a preservação de tradições e memórias familiares, evidenciando valor positivo que dado à história e à continuidade de práticas passadas.

Produtora Rosa: Aprendo demais com o pessoal que trabalha aqui, ainda mais agora esse que tá comigo e que *sabe tudo sobre PANCs*. Ele tem me ensinado, *porque muita coisa que eu nem fazia ideia*.

Produtora Camélia: Ah, *o saber popular* sempre tem, ainda mais todo mundo que vem trabalhar aqui *sempre já tem uma história*, né? Então cada um tem o seu *macete*, o seu *jeitinho*, né? Eu tô sempre *aprendendo com eles também*. E tô sempre *ensinando também*, porque às vezes eles vêm com uma teoria errada, né?

Quando Rosa realça que havia "muita coisa que eu nem fazia ideia", realça pelo uso da palavra "porque" a falta de conhecimento prévio. No entanto, essa afirmação também evidencia a importância das perspectivas não hegemônicas, as quais trazem novos saberes e expandem as possibilidades de compreensão no contexto produtivo. Quando ela relata que o trabalhador possui um amplo conhecimento sobre PANCs e tem ensinado isso a ela, podemos perceber a importância que Rosa atribui aos saberes não convencionais, o que demonstra sua valorização por conhecimentos alternativos que desafiam a visão dominante.

Ao analisar este trecho de Camélia, busquei destacar evidências de práticas que se alinham à abordagem agroecológica já discutida nesta dissertação. O excerto enfatiza a presença do "saber popular" no ambiente de trabalho, indicando a existência de conhecimentos e experiências que não recebem valorização ou reconhecimento nas estruturas dominantes. Esses conhecimentos são trazidos por sujeitos "têm uma história", representando uma diversidade de experiências e perspectivas que desafiam as visões estabelecidas.

Por sua vez, as múltiplas formas de conhecimento são mencionadas quando Camélia se refere aos "macetes" e "jeitinhos" de cada sujeito envolvido na produção. Isso sugere que tais conhecimentos são valorizados, uma vez que ela está sempre aprendendo com os/as trabalhadores/as e também compartilhando seu próprio conhecimento, criando uma dinâmica de troca de saberes.

Produtor Lírio: Sem querer fazer juízo de valor, mas eu acho que é uma temática se que vem batendo muito nos últimos tempos e, olha só, *eu sou negro, pobre, moro no morro*, entendeu? Então quer dizer, então isso, *para as pessoas que estão vindo de fora talvez não tenha significado nenhum*, mas pra mim, *em termo de conquista, em termo de se fazer presente no espaço. Isso pra mim é muito importante.*

Ao conversar com Lírio sobre suas atividades na produção orgânica certificada, fica evidente que ele se identifica como alguém pertencente a uma posição social desfavorecida, enfatizando sua identidade racial ao dizer "eu sou negro, pobre, moro no morro". Esses elementos de identificação são usados para legitimar sua voz e reforçar a importância de sua perspectiva individual no contexto da produção certificada. Isso sugere o reconhecimento de uma desigualdade sócio racial que afeta tanto a prática quanto ao acesso aos alimentos certificados.

Além disso, Lírio pressupõe que "para as pessoas que estão vindo de fora talvez não tenha significado nenhum", o que sugere a existência de uma visão dominante que não reconhece plenamente as experiências e demandas das pessoas marginalizadas. Ele enfatiza que a presença e a conquista de certificações orgânicas por parte de pessoas negras são de extrema importância para ele, destacando a valorização pessoal e a necessidade de reconhecimento das lutas e conquistas individuais e coletivas.

Com o intuito de, a partir dos discursos analisados, compreender se o essencial da Agroecologia (CALDART, 2022) é percebido por produtores/as e consumidores/as do MOGICO, estabeleci conexões entre as conclusões apresentadas e as perspectivas que se alinham ou divergem da hegemonia. Em seguida, investiguei as semelhanças e divergências nos discursos, examinando primeiro os/ discursos dos/as produtores/as, seguidos pelos discursos dos/as consumidores/as. Por fim, avaliei as aproximações e conflitos existentes entre os discursos dos/as produtores/as e consumidores/as.

Em termos gerais, Rosa incorpora discursos que se alinham com as ideias dominantes, sugerindo ocasionalmente uma subestimação do potencial da prática agroecológica ao insinuar que esta pode não ser levada a sério devido à falta de leis específicas de certificação. Entretanto, é importante ressaltar que, ao enfatizar a importância da certificação, acredito que seu objetivo seja demonstrar orgulho na certificação orgânica e reconhecer o árduo trabalho envolvido nesse processo. Como mencionado no tópico 4.2.1, tal processo é promovido pelo SPG que conta com a solidariedade, confiança e ação coletiva dos/as agricultores/as, contribuindo significativamente na promoção de trocas e fluxos de informações, promovendo

a redução da assimetria de conhecimentos e, por consequência, a democratização da reprodução social desses/as agricultores/as (CAMARGO, 2015).

Além disso, Rosa também reconhece e realça os desafios enfrentados pelos/as pequenos/as produtores/as ao adotarem perspectivas não convencionais e obter a certificação, buscando valorizar práticas alternativas. Nesse sentido, ela destaca a importância das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) e a troca de saberes, o que amplia as possibilidades de compreensão no contexto produtivo. Essas abordagens contribuem para fortalecer a Agroecologia e trazer novas perspectivas ao cenário agrícola.

Por outro lado, Camélia compreende de forma reduzida, porém hegemônica, a importância da produção agrícola livre de agrotóxicos ao associá-la apenas à saúde. É importante destacar que essa associação é um valor apropriado pelo discurso hegemônico, com o intuito de estimular o consumo. No entanto, os desafios enfrentados pelos/as pequenos/as produtores/as também são reconhecidos por Camélia, que expressa um vínculo emocional e afetivo com o trabalho agrícola, indo além de uma perspectiva utilitária ou econômica.

Nesta mesma linha, Lótus desconstrói o discurso convencional sobre o trabalho agrícola, ressaltando a importância do consumo dos próprios alimentos produzidos e valorizando a autonomia alimentar. Além disso, Lótus valoriza certos modos de produção sem o uso de agrotóxicos, porém desvaloriza a Agroecologia, submetendo-se à lógica hegemônica de mercado. De modo geral, percebe-se que essas perspectivas hegemônicas têm em comum uma visão limitada e distorcida da produção orgânica, resultando na subestimação da importância da Agroecologia e na valorização de abordagens mercadológicas e da associação da produção livre de agrotóxicos apenas à saúde.

Por sua vez, o Lírio critica a lógica mercadológica predominante, enfatizando a consideração de aspectos socioambientais, autonomia e valorização pessoal. Além disso, ele reconhece as experiências e demandas das pessoas marginalizadas, destacando as desigualdades socioeconômicas e raciais que afetam essa prática.

A influência da hegemonia nas perspectivas sobre a produção agroecológica dos/as produtores/as é evidente. Suas visões hegemônicas parecem estar atravessadas pelo discurso capitalista que associa as práticas orgânicas aos princípios do mercado e do lucro. Isso resulta em uma subestimação da importância da Agroecologia e na valorização de abordagens mercadológicas, podendo levar a uma visão limitada e distorcida da produção, reduzindo-a apenas à saúde e estimulando o consumo.

Por outro lado, também é possível compreender influências contra hegemônicas nos discursos, quando estes desafiam a visão hegemônica de mercado e valorizam perspectivas alternativas. Enquanto a hegemonia desvaloriza a Agroecologia e limita a compreensão da produção orgânica aos benefícios para a saúde, as perspectivas contrárias enfatizadas pelos produtores/as destacam compreensões que vão de encontro ao seu essencial (CALDART, 2022) que revelam os desafios enfrentados pelos/as pequenos/as produtores/as, valorizam práticas como a troca de saberes e o consumo dos próprios alimentos, e criticam a lógica mercadológica, considerando aspectos socioambientais, autonomia e desigualdades socioeconômicas e raciais.

Quanto aos/as consumidores/as, ao compreender de forma abrangente a lógica exploratória e mercadológica do mercado, Hortênsia reconhece que os interesses comerciais das empresas predominam sobre as demandas dos/as consumidores/as. Alinhando-se com a lógica dominante do mercado, Jasmim representa os/as produtores/as agroecológicos como dependentes dos/as consumidores/as para existirem. Além disso, Acácia compreende a Agroecologia como uma perspectiva que prioriza a redução de agrotóxicos, incorporando essa abordagem de forma hegemônica.

No entanto, por outro lado, Hortênsia apresenta uma compreensão crítica ao desafiar a lógica dominante e defender a necessidade de transformação ou resistência. Já Jasmim demonstra uma perspectiva abrangente, em que compreende contra hegemonicamente a Agroecologia ao reconhecer a importância das relações sociais e do trabalho em grupo na feira do MOGICO. Além disso, Cravo avalia criticamente a vida dos/as produtores/as agroecológicos e reconhece suas dificuldades, contribuindo para uma compreensão contra hegemônica. Por fim, Acácia reconhece a Agroecologia como uma abordagem que busca promover a autonomia e o bem-estar dos/as agricultores/as, o que se faz potente a denúncia de dinâmicas de poder presentes nos modelos agrícolas mais centralizados e exploratórios.

Nesse sentido, pode constatar que a hegemonia da lógica de mercado exerce uma influência significativa sobre os/as consumidores/as, levando-os/as a se submeter aos interesses comerciais das empresas e a reproduzir a visão predominante e amplamente aceita da Agroecologia, que a reduz a uma mera ausência de utilização de agrotóxicos. Além disso, essa hegemonia tem o potencial de impactar a posição e representação dos/as produtores agroecológicos/as, os quais são retratados pela dependência que têm desses/as consumidores/as.

Porém, a contra hegemonia também exerce influência sobre os/as consumidores/as, uma vez que surgiram manifestações discursivas que revelaram uma compreensão crítica,

desafiando a lógica dominante. A valorização da Agroecologia ocorre a partir do reconhecimento das relações sociais e do trabalho em grupo, além da avaliação crítica das condições de vida dos/as agricultores/as agroecológicos/as, levando em consideração suas dificuldades, e da compreensão da autonomia e do bem-estar desses sujeitos. São entendimentos que se tornam essenciais (CALDART, 2022) e apresentam-se como uma potente forma de questionar o *status quo*.

Em resumo, a influência da hegemonia nas perspectivas sobre a produção agroecológica tem o efeito de aproximar discursos de produtores/as e consumidores/as. Foi percebido que ambos são, de maneira geral, se aproximam do discurso hegemônico e pela lógica de mercado, o que resulta em uma visão limitada e distorcida da Agroecologia, reduzida erroneamente apenas à não utilização de agrotóxicos. Essa visão simplista não aborda as dimensões socioambientais mais amplas do conceito.

Por outro lado, o que aproxima discursivamente produtores/as e consumidores/as nas influências contra hegemônicas é a valorização de perspectivas alternativas. Essas perspectivas, por sua vez, são as que desafiam a visão hegemônica de mercado e levam em consideração as dificuldades enfrentadas pelos/as pequenos/as produtores/as. Isso resultou em questionamentos da lógica dominante, abrangendo aspectos socioambientais, autonomia e desigualdades socioeconômicas e raciais.

Neste caso, torna-se evidente o conceito de hibridismos discursivos conforme abordado por Fairclough (2001). Trata-se da interação e sobreposição de distintas ideologias em um único discurso, revelando como certos discursos dominantes têm a capacidade de se infiltrar e mesclar-se com discursos alternativos ou subordinados. Esse fenômeno resulta em uma complexa interação entre diversas formas de conhecimento, valores e interesses, proporcionando um entendimento mais amplo das dinâmicas sociais e políticas nas quais a linguagem desempenha um papel fundamental.

5.3 A associação MOGICO nos discursos de um "Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico"

A agricultura dominante e mercadológica tem levado à exclusão sistemática de agricultores/as que não conseguem atender às crescentes demandas hegemônicas de produção agrícola, especialmente aqueles/as que operam em nível individual ou familiar. Diante desse cenário de exclusão, o associativismo e cooperativismo surgem como alternativas viáveis para promover a manutenção e competitividade das atividades dos/as pequenos/as agricultores/as

(LIMA; VARGAS, 2015). Sob a perspectiva do capital, essa realidade ressalta a importância dos/as produtores/as se unirem em associações ou cooperativas para se fortalecerem e enfrentarem a concorrência da agricultura hegemônica, garantindo assim a viabilidade financeira de suas atividades agrícolas.

Segundo Moreira e Santos (2022), o associativismo voltado para a agricultura familiar tem desempenhado um papel crucial na transformação dos/as pequenos/as produtores/as, conferindo-lhes maior visibilidade e impacto nas esferas social, política, ambiental e econômica, ao mesmo tempo em que fortalecem as comunidades. Além disso, ao longo das últimas décadas, o movimento associativo tem ganhado destaque como resultado da perseverança na busca pela sobrevivência e pela melhoria das condições de vida tanto dos membros quanto da comunidade como um todo.

A participação ativa em associações, visando a alcançar objetivos compartilhados, tem desempenhado um papel fundamental na busca por uma vida mais digna para as pessoas. Além disso, tais iniciativas valorizam e fortalecem a cultura e o conhecimento populares presentes nesses ambientes. Assim, o associativismo vai além de uma simples forma de organização, representando uma construção e uma conquista social importante (MOREIRA; SANTOS, 2022).

A Associação MOGICO foi estabelecida com o propósito de representar e defender os produtores e consumidores filiados, buscando promover e incentivar amplamente a Agricultura Orgânica e a Agroecologia. Assim, compromete-se em mobilizar assessoria técnica, extensão rural, pesquisas, práticas educativas, conferências, cursos e outras estratégias relevantes, além de divulgar os valores socioambientais dos produtos orgânicos e agroecológicos. A associação também visa facilitar a criação de canais de comercialização duradouros ou temporários, visando viabilizar a experimentação de novos modelos socioeconômicos e sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito, sempre sem fins lucrativos (MOGICO, 2013).

Durante as entrevistas, utilizei algumas perguntas guias para incentivar os/as entrevistados/as a expressarem suas perspectivas sobre o MOGICO como associação. No entanto, apenas uma pergunta específica sobre uma ação do grupo foi feita em relação ao Dia Agroecológico, um evento organizado pelo coletivo. É importante destacar que, como já mencionado, durante o período em que conduzi minhas observações, não presenciei a participação de consumidores/as nas reuniões. Essa ausência, conforme relatado, é uma realidade que surgiu após a pandemia. Quis ressaltar essa informação, pois acredito que esse fato influenciou as respostas dos/as consumidores/as sobre as práticas do MOGICO como

associação, tornando-as mais tímidas, objetivas e diretas em comparação com as dos/as produtores/as.

Nesta categoria, foquei na análise dos discursos dos produtores e consumidores, com o objetivo de compreender como a associação MOGICO é significada discursivamente por esses atores. Nas conversas, os/as produtores/as relataram seus processos de associação ao MOGICO, tanto compartilhando como se envolveram com o grupo ou como a associação impactou suas práticas e perspectivas.

Rosa relata que veio a Juiz de Fora com o objetivo de cuidar do sítio de seu pai e realizar um plantio orgânico, embora não soubesse exatamente como começar. Inicialmente, essa iniciativa não tinha a intenção de ser voltada para a venda, mas essa perspectiva acabou se modificando com o tempo.

Produtora Rosa: Então, como eu falei, eu associei ao MOGICO porque eu nunca quis produzir usando veneno, né? Fiquei até *surpresa quando descobri que já tinha um grupo de orgânico* aqui na cidade. [...] Não, *porque foi associada ao MOGICO que eu consegui produzir o orgânico mesmo* né? Tanto com os *cursos, mas também com o SPG*.

Quando Rosa menciona ter ficado "surpresa" com a existência de um grupo orgânico na cidade e, em seguida, realça o sucesso da sua produção orgânica ao grupo pela coesão da frase utilizando a palavra "porque", pude inferir que ela reconhece a importância da associação com o MOGICO na viabilização de sua produção orgânica. No entanto, ao dizer "consegui produzir o orgânico mesmo", o uso do termo "orgânico mesmo" faz um intertexto com discurso da Lei Nº 10.831/2003, que define os produtos orgânicos para fins de comercialização apenas como aqueles certificados. Portanto, Rosa reconhece o papel do MOGICO no processo de produção orgânica se referindo à produção certificada, uma vez que o MOGICO é um grupo associado à ABIO-RJ, conforme mencionado anteriormente.

Isso é reforçado, quando Rosa enfatiza que conseguiu produzir "também com o SPG", ou seja, com o Sistema Participativo de Garantia promovido pelo MOGICO que viabiliza a certificação, podendo indicar uma valorização e orgulho envolvendo a certificação na certificação, enfatizando sua identidade como produtora orgânica e realçando todo seu trabalho mobilizado nesta construção. Nesta mesma perspectiva ela menciona os "cursos", evidenciando sua autoridade e conhecimento na produção orgânica, os quais foram conquistados por meio da viabilizados pela associação MOGICO.

Produtor Lírio: A gente queria plantar orgânico e agroecológico, porque era propício pro mercado. Mas aí *entrando no MOGICO*, toda essa *questão de colaboração* apareceu *e eu fui me adaptando*. [...] Mas se eu não tivesse adaptado, eu não sei nem se eu estaria no MOGICO como estou hoje. *Estaria aí no nicho cruel de venda como o agronegócio, entendeu? De vida selvagem*.

Produtor Lótus: Me associar ao MOGICO *aflorou com algumas coisas que eu compactuava e eu nem sabia*, entendeu? [...] Ah, esse *trabalhar junto, trazer a família*. Acho que isso *creceu aqui depois do MOGICO*, sabe? A gente precisa de *todo mundo* pra fazer o negócio direito.

No primeiro trecho, percebemos uma mudança de mentalidade em Lírio, evidenciada quando ele afirma ter "se adaptado" ao ingressar no MOGICO e deparar-se com a "questão de colaboração". Nesse sentido, a referência à colaboração pode ser entendida como um intertexto relacionado à prática entre produtores/as e consumidores/as dentro do coletivo, além de sugerir a importância significativa dessa dinâmica, que efetivamente impulsiona e movimenta o MOGICO. Com uma perspectiva positiva, Lírio destaca a necessidade de se adaptar e se ajustar a esse contexto.

A visão positiva pode ser observada, é reforçada quando Lírio avalia que, se não tivesse adaptado a dinâmica do MOGICO, estaria no "nicho cruel de venda" e de "vida selvagem". Ele realiza as metáforas para caracterizar negativamente o agronegócio. O adjetivo "cruel" atribui uma conotação negativa ao nicho de venda, podendo inferir que Rosa considera que essa forma de venda possui características prejudiciais, brutais ou desumanas ou até mesmo uma falta de consideração pelos aspectos éticos e ambientais associados a essa forma de venda. Ao associar o agronegócio à ideia de "vida selvagem", o adjetivo "selvagem" sugere hegemonicamente uma série de conotações e associações negativas, que mobiliza imagens de brutalidade, destruição ambiental, falta de controle e desequilíbrio ecológico.

A visão positiva é reforçada ao observarmos que Lírio avalia que, caso não tivesse se adaptado à dinâmica do MOGICO, estaria inserido em um "nicho cruel de venda" e em uma espécie de "vida selvagem". Lírio utiliza essas metáforas para caracterizar o agronegócio de forma negativa. O adjetivo "cruel" atribui uma conotação pejorativa ao nicho de venda, sugerindo que ele considera essa forma de comercialização como prejudicial, brutal, desumana e carente de consideração pelos aspectos éticos e ambientais associados. Ao associar o agronegócio à ideia de "vida selvagem", o adjetivo "selvagem" evoca uma série de conotações e associações negativas que são amplamente associadas ao termo, podendo indicar o reconhecimento da destruição ambiental, falta de controle e desequilíbrio ecológico.

Desta maneira, pude inferir que a “questão de colaboração” não ficou restrita apenas a colaboração entre os membros do MOGICO, mas também entre a sociedade e a natureza, evocando uma adaptação por parte de Lírio a partir da mobilização de um olhar crítico à prática que inicialmente pretendia adotar.

Em sintonia com novas compreensões, Lótus revela que ao adentrar no MOGICO, ele descobriu aspectos em si mesmo que compartilhava, mesmo sem ter consciência disso. Curiosa sobre esses aspectos questionei Lótus, que prontamente mencionou a necessidade do trabalho em família. A partir desse contexto, deduzi que quando ele menciona "algumas coisas", ele estabelece uma conexão com sua história mencionada anteriormente na entrevista, especificamente no tópico 5.1, quando fala sobre trabalhar com o pai na agricultura e avalia essa experiência de forma positiva, percebendo, depois do MOGICO, a necessidade de resgatar isso.

O trecho destaca valores como "trabalhar junto" e "trazer a família". Esses valores são atribuídos ao MOGICO e são vistos como algo positivo e desejável, mas também fazem intertexto com os as dinâmicas da Agroecologia (CAPORAL; COSTABEBER, 2003), atribuindo o resgate de tradições e saberes geracionais. Essa associação sugere que Rosa acredita que esses valores se manifestaram novamente por meio da participação no MOGICO. Além disso, quando enfatiza a necessidade de "todo mundo" para fazer o negócio certo, Lótus sugere, assim como Lírio, que a participação coletiva é valorizada e considerada fundamental quando se associa ao MOGICO. Camélia também evoca essa característica:

Produtora Camélia: Então, minha associação ao MOGICO é desde que ele existe, né? Porque foi juntando ***todo mundo que também pensava igual a gente***, que gostava da produção orgânica, e aí fundaram o grupo. [...] Mas foi muito importante o grupo, ***porque aí eu aprendi mais coisas sobre o orgânico, da Agroecologia***, entendeu? Com o MOGICO as ***coisas foram ficando mais fáceis***.

Camélia menciona que, com o MOGICO, “as coisas ficaram mais fáceis”, indicando que o grupo proporcionou benefícios práticos, mas até mesmo emocionais como apoio mútuo, acesso a recursos ou a sensação de pertencimento com “todo mundo que também pensava igual a gente”. Essa afirmação também pode indicar a existência de obstáculos ou dificuldades antes da participação no grupo.

Dentre os benefícios práticos, ela realça que aprendeu “mais sobre o orgânico e a Agroecologia”, evidenciando a importância do grupo como um espaço de troca de

conhecimentos e experiências, onde teve a oportunidade de ampliar seus saberes em torno de ideias e valores comuns e reforçando a importância da coletividade.

Consumidora Hortênsia: Eu sei que eles têm as reuniões, né, que tem aí o grupo deles, *acho interessante*, mas *nunca me associei por falta de tempo*, né? Nessa vida corrida, é difícil de comprometer com um negócio que eu não vou ter tempo.

Consumidor Cravo: Ah eu imaginei que eles tivessem um coletivo, isso eu nunca acabei perguntando. Mas *legal saber*, porque quando *tiver mais tempo* até acabo me associando.

Por mais que Hortênsia e Cravo avaliem positivamente a existência do MOGICO enquanto associação pelas expressões “acho interessante” e “legal saber”, ambos se distanciam da possibilidade de associar e fazer parte do coletivo para além da frequência nas feiras. A mesma justificativa de “tempo” é utilizada por eles para não se envolver a prática. No entanto, ao justificarem sua falta de envolvimento pela ausência de tempo, eles se afastam dessa prática. Essa postura me leva a refletir sobre o fato de que, embora compreendam e reconheçam a importância de uma associação dedicada ao fortalecimento de agricultores/as orgânicos/as e agroecológicos/as, e mesmo frequentem uma feira que oferece alimentos contrários à lógica dominante, essas pessoas são influenciadas por pressões externas da vida cotidiana que ocupam uma posição de destaque em suas vidas que contribuem para que elas não se unam no enfrentamento de questões hegemônicas. Outra possibilidade é que elas já considerem que fazem o suficiente por consumir esses alimentos, mas em nenhum momento essa ideia de ação individual nesse sentido foi mencionada.

Consumidora Acácia: Minha irmã era associada ou ainda é, eu não sei. Mas eu não sou não. [...] Ah, não, *essas coisas eu deixo pra ela que gosta mais né*. [risos]

Acácia afirma que deixa “essas questões” para sua irmã, também distancia da prática, mas sugerindo uma transferência de responsabilidade ou interesse. É muito provável que Acácia esteja indicando que sua irmã é mais adepta ou interessada, devido ao já mencionado fato de que ela trabalha como cozinheira e tem uma relação mais direta com os alimentos, enquanto ela apenas a auxilia. Essa transferência pode denotar uma desvalorização pessoal em relação ao coletivo ou até mesmo uma falta de compreensão, ao pensar que essas questões são de “gosto” apenas para aqueles envolvidos diretamente com a alimentação por meio do trabalho, como os produtores que vendem seus produtos, ou mesmo sua irmã, por estar envolvida com a cozinha.

Consumidora Jasmim: É como eu falei né, no início eu me associei até pra **dar uma força pro pessoal**, mas depois dessa pandemia menina, eu saí de um monte de coisa. Eu preciso retornar, sabe? **O orgânico é um assunto que eu gosto, me faz falta.**

Jasmim destaca que já foi associada ao MOGICO sob uma pressuposição de “dar uma força pro pessoal”. Essa pressuposição pode estar realizando um intertexto com as demandas da Agroecologia (CAPORAL; COSTABEBER, 2003) que prezam pelo trabalho coletivo somando forças na construção de outra forma de fazer agricultura, mas também com os princípios do associativismo, de mudanças pelo fortalecimento de uma comunidade (MOREIRA; SANTOS, 2022), visto que ela se associou sabendo que os/as produtores/as do MOGICO se uniam por intermédio de uma associação formalizada.

Além disso, o trecho revela aspectos da identidade de Jasmim, pois quando avalia “orgânico é um assunto que eu gosto” e que precisa voltar à se associar ao MOGICO por isso, sugere um senso de pertencimento ou identificação com o MOGICO. Seguido da frase "me faz falta", há uma indicação de que o assunto orgânico é importante em um nível pessoal e emocional. Vínculos emocionais, por sua vez, também puderam ser observados quando os falantes mobilizaram seus discursos na intenção de destacar ações de coletividade e união do grupo.

Produtor Lírio: **A pandemia foi ruim? Pra caramba... pô a gente perdeu feira né? Mas em compensação ela trouxe aproximação de produtores** que, mesmo que seja online, a gente **conheceu produtores lá do outro lado**, entendeu? Mesmo que seja online, a gente criou uma cesta coletiva, que o MOGICO não tinha. Eu acho que **cesta coletiva** é um dos trabalhos, modéstia à parte, sem juízo de valor nenhum, acho que é um **dos trabalhos coletivos mais representativos dessa união que o MOGICO fez no momento. Tenho orgulho disso!**

Produtor Lótus: Mas eu acho que em termos de grupo, em termos de coletivo, eu acho que a cesta coletiva **foi um trabalho mais importante que o MOGICO fez nos últimos dez anos**. E **foi emocionante** mesmo, **porque em plena pandemia, você conseguir unir produtores** é muito difícil, né? **Tudo na pandemia foi difícil.**

A utilização das expressões "ruim pra caramba", "perdeu feira" e “foi difícil” revelam uma avaliação negativa da pandemia, em que Lírio e Lótus carregam uma carga emocional e indicam uma visão negativa, mas também podem revelar as relações de poder e as dificuldades enfrentadas pelos/as produtores/as diante dos desafios impostos pela situação pandêmica. Mas, no entanto, ambos apresentam uma contraposição positiva, em que Lírio relata a “aproximação de produtores” e Lótus “unir produtores”, sugerindo que a adaptação às restrições impostas pelo distanciamento social gerou alguns benefícios inesperados e, até

mesmo, a valorização das oportunidades de conexão com produtores/as de outras regiões, quando Lírio enfatiza que “a gente conheceu produtores lá do outro lado”.

Tanto Lírio, quanto Lótus destacam a importância e a representação da mobilização da cesta do MOGICO durante o período pandêmico, valorizando a capacidade de união dos/as produtores/as em meio à pandemia. Essa ênfase pode ser interpretada como um reconhecimento da cooperação e da solidariedade durante a pandemia, e ao mesmo, a compreensão de que se os/as produtores/as não estivessem trabalhado juntos e coletivamente, não teriam tido o mesmo êxito de enfrentamento e manutenção da sua reprodução social.

Ao contrário do setor do agronegócio brasileiro que não foi parado nem pela Covid-19 e conseguiu, nesse período, aumentar suas exportações⁵⁶, novos arranjos coletivos dentro do espectro dos circuitos curtos de comercialização tiveram que ser mobilizados, a fim de aproximar produtores/as e consumidores/as, campo e cidade e superar a marginalização e dependência diante da hegemonia do agro. Foram processos de ações coletivas que puderam ter a ressignificação de valores econômicos dotados de uma ordem fundamental de sobrevivência, no desenvolvimento familiar e comunitário no contexto pandêmico (NIEMEYER; SILVEIRA, 2022).

Muito provavelmente, por reconhecerem a força da mobilização coletiva promovida pelo MOGICO no período pandêmico, que tanto Lírio, quanto Lótus, ao abordar esse contexto, avaliam com “orgulho” e “emoção” ao trabalho realizado, buscando legitimar e reforçar emocionalmente a importância dos esforços coletivos realizados pelo MOGICO.

Consumidora Acácia: Ah, na pandemia tinham as cestas, que sei que o pessoal juntou e cada um dava um produto pra formar as cestas, né? ***A minha irmã pedia no site deles e chegava tudo lá em casa. Foi legal ver que era de cada um pouco, pra um não vender mais que o outro né, dividir igual pra todo mundo.***

Acácia reforça a percepção enquanto consumidora em relação ao movimento coletivo de produção das cestas pelo MOGICO, ao mencionar o exemplo concreto de sua irmã que fez um pedido pelo site e recebeu os produtos em casa. Nesse contexto, ela avalia e elogia a forma como as cestas foram montadas, ressaltando a importância do esforço conjunto e da igualdade na distribuição dos recursos. Esse reconhecimento por parte de Acácia pode ser interpretado como uma valorização do MOGICO através de uma ação coletiva e colaborativa, que demonstra preocupação com a justiça social e uma identificação com valores de

⁵⁶ Disponível em: <https://forbes.com.br/negocios/2020/12/nem-a-pandemia-de-covid-19-para-o-agronegocio-brasileiro/>. Acesso em: jun de 2023.

colaboração e equidade. O reconhecimento da união e coletividade para além do período pandêmico pode ser observado:

Produtora Rosa: Sim, apesar as questões eu *acho importante a gente tá junto* né, porque quem são pessoas que entendem de orgânico na cidade, na verdade somos nós, né? Entendeu? *E se a gente não lutar pra ter esse espaço na cidade, quem vai?*

Produtora Camélia: *O MOGICO não existe se a gente não tiver unido, defendendo e mantendo isso aqui de pé.*

Produtor Lótus: Como um todo, né? *Se a gente do MOGICO não tiver junto, não tem jeito!*

Consumidora Jasmim: Eu, particularmente *admiro essa união deles pra fazer dar certo*, sabe? Até porque *acho que assim eles têm mais força pra dar certo!* E ver muita gente aí até hoje, mantendo o grupo, fico feliz de ver!

O uso dos termos "a gente" e "nós" realizados pelos/as produtores/as, indicam um processo de identificação, no qual os sujeitos se colocam como atores sociais necessários a essa mobilização coletiva. Esse apelo à identidade coletiva e à inclusão sugere reforço à importância de todos para a manutenção do grupo. Além disso, quando Rosa menciona "se a gente não lutar pra ter esse espaço na cidade, quem vai?", Camélia diz "defendendo e mantendo de pé" e Lótus afirma que se não houver união "não tem jeito", destacam a necessidade de uma ação coletiva para conquistar um espaço e influência na esfera pública, podendo ser interpretado como uma consciência por parte dos sujeitos das dinâmicas de poder hegemônico existente e a convicção de que a luta coletiva é necessária para o MOGICO alcançar seus objetivos e proteger seus interesses.

Já Jasmim, quando menciona "admiro essa união deles pra fazer dar certo" sugere que considera essa união como uma estratégia eficaz para alcançar o sucesso, o que é reforçado pela expressão "até porque acho que assim eles têm mais força pra dar certo" indicando uma visão positiva da união e a valorizando como um meio de fortalecimento para atingir seus objetivos. Além disso, a frase "fico feliz de ver" indica uma reação emocional positiva ao observar outras pessoas mantendo o grupo, o que pode sugerir uma afinidade com os valores e objetivos do grupo.

Conforme mencionado anteriormente, o aprendizado na produção orgânica agroecológica não se restringe a momentos formais e restritos, como eventos, cursos e treinamentos. Pelo contrário, ele pode ser alcançado através da acumulação de conhecimento e incentivo à prática, que são obtidos por meio de interações e integrações culturais. Além

disso, o conhecimento prévio proveniente de familiares e de experiências anteriores pode ser compartilhado e desempenhar um papel significativo nesse processo de aprendizagem.

Nesse sentido, durante minhas conversas com os/a produtores/as e consumidores/as, o MOGICO como associação foi mencionado como fornecer de processos de formação pelos sujeitos. Além disso, os processos de formação também foram enfatizados ao abordarem diretamente o Dia Agroecológico, em resposta à minha pergunta específica sobre o evento.

Produtor Lírio: Inclusive o MOGICO é uma das principais ferramentas dos produtores. *A bibliografia da Agroecologia é muito importante, muito rica, mas nem sempre ela condiz com a prática, né?* Então você vai ler uma coisa lá e fazer igual *receita de bolo*, vai dar errado! Por quê? Porque *cada região tem suas características ambientais, tem suas características de solo, tem né, particularidades sociais que a gente não tem controle.* Então, dentro do próprio MOGICO, por *experiência de plantio de produtores anteriores, existe trocas de ideias né?* Esse ensinamento local mesmo.

Lírio, ao mencionar a importância da bibliografia da Agroecologia, marca uma posição de autoridade sobre o assunto, mas também faz uma ressalva de que nem sempre ela condiz com a prática, que pode ser interpretada como uma tentativa de se posicionar como alguém com conhecimento prático que vai além do conhecimento teórico. Além disso, afirma que “cada região tem suas características ambientais, de solo e particularidades que não podem ser controladas”, certificando a importância da prática do MOGICO revelando uma valorização da experiência prática dos/as produtores/as e da troca de conhecimentos locais, reconhecendo a importância do conhecimento empírico e contextualizado para a agroecologia.

A metáfora “fazer igual receita de bolo” pode ser interpretada a compreensão de uma agrícola é complexa e variada, com diferentes regiões, “características ambientais e particularidades sociais que não podem ser controladas”. Ao mesmo tempo, isso pode ser entendido como uma crítica ao sistema agroprodutivo hegemônico que segue uma receita de bolo, ou seja, é padronizado e não leva em consideração as dimensões socioambientais da produção.

Produtora Camélia: Olha, eu acho que *todo lado que a gente se reúne a gente aprende, sabe?* Quando a gente começou, antes do MOGICO, a gente não sabia nada, era muito difícil. Hoje, cada vez procuro aprender mais. [...] *Quando tem as reuniões né, muita coisa é falada ali que ensina muita coisa do orgânico.*

Produtor Lótus: Ah, com certeza *nas reuniões a gente aprende muita coisa, porque é onde se discute mais, né?* Aprendi sobre os produtos orgânicos e o meio ambiente e como proteger o solo porque é importante. [...] *Que tem lá os outros produtores e aí se a gente já sabe*

alguma coisa, a gente passa pros outros também. Vai também o pessoal da ABIO né que ensina a gente também.

Produtora Rosa: *Não nas reuniões não aprendo muito não, reunião é mais pra resolver burocracia.*

Quando se menciona que "todo lado que a gente se reúne", é muito provável que haja uma referência a todos os momentos em que os associados do MOGICO se encontram em prol do coletivo. Isso inclui reuniões, eventos, feiras, mobilizações, entre outros. Tanto o discurso de Camélia quanto Lótus ressalta a importância dessas reuniões do MOGICO como espaços de aprendizado, enfatizando o papel das discussões nessas ocasiões. Eles sugerem que a aprendizagem ocorre por meio da interação social e do compartilhamento de informações em um ambiente coletivo, onde o conhecimento é trocado. Essa atitude pode ser compreendida como uma forma consciente de fortalecer o grupo e aprimorar a prática dos/as produtores/as. Lótus menciona a presença do "pessoal da ABIO" nas reuniões, indicando que eles também ensinam os participantes, mas ao mesmo tempo, evidencia o papel de autoridade da OPAC.

Por outro lado, Rosa enfatiza a falta de aprendizado nas reuniões e a associa mais com a resolução de burocracia, indicando uma percepção negativa da resolução de questões como momentos improdutivos ou de pouca utilidade. Além disso, a repetição do "não" pode sugerir uma ênfase na negação ou discordância em relação ao aprendizado nas reuniões.

Produtora Rosa: *Mas nos encontros [do SPG] a gente aprende muito.* [...] Eu acho muito bom. Eu até levo pessoal que trabalha comigo nas visitas quando a gente vai nas outras fazendas. Acho que pra eles é mais importante ainda do que eu, né? Eles vêm em outro lugar, né? Não conhece direito as *leis do orgânico*.

Produtor Lírrio: Mas é aquilo, o papo na questão do SPG *nunca é punitivo, é orientativo*, entendeu? *E na questão de orientar, de auxiliar pela legislação, né?* Então o que acontece é que vezes a pessoa faz alguma coisa pela falta do conhecimento, não é nem pela maldade.

Produtora Camélia: *O SPG é importante porque quanto mais conectados os produtores tiver, melhor, por que a gente evita que possíveis erros aconteçam.* Então quando a gente discute lá "Ah, pode isso? Pode aquilo?" A primeira coisa que a gente faz *é ir na legislação*, porque é a legislação que vai pontuar se pode ou não.

Rosa, Lírrio e Camélia destacam a relevância das visitas em grupo relacionadas ao Sistema Participativo de Garantia (SPG), que são requisitos exigidos pela ABIO-RJ para a certificação e manutenção. As visitas estão diretamente ligadas ao processo de aquisição de

conhecimento sobre leis e regulamentações orgânicas. Elas são essenciais para evitar erros e compartilhar conhecimentos e experiências importantes durante o processo de certificação. Isso inclui conhecimentos legislativos, resultando em benefícios significativos para todos os envolvidos. Dessa forma, pude compreender que os encontros do SPG desempenham um papel crucial aos/às produtores/as do MOGICO na troca de conhecimentos especializados, com foco principal na legislação, fornecendo orientações para se adequarem as leis.

Produtora Rosa: *Já entrei no MOGICO fazendo um curso. Aí depois daquele curso, já fiz outro curso.* Depois daquele curso... E *estou fazendo curso até hoje, né?* [risos] Então eu aprendi tudo nesses cursos de capacitação, *a gente aprende muito.* Nossa, eu não faço ideia de quantos cursos já fiz, mas foram muitos! [...] Fiquei dois anos só estudando e plantando para experimentar, né?

Consumidora Jasmim: Aquele menino que foi presidente, ele ensinava bastante coisa, *dava bastante curso pro pessoal, né?* Eu não sei como tá hoje esses cursos. [...] As reuniões eram bem interessantes também, os meninos *ensinavam muita coisa para os produtores conseguirem o certificado, né?*

Consumidora Acácia: Então, *algumas coisas aprendi com a minha irmã.* E por conta desse projeto da cozinha, ela aprendeu muito em cursos do MOGICO. Ela fez muitos cursos quando começou a querer mexer com o orgânico, mesmo sem saber plantar. Hoje ela sabe muita coisa por conta disso.

Rosa, que como visto, não acredita que as reuniões são momentos para possíveis aprendizagens, destaca pelo uso das expressões "já entrei no MOGICO fazendo um curso", "já fiz outro curso", "até hoje, né?", "foram muitos!", a importância que direciona para a realização de cursos e modula sua fala no sentido de enfatizar a continuidade de sua participação, reforçando a ideia de aprendizado constante promovido por eles. Desta forma, constrói uma identidade de alguém engajado no processo de aprendizado promovido formalmente.

Por outro lado, ao fazer a afirmação de que "dava bastante curso pro pessoal" e "ensinavam muita coisa para os produtores conseguirem o certificado", Jasmim demonstra um afastamento em relação ao processo de aprendizagem promovido. Essa postura pode sugerir que há uma ênfase exclusiva no reconhecimento desse processo apenas para os/ produtores/as, não percebendo o aprendizado dos/as consumidores ao longo desse período.

Ao relatar que "algumas coisas aprendi com a minha irmã" e em seguida avaliar positivamente que "ela aprendeu muito em cursos do MOGICO", Acácia evidencia que o conhecimento disseminado pela associação transcende suas fronteiras, podendo ser

compartilhado com pessoas além daqueles engajados com o coletivo. Isso demonstra a capacidade de difusão do conhecimento promovido pela organização, alcançando um público mais amplo.

Consumidor Cravo: *Não sabia que eles promoviam cursos! Deve ser bacana. Não é muito divulgado, né?*

Cravo, que se mudou para Juiz de Fora há alguns anos, revela desconhecimento sobre a promoção de cursos pelo MOGICO. Apesar disso, demonstra uma opinião favorável ao mencionar a importância de oferecer cursos interessantes e avalia que a divulgação seja ineficiente. Essa postura reflete uma atitude positiva em relação à oferta de cursos, ao mesmo tempo em que destaca uma possível falha na divulgação do MOGICO para novos públicos.

Durante a entrevista, abordei o Dia Agroecológico, um evento de destaque promovido pelo coletivo. O objetivo dessa pergunta foi explorar a relevância atribuída pelos/as entrevistados a esse evento em particular, visto que em minhas observações, ficou evidente que o Dia Agroecológico é extremamente significativo para o coletivo, mobilizando a organização como um todo.

Produtor Lírio: Em cada Dia Agroecológico [...] é um dia que ele [produtores/as] *vai sair da roça, que ele vai esquecer o sol na cabeça e vai ali curtir o momento com o grupo*, é um *momento de integração entre a gente*. E ali a gente *sempre traz uma carga de experiência e conhecimento*.

O trecho em que Lírio pressupõe que o agricultor "vai sair da roça e esquecerá o sol na cabeça", sugere uma quebra na rotina do trabalho na terra e estabelece um intertexto com a dinâmica da Agroecologia, em que a interação, coletividade e troca de saberes são fundamentais. Essa troca de saberes é mencionada nos trechos em que se avalia que "é um momento de integração entre a gente" e afirma-se que "ali a gente sempre traz uma carga de experiência e conhecimento". Essas afirmações evidenciam o valor do conhecimento local dos/as produtores/as do MOGICO, colocando-o como um recurso valioso compartilhado durante o evento, fortalecendo a identidade e a autonomia desses atores sociais.

No entanto, o Dia Agroecológico é um evento aberto à comunidade que oferece dinâmicas para além dos/as produtores/as ou consumidores/as associados ao MOGICO. Essa participação externa é evidenciada em alguns discursos:

Produtora Camélia: E aí esse dia agroecológico é importante *porque também vão pessoas que não são produtoras*, e aí às vezes eles *colocam lá algum assunto que faz a gente até refletir e pensa “Olha, que massa!”*, sabe? Porque às vezes *eu não tinha essa percepção, essa visão, eu não pensava nessa questão*, enfim.

Consumidor Cravo: Poxa, esse último evento que teve, por sorte eu tava no Jardim Botânico no dia e foi incrível *ver a mobilização do pessoal, as falas, as histórias. Esse olhar pra semente que eles disseram lá, a riqueza e autonomia da semente pro agricultor*. Depois fiquei comigo *“Como eu nunca tinha pensado nisso?”* [risos]. Achei aquilo muito interessante.

Consumidora Jasmim: Ah, eu já fui em alguns eventos do Dia Agroecológico, lá mais no início, antes da pandemia e, nossa, *gostava muito! Aprende muita coisa e como é aberto, qualquer um pode aprender* sabe? *Preciso voltar a ir!*

Camélia utiliza a coesão por realce ao destacar a importância do Dia Agroecológico para além dos/as produtores/as. Isso evidencia a presença de diferentes atores sociais envolvidos nessa atividade, o que sugere a existência de diversas perspectivas em jogo. Nesse sentido, pode se interpretar que o espaço do evento se torna um ambiente propício para o compartilhamento dessas perspectivas.

Para reforçar sua avaliação, Camélia ilustra uma situação que experimentou, na qual houve uma mudança de percepção devido à influência de atores externos ao MOGICO. Para transmitir entusiasmo, surpresa e valorização do aprendizado e da mudança de perspectiva proporcionados pelo dia agroecológico, utiliza o intertexto "Olha, que massa!". Esse recurso contribui para ressaltar a importância e o impacto das discussões ocorridas durante o evento.

A mudança de perspectiva também é evidenciada por Cravo ao utilizar o intertexto "Como eu nunca tinha pensado nisso?". Esse recurso sugere uma conexão com suas próprias reflexões anteriores, indicando uma descoberta ou uma mudança de perspectiva para ele. Isso ressalta a capacidade dos eventos, com "as falas, as histórias", de transformar a forma como as pessoas pensam e percebem determinados assuntos, especialmente ao valorizar a perspectiva dos/as agricultores/as.

Outro exemplo de intertexto, "Esse olhar pra semente que eles disseram lá, a riqueza e autonomia da semente pro agricultor", também é utilizado para incorporar a perspectiva compartilhada no evento por Cravo. Nesse caso, ele reconhece e valoriza a visão apresentada sobre a semente como uma fonte de riqueza e autonomia para os/as agricultores/as, refletindo sua apreciação pela abordagem discutida no evento e, possivelmente, indicando uma mudança em sua própria percepção e compreensão do assunto abordado.

Nesse contexto, Jasmim destaca que os eventos do Dia Agroecológico são abertos a todos e enfatiza a possibilidade de participação e aprendizado para qualquer pessoa.

Utilizando termos positivos, como "gostava muito" e "aprende muita coisa", ao avaliar sua experiência como consumidora, ela contribui para construir uma imagem favorável do evento, destacando seu acesso para além dos/as produtores/as, podendo aumentar a importância e relevância dos eventos. Além disso, ao expressar o desejo de participar novamente, Cravo demonstra um compromisso e interesse contínuo no assunto, reforçando a percepção positiva dos eventos e evidenciando um engajamento pessoal.

Com o objetivo de compreender a percepção dos/as produtores/as e consumidores/as em relação à associação MOGICO, analisei os discursos e inferi as percepções de cada entrevistado/a. Posteriormente, estabeleci conexões entre as conclusões apresentadas para compreender como a associação é percebida de forma geral.

A partir das análises realizadas, pude observar que o Rosa reconhece e valoriza a importância da associação MOGICO como um instrumento essencial para viabilizar a produção orgânica certificada. Essa percepção é resultado da observação da movimentação de saberes promovidos pelos cursos oferecidos e visitas do Sistema Participativo de Garantia (SPG), indicando um conhecimento técnico voltado à produção.

Por sua vez, o Lírio destaca a colaboração positiva do MOGICO como associação, ressaltando que essa colaboração provocou mudanças significativas em suas compreensões. Essa transformação ocorreu por meio da dinâmica de colaboração entre os membros, contrastando o surgimento de um olhar negativo em relação à lógica da produção hegemônica. Assim, a importância de se unir ao MOGICO é ressaltada como uma forma de evitar o envolvimento no nicho de venda do agronegócio.

Já Camélia concebe o MOGICO como uma associação que proporciona benefícios práticos e emocionais ao grupo. Ao participar do MOGICO, as coisas se tornaram mais fáceis, destacando o apoio mútuo, o acesso a recursos e a sensação de pertencimento. Também é valorizado o aprendizado sobre agricultura orgânica e Agroecologia, reforçando a importância do MOGICO como um espaço de troca de conhecimentos e experiências.

Por fim, o Lótus destaca a associação MOGICO como um resgate de aspectos pessoais e familiares. Ao participar do grupo, Lótus descobriu características compartilhadas com os demais membros. Valoriza-se a ideia de trabalhar em conjunto e em família para resgatar valores tradicionais.

No contexto dos/as consumidores/as, Cravo reconhece o MOGICO pela relevância do trabalho voltado à valorização dos princípios da agricultura orgânica, da sustentabilidade ambiental e da integração e viabilização da produção por meio da coletividade e união dos/as produtores/as.

Embora os/as demais consumidores/as apresentem alguns afastamentos em relação à prática do MOGICO enquanto associação, Hortênsia e Jasmim atribuem importância a essa forma de organização, por viabilizar atividades como a feira e a realização de eventos que promovem a valorização de saberes tradicionais. Já Acácia transfere grande parte da responsabilidade e interesse para sua irmã, indicando uma possível falta de compreensão sobre a dinâmica de uma associação voltada para produtores/as alternativos/as, como o MOGICO.

Ao analisar as entrevistas, percebi que os/as entrevistados/as têm uma visão da associação MOGICO como um meio para viabilizar a produção orgânica certificada. Existe um reconhecimento geral da importância dessa associação como um instrumento essencial para garantir práticas sustentáveis, conforme previsto em lei, e obter certificações que conferem credibilidade aos produtos finais.

No entanto, para além de cumprir as exigências legais para a certificação, a colaboração entre os membros e a promoção da interação e troca de conhecimentos foram destacadas como benefícios da associação MOGICO. Essa colaboração fortalece a coletividade e pode levar a transformações na forma como os/as produtores/as compreendem e praticam a agricultura. Os/as produtores/as também mencionaram os benefícios práticos e emocionais de pertencer a uma comunidade comprometida com uma causa comum. Compreendo que esses aspectos fortalecem o envolvimento dos/as produtores/as e impulsionam sua motivação para continuar promovendo suas práticas agrícolas.

Os saberes promovidos pelos cursos oferecidos, eventos realizados, visitas do SPG e o espaço de troca de conhecimentos e experiências são atribuições significativas ao MOGICO enquanto associação. Essas atribuições evidenciam o papel da associação na promoção de conhecimentos necessários para a prática agrícola, tanto em termos de conhecimentos técnicos quanto no resgate de saberes tradicionais.

Além disso, MOGICO também foi significado como uma associação que promove uma resistência à lógica hegemônica da produção agrícola, valorizando o trabalho em colaboração e atuando como uma forma de evitar que produtores/as se envolvam no nicho de venda do agronegócio.

Em conclusão, a análise dos discursos dos/as produtores/as e consumidores/as em relação à associação MOGICO revela uma percepção geral sobre a importância dessa organização na viabilização da produção orgânica certificada, bem como na promoção de práticas sustentáveis. Além do cumprimento das exigências legais, a colaboração entre os membros e a troca de conhecimentos foram destacadas como benefícios significativos da

associação. Essa colaboração fortalece a coletividade, promove transformações na compreensão e prática da agricultura e resgata saberes tradicionais. O MOGICO também é percebido como uma resistência à lógica hegemônica da produção agrícola, incentivando o trabalho em colaboração e evitando o envolvimento no agronegócio. Em suma, a associação MOGICO desempenha um papel fundamental na capacitação técnica, no fortalecimento emocional e na valorização de princípios sustentáveis, contribuindo para a promoção de práticas agrícolas conscientes e responsáveis.

Assim, na próxima categoria, procurarei analisar o discurso de produtores/as e consumidores/as sob a intenção de como esses sujeitos significam o espaço da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO.

5.4 A feira e suas educabilidades nos discursos de um “Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico”

Conforme abordado no tópico 3.12, as feiras agroecológicas e suas atividades representam mecanismos sociais que se contrapõem à dependência em relação ao capital industrial e comercial enfrentada pelos/as trabalhadores/as rurais. Essas feiras, em associação com a Agroecologia e a Economia Solidária, fortalecem a autonomia, promovem a produção e comercialização de alimentos de forma cooperativa e estabelecem relações diretas entre produtores/as e consumidores/as, desafiando a lógica mercantil e buscando justiça social. São iniciativas que visam superar as desigualdades socioeconômicas, construindo um modelo alternativo de desenvolvimento mais sustentável e participativo.

Por isso, essas feiras vão além da comercialização de produtos agroecológicos e da aproximação entre o campo e a cidade. Elas também podem atuar como espaços de educação popular e ambiental crítica, por proporcionar diversidade alimentar e pluralidade de histórias de vida, forças, sonhos, crenças, saberes e subjetividades, se colocando potentes à troca de conhecimentos entre produtores/as e consumidores, à formação política e ao compartilhamento de valores contra hegemônicos relacionados à produção e comercialização. Além disso, as feiras agroecológicas são espaços de resistência e luta pela terra, funcionando como centros catalisadores de iniciativas e fundamentais para o desenvolvimento local.

Acredito que a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO pode ser considerada um espaço subjetivo, variando de acordo com a perspectiva de cada pessoa envolvida. Por isso, no tópico 4.2.3, descrevi minhas observações a fim de compreender as particularidades e práticas cotidianas do local, e alcançar certa objetividade que fosse capaz de defini-la como

um "lugar praticado" de acordo com Certeau (1978), onde as práticas diárias das pessoas representam formas de resistência e construção de um espaço urbano.

Agora, para melhor entender essas singularidades, analisei os discursos dos/as produtores/as e consumidores/as da feira e percebi que suas interpretações reforçam o fato de que a feira vai além de sua função comercial. Assim, durante as entrevistas, com o intuito de obter informações específicas, fiz perguntas diretas aos participantes, buscando relatos sobre o significado do espaço da feira e as conversas e trocas que ocorrem ali.

Produtora Rosa: Ah, é o *maior contato* que eu acho que tem aqui em Juiz de Fora, né? *De referência, de orgânico*, eu acho que é a feira. [...] E claro, também é um espaço importante porque na feira é *onde eu mais vendo o que eu produzo* né, *onde mais dá o dinheiro*.

Ao questionar sobre a representação do espaço da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, Rosa fez uma pressuposição que ressalta a feira como o "maior contato", destacando sua relevância como uma "referência de orgânicos". Nessa pressuposição, foi estabelecido um intertexto com outra feira na cidade, chamada "Feira É Daqui" que não exige certificação orgânica dos/as produtores/as⁵⁷, resultando em uma comparação. Desse modo, Rosa posicionou a feira do MOGICO como o local que oferece a maior interação dos/as consumidores/as com produtos e produtores/as certificados, evidenciando assim uma valorização da certificação orgânica exigida pela feira.

Além disso, quando Rosa realça a importância da feira como um espaço onde se comercializa a própria produção e se gera renda, há um significado nesse local como uma valorização de um mercado alternativo aos padrões dominantes, o que possibilita a sua reprodução social. Essa mesma significação é realizada:

Produtora Camélia: Então é *onde a gente pode viver do que a gente ama fazer*, né? *Na feira a gente vende o que a gente produz, permitindo que a gente continue fazendo isso*. Claro que também é esse lugar de estabelecer *a confiança com o cliente*, de conversar com o ele e de oferecer comida sem veneno pra população, né? Pra as pessoas terem essa opção de comer sem veneno.

Produtor Lírio: É um espaço que vai além de venda, né? Vem *espaço de integração, espaço de troca, é um espaço que representa muita coisa*. E o bom é que são muitas coisas boas. *A princípio um espaço de retorno financeiro, porque a gente também tá ali pra isso* e se eu falasse que não, eu estaria mentindo. E junto a isso vem toda essa questão de *integração, troca, de conhecimento, de acesso a informações que só se tem feira*.

⁵⁷ Mais informações sobre a feira em: <https://www.instagram.com/feiraedaqui>. Acesso em: jun de 2023.

Produtor Lótus: É um lugar que eu gosto de vim porque eu sei que *se eu vim é porque a produção deu certo*, que o que eu plantei cresceu e *agora pode tá na minha barraca*. E também pra encontrar o pessoal né, *conversar com os clientes*.

Quando Camélia afirma "permitindo que a gente continue fazendo isso", pode ser interpretado como uma reação ao contexto mais amplo e hegemônico da lógica de mercado, e ao mesmo tempo, destaca a relevância da feira como uma fonte de sustentação para manter a atividade produtiva. Essa sustentação é alcançada por meio da venda dos alimentos, evidenciando a feira como um espaço crucial que garante a subsistência e a continuidade do trabalho, sem serem excluídos do mercado. Essa importância é também ressaltada por Lótus quando relaciona a sua presença na feira ao sucesso de sua produção que agora pode estar em sua barraca para ser vendida. O mesmo faz Lírio quando menciona a feira também como um "espaço de retorno financeiro".

Ademais, Camélia descreve a feira como um espaço "onde a gente pode viver do que a gente ama fazer", indicando uma relação afetiva e prazerosa com a produção e venda, o que pode ser interpretado como uma maneira de valorizar o trabalho realizado na feira e enfatizar a importância de poder continuar exercendo essa atividade. Além disso, ela destaca a relação direta entre produtor/a e consumidor/a, estabelecendo um senso de confiança mútua. Essa valorização do trabalho da feira também é enfatizada por Lírio, ao mencionar a feira como um espaço de integração, troca e conhecimento e por Lótus quando fala sobre "conversar com os clientes". Dessa forma, percebe-se uma visão ampla da feira, não apenas como um local de transações comerciais, mas como um ambiente de interação social e construção coletiva de saberes.

Consumidora Hortênsia: Eu gosto muito da feira, gosto muito de vim aqui e *converso com os feirantes*. É um espaço que eu me sinto bem, gosto muito dessa praça, me traz paz e a feira ajuda nisso, sabe? É um ambiente muito bom! *É um ambiente que traz essa sensação de saúde*.

Consumidor Cravo: É aquilo que eu disse né, eu conheço o MOGICO e a feira há pouco tempo, é recente. Ir nas feiras me faz ter esse resgate de uma tradição da minha mãe, mas na do MOGICO especificamente, *também me aproxima da questão do orgânico, de conversar com o produtor, né?* Não que eu não soubesse da produção orgânica, mas *não tinha me aproximado assim antes*.

As trocas entre produtores/as e consumidores/as são igualmente destacadas pelos consumidores. Hortênsia, ao mencionar que "conversa com os feirantes", aponta para uma

relação de proximidade e interação social estabelecida na feira. Essa relação cria vínculos de confiança entre produtores/as e consumidores/as, ao mesmo tempo em que proporciona canais de comunicação em torno da questão orgânica, como aponta Cravo. Assim, essa interação social na feira é também pode ser significada como um espaço único que permite trocas e diálogos em torno da produção e consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos. Dessa forma, a feira se destaca como um ambiente propício para a construção de relações mais estreitas e um engajamento direto com os princípios orgânicos e agroecológicos, diferenciando-se de outros locais de comercialização.

Consumidora Jasmim: Acho que eu posso dizer que a feira é o que *simboliza essa união deles*, né? Eles se unem *para que essa feira exista, que continue, que eles vendam seus produtos*.

Jasmim ressalta a feira como um símbolo de união entre os/as produtores/as, sugerindo que ela é percebida como um espaço de cooperação e colaboração entre os/as agricultores/as, que se unem em prol de um objetivo comum. Essa perspectiva pode ser interpretada como uma valorização da coletividade, especialmente porque ela já fez parte desse coletivo e compreende a importância dessa união. Além disso, ao pressupor que a feira existe e se mantém graças à união dos/as produtores/as, Jasmim faz uma crítica implícita à lógica individualista e competitiva do agronegócio e do mercado hegemônico.

Consumidora Acácia: Ah *se não tivesse a feira talvez seria muito mais difícil da gente cozinhar só orgânico* né? A feira *acaba permitindo que a gente trabalhe com a cozinha*, que a gente tenha *esse diferencial*.

Já Acácia atribui um significado crucial à existência e manutenção da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, principalmente para o seu trabalho. Ao afirmar que, sem a feira, talvez seu trabalho fosse mais difícil de ser realizada, ela sugere que a feira desempenha um papel importante ao fornecer acesso a produtos orgânicos, permitindo que ela realize suas práticas culinárias em conjunto com sua irmã. Essa avaliação também revela as dificuldades de acesso a produtos orgânicos, a ponto de tornar o uso deles um diferencial no trabalho dela. Nesse sentido, Acácia denuncia as limitações impostas pela agricultura convencional, evidenciando a importância da feira como uma alternativa que proporciona acesso a alimentos saudáveis e sustentáveis.

De certa maneira, há um reconhecimento por parte dos produtores/as do papel fundamental desempenhado pela feira ao fornecer acesso aos produtos orgânicos. Esse reconhecimento pode gerar mudanças em suas práticas de produção e impulsionar uma maior adoção de métodos agroecológicos e sustentáveis. No entanto, é importante ressaltar que os produtores/as também valorizam sua autonomia e liberdade na tomada de decisões sobre seus processos produtivos.

Produtora Camélia: Mas a gente percebeu que assim, *o povo não quer comer só banana orgânica*, né? E a gente percebeu "Não, temos que levar verduras, frutas, legumes, *porque a pessoa não quer comer só a banana, ela quer comer tudo orgânico*, né?".

Produtora Rosa: Eu sei que eu comecei a fazer. Aí o que eu pensava "Ah, daqui a uns quatro anos eu vou achar uma coisa que tá precisando mais, *pra me dedicar mais àquilo, àquela cultura*." Só que aí comecei a fazer feira e comecei a fazer entrega. Aí quando você faz entrega, *você tem que ter variedade*, né? Não adianta ter pouquinho.

Quando Camélia compartilhou sua história de produção, destacou que "o povo não quer comer só banana orgânica", evidenciando uma demanda da feira por uma variedade maior de produtos orgânicos. Essa percepção a leva a valorizar a relação com os/as consumidores/as e buscar diversificar as opções de produtos orgânicos disponíveis. A princípio, a história pode transmitir a ideia de uma orientação hegemônica de adaptação às demandas do mercado. No entanto, ao analisar mais profundamente, observei que essa demanda impulsionou a valorização da produção diversificada de alimentos orgânicos, o que contrasta com as práticas de monocultura, que se concentram exclusivamente em um único produto. A mesma trajetória também é evidenciada quando Rosa menciona que quando começou a vender seus produtos na feira, prezou por uma produção em variedade.

Sabe-se que autonomia desempenha um papel crucial na resistência dos/as produtores/as. Sob essa ótica, dentre várias considerações, a capacidade de autonomia dos/as produtores/as evita que se tornem cativos de influências externas, possibilitando-lhes tomar decisões fundamentadas em suas próprias circunstâncias e interesses. Neste sentido:

Produtor Lótus: Então *ultimamente eu tô levando o que eu consigo produzir*. Tem sido *difícil por conta do tempo, da chuva* e acabei perdendo muita produção é o que eu tô conseguindo produzir mesmo.

No trecho fornecido, Lótus menciona que leva para a feira apenas os produtos que consegue produzir, sugerindo que ele exerce sua autonomia na feira ao escolher quais

produtos levará. Entretanto, as dificuldades mencionadas podem indicar um contexto desfavorável para pequenos/as produtores/as agrícolas, limitando sua autonomia por se tratar de fatores que vão além de seu controle. No entanto, fatores que podem ser controlados, são permitidos e reconhecidos na dinâmica da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, como enfatiza Lírio.

Produtor Lírio: A *nossa produção é a gente que define mesmo, até mesmo pelo planejamento e pelas necessidades que a gente tem e pelo o que a gente consegue produzir no nosso espaço*. Só que parte da produção é influenciada pelos clientes da feira, entendeu? [...] Ele *tem seu papel, é influenciador, mas não é decisório*.

Neste trecho, Lírio menciona que a produção na feira é definida com base em planejamento, necessidades e capacidade de produção local, o que demonstra uma valorização da autonomia e do controle dos/as produtores/as sobre sua própria produção. Essa abordagem ressalta a importância dos/as produtores/as em tomar decisões sobre o que será produzido e comercializado na feira.

No entanto, quando ele afirma que o/a consumidor/a "tem papel influenciador, mas não decisório", reconhece a importância da interação com o/a cliente, mas também reforça a autonomia dos/as produtores/as, enfatizando que os/as clientes não têm o poder de decisão exclusivo. Essa afirmação sugere que a produção destinada à feira é orientada por princípios e valores próprios dos/as produtores/as, em vez de serem ditados unicamente pelos desejos dos/as consumidores/as.

Essa dinâmica ressalta a importância da interação entre produtores/as e consumidores/as na feira, onde ambos desempenham papéis complementares. Enquanto os/as produtores/as têm a liberdade de determinar o que cultivar e oferecer com base em suas capacidades e princípios, a interação com os/as consumidores/as influencia suas decisões, permitindo ajustes na produção para atender às demandas e preferências dos/as consumidores/as dentro dos limites estabelecidos pelos/as produtores/as.

Consumidora Hortênsia: Ah se o produto tá feio eu falo mesmo! Eu sinto que *eu tenho liberdade com eles pra isso*.

Consumidora Acácia: Ah de vez em quando, quando não tem né o produto que eu tô querendo e aí *acabo pedindo pra eles, comentando*, né? Na outra semana, pode ter certeza, *alguém vai ter e vai me vender*.

Consumidora Jasmim: Há muito tempo atrás, a feira era até em outro lugar, falei com a menina "Nossa, mas esse tomate tá verde demais!" e você acredita que ela passou a colher um punhado de tomate depois, pra deixar ele mais maduro e trazer pra mim? Mas ***eu achei aquilo tão simbólico, me senti escutada***, sabe?

Os trechos anteriores destacam diferentes perspectivas sobre a relação entre produtores/as e consumidores/as na feira e as demandas produtivas. Cada um deles traz uma visão específica, contribuindo para uma compreensão mais completa do assunto.

Em primeiro lugar, Hortênsia avalia ter liberdade ao se expressar durante as trocas com os/as produtores/as. Essa liberdade sugere que a feira é um espaço onde os/as consumidores/as possuem voz ativa e podem exercer seu poder de escolha e crítica. Por outro lado, Acácia pressupõe que os/as produtores/as, mesmo que inicialmente não tenham o produto disponível, estão dispostos a atender às demandas dos/as consumidores/as. Esse ponto de vista pode estar fazendo um intertexto com situações anteriores em que os/as produtores/as se esforçaram para atender às necessidades dos/as consumidores/as. Isso indica que a Acácia atribui um papel significativo à feira como fornecedora de produtos de interesse dos/as consumidores/as.

Além disso, Jasmim atribui um valor simbólico à interação entre produtores/as e consumidores/as na feira. Essa interação é vista como um momento em que demandas podem ser estabelecidas e, ao afirmar que se sente escutada, ela indica que a feira é percebida como um local de diálogo e reconhecimento mútuo entre produtores/as e consumidores/as.

Em resumo, os discursos enfatizam diferentes aspectos da relação entre produtores/as e consumidores/as na Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, destacando a liberdade dos/as consumidores/as, a disposição dos/as produtores/as em atender às demandas e o valor simbólico da interação entre ambos. Essas perspectivas contribuem para uma compreensão mais ampla da importância da feira como um espaço de troca, diálogo e reconhecimento mútuo. No entanto, as trocas se dão para além das demandas aos/as consumidores/as:

Produtora Camélia: E a troca é essencial, né? Porque o cliente tudo na feira é feito pra ele, ***então esse contato é importante porque ele que vai dar o feedback pra gente***. E a ***validação do processo***, além da certificação, ***é o cliente***. É a qualidade percebida pelo cliente, é a troca na feira, entendeu? ***É a necessidade da confiança***.

Produtor Lótus: Tem uma questão o MOGICO sempre trabalhou com a gente que é a questão do tamanho, né? ***Porque geralmente o cliente tem essa visão que o alimento orgânico é pequeno e feio***. Mas ele pode ser bonito, lindão, entendeu? Aí o cliente às vezes vê lá a

cenoura bonita, grandona e fala “Ah, isso não é orgânico não!” e é, entendeu? Aí eu falo **“É, orgânico sim, eu garanto, eu plantei”**. E isso faz o cliente ter confiança, sabe?

Inicialmente, Camélia destaca a relevância da interação na feira, realçando como o feedback dos/as consumidores/as é essencial tanto para os produtores/as quanto para o estabelecimento de confiança mútua. Dessa forma, a interação com os consumidores desempenha um papel fundamental na validação das práticas relacionadas à feira, estabelecendo uma confiança mútua por meio da qualidade dos produtos oferecidos.

A questão de estabelecimento da confiança pela troca entre produtores/as e consumidores/as também é abordada por Lótus. Utilizando o intertexto "É orgânico sim, eu garanto, eu plantei" estabelece sua credibilidade e autoridade como produtor orgânico nesse momento de diálogo com o/a cliente. Ao mesmo tempo, essa abordagem desafia as percepções e estereótipos negativos associados aos alimentos orgânicos, contrapondo-se à visão convencional dos/as consumidores/as de que esses alimentos são necessariamente pequenos e feios. Desmistificações de compreensões criadas pela hegemonia também são enfatizadas por Rosa em suas interações com os/as consumidores/as.

Produtora Rosa: Às vezes quando a gente tá lá com a alface grandão eles falam “Ah, não tem agrotóxico aqui mesmo?” e aí né eu ***explico que os agrotóxicos são os venenos que vão só dão deixar que tenha doença na plantação, que não é ele que vai deixar o alface grande. O que deixa grande é a qualidade do solo, que tem que tá bem nutrido.***

Produtor Lírio: Eu gosto de falar como a gente planta, sempre tentando mostrar pro cliente que a gente não preocupa só com a questão do agrotóxico, ***mas que a gente procura também tá em harmonia com a natureza, com as pessoas, protegendo aquele espaço.***

Também, quando Rosa afirma que os agrotóxicos não são responsáveis pelo crescimento da alface, há um intertexto implícito com o discurso hegemônico que mantém o mito de que alimentos orgânicos são feios e pequenos (DAROLT, 2007), sugerindo uma crítica à narrativa predominante. Por outro lado, a ênfase é dada à importância da qualidade do solo e sua nutrição no crescimento dos alimentos, valorizando perspectivas agroecológicas ao compartilhando no diálogo com o/a consumidor/a.

A ênfase em perspectivas alinhadas às premissas agroecológicas também é compartilhada na interação com os/as consumidores/as por meio da abordagem de Lírio, que destaca a importância de demonstrar aos clientes sua preocupação com a natureza, com as pessoas e a com proteção do ambiente. Assim, essa postura vai além dos aspectos da saúde

amplamente associados ao alimento orgânico, pois considera as dimensões socioambientais da agricultura, podendo despertar a atenção dos/as consumidores/as para uma visão mais abrangente da prática.

Consumidora Hortênsia: Ah a gente fala muito sobre essa *questão dos agrotóxicos né e o quanto isso faz mal pra nossa saúde*. E é engraçado porque é uma questão muito importante de saúde, seríssima e que *eu não converso em outro lugar que não seja aqui* ou lá em casa. Aqui, assim, *acho que quase todo mundo que tá aqui na feira é por causa disso e aí é o lugar que tem na cidade pra falar sobre isso com as outras pessoas*.

Produtora Camélia: Eu aqui procuro falar com os meus fregueses que não adianta *querer ter uma vida saudável* e comprar ali no Bahamas *cheio de veneno*, né? E tem cliente que se a gente aqui na feira não tiver mais batata no dia, *ele fica sem a batata, mas não compra no Bahamas*.

Produtora Rosa: Ah, *eu acho que ensino muita gente ali*, muita gente não acredita do poder de saúde do orgânico, sabe? *“Ah, que mentira! É pra vender que você tá falando isso!”* E eu falo “Não, é verdade! Leia. Leia. Pesquise”.

No entanto, alguns/mas entrevistados/as enfatizam a importância da saúde. Hortênsia menciona que, embora seja um assunto sério, apenas o discute em casa com sua família, destacando o papel fundamental da feira nessa abordagem. Isso sugere uma limitação de espaços ou contextos para a discussão pública sobre a questão. Além disso, ela avalia que a feira é um ambiente onde as pessoas estão preocupadas com o tema, pressupondo que "quase todo mundo que está aqui na feira é por causa disso". Como cliente fiel da feira do MOGICO, acredito que Hortênsia faz referência às suas observações ao longo do tempo, indicando que a feira atrai um público engajado e interessado em discutir os efeitos dos agrotóxicos na saúde. Dessa forma, compreende-se que a concentração de indivíduos compartilhando preocupações semelhantes cria um espaço alternativo para o diálogo e a conscientização coletiva sobre a questão.

Concordando com Hortênsia, Camélia estabelece uma distinção entre a feira e o supermercado, representado pelo "Bahamas", ao avaliar que "não adianta querer ter uma vida saudável e comprar ali no Bahamas cheio de veneno". Isso posiciona a feira como uma opção mais saudável em comparação ao supermercado, sugerindo que os produtos vendidos no supermercado são prejudiciais à saúde devido ao uso de pesticidas ou agrotóxicos. Essa postura crítica em relação ao supermercado e o apoio à feira como uma alternativa alinhada com a busca por uma vida saudável são reforçados pelo intertexto "ele fica sem a batata, mas

não compra no Bahamas", em que Camélia traz situações já vivenciadas para reforçar a ideia e demonstrar que essa também é uma crítica realizada pelos/as seus/suas consumidores/as.

A avaliação "ensino muita gente ali", utilizada por Rosa, sugere que ela também enxerga a feira como um espaço educativo, onde compartilha conhecimentos sobre os benefícios dos alimentos orgânicos. No entanto, ao mencionar a descrença de algumas pessoas em relação à saúde associada aos alimentos orgânicos, indica a existência de diferentes perspectivas e crenças sobre esse tema entre os frequentadores da feira. Essa diversidade de opiniões pode refletir uma disputa discursiva presente entre os participantes da feira. Ao mencionar a importância da leitura, da pesquisa e ao expressar "Não, é verdade!", Rosa demonstra a busca por fundamentar seus argumentos e confrontar as crenças das pessoas por meio do conhecimento e da informação.

Produtor Lírio: Mas as relações ali, a gente conhece todos os nossos clientes, todos. Então quando a maioria chega ali existe ***uma relação de troca mesmo, de comentarem, de opinar sobre o produto, o que é muito importante por que eles sabem que a partir da opinião deles a gente pode mudar as coisas.*** [...] Porque ***conhecem o que a gente planta, confiam no que a gente planta.***

Quando Lírio afirma que seus/suas consumidores "conhecem e confiam no que a gente planta", implica em uma relação estabelecida entre produtores/as e consumidores/as, baseada no conhecimento que estes têm sobre os produtos cultivados. Além disso, a afirmação também indica a familiarização dos/as clientes com as práticas agrícolas, acredito eu, estabelecida pelo compartilhamento dos e métodos de produção, fundamental para estabelecer uma relação de confiança, sendo interpretado como um indicativo de qualidade, segurança alimentar e valores compartilhados.

Consumidora Jasmim: Na ***feira sinto como se todo mundo fosse meu amigo*** [...], eu tenho respeito e tenho muita consideração por eles e ***a gente conversa muito sobre como eles plantam, como colhem, pro que serve,*** até receita a gente troca aqui.

Consumidor Cravo: Então, isso de ***poder conversar com o produtor é muito interessante porque consigo perguntar como o alimento foi produzido, que técnicas que utilizaram, eu consigo ter informações sobre aquilo que eu tô consumindo,*** sabe? Eu acho isso importante, mas muito diferente também né? Enfim foi só vindo aqui no MOGICO que eu consegui ter esse tipo de troca com quem tava me vendendo.

Consumidora Acácia: Eu ***acabo conversando pouco, às vezes é só sobre os produtos, e conversa sobre como eles foram produzidos*** ou porque tá em falta essas coisas.

Trocas realizadas sob a intenção de conhecer a produção são evidenciadas por Jasmim que afirma “a gente conversa muito sobre como eles plantam, como colhem, pro que serve”, sugerindo que existe um interesse em discutir e compartilhar conhecimentos sobre produção de alimentos. Além disso, Jasmim expressa uma sensação de familiaridade e proximidade na feira, afirmando que se sente “como se todo mundo fosse meu amigo” valorizando as relações interpessoais e um senso de comunidade que é construído no contexto da feira.

Cravo ressalta a importância de ter a oportunidade de conversar diretamente com o produtor durante a feira e realça, pela utilização do "porque", seu interesse em obter informações sobre a produção dos alimentos e as técnicas utilizadas. Por isso, pode-se concluir que para ele, a feira representa um espaço valioso para acessar informações sobre a origem dos alimentos, buscando transparência no processo, revelando uma postura crítica em relação ao sistema agroindustrial convencional.

Mesmo Acácia afirmando que não realiza muitas trocas, quando as faz, geralmente são sobre os produtos e questões relacionadas à sua produção. Isso reforça a percepção de que a feira é principalmente vista como um espaço de intercâmbio de informações sobre os métodos de produção, estabelecendo uma relação de confiança mútua. Além disso, é um ambiente potente para adquirir conhecimento sobre práticas agrícolas alinhadas à perspectiva agroecológica adotadas pelos/as produtores/as.

Analisando os discursos, percebi que as relações de troca estabelecidas entre produtores/as e consumidores/as também desempenham um papel na construção da imagem tanto dos/as produtores/as perante os/as consumidores/as, quanto dos consumidores perante os produtores, indicando que essas interações comerciais colaboram para a definição e percepção de identidades, revelando características distintas de ambos os lados, que podem ser compreendidas discursivamente.

Produtora Camélia: Ah *tem clientes que acabam virando amigos*, né? Que chega aqui, a gente pergunta da família, como que tá filho porque a gente conheceu pequeno e hoje já tá grande, na faculdade. [...] Então *essa relação acaba acontecendo*, sabe? De *passar dessa relação de compra e venda e perguntar a vida, falar da nossa. De confiança mesmo*, né?

Produtor Lótus: Tem muito cliente que sempre volta né? Tem cliente aqui que vem todo sábado, todo sábado. Então *a gente acaba criando uma relação que até passa de ser só vendedor e cliente, né? Assim, gente bate papo aqui que eu não vejo em outras relações de comércio*.

Consumidora Jasmim: Ah é isso, *é uma relação de amizade mesmo. Não é em todo lugar que a gente vira amigo do comerciante né?* Claro, tô aqui perto, venho no MOGICO e frequento a feira há bastante tempo, mas mesmo assim, não é em todo lugar.

Analisando o trecho de Camélia, percebo que ela estabelece uma relação pessoal com os clientes da feira. Quando menciona que “tem clientes que acabam virando amigos” ao longo do tempo, demonstra um vínculo afetivo que vai além da relação de compra e venda. Isso demonstra uma dimensão mais humanizada e próxima entre produtores/as e consumidores/as, o que pode ser interpretado como uma forma de resistência à lógica predominante, que muitas vezes se baseia em relações impessoais e focadas exclusivamente no lucro.

O mesmo é realizado por Lótus enfatiza pela a afirmação “a gente acaba criando uma relação que até passa de ser só vendedor e cliente” a criação de laços e a comunicação mais próxima com o/a consumidor/a, sugere uma valorização de aspectos humanos e sociais dentro do contexto da feira. Jasmim também destaca que a relação estabelecida na feira é de amizade, ressaltando que nem sempre temos a oportunidade de nos tornar amigos dos comerciantes em outros lugares, fazendo um intertexto com as relações comerciais dominantes, que muitas vezes são marcadas por distanciamento. Ao usar a expressão "amigo do comerciante", Jasmim sugere uma relação baseada em confiança, proximidade e reciprocidade entre produtores/as e consumidores/as, uma dinâmica permitida pela feira.

Consumidora Hortênsia: *Eu sempre fui bem atendida aqui, disso eu não tenho que me queixar.* Até fiado, se deixar, eles vendem. Mas porque a gente acaba *criando uma relação de confiança né?* São anos que venho aqui.

Consumidor Cravo: E são bem atenciosos, né? Porque assim, eu pergunto mesmo. Como eu disse, tem sido um ambiente novo pra mim, então pergunto mesmo! E sempre muito gentis em me responder, em me explicar e por isso também me sinto confortável.

Consumidora Acácia: Ah são sempre tranquilos, *me atendem bem.*

No entanto, os produtores/as e consumidores/as também podem ser percebidos apenas pelas relações estabelecidas no ato de compra permitido pela feira. Quando Hortênsia avalia "eu sempre fui bem atendida aqui, disso eu não tenho que me queixar" revela a percepção positiva em relação aos/às produtores/as, sugerindo que suas experiências anteriores foram satisfatórias. Essa percepção positiva do atendimento pode influenciar a significação da feira para ela, associando-a a um lugar onde ela se sente bem acolhida e bem atendida, tornando-a

um local de escolha frequente para suas necessidades. O mesmo é realizado por Acácia quando avalia que os/as produtores/a “me atendem bem”.

Já Cravo avalia que os/as produtores/as da feira são "bem atenciosos" e que sempre respondem e explicam gentilmente. Essa descrição indica uma experiência positiva dele, em que se sente confortável e que o fato dos/as produtores/as responderem às suas perguntas sugere uma atmosfera acolhedora na feira. Nesse caso, a atenção e a gentileza dos/as produtores/as por Cravo podem refletir valores e ideais contrários ao modelo dominante de comércio.

Além disso, analisando os discursos de produtores/as e consumidores/as da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, verifiquei a presença de relações que se estabelecem inicialmente dentro do contexto da feira, mas que, entretanto, ultrapassam suas fronteiras físicas, ganhando força e se expandindo para além dos limites da própria feira.

Produtora Rosa: Eu inclusive falo com eles **“Vai lá, é só a gente marcar!”** O meu banner lá **tem meu mapinha, meu endereço**. É, uma das coisas importantes é a **rastreabilidade**, né? Saber de onde vem mesmo, né, a origem. **Isso é importante**. Isso tem no meu rótulo, né?

Através do intertexto "Vai lá, é só a gente marcar!", Rosa ressalta a oferta aos/as consumidores/as de visitarem sua propriedade, estabelecendo uma relação próxima e pessoal com eles/as. Essa relação que vai além da feira a partir de uma oferta da produtora, pode ser interpretada como uma estratégia de aproximação e construção de confiança com os/as consumidores/as. Além disso, a menção ao banner com o mapa e endereço do sítio reforça essa estratégia, demonstrando o esforço dela em fornecer informações claras e acessíveis para os/as interessados/as em visitá-la, contribuindo para uma imagem positiva da produtora.

Ao mencionar a importância da rastreabilidade, Rosa estabelece um intertexto com a Lei Nº 10.831, que determina a garantia da rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento. No entanto, essa interação não deve ser vista apenas como uma formalidade ou estratégia superficial na relação com os/as consumidores/as. Conforme mencionado em minhas observações, o estabelecimento de trocas entre produtores/as e consumidores/as é essencial para o MOGICO, ultrapassando meros cumprimentos formais. Percebe-se, de maneira geral, que Rosa está intrinsecamente ligada às questões legais, porém a relação com os/as consumidores/as vai além dessas exigências e se estabelece como uma construção conjunta entre ela e seus/suas consumidores/as.

Produtor Lírio: *Existem vários clientes que conhece o espaço.* Porque o orgânico ele é baseado muito na confiabilidade, na confiança mesmo. E qual a melhor forma do cliente ter confiança em você? Conhecendo o que você faz, se aproximando do que você faz, porque aí quando um cliente virar lá na feira *“Nossa o tomate não é orgânico não”* a outra vai virar e falar *“É sim porque eu fui lá e vi como é que eles fizeram”*, entendeu? *Prova social. O cliente é a nossa principal e melhor ferramenta de validação da nossa produção.*

Ao ressaltar a relevância da "prova social", na qual os/as consumidores/as podem confirmar a autenticidade dos produtos ao testemunhar o processo de produção, Lírio enfatiza a transparência e evidencia a relação de confiança baseada na proximidade. Através de dois exemplos intertextuais, reforça-se a importância da prova social e da experiência direta na construção da confiança dos/as consumidores em relação aos produtos. O segundo intertexto, que ocorre por meio de diálogos entre os/as clientes/as, valida a qualidade e autenticidade dos produtos vendidos na feira, o que reforça a significação atribuída a ela como um espaço confiável para a aquisição desses alimentos.

Produtora Camélia: *Muitos clientes já visitaram lá o sítio*, mas também *foi gente da Universidade. Pergunta como a gente faz, os procedimentos*, a questão nutricional também, né? Já veio gente que era cliente e faz até vídeo pro Youtube explicando como funcionava, do jornal também, que ia lá à feira e fez a reportagem perguntando como a gente começou.

Consumidora Jasmim: Ih eu já *fui acho que no sítio de quase todo mundo* lá do MOGICO. No início foi todo mundo na propriedade, pra conhecer, né? Pra trocar as experiências.

Camélia relata a visita de muitos clientes à sua propriedade, evidenciando uma relação com o público consumidor da feira. Essa ideia é reforçada por Jasmim, que menciona ter visitado "quase todo mundo" e trocado experiências, sugerindo um ambiente de interação e compartilhamento de conhecimentos entre produtores/as e consumidores/as da feira. Além disso, Camélia destaca a presença de pessoas da universidade em sua propriedade e a produção de vídeos pelos/as consumidores/as, indicando um interesse acadêmico na feira e nos procedimentos agrícolas adotados, bem como despertando o interesse dos/as clientes/as pela produção a partir da interação estabelecida na feira, podendo até resultar em cobertura midiática.

Produtor Lótus: Engraçado que por mais que eu converse com bastante gente lá na feira né, *o pessoal que compra comigo lá no MOGICO ainda não conhece aqui [...] mas ó, não é por falta de convite não, viu?* [risos]

Lótus menciona que, embora converse com várias pessoas na feira, seus/suas consumidores/as ainda conhecem sua propriedade, sugerindo que reconhece a feira como um importante espaço para o estabelecimento de conexões com os/as consumidores/as entre os diferentes espaços em que trabalha. No entanto, também indica que a falta de conhecimento dos/as consumidores/as á sua propriedade não é resultado de falta de esforço, sugerindo que ele está ciente de seus esforços para divulgar informações sobre o local e expressa possível insatisfação com a falta de visitas.

Consumidora Hortênsia: Tem muita gente que chega inclusive a ir onde o pessoal produz né? ***Isso é legal, acho muito bacana, mesmo.*** Eu há muito tempo tô pra ir ***porque eles sempre me chamam, sempre falam pra eu ir lá visitar.***

Consumidor Cravo: ***Nossa, com certeza! Eu tô me movimentando aí pra conhecer as propriedades. Eles chamam a gente, né? Ver de perto como tudo funciona.***

Hortênsia tem uma visão positiva da feira e da proximidade dos/as consumidores/as com os produtores/as. Ao usar termos como "legal" e "bacana" para avaliar essa dinâmica, transmite uma atitude entusiasta em relação à experiência de visitar os/as produtores/as. Além disso, ao mencionar que é frequentemente convidada pelos/as produtores/as para visitar suas propriedades, sugerindo uma relação próxima entre eles/as e fortalecendo a ideia de que a feira é um espaço que promove a aproximação entre produtores/as e consumidores/as e onde há oportunidades de aprendizado e contato direto com o funcionamento dos sistemas relacionados à produção agrícola.

Cravo, como de costume, demonstra interesse em conhecer as propriedades da feira. No trecho "Eles nos chamam, não é?" faz um intertexto que insinua um convite explícito ou implícito dos/as produtores/as para ele e outras pessoas, revelando sua busca pela participação do público. O uso da expressão "a gente" também indica proximidade entre os/as produtores/as e Cravo, sugerindo um relacionamento ou interação prévia.

Dessa forma, repetindo o procedimento adotado anteriormente e com o propósito de compreender a visão dos/as produtores/as e consumidores/as em relação à Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, procedi à análise dos discursos e inferi as percepções de cada entrevistado/as. Em seguida, estabeleci conexões entre as conclusões apresentadas a fim de compreender a percepção geral da feira.

Pela análise do discurso de Rosa, pude concluir que ela concebe a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO como um espaço único de entre consumidores/as e produtores/as certificados/as, valorizando a certificação orgânica e apoiando um mercado alternativo. Sua

diversificação de produtos orgânicos é impulsionada pela valorização da relação com os/as consumidores/as, apresentando um contraste com as práticas de monocultura. Além disso, em suas trocas, Rosa evidencia críticas à narrativa predominante, compartilhando perspectivas agroecológicas e educando sobre os benefícios dos alimentos orgânicos. Também estabelece relações além da feira como estratégia para construir confiança com os/as consumidores/as, priorizando a construção de vínculos significativos.

Já Lírio, em seus discursos, reconhece a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO como fonte de sustentação para a atividade produtiva e espaço crucial para a subsistência dos/as produtores/as. Destaca a importância da interação entre produtores/as e consumidores/as, que desempenham papéis complementares em sua produção. Ele também compreende que a interação com os/as consumidores/as valida as práticas relacionadas à feira por permitir o estabelecimento de uma relação de confiança baseada no conhecimento que os/as consumidores/as têm sobre o que é produzido. Assim, acredita que a feira é vista como espaços confiáveis, onde os consumidores/as podem verificar a autenticidade dos produtos vendidos e onde perspectivas agroecológicas podem ser difundidas.

Camélia, por sua vez, também compreende que a Feira Orgânica e Agroecológica é uma fonte de sustentação para a atividade produtiva, garantindo a subsistência dos/as produtores/as. Destaca a relação afetiva entre produtores/as e consumidores/as, baseada em confiança mútua. Assim como Rosa, atribui a diversidade de produtos orgânicos que produz como resultado da valorização dessa relação, diferenciando-se das práticas de monocultura. Desta maneira, entende que a interação com os/as consumidores/as valida as práticas da feira, destacando questões relacionadas a uma vida mais saudável. Essa interação também promove uma dimensão humanizada entre produtores/as e consumidores/as, o que pode levar ao interesse dos consumidores/as em conhecer as propriedades dos produtores/as.

Também localizando a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO enquanto espaço para a reprodução social dos/as produtores/as, Lótus também a considera um espaço de integração, trocas e criação de laços com os/as consumidores/as. Evidencia a autonomia proporcionada pela feira e reconhece a importância dela para estabelecer conexões com os/as consumidores/as em diferentes espaços de trabalho. Nas trocas com os consumidores/as, utiliza abordagens desafiadoras dos discursos hegemônicos relacionados à produção, exercendo credibilidade e autoridade como produtor orgânico na feira.

Já Hortênsia, compreende a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO como um espaço onde ocorrem interações sociais relevantes, em que os/as consumidores/as têm voz ativa e podem exercer seu poder de escolha e crítica. Além disso, posiciona a feira como um

ambiente que promove o diálogo e a conscientização coletiva sobre questões relacionadas à saúde. Assim, percebe os/as produtores/as de forma positiva, sentindo-se acolhida e bem atendida, e reconhece que a experiência de visitar os/as produtores/as fortalece a ideia da feira como um espaço que aproxima produtores/as e consumidores/as.

Em seus discursos, Jasmim entende a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO como um símbolo de união entre produtores/as, por haver cooperação e colaboração em prol de um objetivo comum. A feira é percebida como um espaço de diálogo e reconhecimento mútuo entre produtores/as e consumidores/as que a interação, compreendendo que essa relação é baseada na confiança, proximidade e reciprocidade, que promove interação e trocas. Também destaca a importância da coletividade, das relações interpessoais e do senso de comunidade construído nesse contexto. Desta forma, concebe que a representa um ponto de encontro significativo, fortalecendo a produção local e valorizando a interação entre produtores/as e consumidores/as.

Cravo, em seus discursos, também revela que a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO é um espaço de trocas e interações sociais entre produtores/as e consumidores/as que proporciona informações transparentes sobre a origem dos alimentos. Enfatiza que os/as consumidores/as se sentem confortáveis e acolhidos nesse ambiente, enquanto os/as produtores/as demonstram interesse em estabelecer proximidade com eles/as. Suas significações destacam a importância da feira como um local único para diálogos e conexões na produção e consumo de alimentos saudáveis.

Por fim, Acácia atribui à Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO um significado crucial para o seu trabalho e destaca as dificuldades de acesso a produtos orgânicos. Além disso, reconhece a feira como fornecedora de produtos de interesse dos/as consumidores/as e enfatiza o papel da feira como um espaço de intercâmbio de informações sobre os métodos de produção. Ela também revela uma percepção positiva em relação aos/as produtores/as, associando a feira a um lugar onde ela se sente bem atendida.

As abordagens apresentadas pelos diferentes atores envolvidos na Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO destacam pontos de convergência que enfatizam a importância da interação entre produtores/as e consumidores/as, bem como o reconhecimento mútuo e a confiança estabelecida nesse ambiente. As percepções convergem em torno da valorização da produção local, da promoção de alimentos saudáveis e da construção de relações interpessoais significativas. Neste sentido, creio que estas são percepções fundamentais para fortalecer a feira como um espaço de trocas, diálogo e conscientização coletiva.

Os/as produtores/as, de modo geral, compartilham não apenas as trocas oportunizadas neste espaço, mas também a visão de que a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO é uma fonte essencial de sustentação para a atividade produtiva, garantindo a subsistência e reprodução social dos/as produtores/as. Além disso, eles/as posicionam a feira como um lugar que proporciona autonomia para todos/as os/as envolvidos/as.

Os/as consumidores, por sua vez, destacam a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO como um ambiente que promove interações sociais relevantes e diálogo entre produtores/as e consumidores/as. Eles valorizam o poder de escolha, bem como o fortalecimento da ideia de uma vida mais saudável. Esses atores percebem os/as produtores/as de forma positiva, sentindo-se acolhidos e reconhecendo a feira como um espaço de proximidade.

Em suma, os discursos de produtores/as e consumidores/as enfatizam a importância da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO como um espaço de interação, trocas e conscientização coletiva. Essas visões convergem ao valorizar a confiança mútua entre produtores/as e consumidores/as, a diversidade de produtos orgânicos, a promoção de alimentos saudáveis e a construção de relações interpessoais significativas. Essas aproximações fortalecem a feira como um ambiente que aproxima produtores/as e consumidores/as em busca de uma produção e consumo mais sustentáveis.

6. AS POSSIBILIDADES EDUCATIVAS PERMITIDAS PELO MOGICO

Aqui, tecerei as considerações finais deste texto que levo à defesa da dissertação de mestrado. Iniciarei com uma breve recapitulação dos aspectos conjunturais que envolvem minha investigação, ressaltando desde já que esta não é uma pesquisa que se pretende neutra. Em seguida, destacarei as possibilidades que foram vislumbradas por meio das observações realizadas na Feira Orgânica Agroecológica do MOGICO, assim como das análises dos discursos dos produtores e consumidores envolvidos.

Enfrentar a atual crise global é complexo, pois requer combater a hegemonia exploratória que perdura há séculos. Nesta dissertação, analisei as raízes da questão ambiental, remontando às invasões coloniais que deram origem ao sistema/mundo colonial/moderno. Autores como Quijano, Wallerstein, Dussel, Mignolo e Marés ofereceram contribuições críticas, permitindo uma análise das consequências sociais, culturais e ambientais desse sistema/mundo, resultado da interseção entre modernidade, colonialismo e capitalismo, impulsionado por relações de poder assimétricas que promovem exploração e dominação.

Minhas reflexões evidenciaram que a história da questão socioambiental brasileira (e do Sul global) está marcada por séculos de colonialidade do ser, do saber e do poder (QUIJANO, 2005), impactando tanto o âmbito socioeconômico quanto o socioambiental. Processos de colonialidade desempenharam um papel crucial na construção da modernidade, impondo aspectos morais, estéticos e epistêmicos fundamentais para a exploração dos bens naturais e dos "outros", reforçando a dominação cultural e intelectual eurocentrada em detrimento dos saberes locais tradicionais.

Além disso, a modulação do imaginário e as dimensões simbólicas contribuíram para a dicotomia entre sociedade e natureza (LEFF, 2016), hierarquizando a sociedade humana (aquela orientada pelas premissas do capital e lucro) como superior à natureza, gerando exploração e dominação dos bens naturais e dos povos através da exploração física e subjetiva. Essa exploração desenfreada dos bens naturais, com a escravização de indígenas, negros e mestiços, permitiu aos colonizadores a apropriação de riquezas e a consolidação de seu domínio econômico, perpetuando a desigualdade entre os exploradores e os povos explorados, tratando a natureza apenas como fonte de lucro.

Nesse contexto de colonialidade da natureza (ALIMONDA, 2011a), a terra foi excluída da sociedade, podendo ser modificada ou até mesmo eliminada se considerada inútil para a obtenção de lucro. A terra foi demarcada, medida e registrada, tornando-se uma

mercadoria transacionável no mercado, resultando na marginalização das sociedades locais e na expulsão dos povos originários de suas culturas e tradições, além de causar uma perda irreparável da diversidade cultural e ambiental. A natureza perdeu sua integralidade, passando a ser vista como uma entidade separada e passível de dominação.

Essa colonialidade da natureza não apenas criou uma separação artificial entre os mundos biofísicos, humanos e espirituais (WALSH, 2007), mas também interferiu nas relações sociais, culturais e territoriais. Populações autóctones, fauna, flora e ecossistemas foram desqualificados e considerados inferiores, enquanto os conhecimentos e recursos desses povos foram apropriados pelos colonizadores, resultando na marginalização e supressão das culturas e saberes tradicionais, aprofundando ainda mais a dominação sobre a natureza (REIS; PERTILE, 2019). Ao longo dos séculos, essas ferramentas têm sido usadas para invisibilizar os modos de vida das populações locais e impor uma visão dominante de desenvolvimento que não leva em consideração as necessidades e os conhecimentos tradicionais.

Com o avanço do capitalismo globalizado, a ideologia desenvolvimentista persiste e desempenha um papel significativo nesse contexto. No entanto, a visão uniformizante do desenvolvimento, baseada no progresso e no crescimento ilimitado da produção, reforça a lógica colonialista e mantém as desigualdades estruturais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (WHITAKER, 2012).

No Brasil, é notável o avanço do capitalismo sob a questão agrária, com a dominação exercida pelo agronegócio. Impulsionado pela modernização agrícola e pelo capital estrangeiro, o agronegócio promove a concentração de terra e renda, resultando em inúmeras problemáticas socioambientais que contribuem para a marginalização e a violação dos direitos dos povos originários, dos camponeses e das populações rurais (NEVES & PIGNATI, 2021).

Nesse processo, premissas coloniais continuam atuando, caracterizando-o como um sistema cruel de apropriação, exploração e expropriação da natureza e do trabalho, baseado em práticas coloniais predatórias e exploração dos recursos das camadas sociais mais vulneráveis (PORTO, 2012). Além disso, conta com o discurso predominante da elite agrária, promovendo-o como um modelo agropecuário sustentável, mas ocultando a exploração excessiva dos bens naturais, a concentração de terras e o descarte de trabalhadores rurais (DELGADO, 2012), impondo modelos lineares e homogêneos que separam a natureza da sociedade (GIRALDO, 2015).

Influenciado pela mesma premissa colonial, a crise ambiental global deu origem a conceitos como desenvolvimento sustentável, buscando soluções para questões socioambientais (CASTRO, 2004). Entretanto, o desenvolvimento sustentável gerou

controvérsias, pois muitas vezes foi utilizado para justificar a sustentabilidade do sistema capitalista, orientando políticas ambientais no Brasil que amortecem os impactos negativos da exploração capitalista, sem questionar os fundamentos políticos, econômicos e sociais do modelo produtivo (IORIS, 2011). Além disso, acabou se tornando uma estratégia de distorção e alienação, sendo empregado como uma marca para atrair investimentos e encobrir os impactos negativos do agronegócio (ACSELRAD, 2005; LIBERA, 2019)

Outros problemas significativos incluem o uso intenso de agrotóxicos, que geram consequências ambientais (GOMES, 2019) e condições de trabalho degradantes e escravizantes (RODRIGUES, 2016), acidentes de trabalho, intoxicações, doenças graves, contaminação ambiental e danos à biodiversidade. A crescente ampliação do consumo de agrotóxicos no Brasil está relacionada com flexibilizações políticas que facilitam o registro e uso desses produtos a partir da influência do setor agrícola sobre decisões políticas e a falta de participação pública nos debates, favorecendo os interesses privados (JÚNIOR et al, 2022).

Como resultado, grupos específicos, determinados por classe social, gênero, origem étnica e inserção em setores econômicos e territórios, enfrentam condições de injustiça ambiental (ACSELRAD, 2005) Os grupos mais desfavorecidos enfrentam dificuldades para identificar, denunciar e lidar com os riscos ambientais e sociais que os afetam.

Em contrapartida, há movimentos sociais populares que historicamente, a partir de conflitos socioambientais denunciam o modelo do agronegócio e lutam pelos direitos, democratização das terras e preservação do meio ambiente. Valorizam o território como espaço de identidade e pertencimento, resistindo à violência e buscando limitar a dominação do agronegócio e grandes proprietários rurais (RIBEIRO; JÚNIOR, 2011).

No entanto, ao conduzir minha pesquisa, percebi que nem toda injustiça ambiental resulta necessariamente em um conflito social, aberto, que envolve mobilização. Na verdade, essas injustiças podem se manifestar em construções subjetivas demarcadas em discursos, onde processos de comunicação desempenham um papel significativo em um determinado território. Esses processos discursivos podem levar a um distanciamento preocupante entre o ser humano e a natureza, onde as pessoas podem perder a conexão com suas próprias essências e valores, buscando atender a padrões hegemônicos discursivamente difundidos. Por fim, essa desconexão também pode ser observada nas relações interpessoais, onde os conflitos discursivos podem surgir devido a visões de mundo conflitantes, falta de empatia e compreensão mútua.

Portanto, reconhecer que os discursos surgem de/em relações de poder, torna necessário examinar e contestar discursos que perpetuam injustiças ambientais e promover

narrativas conscientes e sustentáveis, que honrem a Justiça Ambiental. Compreendi, a partir da minha pesquisa, que luta pelos direitos ambientais também se estende ao campo da comunicação e da construção de significados.

Nesse contexto, tanto a perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD) quanto a abordagem da Ecologia Política revelam a atuação do poder e da ideologia com o objetivo de impulsionar uma transformação na sociedade (FAIRCLOUGH, 2001; PORTO GONÇALVES, 2012).

Ao concentrar minha atenção na análise discursiva para compreender como os discursos são criados, propagados e consumidos, e como afetam (e são afetados) as relações de poder, identidade, valores e instituições, torna-se evidente a relevância da abordagem proposta por Fairclough (2001). Adotando a perspectiva da Ecologia Política, sobretudo com ênfase na visão latino-americana, também destaco a oposição ao pensamento ambiental que se alinha à lógica eurocêntrica capitalista ideologizante, conforme discutido por Porto Gonçalves (2012). Nesse contexto, tanto a Análise Crítica do Discurso (ACD) quanto a Ecologia Política revelam-se comprometidas intrinsecamente com a busca por justiça socioambiental, almejando a emancipação e libertação dos indivíduos marginalizados e da natureza diante das injustiças socioambientais que contribuem para a atual crise civilizatória global.

.Atualmente, com as questões ambientais ganhando destaque em diversos discursos e práticas, é importante reconhecer que a inovação e a inquietação características da ACD e Ecologia Política não garantem, por si só, processos transformadores. Para que a transformação ocorra, é fundamental que o questionamento e a vontade de criar algo novo estejam interligados a uma crítica radical das relações sociais concretas e do sociometabolismo do capital (LOUREIRO, 2014). Portanto, a luta por Justiça Ambiental requer não apenas a transformação de paradigmas, mas também uma transformação social e epistemológica enraizada em ações comprometidas politicamente, de forma prática e contínua, visando transformar as relações sociais.

Para tanto, acredito que Educação Ambiental Crítica, aliada à Agroecologia, permite desenvolver um olhar crítico dos atores sociais do campo em relação aos riscos socioambientais (LOUREIRO, 2014; CALDART, 2022). Para ser transformadora, a prática educativa ambiental deve incluir uma análise social crítica, expondo os discursos e condições de (in)sustentabilidade socioambiental prevalentes. Nesse sentido, a Agroecologia desempenha um papel fundamental para a consolidação da Justiça Ambiental, envolvendo a redefinição do significado da questão ambiental (ACSELRAD, 2005). Assim, a Agroecologia é central nesse processo.

Porém, a possibilidade de invisibilização de críticas sociais na feira agroecológica é um problema social relevante e move minha pesquisa. Esse cenário é resultado do discurso agrícola hegemônico que se apoia nas ideias da colonialidade, modernidade e da ciência para promover interesses capitalistas. Esse discurso desenvolvimentista e mercadológico, que nega as assimetrias de poder, pode contaminar a feira, tornando as críticas pertinentes à Justiça Ambiental praticamente invisíveis.

O discurso agrícola hegemônico tem o papel de normalizar e naturalizar as injustiças ambientais, ao mesmo tempo em que esconde as potencialidades educativas dos territórios de resistência, como abordado em tópicos do capítulo 3. Isso pode levar as feiras a perderem a oportunidade de fornecer uma educação contra hegemônica, que desafie o modelo agroprodutivo dominante. Como consequência, as injustiças e desigualdades ambientais são perpetuadas, dificultando a conquista de uma educação emancipatória, que habilite as pessoas a promoverem mudanças positivas e transformadoras.

Desta forma, debruçei-me nos discursos dos atores sociais envolvidos na Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, buscando identificar as oportunidades educativas que emergem e que contribuem para uma Educação Ambiental Crítica, nutrida pela Agroecologia. Além da minha motivação pessoal, mergulhei no universo de uma feira agroecológica por reconhecê-la como um espaço potente de resistência e transformação na sociedade, uma prática que se manifesta no cotidiano, especialmente diante dos impactos negativos das práticas hegemônicas do agronegócio.

Diversas significações que foram atribuídas à Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO pelos discursos analisados de produtores/as e consumidores/as, que, de modo geral, a conceberam como um lugar: 1) importante à interação entre produtores/as e consumidores/as; 2) que valoriza a confiança mútua entre produtores/as e consumidores/as; 3) que promove alimentos saudáveis; 4) que possibilita a construção de relações interpessoais significativas; 5) de trocas, de diálogo e de conscientização coletiva; 6) de fonte essencial de sustentação para a atividade produtiva; 7) de garantia de subsistência e reprodução social dos/as produtores/as; 8) que proporciona autonomia para os/as envolvidos/as e 9) que aproxima produtores/as e consumidores/as em busca de uma produção e consumo mais sustentáveis; indicando, que a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO se coloca, de maneira geral, na contra mão do problema social apresentado.

A partir das significações atribuídas pelos/as produtores/as e consumidores/as à Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, pude concluir que este espaço pode desempenhar um papel significativo na promoção de educabilidades emancipatórias por meio da interação entre

ambos os grupos. Essas interações não só estimulam diálogos, mas também contribuem para a construção de vínculos de confiança percebidos pelos/as produtores/as e consumidores/as, fortalecendo a proximidade entre eles/as e o comprometimento mútuo.

Os/as produtores/as e consumidores/as também a veem como um espaço de encontro e convivência, o que contribui para o fortalecimento das relações sociais e da coletividade. Esse aspecto é essencial para a construção de uma consciência ambiental mais crítica e engajada, onde os atores sociais reconhecem a importância das relações interpessoais na promoção de valores e práticas sustentáveis.

Além disso, produtores/as e consumidores/as percebem a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO como fonte essencial de sustentação para as atividades produtivas, revelando um possível reconhecimento da autonomia econômica dos/as agricultores/as familiares e a redução da dependência em relação a grandes corporações, alinhando-se com a visão da Ecologia Política e podendo promover educabilidades críticas e emancipatórias.

A garantia de subsistência e reprodução social dos/as produtores/as também é uma questão central que possibilita educabilidades engajadas com a criticidade e em diálogo com a Ecologia Política, pois fortalece a autonomia e a capacidade de decisão dos/as envolvidos/a, aspectos também percebidos na Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO.

Continuando minhas análises, a fim de fortalecer a compreensão do campo estudado, significações relacionadas ao MOGICO enquanto associação, também foram atribuídas e analisadas nos discurso de produtores/as e consumidores/as. Dentre as significações, a associação é concebida pela: 1) viabilização da produção orgânica certificada; 2) colaboração e interação entre os membros; 3) promoção de conhecimentos necessários para a prática agrícola; 4) resistência à lógica hegemônica de produção agrícola; 5) contribuição para práticas agrícolas conscientes e responsáveis.

Desta forma, a associação MOGICO é, de maneira geral, reconhecida por suas significativas contribuições para o fortalecimento da coletividade. Essa relevância é evidenciada através dos encontros e reuniões mobilizadas e da promoção de saberes oferecidos em cursos, eventos e visitas organizados pelo SPG, em que não apenas fornecem conhecimento técnico, mas também valorizam e resgatam saberes tradicionais, posicionando-se como uma resistência à lógica hegemônica de produção agrícola.

Logo, pude concluir que a associação MOGICO é percebida pelos/as produtores/as e consumidores/as como uma importante ferramenta na luta pela reprodução social de modos de produção alternativos. Segundo Caldart (2022), diante da força econômica e hegemônica das

grandes redes de comercialização de produtos agrícolas na sociedade, torna-se imprescindível manter um constante movimento de manutenção das feiras agroecológicas, a fim de garantir a continuidade do seu funcionamento e a preservação do seu espaço enquanto potência política e educativa.

Neste contexto, a associação MOGICO pode atuar em relações que proporcionam uma força formativa alinhada com as exigências educativas dos processos de luta em defesa da prática agroecológica, buscando assim manter esses espaços ativos e enfrentando os desafios em conjunto com a coletividade que os compõe, resistindo aos outros modos de comercialização agrícola que estão subordinados unicamente à lucratividade e se colocando potente a manifestação de educabilidades insurgentes.

Desta maneira, potencialidades educativas críticas e emancipatórias puderam ser relevadas pelos discursos de produtores/as e consumidores/as que significaram a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO e a associação MOGICO. No entanto, ao que tange as denúncias contra hegemônicas realizadas pelos/as produtores/as da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, algumas puderam ser observadas quando: 1) reconhecem o árduo trabalho dos/as agricultores/as e a importância da ação coletiva; 2) criticam a assimetria de conhecimentos que afetam os/as agricultores/as; 3) valorizam o vínculo emocional e afetivo com o trabalho agrícola em oposição a uma perspectiva estritamente utilitária ou econômica da hegemonia; 4) desconstruem o discurso convencional sobre o trabalho agrícola; 5) valorizam a autonomia alimentar e o consumo dos próprios alimentos produzidos pelos/as agricultores/as; 6) consideram aspectos como autonomia e valorização pessoal; 7) reconhecem experiências e demandas das pessoas marginalizadas, destacando desigualdades socioeconômicas e raciais.

Já as denúncias contra hegemônicas mobilizadas pelas análises dos discursos dos/as consumidores/as da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, puderam ser observadas quando: 1) reconhecem a predominância dos interesses comerciais das empresas sobre os consumidores/as; 2) reconhecem a importância das relações sociais e do trabalho em grupo na feira; 3) avaliam de maneira crítica a vida dos/as produtores/as, reconhecendo as dificuldades e as implicações das estruturas hegemônicas sobre eles/as; 4) reconhecem a Agroecologia como uma abordagem que busca promover a autonomia e o bem-estar dos/as agricultores/as.

No entanto, quando se considera diretamente a significação da Agroecologia por produtores/as e consumidores/as, foi possível identificar algumas semelhanças com o discurso predominante e a lógica do mercado, resultando em uma visão limitada e distorcida da Agroecologia, reduzindo-a erroneamente apenas à ausência de agrotóxicos. Essa concepção simplista negligencia as dimensões

socioambientais mais amplas associadas ao conceito. Nesse contexto, torna-se evidente o conceito de hibridismo discursivo conforme abordado por Fairclough (2001), que descreve a interação e a sobreposição de diferentes ideologias em um único discurso. Isso revela como certos discursos dominantes têm a capacidade de infiltrar-se e mesclar-se com discursos alternativos ou subordinados, o que pode ser identificado como um obstáculo para a superação do meu problema social.

Segundo Resende (2017), é fundamental reconhecer os obstáculos presentes, pois isso possibilita compreender a quais interesses os problemas específicos da prática em questão estão associados, facilitando uma ação de reação a eles. A instabilidade da hegemonia (FAIRCLOUGH, 2001) torna essencial identificá-la para que seja possível agir efetivamente sobre ela.

Nesse contexto, retomo a análise do Estatuto e Regimento Interno do MOGICO realizada no tópico 4.2.2. Se for verdade que esses documentos reconhecem e valorizam a educação associada à prática agroecológica, compreendendo-a como um pilar fundamental para alcançar a “plenitude” e “abrangência” da Agroecologia, a questão dos hibridismos discursivos traz um importante apontamento a ser trabalhado pela associação.

Partindo das denúncias mobilizadas nos discursos de produtores/as e consumidores/as, a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO se apresenta como um lugar praticado (CERTEAU, 1978), em que práticas cotidianas que a compõem apontam para formas de resistência às imposições da ordem hegemônica. Desta forma, é um terreno fértil para educabilidades que confrontam o poder do sistema agroprodutivo hegemônico que, junto às práticas agroecológicas promovidas pelos sujeitos envolvidos na feira oferecem um arcabouço riquíssimo para a Ecologia Política e a Educação Ambiental Crítica.

Dessa forma, concluo que as feiras agroecológicas desempenham um papel fundamental em contextos urbanos, como é o caso da Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO. Elas vão além de meros pontos de comércio de produtos agroecológicos, orgânicos ou considerados saudáveis. Na verdade, são locais poderosos capazes de promover a educabilidade e o questionamento crítico.

Ao nos depararmos com a diversidade de denúncias possibilitadas pelos discursos de produtores/as e consumidores/as, as feiras se destacam como espaços potentes para questionar e desafiar a ideologia dominante imposta pelos mecanismos hegemônicos do agronegócio em nosso país. Dessa forma, essas feiras podem ser vistas como pontos de partida para a construção de um conhecimento mais consciente e engajado, com o objetivo de superar a dominação ideológica e contribuir para uma transformação positiva na forma como a

sociedade se relaciona não apenas com a produção e consumo de alimentos, mas também com a natureza, revelando as assimetrias e relações de poder que permeiam tais interações.

Assim como fiz a fim de compreender as educabilidades promovidas Agroecologia, também me apoio nas reflexões de Paulo Freire presentes em suas obras, como "Pedagogia do Oprimido" (1968), "Pedagogia da Autonomia" (1996) e "Educação como Prática da Liberdade" (1965), que destacam a educação como um processo de libertação e transformação social para superar a opressão e construir uma sociedade mais justa, as feiras agroecológicas surgem como uma ferramenta significativa para capacitar produtores/as e consumidores/as a se tornarem agentes de transformação, em que por meio delas, possam questionar e superar as injustiças e desigualdades inerentes ao capital, fortalecendo sua posição e contribuindo para sua luta e reprodução social.

Neste sentido, as feiras agroecológicas se revelam como estruturas pedagógicas poderosas ao unir lutas coletivas, evidenciando a necessidade de ações conjuntas para efetivas mudanças. Funcionando como ferramentas pedagógicas decoloniais, podem denunciar a lógica capitalista e valorizar modos de vida e saberes tradicionais, ao mesmo tempo que expõem problemáticas invisibilizadas. Além de promoverem a interação entre sujeitos, esses espaços também podem cultivar solidariedade e afetividade, propiciando um conhecimento coletivo histórico, onde os/as frequentadores/as são enriquecidos/as pelos saberes uns dos outros. Desta forma, podem favorecer resistências baseadas em modos de vida e saberes plurais, reinventando-se constantemente por meio do coletivo e propondo novas formas de relacionamento com a natureza (SILVA, 2006; SANTOS, 2010; ANDRIONI, 2019).

Isso é possível porque as denúncias presentes no cotidiano das feiras agroecológicas refletem uma ação hegemônica perversa que perpetua as assimetrias socioambientais. Através da Educação Ambiental Crítica em diálogo com a Ecologia Política, essas denúncias podem ser compreendidas de forma profunda e contextualizada, ainda sim estabelecendo conexões com as questões relacionadas às determinações e dinâmicas sociais desse ambiente específico, em vez de serem abordadas isoladamente e superficialmente (LIMA; LOUREIRO, 2012).

Ademais, ao considerar as denúncias que foram observadas, é possível perceber que as feiras agroecológicas podem se apresentar como uma ferramenta para incentivar abordagens pedagógicas decoloniais, tal como defendido por Walsh (2009). Essas abordagens têm como objetivo fomentar processos educativos que expõem e questionam a marginalização, a categorização racial e as dinâmicas de poder, ao mesmo tempo que valorizam e promovem diversas manifestações de identidade, modos de vida e formas de conhecimento, com a finalidade de alcançar a justiça e a equidade.

Desse modo, as feiras agroecológicas podem ser encaradas como espaços de criação de saberes que contribuem para uma Educação Ambiental Crítica, cujo objetivo é revelar as consequências resultantes do domínio da agricultura produtivista. A Educação Ambiental, em sintonia com a Ecologia Política, apresenta abordagens pedagógicas diversas, insurgentes e decoloniais, bem como práticas educativas que propõem novas formas de existir, resistir e viver. Essas abordagens concentram-se em identificar alternativas que se mostram como oportunidades ou aberturas, capazes de auxiliar na superação desse paradigma fundamentado numa lógica econômica e conduzir-nos à transformação social.

Desta forma, este estudo se concentrou em investigar um espaço informal viável para promover aprendizados e, conseqüentemente, contribuir para romper com o paradigma perverso. Tal espaço foi a Feira Orgânica e Agroecológica do MOGICO, situada na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Assim, os aprendizados buscados e alcançados por intermédio dos discursos de produtores/as e consumidores/as foram aqueles que pudessem ajudar na formação de um indivíduo crítico, alguém capaz de compreender as desigualdades geradas pela ideologia e disposto a lutar pela transformação da sociedade. Um sujeito apto a perpetuar as feiras agroecológicas como espaços de produção de conhecimento, para desvendar as injustiças gritantes que prevalecem no mundo do capital globalizado e defender um modo de vida que resgate saberes tradicionais valiosos e poderosos para a mudança social.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, L. S.; BELLON, S.; BRANDENBURG, A.; OLLIVIER, G.; LAMINE, C.; DAROLT, M. R.; AVENTURIER, P. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 26, 2012.

ACSELRAD, H. Justiça Ambiental: Narrativas de Resistência ao Risco Social Adquirido. In: **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras (es) Ambientais e Coletivos Educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

ALENTEJANO, P. A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e reforma agrária no Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 4, n. 42, p. 251–285, 2020.

ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: ALIMONDA, H. **La naturaleza colonizada: ecología política y minería en la América Latina**. Buenos Aires: CLACSO/Ediciones CICCUS, p.21-60.2011a.

ALIMONDA, H. La naturaleza colonizada: ecología política y minería en la América Latina. Buenos Aires: CLACSO/Ediciones CICCUS, 2011b.

ALTIERI, M. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura sustentável**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002

ALVES, M. B.; OLIVEIRA, J. M.; CACIANO, G. R. Feira de Economia Solidária e Agroecologia da Universidade Federal de Juiz de Fora: Uma experiência de ocupação e interação em espaços coletivos. **Revista das ITCPs**, v. 1, n. 1, p. 141, 2021.

ALVESSON, M.; KÄRREMAN, D. Taking the linguistic turn in organizational research: challenges, responses, consequences. **The Journal of Applied Behavioral Science**, v. 36, n. 2, p. 136-158, 2000.

ANDRADE, V. de C. T.; LOCATEL, C. D. A Apropriação do Discurso Agroecológico pela Agricultura Orgânica Ressignificada. **Revista Ateliê Geográfico**, v. 13, n. 3, 2019.

BAGNOLO, C. M. A relação empresas e professores no que tange à Educação ambiental: responsabilidade de quem? **Anais do V Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental**. Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos, 2009.

BAGNOLO, C. M. Empresariado e ambiente: algumas considerações sobre a educação ambiental no espaço escolar. **Ciência & Educação**, v. 16, n. 2, p. 401-413, 2010.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Persona, Edições 70, 1977.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Seção 1, p. 1. Brasília, 24 dez. 2003.

BRUNO, R. Abag: a face “sistêmica” do poder patronal. In: BRUNO, R. **Senhores da Guerra, Senhores da Terra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil** Rio de Janeiro: Forense Universitária UFRRJ, p. 36-42, 1997.

BRUNO, R. O processo de construção da hegemonia do agronegócio no Brasil: recorrências históricas e habitus de classe. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 41, p. 01-26, 2022.

BUCZENKO, G. L.; ROSA, M. A. Educação Ambiental Crítica E A Educação Para O Desenvolvimento Sustentável (Eds): Encontros E Desencontros. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 1, p. 3882-3892, 2022.

CALDART, R. S. A Agroecologia na Formação de Educadores. Texto de Exposição. Universidade Federal de Roraima, mesa “Educação do Campo e Agroecológica: desafios na formação de educadores/educadoras”. 2022.

CAMARGO, C. R. **Sistemas participativos de garantia na agricultura orgânica brasileira: ação coletiva e construção e redes de conhecimento agroecológico**. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

CAPORAL, F. R. Aprendendo, fazendo, conhecendo. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 10, n. 3, 2013.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: Enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: EMATER/RS, 2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 70-85, 2002.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, p. 157-194, 2003.

CARNEIRO, F. F. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. EPSJV/Expressão Popular, 2015.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto II: os domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CASTRO, C. J. Sustainable Development: Mainstream and Critical Perspectives. **Organization & Environment**, v. 17, n. 2, p.195-225, 2004.

CERTEAU, M. de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 1980.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COCA, E. L. de F.; VINHA J. F. de S. C.; CLEPS JUNIOR, J. Movimentos socioterritoriais, agroecologia e soberania alimentar em Minas Gerais: lutas, resistências e desafios do camponato. **Revista Campo-Território**, v. 16, n. 42, p. 117-144, 2021.

COMUNELLO, J. F. Movimentos sociais, agroecologia e circuitos no capitalismo. **Ruris**, v. 6, n. 1, p. 45-72, 2012.

COSENZA, A. **Justiça Ambiental e Conflito Socioambiental na prática escolar docente: significando limites e possibilidades**. 2014. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Saúde do Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

COSENZA, A.; MARTINS, I. Controvérsias Socioambientais no Contexto da construção de sentidos sobre relações entre energia e ambiente na escola. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 13, n. 3, 2013.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, p. 157-194, 2003.

CUERVO, M. R. M.; HAMANN, C.; PIZZINATO, A. Feira agroecológica enquanto comunidade de prática: redes de sociabilidade, consumo e resistência. **Sociedade e Cultura**, [S. l.], v. 22, n. 1, 2019.

DAROLT, M. R., ROVER, O. J. **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis, Santa Catarina: Estúdio Semprelo, 2021.

DELGADO, G.C. Modelo de produção agrária no Brasil. **Seminário de Enfrentamento aos Impactos dos Agrotóxicos na Saúde Humana e no Meio Ambiente**. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012.

DUSSEL, E. **1492 o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Tradução Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais perspectivas latino-americanas**. Colección Sur-Sur. Ciudad Autonoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.

DUSSEL, E. Meditações anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2015.

FAIRCLOUGH, N. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. In: WODAK; MEYER (Orgs.). **Methods of critical discourse analysis**, 2 ed. Londres: Sage, p. 121-138, 2012.

FAIRCLOUGH, N. Discurso e Mudança Social. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FLICK, U. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 2ª. ed., Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOLADORI, G. **Limites do Desenvolvimento Sustentável**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1965.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FREITAS, C. P. **As agroestratégias de desterritorialização de povos indígenas e quilombolas. (Re)definindo marcos legais e usos territoriais**. 326f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

FURTADO, F. O clima do negócio e o negócio do clima COP 26: o paraíso das Corporações. Brasil Paraguai. **Fundação Rosa Luxemburgo**, p. 1-17, 2021.

GALVÃO, E. de A. **A política na CNA: organização, mobilizações e inserções do patronato rural no Estado**. 201 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

GIRALDO, O. F. Agroextractivismo y acaparamiento de tierras en América Latina: una lectura desde la ecología política. **Revista Mexicana De Sociología**, v. 77, n. 4, p. 637-662, 2015.

GLIESSMAN, S. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

GOMES, C. S. Impactos da expansão do agronegócio brasileiro na conservação dos recursos naturais. **Cadernos do Leste**, v. 19, n. 19, 2019.

GOMES, J. C.; BORBA, M. Limites e possibilidades da agroecologia como base para sociedades sustentáveis. In: **Revista Ciência & Ambiente**, Santa Maria, UFSM, n.29, p.5-14, 2004.

GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos. Las ambivalencias del progresismo sudamericano. **Nueva Sociedad**, 237, 128-146, 2012.

GUZMÁN, E. S. **A Agroecologia como estratégia metodológica de transformação social**. Instituto de Sociologia e Estudos Campesinos da Universidade de Córdoba, Espanha, 7ed, 2001.

IORIS, A. A. R. Segurança alimentar e segurança energética: algumas questões de ecologia política. **Cadernos do desenvolvimento**, v. 6, n. 8, p. 355-374, 2011.

JÚNIOR, J. M. V.; lima, L. P.; BET, V. T. Flexibilização dos agrotóxicos no Brasil: a expansão dos registros e do consumo. **Iniciação Científica Cesumar**, v. 24, n. 1, p. 1-22, 2022.

LAMOSA, R. de A. C.. **A educação ambiental e o novo padrão de sociabilidade do capital: um estudo nas escolas de Teresópolis (RJ)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LAMOSA, R.; LOUREIRO, C. F. B. Agronegócio e educação ambiental: uma análise crítica. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 22, p. 533-554, 2014.

LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. CLACSO. Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2005.

LAYRARGUES, P. P. Antiecológismo no Brasil: reflexões ecopolíticas sobre o modelo do desenvolvimentismo-extrativista-predatório e a desregulação ambiental pública. In: OLIVEIRA, M. M. D.; MENDES, M.; HANSEL, C. M.; DAMIANI, S. (org): **Cidadania, Meio Ambiente e Sustentabilidade**. Caxias do Sul: EDUCS, p.325-356, 2017.

LAYRARGUES, P. P. Educação ambiental no Brasil: o que mudou nos vinte anos entre a Rio92 e a Rio+20. In: **Revista Educação Ambiental em Ação**, n.39, 2012.

LAYRARGUES, P. P. Manifesto por uma Educação Ambiental Indisciplinada. **Ensino, Saúde e Ambiente**, 4 jun. 2020b.

LAYRARGUES, P. P. Pandemias, colapso climático, antiecológismo: Educação Ambiental entre as emergências de um ecocídio apocalíptico. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 15, n. 4, p. 1–30, 2020a.

LAYRARGUES, Philippe. Horta Escolar: o plantio da Educação Ambiental Crítica e a colheita de uma alimento agropolítico. In: COSENZA, Angélica; SILVA, Camila N.; REIS, Emanuelle dos. (orgs.). **Agroecologia escolar: quando professores/as e agricultores/as se encontram**. Rio das Ostras, RJ: Nupem/UFRJ, 2021

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

LEFF, E. **A aposta pela vida: Imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do sul**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2016.

LEFF, E. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

LIBERA, G. D. **O agro é tudo? O direito socioambiental em face da ofensiva legislativa do agronegócio**. 153 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2019.

LIMA, F. A. X.; VARGAS, L. P. Alternativas socioeconômicas para os agricultores familiares: o papel de uma associação agroecológica. **Revista Ceres**, v. 62, p. 159-166, 2015.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo civil**. Barcelona: Altaya, 1994.

LOUREIRO, C. F. B. Crítica ao fetiche da individualidade e aos dualismos na educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B. (org.). **Educação ambiental, gestão pública, movimentos sociais e formação humana: uma abordagem emancipatória**. São Carlos: RIMA, 2009.

LOUREIRO, C. F. B.; LIMA, M. J. G. S. A hegemonia do discurso empresarial de sustentabilidade nos projetos de educação ambiental no contexto escolar: Nova estratégia do capital. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 7, n. 14, p. 280-294, 2012.

LOUREIRO, C.F.B. Materialismo Histórico – Dialético e a Pesquisa em Educação Ambiental. **Revista Pesquisa em Educação Ambiental**, Rio Claro, v 9, n.1, p.53-68, 2014.

LOUREIRO, C.F.B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Revista Ambiente e Educação**, Rio Grande, v.8, n.1, p.37-54, 2005.

- MACHADO P. C.L; MACHADO FILHO M. C. P. **A dialética da Agroecologia**. Expressão Popular; São Paulo, 2014.
- MAGACHO, L. N.; CAVALARI, R. M. F.. Movimentos sociais e educação ambiental: um estudo sobre teses e dissertações brasileiras. **Ciência & Educação**, v. 25, n. 1, p. 93-109, 2019.
- MARÉS, C. De como a natureza foi expulsa da modernidade. **Revista de Direitos Difusos**, v. 68, n. 2, p. 15-40, 2017.
- MARTINS, A.; DA ROS, C.; AMÂNCIO, C. O SPG como método de ATER. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018.
- MAZOYER, MI; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do Neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: UNESP; Brasília, 2010.
- MELLO, J. C. de; FINATTO, R. A.; EDUARDO, M. F.. Reforma agrária e Agroecologia: reflexões a partir das experiências do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio - Paraná. **Revista Nera**, v. 24, n. 57, p. 255-282, Dossiê I ELAMSS, 2021.
- MENDONÇA, S. R. O Pensa e os intelectuais orgânicos do agronegócio (1990-2013). In: **Simpósio Nacional Estado e Poder**. Niterói. Anais. Niterói: Núcleo de Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil, p. 165-178, 2016.
- MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.32, n. 94, p.1-18, 2017.
- MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**. v 34, p. 287-324, 2008.
- MINNAERT, A. C. S. T. A feira livre sob um olhar etnográfico. In: FREITAS, M. C. S.; FONTES, G. A. V.; OLIVEIRA, N. (Org.). **Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura**. Salvador: EDUFBA, p. 129-148, 2008.
- MOGICO. **Estatuto da Associação Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico**. Juiz de Fora, 2013.
- MOGICO. **Regimento Interno da Associação Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico**. Juiz de Fora, 2014.
- MORATOYA, E. E.; CARVALHAES, G. C.; WANDER, A. E.; ALMEIDA, L. M. de M. C. Mudanças no padrão de consumo alimentar no Brasil e no mundo. **Revista de Política agrícola**, v. 22, n. 1, p. 72-84, 2013.
- MOREIRA, A. D.; SANTOS, A. R. ASSOCIATIVISMO, AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: uma ação educativa presente na APAB-em Riacho de Santana. **Plurais-Revista Multidisciplinar**, v. 7, p. 1-21, 2022.
- MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. (Coleção Primeiros Passos) São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução do francês: Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 120 p, 2006.

MST – Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Programa Agrário do MST. VI Congresso Nacional do MST. In: CALDART, R. S.; ALENTEJANO, Paulo. (Org.). **MST, Universidade e Pesquisa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, p.173-225, 2014.

NEVES, M.; PIGNATI, W. x Agronegócio e capital-imperialismo: expropriações, alienação e os desafios à produção de conhecimento em saúde coletiva. Desastres sócio-sanitário ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil. **Outras Expressões**, 15-32, 2021.

NIEDERLE, P.A.; ALMEIDA, L. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In: NIEDERLE, P.A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F.M. (Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. 1ed. Curitiba: Kairós, v. 1, p. 23-67, 2013.

NIEMEYER, C. B. de; SILVEIRA, V. C. A. da. Da pandemia à agroecologia: redes de solidariedade na construção de um novo paradigma socioecológico. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 377-390, 2022.

NOVAES, G. D. C.; VÊNANCIO, R. D. de B.; OLIVEIRA, J. M.; Economia Solidária e Agroecologia como arranjo sociotecnológico territorial: desenvolvimento, redes atores e sujeitos na frente de agroecologia da Intcoop/UFJF. In: MENEZES, D. N.; SANTOS, D. S.; MARMORI, A.; LUEDY, S.; MOTA, T. N.; SANTOS, A. O. (Org) **Anais do CIRIEC 1st World Conference in Latin America: economia social e solidária como modelo de desenvolvimento inclusivo, sustentável e resiliente em um mundo pós covid-19**. Salvador: EDUNEB, p 535-564, 2022.

OCTAVIANO, C.. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **Com Ciência**, Campinas, n. 120, 2010.

OLIVEIRA, A. M. S. Relação homem/natureza no modo de produção capitalista. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 3, 2002.

PAIVA, R. L. **Entre a Ciência e a Mídia: um olhar sobre a (re)significação do conceito de agroecologia**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo. Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2018.

PAIVA, R. L. Pensamento complexo, agroecologia e agrotóxicos: análise da inter-relação entre ciência, movimentos sociais e mídia no processo de construção social das informações sobre toxidade e risco. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [S.L.], v. 27, n. 3, p. 547, 2019.

PEREIRA, G. B. **Sistematização e análise da oferta de produtos orgânicos na feira do Bom Pastor em Juiz de Fora, Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Agricultura Orgânica). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2021.

PEREIRA, R. S.; MOSTAGI, N. C.; AGUIAR, E.;REZENDE, C. H. D. S.O discurso da sustentabilidade no capitalismo uma falácia. **Encontro internacional sobre gestão empresarial e o meio ambiente**, v. 9, p. 1-16, 2017.

PETERSEN, P. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, p. 69-103, 2013.

PETRINI, C. **Slow Food: Princípios da nova gastronomia**. São Paulo, SENAC, 2009.

POMPEIA, C. “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. **Horizontes Antropológicos**, v. 26, p. 195-224, 2020.

PORTO GONÇALVES, C. W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, A. U. MARQUES, Marta Inês Medeiros (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, p.27- 64. 2004.

PORTO GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1998.

PORTO, M. F. Modelo de produção agrária no Brasil. **Seminário de Enfrentamento aos Impactos dos Agrotóxicos na Saúde Humana e no Meio Ambiente**. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v.9, n.1, p.16-50, Jan./Jul. 2012.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 227-278. 2005.

QUIJANO, A.; WALLERSTEIN, I. La americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, v. 134, p. 583- 592, 1992.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Coleção Linguagem e Sociedade, v. 1, Campinas: Pontes Editores, 2011.

RANIERE, G. **Levantamento Etnobotânico das Plantas Alimentícias nos municípios de Areias e São José do Barreiro – SP: um patrimônio nos quintais urbanos**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

REIS, S. L. da S.; PERTILE, N. O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro. **Revista Nera**, [S. l.], n. 47, p. 64–86, 2019.

RESENDE, V. de M. Análise de Discurso Crítica: reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada. In: RESENDE, Viviane, de M.; REGIS, Jaqueline, F, da S (orgs.). **Outras Perspectivas em Análise de Discurso**. Campinas, SP: Pontes, 2017.

RESENDE, V. M. **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 202p, 2019.

RIBEIRO, R. M.; CLEPS JR, J. Movimentos sociais rurais e a luta política frente ao modelo de desenvolvimento do agronegócio no Brasil. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 6, n. 11, p. 75-112, 2011.

RODRIGUES, S. J. D. **Quem não tem é escravo de quem tem: migração camponesa e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo**. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SANTOS, A. C. dos. MATOS, S. M. S. Modernidade e crise ambiental: das incertezas dos riscos à responsabilidade ética. **Trans/Form/Ação**, v. 41, p. 197-216, 2018.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, T. A. **Agroecologia como prática social: feiras agroecológicas e a insubordinação camponesa na Paraíba**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SAQUET, A. A. Reflexões sobre a Agroecologia no Brasil. In.: ALVES, A. F. **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, D. N. S.; GOMES, E. T. A.; SERNA, A. G. Educação Ambiental no Novo Ensino Médio: o que há de 'novo'?. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 34, p. 127-147, 2022.

SILVA, E. R.; GONÇALVES, C. A.. Possibilidades de incorporação da análise crítica do discurso de Norman Fairclough no estudo das organizações. **Cadernos Ebape**. [S.L.], v. 15, n. 1, p. 1-20. 2017.

SILVA, S.L.; PEDROSA, C.E.F.; DAMASCENO, T.M.S.S. Linguagem e Globalização: perspectiva da análise crítica da linguagem. **Cadernos do CNLF - CIFEFIL**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 34-47, 2011.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 1988.

SOARES, A. L. T. **Protocolo de Apoio as Visitas de Verificação para a Conversão à Produção Orgânica de Unidades Agrícolas do Sistema Participativo de Garantia ABIO/MOGICO, Juiz de Fora - MG**. Dissertação (Mestrado em Agricultura Orgânica). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica, 2018.

STEDILE, J. P. Manifesto das Américas em defesa da natureza e da diversidade biológica e cultural. **Revista Caros Amigos**, São Paulo: Casa Amarela, ano 10, n. 112, p.40, 2006.

SUASSUNA, D. A relação corpo-natureza na modernidade. **Sociedade e estado**, v. 20, p. 23-38, 2005.

TERRAZZAN, P.; VALARINI, P. J. Situação do mercado de produtos orgânicos e as formas de comercialização no Brasil. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 39, n. 11, p. 27-41, 2009.

WALLERSTEIN, I. A análise dos sistemas-mundo como movimento do saber. In: VIEIRA, P. A., LIMA VIEIRA, R., & FILOMENO, F. A. (org.). **O Brasil e o capitalismo histórico**:

passado e presente na análise dos sistemas-mundo. São Paulo: Cultura Acadêmica Ed., pp.17-28, 2012.

WALLERSTEIN, I. O sistema mundial moderno. **Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI**. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974.

WALSH, C. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: Candau, V.M. (Org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 12-42, 2009.

WALSH, Catherine. ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. **Nomadas**, n. 26, p. 102-113, 2007.

WHITAKER, G. M. (Re)produção do espaço rural a partir da inovação técnica. Considerações sob a perspectiva da ecologia política. **GeoGraphos: Revista Digital Para Estudantes de Geografía Y Ciencias Sociales**, 3(25), 1–30. 2012.

ZAMBERLAN, J.; FRONCCHETI, A. **Agricultura ecológica: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ZOIA, A.; PERIPOLLI, O. J. Terra de negócio versus terra de trabalho: a terra como um direito para além do aparato legal. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 16, n. 69, p. 255-266, 2016.

ANEXO 1:



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa “A FEIRA AGROECOLÓGICA ORGÂNICA ENQUANTO ESPAÇO DE EDUCABILIDADE: DISCURSOS DE PRODUTORES/AS E CONSUMIDORES/AS”. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa parte do problema social de uma possível invisibilidade da crítica social oportunizada pela dialética anúncio/denúncia nos espaços da feira orgânica e/ou agroecológica e suas consequentes potencialidades educativas e contra hegemônicas, frente ao potente discurso agrícola hegemônico que age sob o projeto de normalizar/naturalizar injustiças e desigualdades ambientais. Nesta pesquisa, procuro investigar se e como os discursos de produtores/as e consumidores/as de uma feira orgânica e ou/agroecológica da cidade de Juiz de Fora, MG, insinuam a crítica social ao modelo agrícola vigente e anunciam indignações e reação política e coletiva.

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você: observação de suas práticas produtivas/consumo, bem como realização de entrevistas. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: “possibilidades de serem identificados”. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, “o seu nome não será identificado nominalmente, nem nenhum outro dado que possa identifica-lo”. A pesquisa pode ajudar a realização de um diagnóstico sobre quem são os produtores/as e consumidores/as, onde produzem/consomem, como produzem/consomem, como significam a feira e o produto orgânico e agroecológico e o levantamento de práticas sociais relacionadas aos produtores/as e consumidores/as e seus modos de vida.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causadas atividades que fizemos com você nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução N° 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 20 ____

Assinatura do Participante

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Nome do Pesquisador Responsável: FERNANDA ROCHA VANDANEZI ALVIM
Campus Universitário da UFJF
Faculdade/Departamento/Instituto: EDUCAÇÃO
CEP: 36036-900 Fone: (32) 99183-8797 E-mail: fvandanezi@gmail.com

Rubrica do Participante de pesquisa ou responsável: _____
 Rubrica do pesquisador: _____

O CEP avalia protocolos de pesquisa que envolve seres humanos, realizando um trabalho cooperativo que visa, especialmente, à proteção dos participantes de pesquisa do

Brasil. Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propp@ufjf.edu.br